

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CAROLINA FERNANDES ALVES

**O TRATAMENTO LEXICOGRÁFICO DA SINTAXE NO DICIONÁRIO DE
USOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL (DUPB, 2002): SUBSÍDIOS DA
GRAMÁTICA DE VALÊNCIAS PARA A DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS
BRASILEIRO.**

PORTO ALEGRE
2014

CAROLINA FERNANDES ALVES

**O TRATAMENTO LEXICOGRÁFICO DA SINTAXE NO DICIONÁRIO DE
USOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL (DUPB, 2002): SUBSÍDIOS DA
GRAMÁTICA DE VALÊNCIAS PARA A DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS
BRASILEIRO.**

Dissertação de Mestrado em Lexicografia e Terminologia:
Relações Textuais, apresentada como requisito parcial de
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação
em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Félix Valentín Bugueño Miranda
Coorientador: Prof. Dr. Gabriel de Ávila Othero

PORTO ALEGRE

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Fernandes Alves, Carolina

O tratamento lexicográfico da sintaxe no Dicionário de Usos do Português do Brasil (DUPB, 2002): subsídios da gramática de valências para a descrição do português brasileiro / Carolina Fernandes Alves. -- 2014.

211 f.

Orientador: Félix Valentín Bugeño Miranda.

Coorientador: Gabriel de Ávila Othero.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. metalexiconografia. 2. lexicografia. 3. dicionário de usos. 4. gramática de valências. 5. valências verbais. I. Bugeño Miranda, Félix Valentín, orient. II. de Ávila Othero, Gabriel, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CAROLINA FERNANDES ALVES

O TRATAMENTO LEXICOGRÁFICO DA SINTAXE NO DICIONÁRIO DE USOS
DO PORTUGUÊS DO BRASIL (DUPB, 2002): SUBSÍDIOS DA GRAMÁTICA DE
VALÊNCIAS PARA A DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.

Dissertação de Mestrado em Lexicografia e Terminologia: Relações Textuais,
apresentada como requisito parcial de obtenção do título de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data de Aprovação: 17/12/2014

Professor Doutor Félix Valentín Bugueño Miranda (Orientador) - UFRGS

Professor Doutor Gabriel de Ávila Othero (Coorientador) - UFRGS

Professor Doutor Marcos Goldnadel - UFRGS

Professora Doutora Marlene Gonçalves Mattes - UNIRITTER

Professor Doutor Luisandro Mendes de Souza - UFRGS

AGRADECIMENTOS

À espiritualidade, por ter me dado tantas boas oportunidades, por nunca me deixar só e por me inspirar e dar forças nos momentos mais difíceis.

À minha família, por entender e perdoar minhas ausências (ou presenças ausentes) desde os tempos da graduação até aqui. Obrigada por me amarem, me apoiarem e acreditarem em mim incondicionalmente.

Ao meu marido, Bruno Pastoriza, meu porto-seguro, meu eterno amigo, aquele que partilha comigo as doçuras e as agruras do meio acadêmico, que passou por minhas crises criativas e noites em claro junto comigo e que também nunca deixou de me incentivar e de acreditar em mim.

Aos meus amigos, por me darem a descontração e a motivação necessárias para continuar a trabalhar com o que muitos não consideram um trabalho. Em especial, agradeço às amigas feitas durante esses dois anos: *Raquel Brum, Márcia Dornelles e Isabela Esperandio*. Desse Mestrado, levo comigo muito mais que o título. Agradeço também à querida amiga Luiza Pabst pela carinhosa ajuda na fase final do trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Félix Bugueño Miranda, pelos cinco anos de convivência e trabalho, pela confiança e pelo carinho de sempre.

Ao meu co-orientador, Prof. Dr. Gabriel de Ávila Othero, pela leveza em tratar de temas tão complexos, pelos comentários e sugestões inteligentes e pontuais e pelo suporte imprescindível para a realização desta dissertação.

A todos os professores que contribuíram para minha formação durante o Mestrado.

À CAPES, pelo apoio financeiro, que permitiu minha dedicação exclusiva à execução deste trabalho.

*Alheias e nossas as palavras voam.
Bando de borboletas multicores, as palavras voam
Bando azul de andorinhas, bando de gaivotas brancas,
as palavras voam.*

*Voam as palavras como águias imensas.
Como escuros morcegos, como negros abutres,
as palavras voam.*

*Oh! Alto e baixo em círculos e retas acima de nós,
em redor de nós as palavras voam.
E às vezes pousam.*

(Cecília Meireles)

RESUMO

O emprego de uma teoria gramatical que auxilie o lexicógrafo a lidar com dados linguísticos é um dos principais fatores que influenciam na qualidade de um dicionário, quer do ponto de vista teórico-metodológico, quer do ponto de vista de sua condição de instrumento de orientação idiomática. Apesar de serem considerados cânones lexicográficos incontestáveis, *Aurélio* (2009), *Houaiss* (2009) e *Michaelis* (2009), apresentam inúmeras incoerências no registro e tratamento do léxico decorrentes da ausência de uma teoria gramatical subsidiária ao fazer lexicográfico (BIDERMAN, 2004). Diferentemente dessas obras, o *Dicionário de Usos do Português do Brasil* (DUPB, 2002) foi elaborado com base na gramática de valências (BORBA, 1996), teoria que busca determinar as relações de dependência sintático-semântica entre o verbo e os itens léxicos que, na sentença, estão ao ser redor. Nessa perspectiva teórica, o significado do verbo determina os traços sintáticos e semânticos das palavras com as quais se relaciona, determinando, em última instância, a estrutura das sentenças de uma língua. O presente trabalho apresenta algumas considerações referentes à gramática de valências e sua aplicação no DUPB no que diz respeito à adequação descritiva da teoria e ao potencial de orientação do dicionário quanto ao uso das *valências* verbais no português brasileiro. A partir dos exemplos extraídos dos verbetes de dez verbos, testamos a teoria tomando como critérios os princípios e conceitos expostos em Borba (1996; 2003). Além disso, contrastamos as informações que o dicionário oferece acerca das *valências* verbais com os exemplos registrados na obra. A análise mostrou que, apesar de a teoria ser adequada para descrever o fenômeno das *valências*, foi aplicada parcialmente no dicionário, acarretando, por conseguinte, a descrição parcial desse fenômeno e gerando uma série de implícitos teóricos que acabam recaindo sobre o consulente da obra. Além disso, a sofisticação do comentário de forma não condiz com o perfil de usuário genérico estimado para o dicionário. Finalmente, em alguns casos, as informações registradas no segmento informativo dedicado à descrição dos complementos não encontram respaldo nos exemplos ou, pelo contrário, os exemplos registram estruturas que deveriam estar (mas não estão) descritas no segmento informativo sobre os complementos. Ainda assim, no entanto, o DUPB de fato representa um avanço na lexicografia de língua portuguesa, já que apresenta uma evidente preocupação em informar o consulente a respeito das propriedades sintagmáticas do léxico, oferecendo mais subsídios (embora parciais) para a produção em língua portuguesa do que os cânones lexicográficos existentes no Brasil.

Palavras-chave: Metalexigrafia – Lexicografia – Dicionário de usos – Gramática de valências – *valências* verbais

RESUMEN

El empleo de una teoría gramatical que le auxilie al lexicógrafo a lidiar con datos lingüísticos es uno de los principales factores que influyen en la calidad de un diccionario, sea del punto de vista teórico-metodológico, sea del punto de vista de su condición de herramienta de orientación idiomática. No obstante son considerados cánones lexicográficos, *Aurélio* (2009), *Houaiss* (2009) y *Michaelis* (2009) presentan innumerables incoherencias en el registro y tratamiento del léxico decurrentes de la ausencia de una teoría gramatical subsidiaria a la labor lexicográfica. A diferencia de esas obras, se elaboró el *Dicionário de Usos do Português do Brasil* (DUPB, 2002) con base en la gramática de valencias (BORBA, 1996), teoría que busca determinar las relaciones de dependencia sintáctico-semántica entre el verbo y las unidades léxicas que, en la oración, están a su alrededor. Desde esa perspectiva teórica, el significado del verbo determina los rasgos sintácticos y semánticos de las palabras con las que se relaciona, determinando, en última instancia, la estructura de las oraciones de una lengua. Este estudio presenta algunas consideraciones sobre la gramática de valencias y su aplicación en el DUPB en lo que toca a la adecuación descriptiva de la teoría y al potencial de orientación del diccionario cuanto al uso de las valencias verbales en el portugués de Brasil. A partir de los ejemplos que se extrajo de los artículos léxicos de diez verbos, testamos la teoría tomando como criterios los principios y conceptos que se han expuesto en Borba (1996; 2003). Además, contrastamos las informaciones que el diccionario ofrece sobre las valencias verbales con los ejemplos registrados en la obra. El análisis demostró que, pese a que la teoría es adecuada para describir el fenómeno de las valencias, se la aplicó parcialmente en el diccionario, acarreado, consecuentemente, la descripción parcial del fenómeno y generando una serie de implícitos teóricos que terminan por incidir en el usuario de la obra. Además, lo sofisticado que es el comentario de forma no condice con lo genérico que es el perfil de usuario que se estimó para el diccionario. Finalmente, en algunos casos, las informaciones registradas en el segmento informativo dedicado a la descripción de los complementos no encuentran respaldo en los ejemplos o, por el contrario, los ejemplos registran estructuras que el segmento informativo sobre los complementos debería describir (pero no lo hace), Aún así, sin embargo, el DUPB de hecho representa un avance en la lexicografía de lengua portuguesa, puesto que presenta una evidente preocupación en informarle al usuario de las propiedades sintagmáticas del léxico, ofreciéndole más subsidios (aunque parciales) para la producción en lengua portuguesa que los cánones lexicográficos existentes en Brasil.

Palabras-clave: Metalexigrafía – Lexicografía – Diccionario de usos – Gramática de valencias – valencias verbales

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Esquema apresentado em Cunha e Cintra (2001, p. 124).	52
Figura 2: Esquema apresentado em Perini (2009, p. 44).	52
Figura 3: Regência em sentido amplo.	60
Figura 4: Regência em sentido estrito.	60
Figura 5: Representação do esquema oracional no nível léxico- extraída de Borba (1996, p. 17).	62
Figura 6: Representação do esquema oracional - extraída de Borba (1996, p. 18).	62
Figura 7: Representações da relação entre <i>valência</i> , <i>regência</i> e <i>transitividade</i>	65
Figura 8: Representação das relações de dependência entre o verbo e demais constituintes oracionais – extraída de Busse e Vilela (1986, p. 11).	75
Figura 9: Taxonomia de características categoriais– a autora, com base em Borba (2003, p. 176).	92
Figura 10: DGV (1990, s.v. <i>despencar</i>).	103
Figura 11: DUPB (2002, s.v. <i>despencar</i>).	106
Figura 12: DUPB (2002, s.v. <i>elitizar</i>).	107
Figura 13: DUPB (2002, s.v. <i>carregar</i>)	110
Figura 14: DUPB (2002, s.v. <i>despencar</i> – ac. 4).	114
Figura 15: DUPB (2002, s.v. <i>jurar</i> – ac. 4).	115
Figura 16: DUPB (2002, s.v. <i>comprar</i>).	117
Figura 17: DUPB (2002, s.v. <i>acostumar</i>).	117
Figura 18: DUPB (2002, s.v. <i>pensar</i> – verbete não apresentado na íntegra).	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classes de verbos – definição, número de argumentos, características, observações e exemplos.....	86
Tabela 2: Matrizes dos verbos da língua portuguesa identificadas por Borba (1996). ..	90
Tabela 3: Estrutura sintagmática da oração em português.	93
Tabela 4: Matrizes valenciais sintáticas.	95
Tabela 5: Representação da <i>valência</i> em seus três níveis	97
Tabela 6: <i>Valência</i> em três níveis.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – pontos de vista e níveis da linguagem	32
Quadro 2 – Variabilidade de <i>transitividade</i> apontada nas gramáticas consultadas.....	47
Quadro 3: associação entre <i>regência</i> e <i>dependência</i> nos materiais analisados	53
Quadro 4: <i>Regência</i> e <i>transitividade</i> : equiparação de conceitos em algumas das obras consultadas	55
Quadro 5: <i>Regência</i> como subcategorização das preposições.....	56
Quadro 6: Exemplo de regência do verbo <i>aspirar</i>	59
Quadro 7: Tipos de <i>valência</i>	63
Quadro 8: Síntese dos conceitos designados pelos termos investigados.....	66
Quadro 9: Papéis temáticos.	82
Quadro 10: Verbos pronominais e verbos de função gramatical no DUPB.....	116
Quadro 11: Verbos selecionados para a análise.	120
Quadro 12: Quadro avaliativo – exemplo de aplicação.....	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A – argumento	Ob - objetivo
Abs - abstrato	OD – Objeto direto
Adt - adjunto	OP – Oração principal
Ag - agentivo	Or - origem
Anim – animado	P – predicado
B - beneficiário	PB – Português Brasileiro
C – complemento	PCI – Programa Constante de Informações
Ca - causativo	Poss - possessivo
Circ - circunstante	Prep – proposição
Co - comitativo	qu - que
Compl - complemento	Quant - quantificador
Con - concreto	R – resultativo
Cont - contável	S – sujeito
Det - determinante	Sadj – sintagma adjetivo
Esp - especificador	Sadv – sintagma adverbial
Ex – experimentador	Sag – sujeito agente
Hum – humano	SCV – Sujeito, Complemento e Verbo
I - instrumental	SN – Sintagma Nominal
L - locativo	SO – Sintagma Oracional
M - meta	Sprep – Sintagma preposicionado
MEC – Ministério da Educação	SV – sintagma Verbal
N - nome	SVC – Sujeito, Verbo e Complemento
NGB - Nomenclatura Gramatical Brasileira	Td – transitivo direto
O - Oração	TGT - Teoria Geral da Terminologia

Ti – transitivo indireto

Tp - temporal

V – verbo

G3 – gerais 3

V1 – valência um

V2 – valência dois

V3 – valência três

V4 – valência quatro

VTI – verbo transitivo indireto

LISTA DE ABREVIATURAS DOS DICIONÁRIOS CITADOS

Au – Novo Dicionário Aurélio do Século XXI: o dicionário da língua portuguesa (2009)

DGV – Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil (1990)

DUPB – Dicionário de Uso do Português do Brasil (2002)

DUPC – Dicionário Unesp do Português Contemporâneo (2004)

DVAP – Dicionário de Verbos Alemão-português (s/a)

Hou - Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009)

Mi – Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa (2009)

Sac - Grande Dicionário Sacconi da Língua Portuguesa (2010)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
Estrutura geral do trabalho	21
1 ENTRE A IMOBILIDADE E O MOVIMENTO: O DICIONÁRIO DIANTE DA LÍNGUA COMO <i>ERGON</i> E <i>ENERGEIA</i>	23
1.1 Sobre a natureza da linguagem e a metodologia linguística: algumas concepções para se pensar o lugar do dicionário diante dos fatos linguísticos.....	24
2 <i>TRANSITIVIDADE, REGÊNCIA, VALÊNCIA E DIÁTESE: UMA DISCUSSÃO DESIGNATIVA OU CONCEITUAL?</i>	37
2.1 Questões preliminares	37
2.2 <i>Transitividade, regência, valência e diátese: uma discussão designativa ou conceitual?</i>	43
2.2.1 <i>Transitividade</i>	43
2.2.2 <i>Regência</i>	51
2.2.3 <i>Valência</i>	61
2.2.4 <i>Diátese</i>	65
2.2.5 Para concluir.....	66
3 A GRAMÁTICA DE VALÊNCIAS	68
3.1 Princípios e conceitos operadores básicos de uma teoria gramatical centrada no verbo	69
3.1.1 Princípio básico um: a gramática de valências é uma teoria centrada no verbo	71
3.1.2 Princípio básico dois: A gramática de valências é uma teoria relacional.....	73
3.1.3 Princípio básico três a gramática de valências é uma teoria da dependência	74
3.1.4 Princípio básico quatro: a gramática de valências é uma teoria sintático-semântica	75
3.2 A gramática de valências aplicada ao português	78

3.2.1 A importância dos papéis temáticos para a definição de classes de verbos na proposta de Borba (1996)	78
3.2.2 As classes de verbos e sua “fluidez” distribucional	84
3.2.3 Matrizes valenciais em português	89
4 A DESCRIÇÃO DA VALÊNCIA VERBAL NO DUPB	98
4.1 Algumas considerações sobre o DUPB e seu antecessor, o <i>Dicionário Gramatical de Verbos</i> (DGV).....	100
4.1.1 Sistematizando como a valência verbal em seus três níveis é descrita no DUPB	112
4.2 A Metodologia.....	118
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	124
5.1 Os quadros de valência.....	130
5.2. Cotejo dos quadros avaliativos com as informações do dicionário.....	134
5.3 Subsídios da gramática de valências para a descrição do português brasileiro..	143
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS.....	146
7 REFERÊNCIAS	149
8 ANEXOS	155
Anexo 1: Conceitos de <i>transitividade, regência, valência e diátese</i>	156
Anexo 2: Verbetes selecionados para a análise.....	160
1) Acostumar	160
2) Assistir.....	161
3) Beber	162
4) Comer	163
5) Conspirar	164
6) Determinar.....	165
7) Encontrar	166
8) Fechar	167

9) Insinuar.....	168
10) Ligar	169
Anexo 3: <i>Corpus</i>	170
Anexo 4: Quadros avaliativos.....	176
Acostumar.....	176
Assistir.....	178
Beber.....	182
Comer	184
Conspirar	187
Determinar	189
Encontrar	192
Fechar	197
Insinuar	204
Ligar	208

INTRODUÇÃO

Qualquer pessoa que, atualmente, queira dedicar-se a estudar lexicografia ou metalexigrafia deve, antes de qualquer coisa, perguntar-se sobre o que é o dicionário. Uma ciência vai se constituindo à medida que são feitas perguntas a respeito de seu objeto de estudo. E a mais fundamental delas indaga sobre a natureza desse objeto. O fato é que, ao longo do tempo, perguntas e respostas vão mudando, de forma que paradigmas são construídos e postos em xeque a todo o momento, conferindo à “verdade” de uma ciência um caráter sempre provisório. Nesse sentido, responder sobre o que é o dicionário dependerá, necessariamente, de uma localização desse objeto no tempo:

A verdade dos dicionários, ela também, é uma verdade histórica. A verdade dos dicionários nos séculos XVII e XVIII é diferente da verdade dos dicionários nos séculos XIX e XX (...). Trata-se, conseqüentemente, de saber qual é o tipo de dicionário que corresponde à nossa época (WEINRICH, 1979, p. 320)

De acordo com Lara (2004), a lexicografia surge antes da ciência linguística, ainda na Idade Média, quando foram elaborados os primeiros glossários das línguas européias modernas. A lexicografia, portanto, não nasceu da reflexão teórica sobre seu objeto, mas, antes, como *práxis*. Segundo Lara (2004, p. 148), os métodos lexicográficos “foram sendo forjados conforme a necessidade de transmitir aos leitores dos dicionários uma informação pertinente a vários interesses”. Com o passar do tempo e a inserção da lexicografia no campo dos estudos linguísticos, esses métodos foram aprimorados, unindo a técnica lexicográfica à teoria linguística.

Atualmente, a palavra dicionário carrega o peso de uma tradição, representando “autoridade, erudição e acurácia¹” (LANDAU, 2001, p. 6). Não é por acaso que o dicionário é comumente chamado de *obra de referência*. Para definir o dicionário, hoje, é necessário, antes de tudo, considerar esse *status* de autoridade que o legitima como “verdade” perante as sociedades (assim como o são as gramáticas). Além disso, contemporaneamente, a “verdade” de um dicionário é que, muito além de uma lista de significados de palavras ordenadas alfabeticamente, ele pode ser visto

(...) como obra e como fenômeno verbal complexo, como depósito da memória social do léxico; como instrumento de informação para as

¹ [(...) the word suggests authority, scholarship, and precision].

diversas sociedades que o utilizam, no espaço e no tempo; como instrumento de tradução e entendimento entre os falantes de duas ou mais línguas (...); como horizonte normativo dos falantes de uma língua e de seus diferentes dialetos; como discurso culto, referido ao estado em que se encontra uma comunidade linguística particular, e situado em seu caráter político e cultural. O dicionário como fenômeno tanto verbal como simbólico (LARA, 2004, p. 143-144).

Dentre essas diferentes perspectivas através das quais se pode compreender o dicionário, esta dissertação está centrada fundamentalmente sobre um aspecto: o dicionário como horizonte normativo. Se os falantes consideram a obra lexicográfica uma referência para as suas tomadas de decisão em relação à língua, tem da haver, necessariamente, uma preocupação com as informações que ela registra, razão pela qual nosso trabalho se justifica.

O *Dicionário de Usos do Português do Brasil* (DUPB, 2002) é uma obra que, por definição, tem o compromisso de oferecer informações que correspondam a fatos de norma de uma língua (ALVES, 2012). Em obras desse tipo, ou seja, em dicionários de uso, muito mais do que saber o significado, se trata de saber como as palavras se combinam, motivo pelo qual os exemplos possuem um peso informativo extremamente relevante para o potencial de orientação da obra. Além disso, o DUPB é um dicionário que, ao contrário dos demais, foi elaborado a partir dos subsídios de uma teoria gramatical específica, a saber, a gramática de valências (BORBA, 1996), teoria que estuda as relações de dependência entre o verbo e as palavras que se colocam ao seu redor. Dessa forma, toma o verbo como eixo organizacional da sentença, tanto no âmbito sintático quanto no semântico, delimitando “um conjunto de frases-modelo ou frases nucleares da língua” (BORBA, 1996, p. 24):

Se o verbo constitui o núcleo oracional e se ele mantém com os actantes uma determinada escala de dependência, então é esse esquema abstrato que fornecerá os modelos oracionais da língua (BORBA, 1996, p. 19).

O emprego de uma teoria gramatical que auxilie o lexicógrafo a lidar com dados linguísticos é um dos principais fatores que influenciam na qualidade de um dicionário, quer do ponto de vista teórico-metodológico, quer do ponto de vista de sua condição de instrumento de orientação quanto ao uso da língua. No entanto, é preciso que a teoria esteja adequada aos propósitos do dicionário e também à sua inerente função de orientação idiomática. Portanto, a teoria empregada deve auxiliar o lexicógrafo a

descrever os fatos linguísticos, de sorte que o usuário consiga satisfazer suas dúvidas de consulta. No caso do DUPB, três são seus objetivos:

- I. prover os usuários da língua escrita de um instrumento eficiente de agilização do uso escrito tanto na recepção como na criação do texto;
- II. estimular a pesquisa vocabular e a reflexão sobre o próprio uso da língua;
- III. fornecer elementos de avaliação das propriedades sintático-semânticas do léxico.

Sendo assim, espera-se que a gramática de valências tenha sido empregada na obra com a finalidade de cumprir esses objetivos. Nesse contexto, o trabalho metalexiconográfico consiste em avaliar a qualidade da conversão da teoria em informações lexicográficas. Diante disso, estabelecemos os seguintes objetivos para este trabalho:

- a) verificar se a gramática de valências oferece subsídios para a descrição da sintaxe do Português Brasileiro (PB);
- b) investigar em que medida as informações oferecidas no DUPB representam fatos de norma da sintaxe do PB;
- c) analisar em que medida é possível produzir linguagem a partir das informações oferecidas;
- d) verificar em que medida o perfil de usuário estipulado pelo dicionário teria condições de fazê-lo.

Em última instância, esta dissertação busca investigar quais os ganhos que um dicionário baseado na gramática de valências representa em relação aos demais no que toca à descrição da predicação verbal no PB.

Para alcançar tais objetivos, a análise empreendida dividiu-se em dois momentos. O primeiro deles se refere à avaliação da adequação descritiva da gramática de valências aos dados do português brasileiro. Para tanto, extraímos do DUPB os exemplos correspondentes aos verbetes de 10 verbos e os testamos com base na proposta de Borba (1996). O segundo momento voltou-se para a avaliação da adequação descritiva e potencial de orientação idiomática do dicionário, realizada através do cotejo entre os exemplos que a obra oferece para cada acepção e os segmentos informativos responsáveis pela orientação quanto à valência.

Estrutura geral do trabalho

No primeiro capítulo, intitulado “*Entre a imobilidade e o movimento: o dicionário diante da língua como ergon e energeia*”, discutimos o lugar do dicionário diante dos fatos da língua a partir de noções pertencentes ao relativismo linguístico, sobretudo o de Wilhelm Von Humboldt (2006 [1836]). Considerando que fazemos parte de uma área que por vezes é alvo de críticas que questionam sua legitimidade perante outros campos da linguística e, inclusive, enquanto ciência linguística, sentimos a necessidade de elaborar esse capítulo introdutório, já que acreditamos que tais críticas estão baseadas em uma concepção um tanto quanto equivocada a respeito da lexicografia e, sobretudo, em relação ao produto lexicográfico. O capítulo um, no entanto, não é meramente uma “defesa” da área à qual nos vinculamos, mas representa parte importante de nossa formação nessa área, do processo de refletir sobre seu objeto de estudo e, conseqüentemente, sobre o trabalho realizado não apenas ao longo do Mestrado, mas desde 2009, ainda na graduação, na iniciação científica.

No segundo capítulo, intitulado “*Transitividade, regência, valência e diátese: uma discussão terminológica ou conceitual?*”, nos dedicamos a tentar esclarecer uma notável sobreposição de termos verificada nos estudos que tratam da predicação verbal. A partir de uma comparação entre gramáticas, dicionários de linguística, entre outros materiais, totalizando 22 obras, buscamos verificar se há alguma relação de equivalência, no plano designativo ou conceitual (ou ambos), entre os termos *regência*, *transitividade*, *valência* e *diátese*. Esse capítulo se justifica pelo fato de que abordamos uma teoria que opta pelo emprego do termo *valência* ao caracterizar a predicação verbal, de maneira que foi imprescindível saber quais suas diferenças em relação àqueles termos que, vez ou outra, aparecem como designativos desse mesmo tema.

No terceiro capítulo, intitulado “*A gramática de valências*”, demonstramos como a gramática de valências opera a vinculação forma/conteúdo em relação à língua portuguesa a partir dos princípios e conceitos operadores básicos de descrição gramatical (valencial) propostos por Borba (1996).

A partir das discussões teóricas realizadas nos capítulos anteriores, no capítulo quatro, “*A descrição da valência verbal no DUPB*”, apresentamos e discutimos como as informações lexicográficas apresentadas no dicionário refletem a gramática de valências como a teoria utilizada em sua concepção.

No capítulo cinco, “*Discussão dos Resultados*”, apresentamos os resultados da análise empreendida e fazemos uma avaliação a respeito da adequação descritiva da gramática de valências bem como do dicionário enquanto instrumento de orientação quanto ao uso da língua.

Este trabalho não pretende ser uma verdade incontestável. E nem poderia sê-lo, pois

Nenhum de nós está na posse da verdade; nem da posse da verdade dos dicionários. Mas, se não possuímos a verdade, temos, isso sim, as ciências com os seus processos ordenados para, diante dos olhos de todos, examinar criticamente o que alguém achar por verdadeiro, recusando ou aceitando até ao momento em que de demonstre o contrário. Única e exclusivamente por este processo é que hoje possuímos verdades, verdades sempre provisórias que depois são postas à prova. É esta a *conditio scientifica* da nossa época (WEINRICH, 1979, p. 335).

1

ENTRE A IMOBILIDADE E O MOVIMENTO: O DICIONÁRIO DIANTE DA LÍNGUA COMO *ERGON* E *ENERGEIA*

E *disse* Deus: Haja luz; e houve luz.

(Gênesis 1:3, grifo nosso)

E Deus *chamou* à luz Dia; e às trevas *chamou* Noite.

(Gênesis 1:5, grifos nossos)

E Adão *pôs os nomes* a todo o gado, e às aves dos céus, e a todo o animal do campo (...)

(Gênesis 2:20, grifos nossos)

(...) E o Senhor *disse*: Eis que o povo é um, e todos têm uma mesma língua; e isto é o que começam a fazer; e agora, não haverá restrição para tudo o que eles intentarem fazer.

Eia, desçamos e confundamos ali a sua língua, para que não entenda um a língua do outro. (...)

Por isso se chamou o seu nome Babel, porquanto ali confundiu o Senhor a língua de toda a terra, e dali os espalhou o Senhor sobre a face de toda a terra.

(Gênesis 11:1-9, grifos nossos)

Os excertos bíblicos acima ilustram alguns momentos nos quais Deus dá nome às coisas no mundo por Ele criado, exercendo o uso primeiro da linguagem, assim como Adão ao nomear os animais e as coisas ao seu redor. Posteriormente, no conhecido episódio da Torre de Babel, promove a diversidade das línguas. Independentemente dos questionamentos sobre a veracidade dos fatos bíblicos (Auroux (1998), por exemplo, os classifica como mitológicos), o livro de Gênesis retrata uma questão central para a filosofia da linguagem: se a gênese do homem se fez pela linguagem, qual é a natureza dela? Especificando-a ainda mais, o que o homem pode fazer com ela? Qual a relação entre o homem, a linguagem e o mundo? Essas são perguntas cujas respostas vêm sendo construídas ao longo de muito tempo e por meio de diferentes pensamentos, desde os gregos, para falar apenas da tradição do pensamento ocidental².

Nosso objetivo aqui não é percorrer todas as correntes filosóficas que abordaram o tema da natureza linguagem, pois isso demandaria uma dissertação em filosofia da linguagem ou até mesmo em epistemologia da linguística, o que não é o caso, embora

² Para uma cronologia aprofundada da filosofia da linguagem oriental e ocidental, cf. Auroux, 1998.

estejamos certos sobre a extrema relevância de estudos desse tipo³ para subsidiar o pensamento linguístico. Neste capítulo, pretendemos elucidar que a discussão acerca da natureza da linguagem é extremamente relevante para compreendermos o lugar que ocupa o dicionário diante dos fatos da linguagem e da metodologia linguística, uma vez que, frequentemente, a obra lexicográfica costuma ser alvo de críticas como a que “não dá conta” de mostrar a “vivacidade” da língua, sendo, por isso, um instrumento “limitador” do uso da linguagem. Assim, antes de adentrar ao tema específico desta dissertação, as considerações tecidas no decorrer deste capítulo servirão como forma de evidenciar, na medida do possível, a natureza do dicionário, posto que acreditamos que críticas como a que mencionamos estão baseadas em uma concepção difusa a respeito da obra lexicográfica, ancorada na ideia de que o dicionário é a língua toda e não uma representação de parte dela. Além disso, salientamos que, como nossas atenções estão voltadas à lexicografia, as ideias pertencentes aos pensadores aqui mencionados (em relação aos conceitos *ergon* e *energeia*) constituem o recorte que, nos parece, mais se adéqua à discussão pretendida, não sendo ignoradas, em hipótese alguma, outras possíveis abordagens do tema, tais como uma abordagem do dicionário como um objeto discursivo, por exemplo.

1.1 Sobre a natureza da linguagem e a metodologia linguística: algumas concepções para se pensar o lugar do dicionário diante dos fatos linguísticos

Segundo Marcondes (2010), há dois conjuntos de problemas em relação aos quais a discussão filosófica e teórica sobre a linguagem se volta. O primeiro deles diz respeito à conexão entre linguagem e mente (ou pensamento), o que implica uma atenção voltada ao indivíduo enquanto dotado da capacidade para a produção linguística. O segundo, por outro lado, põe em primeiro plano não o indivíduo, “aquele que pensa e usa a linguagem para expressar seus pensamentos” (MARCONDES, 2010, p. 9), mas a prática linguística propriamente dita, isto é, a linguagem enquanto instrumento de comunicação entre os indivíduos. Modernamente, as abordagens formalistas e funcionalistas, por exemplo, ilustram, respectivamente, essas duas vertentes de análise linguística. Entretanto, conforme Coseriu (1980, p. 2-3), a

³ Cf. Robins (2004) para um panorama histórico da linguística.

linguística “atual”⁴ se configura como uma espécie de retorno aos temas introduzidos pela primeira vez no mundo ocidental ainda na antiguidade clássica, entre eles a capacidade humana para a fala inteligível e a função comunicativa da linguagem. Segundo o linguista romeno, até o Renascimento, período no qual os estudos linguísticos passaram a ser estritamente comparatistas, predominavam problemas de definição, relativos à essência da linguagem, às categorias das línguas e a problemas descritivos, temas que voltaram a ser explorados no século XVIII e, após novo retorno ao comparatismo (no século XIX), foram reatualizados pela linguística moderna⁵.

De acordo com Marcondes (2010), durante a época de Platão, começou-se a indagar a respeito da relação entre o homem, a linguagem e o mundo, no sentido de como poderia a linguagem contribuir para o conhecimento do mundo, ou seja, da realidade. No *Crátilo*, Platão aborda o problema de duas perspectivas concorrentes em seu tempo: o naturalismo e o convencionalismo. Neste, não haveria nenhuma relação entre as palavras e as coisas. Naquele, por outro lado, haveria uma motivação natural entre o signo e a coisa significada. Contudo, conforme exposto nessa obra filosófica canônica, o naturalismo tem a dificuldade de explicar como se dá a relação natural palavra-coisa, ao passo que o convencionalismo se depara com a dificuldade de explicar a origem das convenções, tendo em vista uma questão crucial: “como poderíamos estabelecer convenções anteriormente à linguagem se precisamos dela para isso?” (MARCONDES, 2010, p. 15)⁶.

O *Crátilo* termina com um impasse (entre o naturalismo e o convencionalismo) para o qual Aristóteles, em seu *Tratado da Interpretação*, propõe a explicação que, segundo Marcondes (2010, p. 22), passou a ser analisada ao longo de toda a tradição. Entre as palavras e as coisas haveria os conceitos, entidades mentais e subjetivas resultantes de nossa apreensão da realidade⁷. A convencionalidade do signo (ou do

⁴ A “linguística atual” a que se refere Coseriu é a do século XX, período no qual publicou a obra a qual nos referimos aqui (*Lições de Linguística Geral*). Entretanto, acreditamos que suas considerações se aplicam também à linguística do século XXI.

⁵ Como exemplos, o autor aponta, entre outras, a noção de *arbitrariedade do signo linguístico*, a distinção entre *significado* e *significante* e a oposição entre *sincronia* e *diacronia*, atribuídas a Saussure (2006 [1916]), como originárias dos pensamentos de Aristóteles e Harris, bastante anteriores ao genebrino.

⁶ Mais modernamente, Sperber e Wilson (1986), por exemplo, contrapõem a ideia platônica de que as convenções dependeriam da linguagem ao defender o emprego de mecanismos de ostensão e inferência.

⁷ Posteriormente, Humboldt (2006 [1836]) explorou a questão da *visão de mundo* [Weltanschauung] como particular em cada homem, em cada língua, não sendo exatamente a mesma para todos. De acordo com Marcondes (2010, p. 67), a conhecida *Hipótese Sapir-Whorf*, ou *princípio do relativismo linguístico*, já no século XX, deriva de Humboldt e de filósofos como o alemão Johanes Herder e o

*sin*al, conforme terminologia da época) está na sua associação ao conceito por meio da palavra. Dessa forma, para Aristóteles, o conhecimento do mundo estaria no âmbito dos conceitos, e não no das palavras. A linguagem seria um fato *a posteriori*, uma expressão de um pensamento constituído previa e autonomamente a ela, pela experiência. Nessa mesma esteira encontra-se Guilherme de Ockham (com a obra *Summa Totius Logicae*) (MARCONDES, 2010) ao expor que as palavras teriam uma relação convencional com os objetos do mundo, ao passo que os “termos mentais” teriam uma relação natural com esses objetos, pois seriam fruto da experiência. Essa relação entre mente (ou *espírito*, como se usava por muitos filósofos da época), linguagem e realidade seguiu sendo um dos principais problemas para a filosofia da linguagem. E parece que mais um consenso se fez: as palavras não são as coisas:

(...) como um ser humano aprende o significado de nomes e sensações? Por exemplo, da palavra ‘dor’. Eis aqui uma possibilidade: as palavras são conectadas com a expressão primitiva natural da sensação e são usadas em seu lugar. Uma criança se feriu e chora. Os adultos falam com ela, ensinam-lhe exclamações e, mais tarde, sentenças. Ensinam um novo comportamento de dor à criança. ‘O que você está dizendo, portanto, é que a palavra ‘dor’, na verdade, significa chorar?’ - Pelo contrário. A expressão verbal da dor não descreve o choro, mas o substitui’ (WITTGENSTEIN, 1994 *apud* HACKER, 2000).

Para Aurox (1998), de Platão à Kripke, a história mostra uma sucessão de modelos cujo objetivo é explicar o que é a linguagem humana. Alguns deles, como vimos brevemente acima, possuem pontos em comum a respeito de sua concepção acerca da natureza da linguagem. O que muitas dessas investigações filosóficas permitem ver é que a natureza da linguagem é multifacetada. Por um lado, tem-se uma habilidade ou competência para a fala que nos é inata, sendo a fala a expressão do que a experiência no mundo ao nosso redor nos provocou individualmente. Nós “falamos” o mundo a partir do que vemos dele. Assim, há uma relação de internalização e externalização que se encontra no âmbito do indivíduo. Porém, por outro lado, uma característica natural do homem é a sua capacidade de comunicar-se com o outro. Logo, a linguagem serve também a esse propósito. Em outras palavras, os homens falam uns com os outros, demonstrando suas impressões sobre o mundo. Mas, essa individualidade, que se refere ao modo como cada um de nós percebe o mundo, possui

italiano Giambattista Vico. Embora leve os nomes de Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf, a *Hipótese Sapir-Whorf* foi de fato elaborada apenas por Whorf (na coletânea póstuma *Language, Thought and Reality*, de 1956) com base nas ideias de Sapir (cuja principal obra que trata do relativismo linguístico é *Language: An Introduction to the Study of Speech*, de 1921).

uma contraparte, ou seja, o modo como falamos sobre o mundo, que tem muito em comum. Há, portanto, uma relação de compreensão linguística que se evidencia, por exemplo, quando um grupo de pessoas reconhece que fala “a mesma língua” ou quando falantes de uma mesma língua se reconhecem como tais.

Este caráter multifacetado da linguagem pode ser visto de diversos ângulos. Para o objetivo que nos propusemos neste capítulo, acreditamos que a maneira como Humboldt (2006 [1836]) e Coseriu (1977; 1980) procuraram desenvolver o tema da natureza da linguagem é bastante pertinente, pois, enquadrados no *idealismo linguístico*, consideram a “universalidade do fato individual e das relações de um fato com outros fatos num sistema, numa estrutura ou num contexto” (COSERIU, 1980, p. 30). Ambos os estudiosos elaboram suas considerações baseados na visão aristotélica do conceito *energeia*⁸ que, mesmo não tendo sido um termo pensado para a linguagem, seu significado perfeitamente se aplica a ela, conforme é possível verificar nesses estudos.

Humboldt (2006 [1836]) aponta para uma dúvida recorrente nos estudos da linguagem em suas diferentes abordagens: o que permite a compreensão linguística entre os homens, se, aparentemente, a língua é naturalmente desordenada?

A linguagem apresenta-nos uma infinidade de detalhes sob forma de palavras, regras, analogias e exceções de toda sorte, não sendo pequena a nossa incerteza sobre como essa abundância (que, independentemente da desordem que lhe é intrínseca, ainda por cima se apresenta a nós como um caos desnorteante) pode ser racionalmente conciliada com a imagem unificada da faculdade intelectual humana (HUMBOLDT, 2006 [1836], p.95-96).

O estudioso alemão articula uma resposta a partir de uma ampla discussão acerca da natureza da linguagem. A frase “a língua é sempre uma exalação do espírito de uma vida individualmente nacional” (HUMBOLDT, 2006 [1836], p. 107) evidencia sua hipótese de que haveria uma forma geral da língua, uniforme, e, dentro dela, a ação de uma forte individualidade ao ponto de podermos pensar que “a humanidade inteira possui em verdade apenas uma *única* língua e cada pessoa tem uma língua particular”

⁸ Do grego “energia” (ἐνέργεια), a concepção aristotélica do termo *energeia* é diferente de sua concepção moderna. Em Aristóteles, a energia não é um processo dinâmico de conservação de força, mas “um estado de imobilidade e perfeição de uma entidade” (FERRATER MORA, 2001, s.v. *energia*). A noção de força, assim, se refere à “potência de ser” de uma entidade, de maneira que essa potência envolve o movimento, ao passo que o ato de ser envolve a imobilidade: “o imutável não se encontra no movimento, mas é fim ou finalidade do movimento” (ÉMILE BRÉHIER *apud* FERRATER MORA, 2001, s.v. *energia*). Portanto, tendo em vista que a linguagem pode ser vista através desse jogo mobilidade/imobilidade, acreditamos na pertinência de explorar os conceitos *energeia* e *ergon* a partir de sua concepção aristotélica, que foi a empregada nos escritos de Humboldt (2006 [1836]) e Coseriu (1977; 1980), referenciais teóricos básicos deste capítulo.

(HUMBOLDT, 2006 [1836], p. 117). Assim, sua argumentação centra-se em uma aparente aporia: ao mesmo tempo em que a língua é resultado de atos individuais, é, também, social, pois é produto compartilhado entre os indivíduos que a criam. Dessa forma, trata-se de uma aporia apenas aparente porque a indissociabilidade entre esses dois aspectos é fundadora da língua. Sem um não existiria o outro.

No que concerne ao âmbito individual, Humboldt (2006 [1836]) concebe a linguagem como expressão do pensamento na medida em que é por meio dela que o falante manifesta suas impressões sobre a realidade, concepção compartilhada por representantes de diversos momentos da filosofia, como Aristóteles e Wittgenstein, por exemplo, conforme mencionamos acima. A linguagem também serve para expressar o pensamento, é a articulação de sons voltados para a expressão, ou seja, “uma emissão de sons que não seja para expressar algo não é linguagem” (CROCE, 1969, p. 229). A gênese da linguagem, portanto, tem suas bases na reação do falante diante do mundo, em “fatores individuais de produção e compreensão entre falante e ouvinte” (CROCE, 1969, p. 229). Portanto, uma visão humboldtiana da linguagem tem como pilar central o objetivo comunicativo da expressão do pensamento em um impulso que é essencialmente individual, dado que “toda fala (...) é um ato de atar aquilo que é sentido individualmente à natureza comum da humanidade” (HUMBOLDT, 2006 [1836], p. 135). Assim, a língua está dentro de cada falante, que, regulado por uma força que o incentiva e limita, anseia por produzir linguagem e por compreendê-la produzida pelos demais. Nessa mesma esteira, Cristea (2011, p. 23) afirma que

(...) a língua concretiza tudo o que significa o quadro espiritual do ser humano, a sua consciência, a sua razão e sentimentos, relações com o ambiente natural e social e, em geral, o seu conhecimento básico das coisas.

De fato, as palavras (e sua combinatória) evocam uma verdadeira rede de significados, ou seja, tudo aquilo que está envolvido dentro e fora do falante.

Conforme Humboldt (2006 [1836], p. 99), a essência da linguagem se encontra em constante e ininterrupta transição, o que supõe, nesse processo, um papel completamente ativo do homem enquanto ser que se constitui pela língua que fala.

a língua em si não é uma obra acabada (*Ergon*), mas sim uma atividade (*Energeia*). Por isso, sua verdadeira definição só pode ser aquela que a apreenda em sua gênese. Afinal, a língua consiste no esforço permanentemente reiterado do espírito de capacitar o som articulado para a expressão do pensamento.

Entretanto, a compreensão entre os falantes evidencia que essa atividade criadora individual não é completamente diferente em cada um, que há alguma espécie de “material compartilhado” entre nós. Ao produzir linguagem, o falante tem em mente algo que parece estar acima de sua vontade, como já dado, que são todas as potencialidades da língua. Essa força potencial é o geral da língua ao qual Humboldt se referiu e chamou *forma da linguagem*⁹. Desse ponto de vista, a criação linguística é limitada pela própria língua:

A linguagem é parte de mim porque a produzo da maneira como o faço; e, como, ao mesmo tempo, a base disso está no falar e no ter falado de todas as gerações humanas (...) é a própria língua que me limita neste processo. (HULBOLDT, 2006 [1836], p. 161).

Porém, a outra face da língua, social (no sentido de que é composta de união da fala de cada um dos indivíduos), repousa em convenções “fixadas ao longo do tempo a partir da influência da natureza em um conjunto de indivíduos” (HUMBOLDT, 2006 [1836], p. 11), conferindo à língua certa fixidez, permitindo, assim, que os falantes se compreendam. Nesse sentido, a língua também pode ser vista em algum momento como *ergon*, sem deixar de entrever que este produto está “impregnado” pela *energeia* que o criou, tornando-o real. Resumindo, o sistema de potencialidades linguísticas que todo falante de uma determinada língua acessa e utiliza, motivado pela realidade, é a sua face *energeia*. Por outro lado, a repetição desses usos, atos primariamente únicos, falante a falante, é a face *ergon*. É por isso que é possível defender uma simultaneidade quase inexplicável e paradoxal entre mobilidade e imobilidade na língua. Se, de uma parte, há toda uma potência à disposição dos indivíduos, de outra, o seu exercício real, na fala, fixa as escolhas na medida em que vai sendo compartilhado entre todos os falantes, tornando-a *ergon*¹⁰:

Então quer dizer que em vez de *escrivainha (tavolino)* posso dizer *caneta (penna)*! Abstratamente, sim, mas concretamente não; porque eu que falo tenho uma história por trás de mim, ou melhor dizendo, dentro de mim e sou eu mesmo esta história: por isso é que digo e

⁹ Na concepção humboldtiana, a *forma da linguagem*, *Innere Sprachform*, no original, é o conjunto de subsídios que a língua oferece ao falante para interpretar o mundo, de forma que não se trata apenas da forma gramatical, da relação significante/significado, mas da relação disso com a maneira como o homem percebe o mundo, configurando uma ontologia, que varia conforme a língua em questão: “Aquilo que a atividade do intelecto (de elevar o som articulado até o nível da expressão do pensamento) contém de constante e uniforme, se for aprendido em todas as suas conexões e for representado sistematicamente – constitui a forma da língua” (HUMBOLDT, 2006 [1836], p. 105).

¹⁰ Saussure (2006 [1916], p. 88) também ilustrou essa dualidade: “Dizemos *homem* e *cachorro* porque antes de nós se disse *homem* e *cachorro* (...) a convenção arbitrária, em virtude da qual a escolha se faz livre, e o tempo, graças ao qual a escolha se acha fixada”.

devo dizer só *escrivaninha*, e não outra coisa (GENTILE, 1954 *apud* Coseriu, 1980, p. 101).

A língua enquanto produto social da capacidade humana de produzir linguagem, então, guarda em si uma complementaridade fundamental: ela é, ao mesmo tempo, uma instituição atual e um produto do passado, um sistema dado e uma evolução. É um conjunto de convenções estabelecidas na e pela comunidade linguística. Enquanto produto do passado, ela é sentida como uma herança, uma vez que não é possível estabelecer o momento em que houve a constituição dos signos. Ainda assim, como falantes, acreditamos que um dia esse momento aconteceu e que segue acontecendo nas línguas, mesmo que não possamos retomar a sua gênese. No *Crátilo*, Platão expõe a hipótese de que haveria a figura de um “legislador ideal” (o *nomothetes*), “um ser mítico, semidivino, que teria contemplado a verdadeira natureza das coisas, relacionando-as então às palavras e estabelecendo as convenções” (MARCONDES, 2010, p. 14). Nesse sentido, a título de exagerada alegoria, é como se confiássemos que Adão, na condição de um legislador ideal, deu nome às entidades do mundo e que por isso ainda usamos os mesmos nomes para as mesmas coisas.

No século XX, Saussure (2006 [1916]) abordou esse fenômeno ao tratar da existência de uma “crença no caráter arbitrário do signo” que não nos autoriza, enquanto conjunto de falantes herdeiros, a modificar a forma da linguagem. Além disso, como a constituição da língua sofre a ação incessante de todos os seus falantes, apenas um único indivíduo não tem o poder de fixar nenhum valor na língua se este não for compartilhado pelos demais e fixado pelo tempo. Desse ponto de vista, fala-se a mesma língua porque há um compartilhamento de valores que está baseado na crença no arbitrário do signo, na língua como herança do tempo. Entretanto, o arbitrário e o tempo asseguram também a contraparte da imutabilidade do signo linguístico, isto é, a sua mutabilidade. A todo o momento, ao longo do tempo, os falantes estão promovendo essas alterações. Algumas persistem a ponto de alcançarem a massa e serem fixadas pelo tempo, tornarem-se *ergon*, mas, ainda assim, o sistema, a *energeia*, não se altera. No famoso caso de *imexível*, por exemplo, criou-se uma nova palavra dentro da classe dos adjetivos em analogia a *horrível*, *insensível*, etc. Houve inovação no sentido de que foi criada uma nova palavra. No entanto, o sistema foi conservado porque a possibilidade de formar adjetivos com o sufixo *-ível* já estava prevista por ele, além da significação de “algo em que não se pode mexer”.

A língua recebe a todo o momento a influência dos falantes, mas esta está profundamente condicionada pelo que já foi dito. O que há, então, são inovações contínuas, lentas e graduais. Essas alterações das relações entre os signos passam, inevitavelmente, pela esfera individual da língua, a fala. De acordo com Croce (1969, p. 236), o que uma vez é expresso pela palavra não se repete mais do que como reprodução no seio de uma sociedade, ou seja, como *ergon*. No entanto, novas impressões individuais sobre a realidade dão lugar a mudanças graduais e contínuas na língua, uma vez que oportunizam a criação de expressões novas sobre o mundo, isto é, como *energeia*, mas que se tornam *ergon* ao serem compartilhadas entre os falantes. *Ergon* e *energeia* são, portanto, forças que se implicam mutuamente na linguagem: esta é movimento, atividade criativa, aquela é imobilidade, tradição herdada.

Humboldt (2006 [1836]) salienta que apesar dessa “crença” que nos leva a pensar na língua como *ergon* (imobilidade, produto), não se pode esquecer que a origem de toda a linguagem é a *energeia* (mobilidade, ato):

É somente porque nunca nos é dado ver esse impulso manifestando-se em sua inteira totalidade, mas apenas em cada uma de suas conseqüências isoladas, que somos obrigados a sintetizar a homogeneidade de sua atuação em um conceito geral morto. Em si, porém, aquele impulso é uno e cheio de vida (HUMBOLDT (2006 [1836], p. 105).

Segundo Coseriu (1980), a linguagem é uma atividade humana que congrega três níveis: o universal, o histórico e o individual. O primeiro se refere à “faculdade geral do falar” (COSERIU, 1980, p. 91). Já o segundo diz respeito à faculdade geral de falar uma língua determinada historicamente e identificada como tal (português, espanhol, alemão, etc.). Por fim, o nível individual se manifesta nos textos (orais ou escritos) produzidos pelos falantes em suas respectivas línguas históricas. Para ele, a língua se dá como um saber adquirido (conforme a técnica de cada língua historicamente determinada), se apresentado sob a forma de fatos objetivos, “produtos” realizados individualmente. Contudo, reconhece (retomando Humboldt) que a linguagem não é *ergon* (“coisa feita, produto”) em sua essência, mas *energeia* (“atividade que vai além de sua própria ‘potencialidade’, isto é, além da técnica ‘aprendida’”) (COSERIU, 1980, p. 91)), podendo ser considerada como atividade criadora, como técnica (potencialidade, saber) ou como produto em relação a cada um dos seus níveis (universal, histórico e individual), conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 – pontos de vista e níveis da linguagem

pontos de vista níveis	ἐνέργεια atividade	δύναμις saber	ἔργον produto
nível universal	falar em geral	saber elocucional	totalidade do “falado”
nível histórico	língua concreta	saber idiomático	(língua abstrata)
nível individual	discurso	saber expressivo	“texto”

Fonte: COSERIU (1980, p. 93)

No nível universal, considerar a linguagem como atividade diz respeito à capacidade que em geral os homens possuem de articular sons. É o falar propriamente tal, sem determinação histórica (o homem fala). Já se considerada do ponto de vista da técnica aprendida, do saber adquirido, a linguagem é o saber elocucional, o saber falar de acordo com uma técnica historicamente determinada, isto é, o falar línguas específicas. E, se considerada como produto, a linguagem pode ser vista como a totalidade do que já foi dito numa língua histórica determinada.

No nível histórico, por sua vez, a linguagem como atividade é a língua concreta, ou seja, sua manifestação no falar de uma língua historicamente determinada (o falar português, o falar inglês, etc.). Como potencialidade (saber ou técnica), se refere ao saber tradicional de uma comunidade, o saber idiomático. Por fim, enquanto produto, a linguagem, no nível histórico, é abstrata, pois, “tudo o que nesse nível se ‘produz’ (se cria) ou redonda num *hapax* (expressão dita uma única vez) ou, se se adota ou se fixa historicamente, passa a fazer parte do saber tradicional” (COSERIU, 1980, p. 93). Assim, conforme o linguista, a língua abstrata como produto é o falar (uma técnica historicamente determinada) objetivado numa gramática ou num dicionário. Esse ponto de vista é bastante importante para a compreensão do lugar do dicionário frente aos fatos da língua e da metodologia linguística, conforme veremos em seguida.

Finalmente, no nível individual, a linguagem como atividade é o discurso, o ato linguístico (ou a conexão de uma série de atos) produzido por determinado indivíduo, em determinada situação, em uma língua determinada e com uma finalidade comunicativa determinada. Como saber, refere-se ao saber elaborar esses discursos, ou

seja, corresponde a um saber expressar-se em uma língua histórica. Já como produto, a linguagem é o texto, falado ou escrito, aquilo que foi efetivamente (concretamente) produzido.

Coseriu (1980, p. 99) atribui também aos três níveis da linguagem (universal, histórico e individual), “três níveis de funcionalidade, três estratos do significar ou tipos de ‘conteúdo’ linguístico”. Em primeiro lugar, em relação ao nível universal, está a designação, a saber, a referência à realidade que se faz por meio da linguagem. Em seguida, no âmbito do nível histórico, tem-se o significado, ou seja, o conteúdo de um signo linguístico manifesto exclusivamente enquanto pertencente à dada língua. Por último, no que diz respeito ao nível individual, está o sentido, isto é, aquilo que o conteúdo de um texto “exprime além e através da designação e do significado” (COSERIU, 1980).

Diante do entrecruzamento dos níveis e pontos de vista apontados por Coseriu (1980), a língua pode ser abordada de maneiras muito diferentes pelos estudos da linguagem. Como o próprio autor argumenta, o linguista que considera a linguagem como “a totalidade das orações” (Wittgenstein *apud* Coseriu, 1980, p. 94), se interessará em abordá-la como produto. Já quem a define como “a atividade que usa (ou que produz ou cria) signos” (COSERIU, 1980), está voltado para a linguagem enquanto atividade, como falar, muito embora seja evidente que esses níveis não são independentes uns dos outros.

É justamente com essa interdependência tão absoluta, cujo funcionamento perfeito nos faz lembrar uma engrenagem, que a linguística se depara, não sendo fácil tornar a língua objeto de descrição.

Há uma dificuldade com que justamente as investigações linguísticas mais importantes e engenhosas amiúde se confrontam: muito embora tenhamos uma impressão muito clara e convincente de algo que percebemos a partir do efeito geral de uma língua, ainda assim são fadadas ao fracasso todas as tentativas de identificar esse algo com uma exposição que seja suficientemente completa e que o delimite com conceitos específicos (HUMBOLDT, 2006 [1836], p. 105).

Para Coseriu (1980, p. 94), a linguística deveria estudar a linguagem globalmente, em seus três níveis (universal, histórico e individual), dos três pontos de vista (como atividade, como saber e como produto), em seus três níveis de significação (designação, significado e sentido). Entretanto, salienta que as investigações linguísticas em geral, como descrição e como história, se preocupam com o aspecto técnico da

linguagem (o saber linguístico), pois é o que demonstra maior uniformidade e, por isso, é um objeto de estudo mais facilmente “apreensível” pela ciência linguística. Esse é o caso da lexicografia.

No nível universal, a lexicografia parte da língua como saber elocucional e como produto (a “totalidade do falado” segundo o saber elocucional, ou seja, a técnica linguística historicamente determinada) para, então, descrevê-la, no nível histórico, como saber idiomático (isto é, descrever a língua abstrata) a fim de oferecer ao potencial usuário da obra lexicográfica informações que lhe permitam esclarecer dúvidas sobre o saber tradicional (idiomático) da comunidade linguística da qual faz parte. No nível histórico, a paráfrase explanatória, por exemplo, é o segmento informativo que, ao ilustrar os significados a partir dos quais os lemas são comumente compreendidos em dada língua, permite ao falante, no nível universal, fazer referência à realidade dessa língua. Já os exemplos lexicográficos, por outro lado, como o próprio nome demonstra, entre outras funções¹¹, são “modelos concretos, que servem ao usuário do dicionário para repeti-los ou para formar enunciados paralelos com o aval de um modelo de construção” (PONTES, 2010, p. 354), visto que são a expressão dos modos de utilização dos significados descritos pelas paráfrases (segundo a técnica própria da língua), sendo, por isso, um segmento informativo auxiliar no processo de produção linguística.

Com isso, pode-se dizer que, em geral, em relação à língua enquanto saber, os dicionários conseguem atender os três saberes (elocucional, idiomático e expressivo). Entretanto, há uma restrição bastante importante no nível individual, o do saber expressivo, que diz respeito ao sentido. Em relação a ele, a lexicografia não pode assumir nenhum tipo de compromisso em expressá-lo porque este envolve a criatividade dos falantes, isto é, tudo o que potencialmente podemos fazer com o que nossa língua nos disponibiliza. Que o dicionário consiga elucidar os significados do verbo *estar*, bem como dos substantivos *carro* e *rua* e do adjetivo *amarelo*, não nos resta a menor dúvida. Porém, que ele consiga prever que a oração *Há um carro amarelo na rua* signifique *Paulo já chegou*, em um contexto em que se pergunta a respeito da chegada de *Paulo* para um jantar (e no qual a pessoa que responde à pergunta sabe que Paulo tem um carro amarelo e que, ao responder assim, e não com *sim* ou *não*, sabe que aquele que perguntou também tem esse conhecimento), por exemplo, se trata de uma condição que

¹¹ Cf., por exemplo, Drysdale (1987), Lara (1996), Humblé (2001), Atkins e Rundell (2008), para considerações acerca das funções dos exemplos em dicionários.

foge a seu escopo de atuação. E talvez por isso, por não poder prever o nível pragmático da língua (e também por registrar tudo aquilo que é ou já foi *ergon*), que o dicionário seja alvo de críticas que o caracterizam como instrumento limitado. Em nossa opinião, contudo, considerar a ausência da pragmática como uma limitação da obra lexicográfica não parece plausível porque a essência do dicionário está na esfera dos saberes elocucional e idiomático, dos significados já fixados por meio da ação coletiva sobre a língua ao longo do tempo (segundo uma técnica historicamente determinada). Assim, ele pode dar conta da designação e do significado, mas não do sentido porque não é essa a sua essência. Uma teoria pragmática, por sua vez, ou ao menos teorias baseadas na pragmática, como as teorias funcionalistas, por exemplo, sim, devem ter subsídios descritivos para esse nível da linguagem.

Em relação à essência do dicionário, portanto, muito embora a língua pareça reter uma pequena parte de todas as inovações que os falantes praticam cotidianamente, muitas perduram e permitem ver, “de uma época a outra, a soma das formas novas dar ao vocabulário e à gramática uma fisionomia inteiramente diversa” (Saussure, 2006 [1916], p.196). E o dicionário, em certa medida, é o que possibilita ao falante ver essa imagem fixada, pois é o registro *a posteriori* dos fatos linguísticos. Pensemos a língua como sendo um trem que corre sobre trilhos e o dicionário como sendo um fotógrafo (que tem certo tipo de câmera e que prefere tirar fotos de determinado ângulo). Praticamente no momento em que a foto é tirada, o trem já passou. Além disso, a imagem que se tem do trem é aquela que o tipo de câmera e o ângulo conferem. No entanto, ao chegar ao seu ponto final, o trem segue sendo um trem, que já percorreu muitos quilômetros pelos trilhos, que já embarcou e desembarcou muitos passageiros, é verdade, mas que ainda conserva algo de próprio e reconhecível. É aí que se situa o dicionário, no lado *ergon* da língua. A obra lexicográfica não é a língua toda. E nunca foi essa a sua pretensão.

Assim, diante do exposto até agora e lembrando a crítica a qual nos referimos ao iniciar este capítulo, podemos dizer que, se compararmos o dicionário à complexidade absolutamente natural da língua, sim, ele é limitado, pois não consegue (mesmo sendo um *Thesaurus*) descrever tudo o que já foi dito na história de uma língua nem tampouco prever tudo o que poderá ser dito no decorrer dessa história. Porém, se conferirmos a ele o papel que, de fato, deve ter nas comunidades linguísticas, o de registro dos significados já compartilhados pela comunidade, em dado momento da língua, estão dissolutos todos os embates que cercam a obra lexicográfica e inclusive o

fazer dicionarístico. A lexicografia tem a função que deve ter e tem o objeto que deve ter, assim como a fonologia, a linguística do texto, a sociolinguística, a semântica cognitiva, etc. O dicionário não pode prever os infinitos usos que ainda estão por ser feitos pelos falantes, pois não tem acesso à sua consciência, à sua infinita capacidade criativa: “A língua possui regras, mas o que se faz com elas não pode ser predeterminado.” (HUMBOLDT, 2006 [1836], p. 139).

2

TRANSITIVIDADE, REGÊNCIA, VALÊNCIA E DIÁTESE: UMA DISCUSSÃO DESIGNATIVA OU CONCEITUAL?

Na verdade, não existe ciência encerrada em si mesma, sem formas próprias de expressão. É necessário, então, comunicar ciência. E, mais uma vez, a língua, sob um figurino especializado, é a protagonista que desempenha o papel de ajudar a escrever a ciência. Explica-se, assim, também, o papel das terminologias na expressão dos saberes humanos.

(BORGES, 1998 *apud* KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 7)

2.1 Questões preliminares

Segundo Pavel e Nolet (2002), a palavra *terminologia*, empregada com um significado mais restrito e especializado, designa a “disciplina linguística consagrada ao estudo científico dos conceitos e termos usados nas línguas de especialidade” (PAVEL; NOLET, 2002, p. XVII). Nesse contexto, a Terminologia¹² pode ser dividida basicamente em duas epistemês. A primeira delas corresponde às teorias denominadas “clássicas”, cujo maior expoente foi Wüster (1931), fundador da Terminologia como ciência linguística a partir de sua tese de doutorado, que ficou conhecida como Teoria Geral da Terminologia (TGT). Já o segundo momento poderia ser chamado pós-wusteriano, uma vez que todas as escolas “linguístico-comunicacionais” (KRIEGER; FINATTO, 2004) se fundamentaram com base no estabelecimento de suas diferenças em relação à TGT.

Salvaguardando tais diferenças¹³, o que há em comum entre todas as teorias terminológicas, de suas origens até os dias de hoje, é que a relevância da prática terminológica se justifica pela ideia de que

a língua de especialidade é a que é utilizada para proporcionar uma comunicação sem ambigüidade numa área determinada do conhecimento ou da prática, com base num vocabulário e em usos

¹² Para distinguir a palavra *Terminologia* como ciência da palavra *terminologia* como conjunto de termos, adotaremos o emprego da letra inicial minúscula para esta e maiúscula para aquela.

¹³ Para um aprofundamento sobre as diversas teorias terminológicas, assim como sobre os temas pertencentes a esta área, cf. Barros (2004), Krieger e Finatto (2004) e Pavel e Nolet (2002).

linguísticos específicos desse campo (PAVEL; NOLET, 2002, p. XVII).

Imbuída desse “espírito” fundamental da Terminologia, a portaria nº 36 de 28.1.1959, mais conhecida com *Nomenclatura Gramatical Brasileira*¹⁴, a NGB, foi um marco em nossa tradição gramatical. Contendo aproximadamente 15 páginas, teve como motivação padronizar a diversidade terminológica presente no ensino de língua portuguesa, conforme apontou Câmara Jr. ao afirmar que “(...) no Brasil, que é a terra da gramática, todo professor de português se acha obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua” (CÂMARA JR., 1972, p. 56), opinião endossada fortemente por outros gramáticos da época, que clamavam por uma unificação terminológica, como Mário Barreto em *Fatos da Língua Portuguesa*:

(...) o defeito não está em querer dar o nome aos fatos. O nome é um identificativo imediato de tudo e de todos. O defeito está não somente na balbúrdia lavrante no terreno da nomenclatura, mas também na falta de gradação e de ordenação, sim, eis uma das mais atrozess torturas do discente: nomenclatura variada, incompleta, deficiente, contraditória, não correspondente à evolução dos estudos filológicos entre nós. A exemplo do que já se fez em outros países, poder-se-ia tentar, também aqui, uma unificação, uma complementação, uma simplificação (BARRETO, 1953 *apud* GHELLI, 2006, p. 5).

Segundo o documento, com o objetivo de elaborar uma “terminologia simples, adequada e uniforme” (BRASIL, 1957), foram consideradas a “exatidão científica do termo, a sua vulgarização internacional e a sua tradição na vida escolar brasileira” (BRASIL, 1959). De acordo com Ghelli (2006, p. 3), a escolha dos termos baseou-se no levantamento das várias designações empregadas pelos autores nacionais consagrados, optando-se por aquelas consideradas mais “simples” e de uso mais geral.

Além da nomenclatura proposta, a versão prévia da NGB, que circulou nacionalmente (cf. nota 14), continha também “algumas definições e/ou conceituações doutrinárias” (GHELLI, 2006, p. 4) suprimidas na versão final por sugestão da *Academia Brasileira de Filologia* e de professores como Antônio José Chediak:

¹⁴ Na verdade, o primeiro passo para a publicação da Nomenclatura foi dado dois anos antes através da Portaria nº 152, de 24 de abril de 1957, documento que justifica a proposta de padronização da terminologia gramatical brasileira e nomeia a comissão que tratará de elaborá-la, comissão esta formada por alguns dos mais consagrados gramáticos brasileiros, como Antenor Nascentes e Rocha Lima. Conforme Ghelli (2006, p. 4), antes de sua publicação oficial, o projeto da NGB foi distribuído a todos os reitores das universidades brasileiras, aos governadores estaduais, aos diretores do tradicional colégio Pedro II, às faculdades de letras do país, ao presidente da Câmara do Distrito Federal e aos presidentes da Academia Brasileira de Letras, convocando quem desejasse a sugerir alterações no projeto.

Se é difícil conciliar opiniões quanto a nomes, muito mais difícil é chegar a um acordo sobre definições e observações de ordem doutrinária. Fiquem elas a cargo dos professores e dos compêndios. Não tenho dúvida em afirmar que o Anteprojeto, tal como está, atenta contra a liberdade da cátedra. Vamos seguir a França que se limitou a nomes e nada mais (...) (CHEDIAK, 1960 *apud* GHELLI, 2006, p. 5).

Ghelli (2006) afirma que a NGB foi uma “tentativa de redimensionamento do ensino escolar, sem privilégio de qualquer doutrina” (GHELLI, 2006, p. 9). Pretendeu-se, portanto, elaborar uma terminologia “neutra”, desvinculando-a de seus respectivos conceitos:

(...) sendo ela uma simples relação da nossa terminologia gramatical e não apresentando definições, conceituações ou métodos de exposição, será facilmente aplicável pelo professor em suas aulas. Não lhe é tirada a liberdade de apresentação da matéria nem se lhe impõe um método ou uma sistematização. Apenas são apresentados os termos que ele vai dando, aos fatos da língua porventura estudados (AZEVEDO, 1971 *apud* GHELLI, 2006, p. 10).

Esse procedimento fez da NGB uma “terminologia pela terminologia”, perdendo, por isso, sua razão de ser, já que um conjunto de termos só faz sentido na relação com seus respectivos conceitos:

Uma unidade terminológica consiste em uma palavra à qual se atribui um conceito como seu significado (...), ao passo que, para a maioria dos lingüistas atuais, a palavra é uma unidade inseparável composta de forma e conteúdo (WÜSTER, 1998 *apud* KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 76)

Além do mais, os termos e seus conceitos devem estar atrelados a uma teoria específica, pois “(...) uma nomenclatura não é independente de uma teoria” (PERINI, 2010, p. 24):

(...) os fenômenos linguísticos se prestam a uma multiplicidade de interpretações e de teorizações e [...], justamente por isso, a taxonomia (classificação) empregada para analisar esses fenômenos pode variar amplamente de um autor para outro, de uma escola teórica para outra (BAGNO, 2011, p. 503).

Se o que motivou a elaboração da NGB foi a multiplicidade de termos empregados para designar os mesmos fenômenos, um dos resultados de sua instituição foi o processo contrário, ou seja, sob os mesmos termos, por vezes passaram a ser englobados fenômenos diferentes, como nos mostram gramáticas como as de Azeredo

(2013), Bechara (2009), Castilho (2010) e Rocha Lima (2011)¹⁵. Em resumo, a confusão terminológica permaneceu. Além disso, a pretensa padronização se limitou ao âmbito do ensino da língua portuguesa. A partir da década de 1960, no momento em que a NGB já era um fato político e linguístico, a linguística passou a ganhar mais força no país graças a sua inclusão como disciplina nos cursos de Letras e à “consolidação de uma política de pesquisa” (AZEREDO, 2013, p. 34) na área, o que garantiu gradual e naturalmente o surgimento de uma terminologia em parte paralela à da NGB, provocando “o divórcio entre a pesquisa linguística e o ensino de gramática nas escolas” (PERINI, 2010, p. 24). Por esse motivo também é que muitos estudiosos, como Bagno (2011) e Perini (2010), por exemplo, consideram a NGB defasada desde sua gênese, pois tendo sido implementada antes mesmo dos cursos de linguística, não reflete adequadamente o desenvolvimento da ciência linguística no Brasil. Portanto, atualmente a NGB é considerada muito mais “um compromisso político, levando em conta inclusive os interesses imediatos do ensino, do que resultado de pesquisa linguística” (PERINI, 2010, p. 23), já que possui uma “pobreza conceitual frente à extrema complicação dos fatos” (PERINI, 2010, p. 23).

Conforme pondera Perini (2010), apesar de o Ministério da Educação (MEC) ter tentado fazer da NGB uma “recomendação” prioritariamente em relação ao ensino do idioma, conforme é possível notar no próprio documento¹⁶, em sendo uma recomendação legal, teve como efeito o seu entendimento como, de fato, uma lei, um decreto a ser obedecido incontestavelmente. Assim, como instrumento político¹⁷, a NGB provocou os efeitos linguísticos mencionados acima, os quais sentimos até hoje, passados mais de 50 anos de sua publicação.

Se, no final da década de 1950, o movimento de “renovação” gramatical apoiava-se sobre uma necessidade de padronização terminológica, hoje, tem havido também um movimento muito forte de “renovação” da descrição gramatical brasileira,

¹⁵ Citamos como exemplo o caso do *objeto indireto*, que, nas gramáticas de cunho lógico-filosófico, geralmente engloba todos os complementos verbais preposicionados. Já as gramáticas de cunho linguístico comumente denominam *objeto indireto* apenas os complementos introduzidos pelas preposições *a* e *para* e designadores do papel temático de *beneficiário*, propondo outros termos para os demais complementos preposicionados, tais como *complemento relativo* (AZEREDO, 2013; BECHARA, 2009 e ROCHA LIMA, 2011) ou *complemento oblíquo* (CASTILHO, 2010).

¹⁶ “Recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que segue anexa à presente Portaria, no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino” (BRASIL, 1959).

¹⁷ Neste trabalho, por questões de escopo, não discutiremos os efeitos sociopolíticos de uma medida legal em relação ao ensino do idioma, embora não desconhecamos o fato de que eles existem e, inclusive, interferem no modo como a população enxerga sua língua materna e sua aprendizagem.

voltado, porém, mais para o rigor e o detalhamento descritivos, o que acarreta, obviamente, a questão terminológica. As inúmeras gramáticas que vêm sendo publicadas, como, por exemplo, as de Azeredo (2013), Bagno (2011), Castilho (2010), Neves (2011) e Perini (2010), bem como os verdadeiros “manifestos” a favor de uma nova teoria gramatical brasileira, como os de Bagno (2000; 2003; 2009), Perini (2007; 2009b), Possenti (2000), entre tantos outros, são a prova cabal disso. Em todas essas obras, vez ou outra a tradição gramatical lógico-filosófica é questionada nos âmbitos teórico e metodológico, propondo-se um rearranjo terminológico e conceitual, o que coloca em evidência a diversidade com a qual nos deparamos.

Ao contrário do campo da anatomia, por exemplo, em que um profissional da medicina e suas áreas afins jamais nomearia o *músculo esternocleidomastóideo* por outro nome (a menos que a *Nomina Anatômica* fosse alterada ou que houvesse uma variante terminológica oficialmente reconhecida como tal), em linguística não desfrutamos tão plenamente dessa “harmonia” terminológica, porque trabalhamos com abstrações. E toda área que trabalha com abstrações frequentemente se depara com as diferentes possibilidades de “enxergar” determinado problema. Pensemos, por exemplo, no caso da linguística, o que o termo *língua* pode designar. Pensemos nas diversas definições dadas à *palavra*, no embate entre *empréstimos*, *estrangeirismos* e *decalque*, no tabu (que ultrapassa o estritamente linguístico) envolvendo o termo *norma*, entre tantos outros termos “problemáticos” de nossa área. Descrever a linguagem humana com a própria linguagem é uma dificuldade inerente à linguística.

Na mesma esteira de Bagno (2011) e Perini (2010), acreditamos que uma terminologia unificada, tal qual existe na anatomia ou em outras áreas, é inviável em linguística pelos motivos expostos acima. Os fenômenos linguísticos podem ser interpretados de distintas maneiras, em maior ou menor profundidade e detalhamento, por teorias diferentes, razão pela qual são mantidos alguns termos e cunhados outros. Por esse motivo é que procuraremos esclarecer aqui se os termos *transitividade*, *regência*, *valência* e *diátese* são variantes apenas designativas ou, além disso, são também conceituais, pois saber isso nos auxiliará a estabelecer uma coerência teórica e terminológico-conceitual nesta dissertação, tendo em vista que trabalharemos com uma teoria específica. A escolha desses termos não foi aleatória, mas é fruto da hipótese de que talvez possam designar o mesmo fenômeno, conforme acredita Castilho (2010), que

defende tratar-se tão somente de uma “oscilação terminológica¹⁸” (CASTILHO, 2010, p. 688). Partimos da premissa de que, se não se referem ao mesmo fenômeno, designam fenômenos pertencentes ao mesmo universo (e, justamente por isso, provocam dúvidas quanto ao seu significado), isto é, estando relacionados ao verbo como figura central na oração (do ponto de vista sintático e também semântico, conforme ficará mais claro no decorrer da exposição).

Já que estamos tratando de terminologias, quando falamos em graus de profundidade e detalhamento, nos referimos à evidente diferença de abordagem e descrição que há entre as gramáticas denominadas “normativas”, “tradicionais”, “prescritivas” ou até mesmo “escolares” e aquelas às quais chamaremos aqui de “gramáticas de cunho linguístico”, evitando rotulá-las de “descritivas”, posto que as outras também o eram, embora visando possivelmente a outros objetivos por fazer parte de um momento determinado da história do conhecimento gramatical. Gostaríamos, portanto, de deixar clara nossa opção de não entrar no mérito sobre se a prescrição gramatical, tão polêmica no Brasil, foi causa ou efeito das gramáticas consideradas tradicionais. Assim, não empregaremos a oposição *prescrição versus descrição*, ou *gramáticas normativas* ou *prescritivas versus gramáticas descritivas*, para não cair na obrigação de discutir a polissemia do termo norma no contexto brasileiro (desviando de nosso propósito), o que já vem sendo feito de maneira muito competente, por exemplo, por Bagno (1999, 2000, 2002, 2003, 2009), Bechara (2005), Camacho (1981), Lucchesi (1994), Mattos e Silva (2004), entre outros. Preferimos, então, opor *gramáticas de cunho lógico-filosófico* e *gramáticas de cunho linguístico*, entendendo por essa oposição a distinção entre obras marcadas por uma concepção de gramática calcada na tradição greco-latina (e, por isso, preferimos chamá-las lógico-filosóficas) e obras completamente influenciadas pela ciência linguística¹⁹ (e, por isso, de cunho linguístico).

Fazer essa distinção é essencial para a metodologia deste capítulo, uma vez que, para estabelecer o(s) conceito(s) designado(s) pelos termos em questão, no que toca à *transitividade* e à *regência*, contraporemos a abordagem de gramáticas de cunho lógico-filosófico com a abordagem de gramáticas de cunho linguístico, além de buscar os

¹⁸ Para “neutralizar” essa oscilação terminológica, o gramático prefere empregar o termo “Princípio da projeção”.

¹⁹ Não queremos dizer com isso que a linguística não sofreu influência dessa tradição. Estamos constatando que, justamente dessa influência tradicional é que surgiu outra abordagem dos fenômenos linguísticos.

termos também em alguns dicionários de linguística e obras sobre o tema²⁰. Em um segundo momento, ao tratar dos termos *valência e diátese*, empregaremos apenas as reflexões que eventualmente possam constar nas gramáticas de cunho linguístico e livros sobre o tema, tendo em vista que são termos cunhados dentro da linguística.

2.2 Transitividade, regência, valência e diátese: uma discussão designativa ou conceitual?

Regência verbal e nominal, verbos transitivos e intransitivos. Possivelmente essas (e outras) classificações estejam muito presentes na memória de qualquer falante nativo de português que tenha passado pelo ensino formal do idioma, pois são conceitos presentes nas gramáticas de cunho lógico-filosófico, tão influentes no ensino de língua portuguesa a ponto de ser senso comum a associação do ensino de português com o ensino de gramática (HENRIQUES, 2010). Se *regência e transitividade* são termos já bastante conhecidos, o mesmo não acontece com os termos *valência e diátese*, empregados exclusivamente no âmbito dos estudos acadêmicos em linguística. Entretanto, como mencionamos anteriormente, esses quatro termos parecem designar fenômenos extremamente próximos ou, inclusive, o mesmo fenômeno. Portanto, o objetivo deste capítulo é tentar esclarecer a que fenômeno(s) esses termos se referem.

2.2.1 Transitividade

A tradição gramatical greco-latina influenciou fortemente a terminologia empregada nas gramáticas de língua portuguesa. Dentre os termos que sofreram tal influência, *transitividade* originou-se de *transitiuus* [“transitório, que se transmite ou transforma, que transita ou faz transitar” (FERREIRA, 1986 *apud* BRITO, 2012, p. 39)], derivado do verbo latino *transire*, que significa “atravessar, passar, ir além (movimentando-se no espaço)” (CASTILHO, 2010, p. 262). De acordo com Brito (2012) e Cunha e Souza (2011), o fenômeno designado por esse termo fundamentava-se no “esquema nocional agente-ação-objeto” (BRITO, 2012, p.39) no qual a *transitividade* se referia à passagem - ou a transição - de uma atividade exercida por um sujeito agente a um objeto paciente, de forma que o significado do verbo “transitaria” de um componente oracional a outro. Repare que, ao referir-se à *atividade*, o emprego do

²⁰ A pesquisa incluiu um total de 22 obras divididas em 5 dicionários de linguística, 2 dicionários de *regência*, 1 dicionário de *valência*, 10 gramáticas, 3 livros sobre *valência* e 1 livro sobre *transitividade* (cf. Anexo 1).

termo se restringia aos verbos de ação. Além disso, se restringia também a verbos que, necessariamente, deveriam ter seu significado completo por meio de sua relação com dois componentes oracionais, ou seja, aos verbos denominados de “predicação²¹ incompleta” ou “transitivos”. Finalmente, *transitividade* era vista também como uma propriedade transformacional de sentenças transitivas, que podiam passar da voz ativa à passiva (graças à relação agente-ação-objeto)²²:

Na Gramática Tradicional, assim tem sido entendida a *transitividade*: (i) são transitivas as sentenças que podem passar (*transire*) de ativas a passivas – a *transitividade* é então vista como uma propriedade de transformação ou comutação; (ii) o verbo transitivo é aquele que passa sua ação ao complemento – e a *transitividade* limitava-se aos verbos de ação, deixando de fora verbos tais como *temer* e *perceber*, entre outros, o que ficou mal; (iii) o verbo transitivo é aquele que não pode ‘exercer uma predicação completa’, isto é, não pode por si só ‘expressar o que se deseja dizer do sujeito’ (...) (CASTILHO, 2010, p. 262).

Dubois (1993) define *transitividade* como “a propriedade de um verbo transitivo, isto é, de um verbo seguido por um sintagma nominal complemento de objeto não precedido de uma preposição” (DUBOIS, 1993, *s.v. transitividade*). Já Câmara Jr. (1981) aponta dois significados para o termo: um em sentido lato e outro em sentido estrito. Neste, tal qual Castilho (2010), menciona a mudança de voz e, à semelhança do proposto por Dubois (1993), afirma que *transitividade* se refere à “necessidade, que há em muitos verbos, de se acompanharem de um objeto direto que complemente a sua predicação” (CÂMARA JR., 1981 *s.v. transitividade*). Naquele, por sua vez, a *transitividade* “é sinônimo de predicação incompleta, aplicando-se quer aos verbos de objeto direto (transitivos diretos), quer aos de objeto indireto (transitivos indiretos)” (CÂMARA JR., 1981 *s.v. transitividade*), definição que, de fato, amplia a abrangência do termo a todos os verbos de predicação incompleta. A essa ampliação designativa, Jota (1981) ainda inclui a noção da ausência da *transitividade*, isto é, a *intransitividade*, posto que a *transitividade* “(...) admite graus, indo do zero (*intransitividade*), à necessidade absoluta (...)” (JOTA, 1981 *s.v. transitividade*).

O conceito de *transitividade* nem sempre é definido explicitamente nas gramáticas (e aqui nos referimos não apenas às de cunho lógico-filosófico). Por esse

²¹ *Predicação* “é o ato de associar, por meio do verbo, um atributo a um objeto (=predicar), circunscrevendo essa associação temporalmente” (AZEREDO, 2013, p. 200).

²² Castilho (2010, p. 262) justifica esse entendimento do termo dizendo que “entendeu-se que a língua representa uma sorte de percurso, e que a sentença pode ser vista como um lugar de passagem, em que a ação “passa” do agente para o paciente, explicação que obviamente só funciona para os verbos de ação”.

motivo, necessitamos recorrer às definições de dicionários de linguística para nortear o “mapeamento” conceitual proposto²³. A consequência imediata da ausência da definição é a dificuldade com a qual nos deparamos em identificar o que se entende por *transitividade* nessas obras, devendo, pois, além de buscar o termo em dicionários de linguística (note-se que a maioria das definições elencadas anteriormente são dicionarísticas), inferir o seu significado do conteúdo apresentado no(s) capítulo(s) dedicado(s) à predicação verbal, em que a noção de *transitividade* é fundamental.

Bagno (2011) joga luzes à questão conceitual quando afirma que “quanto às classificações tradicionais de *transitividade* verbal, elas se referem, como sabemos, ao tipo de complemento que é acionado pela semântica do verbo ou, no caso dos intransitivos, pela não necessidade de complemento” (BAGNO, 2011, p. 516), observação que vai ao encontro das definições propostas por Câmara Jr. (1981) e Jota (1981). De fato, parece mesmo ser esse o âmbito de uso do termo *transitividade*.

Nas gramáticas de cunho lógico-filosófico em geral, a discussão tem seu início com a distinção semântica entre verbos transitivos e intransitivos. Nessas obras, os primeiros designam os verbos de predicação incompleta, ou seja, aqueles cujo significado prevê a relação necessária com outros itens léxicos para adquirir o que aqui chamaremos *plenitude significativa*, como em *Maria cortou o pão* (e não apenas **Maria cortou*). Nos intransitivos, por outro lado, o significado encontra-se completo no próprio verbo, como em *João corre*. Além desse critério, semântico, também está envolvido na noção de *transitividade* um critério sintático usado para distinguir os “tipos de complemento” (BAGNO, 2011, p. 516) dos verbos transitivos. De acordo com esse critério, “uma preposição ou uma suposta preposição zero manifestaria formalmente a relação entre o verbo e seu complemento” (BRITO, 2012, p. 40). Assim, tradicionalmente, dentre os verbos semanticamente incompletos, a saber, os transitivos (em oposição aos intransitivos), há a diferença entre verbos transitivos diretos, verbos transitivos indiretos e bi-transitivos. Os transitivos indiretos têm sua relação com o complemento estabelecida formalmente por meio de uma preposição, o que justifica serem chamados *indiretos* em muitas gramáticas, tal qual seus complementos (tradicionalmente denominados *objeto indireto*). Já nos transitivos diretos, pelo contrário, a relação do verbo com o complemento é “direta”, isto é, sem o emprego da preposição, de maneira que são chamados *diretos*, assim como seus complementos

²³ Cf. Anexo 1 para as definições dos termos encontradas nas obras consultadas.

(tradicionalmente denominados *objeto direto*). Finalmente, os bi-transitivos são verbos que apresentam tanto o complemento direto quanto o indireto.

Podemos plantear, assim, que *transitividade* é uma propriedade atribuída ao verbo no que diz respeito à ausência (*intransitividade*) ou à presença (*transitividade*) de complementos a sua direita, com e/ou sem preposição. Em última análise, essa definição se aplica também às gramáticas de cunho linguístico. Porém, a abordagem dessas obras evidencia de maneira mais apurada a complexidade do tema, explicitando questões sobre as quais as gramáticas lógico-filosóficas não são claras o suficiente. Azeredo (2013) chega a chamar a classificação dos verbos transitivos (diretos, indiretos, diretos e indiretos) de “simplista” (AZEREDO, 2013, p. 214), pois igualaria nessa categoria fenômenos de natureza variada, não dando conta de explicitar a complexidade dessa classe de verbos. Busse e Vilela (1986) também fazem uma crítica nesse sentido, afirmando que a classificação dos verbos transitivos

mostra-se insuficiente, uma vez que haverá necessidade de distinguir um número maior de tipos de actantes de acordo com as propriedades morfo-sintáticas características, sendo a distinção entre complemento directo e complemento preposicional (= indirecto) apenas uma dessas características (BUSSE e VILELA, 1986, p. 15).

Perini (2009a) também considera problemática a classificação tradicional dos verbos. Para o linguista, a distinção entre verbos que “exigem” complementos (transitivos) ou os “recusam” (intransitivos) não é descritivamente adequada, pois acaba excluindo os inúmeros verbos que, em português, ora aceitam, ora recusam, complementos²⁴, como é o caso de *comer*²⁵, por exemplo:

(1) *Meu gato já comeu todo o mingau.*

(2) *Meu gato já comeu.*

(3) *Meu gato quase não come.*

Essa crítica, em última instância, apontaria para uma variabilidade de *transitividade*, questão salientada em boa parte das gramáticas consultadas:

²⁴ Em sua exposição o autor se limita a falar apenas da exigência dos objetos diretos, ao que decidimos acrescentar os indiretos também, nos referindo, portanto, aos complementos verbais em geral, já que as gramáticas de cunho lógico-filosófico, em sua maioria, se referem à exigência em relação a ambos os complementos.

²⁵ Exemplos retirados de Perini (2009a, p. 162).

Quadro 2 – Variabilidade de *transitividade* apontada nas gramáticas consultadas

<p>“Não há uma fronteira rígida entre verbos transitivos e intransitivos; o que há é um contínuo, em cujos extremos se encontram o verbo que sempre recusa complemento (ex.: nascer) e o verbo que sempre seleciona complemento (ex.: fazer). Na ampla faixa que medeia entre esses dois tipos temos uma rica variedade de casos. Nota-se nessa faixa uma gradação do vínculo entre o verbo e os termos que o acompanham na construção do predicado” (AZEREDO, 2013, p. 214-215).</p>	<p>“Um mesmo verbo pode ser usado transitiva ou intransitivamente, principalmente quando o processo verbal tem aplicação muito vaga. Esta particularidade só é possível quando a extensão significativa do verbo aponta para um termo geral (...) que englobe a natureza de todos os signos léxicos que naturalmente apareceriam à direita do verbo. (...) Por tudo isso, conclui-se que a oposição entre transitivo e intransitivo não é absoluta, e mais pertence ao léxico do que à gramática” (BECHARA, 2009, p. 415).</p>
<p>“A análise da <i>transitividade</i> verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente. O mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente, ora transitivamente, ora com objeto direto, ora com objeto indireto” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 138).</p>	<p>“(...) a <i>transitividade</i> e <i>intransitividade</i>, ou predicação verbal, para grande parte dos verbos, manifesta-se alterada no discurso (...)” (LUFT, 2002, p. 60).</p>
<p>“(...) é um fato que a <i>transitividade</i> gramatical é uma propriedade da sentença, e não do verbo que a constrói. Não há verbos exclusivamente transitivos, nem verbos exclusivamente intransitivos. É o uso na sentença que explicita a decisão tomada pelo falante” (CASTILHO, 2010, p. 263).</p>	<p>“o caráter de cada qual destes tipos [sc. de verbos] se denuncia na frase. Verbos normalmente intransitivos podem empregar-se transitivamente, e vice-versa, de acordo com o sentido especial de determinadas frases” (ROCHA LIMA, 2011, p. 418).</p>

Fonte: A autora, com base em Azeredo (2013), Bechara (2009), Castilho (2010), Cunha e Cintra (2001), Luft (2002) e Rocha Lima (2011).

No entanto, Perini (2009a) não considera a variabilidade da *transitividade* uma explicação plausível, pois, segundo ele, relativizar a noção de *transitividade* a tornaria supérflua, vazia, já que, tradicionalmente, são transitivos os verbos que “exigem” complemento (direto) e intransitivos os que o “recusam”, e não os verbos que podem (ou não) “ocorrer” complementados.

Na verdade, essa tentativa de solucionar o problema equivale a estabelecer sinonímia entre **ser transitivo** e **ocorrer com OD** [sc. e indireto]; por conseguinte, a noção de “transitivo” deixaria de ser útil, pois não faria mais que repetir a informação já dada pela expressão menos misteriosa “que tem objeto direto” [sc. e indireto] (PERINI, 2009a, p. 163, grifos do autor).

Então, para Perini (2009), atribuir a *transitividade* ao contexto²⁶ em que a sentença é construída, e não propriamente ao verbo, “não cura os males da concepção tradicional” (PERINI, 2009a, p. 163). Mesmo diante dessa postura, ainda podemos dizer, todavia, que a *transitividade* se aplica à relação dos verbos com seus

²⁶ Tanto o condicionamento da *transitividade* ao contexto quanto as ressalvas de Perini (2009) a esse respeito deixam em aberto que há muitos casos de variabilidade motivados por fatores linguísticos, tais como o tempo verbal e a inserção de modificadores. Por exemplo, muitos verbos transitivos podem ser usados intransitivamente no presente do indicativo com um modificador, como em *João bate forte*, *Meu filho come mal*, *Machado escreve bem*. Esse é um efeito interessante, porém pouco estudado.

complementos, seja ela de exigência, recusa ou “livre aceitação”, conforme terminologia proposta por Perini (2009a).

Outro ponto cujo tratamento ganha mais destaque nas gramáticas de cunho linguístico é a *transitividade* também como propriedade dos nomes (substantivos, adjetivos e advérbios). Assim como existem verbos transitivos, que requerem outros itens léxicos para completar-lhes o significado, há também nomes que manifestam essa mesma necessidade, podendo plenamente ser chamados de *transitivos*. Por isso, pode-se falar em uma *transitividade nominal*, à semelhança da *transitividade verbal*, conforme sugere a definição de *transitividade* a seguir:

Propriedade das classes predicadoras (verbos, adjetivos, advérbios e preposições) de *exigir/demandar/articular/subcategorizar* determinados *termos/actantes/argumentos* que lhes *completam/determinem/especifiquem* o sentido, constituindo juntamente com eles o predicado sentencial (CASTILHO, 2010, p. 262, grifos do autor).

A esse respeito, à exceção de Perini (2009a), não é comum encontrar em gramáticas algum capítulo ou seção intitulada *transitividade nominal*, até mesmo porque nem sequer costuma haver algo assim cujo título seja *transitividade verbal*. Como dissemos anteriormente, em geral, a noção de *transitividade* está mais ou menos implícita em muitas obras gramaticais, subsidiária ao tema da predicação (normalmente a verbal). O curioso, no entanto, é que, apesar disso, há uma classe de termos oracionais denominada *complemento nominal* pelas gramáticas, o que atesta o “silêncio” ao qual nos referimos. A noção de *transitividade* dos nomes²⁷ está ainda mais subentendida que a dos verbos, revelando uma indeterminação ou imprecisão conceitual do termo *transitividade* bastante passível de críticas como a que fez Luft (2009b):

Vale então a coerência: se a verbos que regem complemento (s) se dá o nome de ‘transitivos’, cabe essa mesma designação aos nomes (substantivos, adjetivos e advérbios), seus derivados e cognatos e, por extensão, a quaisquer nomes nas mesmas circunstâncias. Nomes que regem complemento (s) são ‘nomes transitivos’ (LUFT, 2009b, p. 8).

Diante dessa questão, caberia modificar nossa definição de *transitividade*, incluindo o nome também como classe portadora dessa propriedade, assim como fez Castilho (2010). Porém, ao contrário dos verbos, que podem ou não ter complementos

²⁷ Acerca da ausência do termo *nome* nas gramáticas de cunho lógico-filosófico (e que também não está na NGB), Luft (2009b, p. 6) afirma tratar-se de “uma lacuna incompreensível numa lista que arrola derivados da palavra ausente: ‘nominal’ (desinência nominal, formas nominais do verbo, concordância nominal, predicado verbo-nominal, complemento nominal, oração completiva nominal e *regência* nominal)”.

introduzidos por preposição, os complementos dos nomes são sempre preposicionados, restrição sintática importante na *transitividade nominal*²⁸. Sendo assim, *transitividade* é uma propriedade de verbos e nomes no que diz respeito à ausência (*intransitividade*) ou presença (*transitividade*) de complementos a sua direita. Na *transitividade verbal*, os complementos podem ou não ser preposicionados, ao passo que na *transitividade nominal* eles serão sempre preposicionados.

Finalmente, o que mais diferencia a abordagem da *transitividade* entre as gramáticas de cunho lógico-filosófico e as gramáticas de cunho linguístico é o aprofundamento quanto à natureza sintático-semântica das diferentes relações entre os verbos e os itens lexicais que ocorrem dele acompanhados em sentenças do português brasileiro (que é outro ganho de muitas dessas gramáticas, isto é, uma reflexão dedicada à variante brasileira da língua). Normalmente, o âmbito sintático-semântico desse fenômeno, nas gramáticas de cunho lógico-filosófico, se limita à distinção dos verbos quanto à sua necessidade de complementação e à diferença dos complementos dos verbos transitivos através da preposição como índice formal. A semântica e a sintaxe do verbo como acarretadoras diretas da semântica e da sintaxe dos itens léxicos com os quais ele se relaciona é apenas esboçada nas obras lógico-filosóficas. Quando Cunha e Cintra (2001)²⁹, por exemplo, se referem à “atitude do sujeito” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 131) para explicar que, “quando o verbo exprime uma ação, a atitude do sujeito com referência ao processo verbal pode ser de atividade, de passividade, ou de atividade e passividade ao mesmo tempo” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 131), implicitamente tocam no tema dos papéis temáticos³⁰, que, em linhas gerais, podem ser definidos como o comportamento semântico que os itens lexicais desempenham em uma oração em relação ao verbo:

²⁸ Além disso, só é considerado complemento nominal a estrutura que equivale ao objeto direto do verbo, já que, tradicionalmente, são nomes transitivos os abstratos derivados de verbos transitivos diretos. Assim, de (1) *César conquistou Roma* podemos derivar *A conquista de Roma*, em que [de Roma] é complemento nominal porque é objeto direto do verbo em (1), ao contrário de *A conquista de César*, em que [de César], sujeito da frase (1), converte-se em adjunto adnominal.

²⁹ A gramática de Cunha e Cintra (2001) apresenta ideias não tão tradicionais quanto à concepção diassistêmica do português. Entretanto, comparada às gramáticas de Azeredo (2013), Bechara (2009), Castilho (2010) ou Neves (2011), para citar apenas alguns exemplos, ainda está bastante arraigada à forma e ao tradicional das gramáticas de cunho lógico-filosófico da língua portuguesa.

³⁰ Também chamados *papéis semânticos*, *funções semânticas*, *funções temáticas*, *caso*, etc. Entretanto, o conceito designado por esses termos em geral não costuma ser alvo de controvérsia, o que já acontece, por sua vez, com as taxonomias de papéis temáticos, que variam de autor para autor, tanto em número quanto na diversidade designativa de cada um deles. Perini (2010) atribui esse status controverso dos papéis temáticos à sua característica de “interface entre a língua e o nosso conhecimento de mundo” (PERINI, 2010, p. 151). No capítulo seguinte explicitamos melhor esse problema.

Papel temático é a relação semântica que existe entre o verbo e os diversos sintagmas que co-ocorrem com ele na oração. O papel temático é uma função semântica (...) importante na descrição gramatical porque ela procura, em última análise, explicitar a relação que existe entre a forma e o significado das expressões linguísticas (PERINI, 2010, p. 147).

Para exemplificar, consideremos as orações abaixo:

(4) *A Maria abriu a porta.*

(5) *A chave abriu a porta.*

Essas orações respeitam a ordem canônica do português (SVC³¹). Porém, [*a Maria*] e [*a chave*], apesar de desempenharem a função sintática de *sujeito*, ocupando a posição canônica desta função, são sujeitos cujo comportamento semântico, em relação ao verbo *abrir* e ao complemento [*a porta*] é diferente. No primeiro caso, *Maria* é o típico sujeito agente. Já no segundo, o sujeito desempenha o papel de instrumento.

A questão dos papéis temáticos está extremamente relacionada com a semântica dos verbos e está implícita na noção de recusa e exigência de complementos mencionada pelas gramáticas de cunho lógico-filosófico. Nessas obras, quando se trabalha com a questão de predicação incompleta, se está falando da necessidade de relações semânticas entre as palavras. No entanto, ao fazer a distinção entre verbos transitivos e intransitivos a partir da sua exigência ou recusa de complementos, volta-se à sintaxe, visto que complemento ou objeto são funções sintáticas. Dessa forma, a interdependência entre sintaxe e semântica está presente nas obras tradicionais, porém não de maneira explícita, o que certamente é um prejuízo para a coerência da descrição gramatical. Verbos não exigem apenas funções sintáticas, mas funções semânticas também. No caso das orações acima, por exemplo, a semântica do verbo *abrir* prevê sua relação sintática com itens nominais (*a Maria*, *a chave*, *a porta*) que podem exercer as funções sintáticas de sujeito e complemento. Ao mesmo tempo, prevê que esses itens possam desempenhar os papéis semânticos de agente, instrumento e alvo (no caso de *a porta*). Portanto, as gramáticas de cunho linguístico contribuem com uma visão mais completa do fenômeno que acontece na relação de predicação:

O predicado – que designa propriedades ou relações – se aplica a um certo número de termos que se referem a entidades, produzindo uma predicação que designa um estado de coisas, ou seja, uma codificação linguística que o falante faz da situação. Estão implicados aí os papéis

³¹ S (sujeito), V (verbo) e C (complemento).

semânticos e a perspectivização que resolve as funções sintáticas (NEVES, 2011, p. 23).

Essa ampliação da perspectiva com que é vista a predicação engloba não apenas a propriedade dos verbos ou dos nomes de exigir ou recusar complementos, como costuma ser empregado o termo *transitividade*, mas as possíveis relações sintático-semânticas entre o verbo e demais componentes oracionais, concepção englobada pela delimitação conceitual atribuída ao termo *valência*, conforme veremos mais adiante.

2.2.2 Regência

As línguas se organizam de formas variadas e peculiares. Segundo Bagno (2011), “as ordens SCV e SVC correspondem, juntas, a cerca de 75% das línguas do mundo” (BAGNO, 2011, p. 453). O português é uma língua de padrão SVC. A organização quanto à posição desses itens léxicos, porém, não é completamente livre, como era, por exemplo, no latim, sendo condicionada por uma série de restrições de ordem fonológica, morfológica, sintática, semântica - e até mesmo pragmática - sobre as quais os falantes têm amplo domínio.

A organização das línguas respeita uma hierarquia de constituintes, de forma que esse “esquema” de organização, mesmo variando de língua para língua, se constrói em torno de relações hierárquicas de dependência, do âmbito léxico ao textual, passando pelo nível da sentença, que é o nosso interesse aqui³². Essa hierarquia é frequentemente representada pela divisão da oração entre sujeito (sempre um sintagma nominal (SN)) e predicado (sintagma verbal (SV))³³, composição canônica da oração portuguesa, representada pelos esquemas abaixo:

³² Nosso interesse por esse nível sintagmático se deu porque a gramática de valências é uma teoria da sentença (cf. BORBA, 1996), conforme veremos no capítulo seguinte.

³³ Conforme veremos no próximo capítulo, o esquema de dependência a partir do qual se desenvolve a gramática de valências coloca o verbo no topo da hierarquia, noção fundamental nessa teoria, não obstante esteja implícita em maior ou menor grau em todas as abordagens gramaticais.

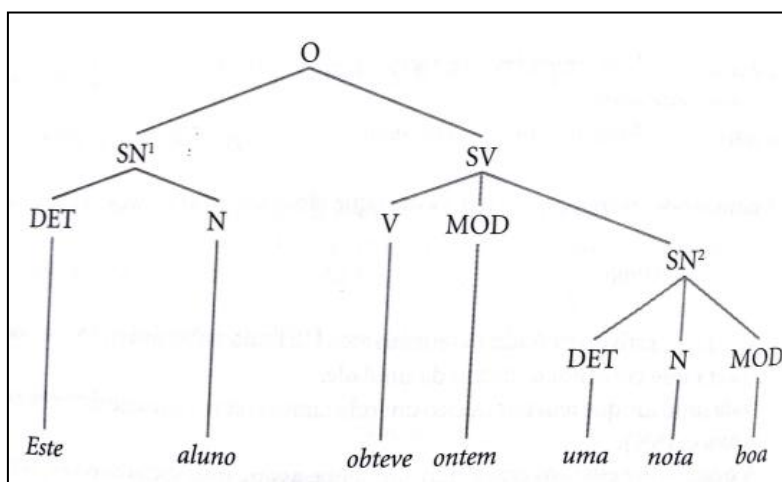


Figura 1: Esquema apresentado em Cunha e Cintra (2001, p. 124).

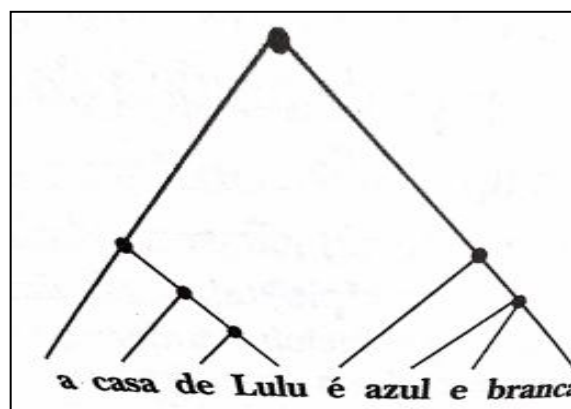


Figura 2: Esquema apresentado em Perini (2009a, p. 44).

O próprio significado de *reger* e, conseqüentemente, o de *regência*, traz consigo associações válidas com palavras como *dependência* e *subordinação*, presentes em muitas das definições pesquisadas³⁴, conforme podemos ver a seguir³⁵:

³⁴ Vale dizer que, entre os quatro termos tratados neste capítulo, *regência* foi o mais definido nas obras pesquisadas. Das 18 obras em que encontramos definições explícitas para esses termos, 12 definem *regência*, 7 conceituam *transitividade*, 6 definem *valência* e apenas 2 definem *diátese* (cf. Anexo 1)

³⁵ Os grifos nas citações são nossos.

Quadro 3: associação entre *regência* e *dependência* nos materiais analisados

“Função subordinativa entre palavras ou orações” (ANDRADE, 2009 s.v. <i>regência</i>).	“(…) a marca de subordinação de um vocábulo determinante ao seu vocábulo determinado num sintagma” (CÂMARA JR., 1981 s.v. <i>regência</i>)
“Relação de interdependência entre as palavras de uma oração (...)” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 516)	“(…) é a relação entre um termo regente (verbo) e um termo regido (complemento)” (CUNHA E SOUZA, 2011, p. 31)
“(…) indica o fato pelo qual uma palavra ou sequência de palavras (substantivo ou pronome) depende gramaticalmente de outra palavra na frase” (DUBOIS, 1993 s.v. <i>regência</i>)	“Função subordinativa entre palavras e orações (...)” (JOTA, 1981 s.v. <i>regência</i>)
“(…) serve para designar a subordinação peculiar de certas estruturas a palavras que as requerem ou prevêm na sua significação ou em seus traços semânticos” (LUFT, 2009, p. 5).	“(…) formalmente implica comando de constituinte (...)” (XAVIER e MATHEUS, 1992 s.v. <i>regência</i>)

Fonte: A autora, com base em Andrade (2009), Câmara Jr. (1981), Cunha e Cintra (2001), Cunha e Souza (2011), Dubois (1993), Jota (1981), Luft (2009) e Xavier e Matheus (1992).

Essas definições demonstram uma concepção bastante ampla do fenômeno da *regência*, destacando a relação de dependência já mencionada, em que há termos regentes e termos regidos, isto é, termos que subordinam outros a eles subordinados. Se atentarmos aos esquemas acima, perceberemos que

o substantivo rege seus determinantes bem como os adjetivos que se referem a ele, impondo-lhes seus traços de gênero e número (concordância nominal); o verbo, quando transitivo, rege seus complementos, impondo-lhes um certo posicionamento (...). Por sua vez, a preposição rege sintagmas nominais (...) (AZEREDO, 2013, p. 150).

Nessa mesma esteira, Perini (2009a) explica que a *regência* se manifesta principalmente de três formas na língua portuguesa: “concordância (verbal ou nominal), *transitividade* e ocorrência de pronomes oblíquos” (PERINI, 2009a, p. 45). Portanto, segundo ele, a *transitividade* é um tipo de *regência*, o que nos ajuda muito no objetivo deste capítulo, que é saber se *transitividade* e *regência* (e também *valência* e *diátese*) são variantes meramente designativas ou se, de fato, se referem a conceitos diferentes. Nesse caso, como o autor deixa claro, a *regência* engloba outros tipos de relação de dependência além da *transitividade*, que se refere a um tipo específico de dependência, que foi o que vimos anteriormente:

Os verbos fazem exigências quanto à presença de certos termos em sua oração [...]. Há também verbos que ‘recusam’ certos termos [...]. E há, naturalmente, muitos verbos que aceitam livremente a presença ou

ausência de certos termos [...]. Este tipo particular de *regência* se denomina *transitividade* verbal (PERINI, 2009a, p. 160)³⁶.

A clareza com que Perini distingue *regência* de *transitividade*, no entanto, nem sempre se revela na comparação entre algumas definições encontradas para os termos *regência* e *transitividade*. Na subseção anterior, vimos que a *transitividade* pode ser considerada uma propriedade de quaisquer classes de palavras plenas cuja semântica se complete na relação com outros itens léxicos que seriam, portanto, seus complementos. Já no início desta subseção, vimos que a concepção de *regência* é mais ampla que a de *transitividade*, aplicando-se às relações entre todos os constituintes oracionais. Embora a maioria dos autores consultados concorde com esse emprego lato do termo, o fato é que certo número de definições para *regência* não são fundamentalmente diferentes da definição comumente atribuída à *transitividade*. Sendo assim, equiparam-se conceitualmente ambos os termos, como no caso das definições para *regência* propostas por Azeredo (2013) e Luft (2009a) em comparação à definição de Castilho (2010) para *transitividade*. Da mesma maneira, a concepção de Cunha e Cintra (2001) e Cunha e Souza (2011) para *regência* possui relação com a de *transitividade* em Câmara Jr. (1981):

³⁶ Na exposição do autor, fica claro que essa definição se aplica também aos nomes.

Quadro 4: *Regência e transitividade:* equiparação de conceitos em algumas das obras consultadas

REGÊNCIA	TRANSITIVIDADE
<p>“Em sentido estrito, ocorre <i>regência</i> quando A requer a anexação de B, de sorte que B exerce o papel sintático de complemento de A. Se A é um verbo, temos <i>regência</i> verbal, e o verbo se chama transitivo; se A é um substantivo, um adjetivo ou um advérbio, temos <i>regência</i> nominal” (AZEREDO, 2013, p. 150).</p> <p>“(…) Temos assim <i>regência</i> como exigência ou previsão de complementação – traço de palavras semanticamente não autossuficientes” (LUFT, 2009a, p. 5).</p>	<p>“Propriedade das classes predicadoras (verbos, adjetivos, advérbios e preposições) de <i>exigir/demandar/articular/subcategorizar</i> determinados <i>termos/actantes/argumentos</i> que lhes <i>completam/determinem/especifiquem</i> o sentido, constituindo juntamente com eles o predicado sentencial” (CASTILHO, 2010, p. 262)</p>
<p>“(…) a ligação de um verbo com o seu complemento, i.é., a <i>regência</i> verbal” (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 517).</p> <p>“A <i>regência</i> é um fenômeno formal que apenas informa se o verbo pede um objeto (direto ou indireto)” (CUNHA e SOUZA, 2011, p. 31).</p>	<p>“é sinônimo de predicação incompleta, aplicando-se quer aos verbos de objeto direto (transitivos diretos), quer aos de objeto indireto (transitivos indiretos)” (CÂMARA JR. 1981, s.v. <i>transitividade</i>).</p>

Fonte: A autora, com base em Azeredo (2013), Castilho (2010), Câmara Jr. (1981), Cunha e Souza (2011) e Luft (2009a).

O que se notou durante a análise é que essa equiparação se dá entre o conceito de *transitividade* conforme exposto acima e uma concepção mais estrita de *regência*. Além disso, verificou-se também que outros autores foram ainda mais restritos quanto à abrangência do termo *regência*, mencionando a subcategorização das preposições, como é o caso de Andrade (2009), Bagno (2011), Borba (1996) e Câmara Jr. (1981):

Quadro 5: *Regência* como subcategorização das preposições.

<p>“(…) A <i>regência</i> acha-se estreitamente vinculada ao emprego das preposições e estabelece a concordância entre termo regente e termo regido” (ANDRADE, 2009 s.v. <i>regência</i>).</p>	<p>“A relação dos verbos com a preposição que introduz os complementos oblíquos³⁷ (…)” (BAGNO, 2011, p. 519).</p>	<p>“(…) mecanismo que atua no esquema superficial controlando o uso, a distribuição e o estatuto das preposições com relação aos verbos da língua” (BORBA, 1996, p. 48)</p>	<p>“Nas construções analíticas em que a marca da subordinação é a preposição (...), a <i>regência</i> em sentido estrito se refere ao valor relacional das preposições, dentro da língua, e às caracterizações dos determinantes que por meio de cada uma delas se estabelecem” (CÂMARA JR. 1981, s.v. <i>regência</i>).</p>
--	--	---	--

Fonte: A autora, com base em Andrade (2009), Bagno (2011), Borba (1996) e Câmara Jr. (1981).

Essas definições chamam atenção para uma abordagem bastante característica de muitas gramáticas e dicionários de *regência*. Segundo Azeredo (2013, p. 151, grifos do autor),

o ponto de vista normativo na abordagem gramatical dedica especial atenção à seleção da preposição que estabelece o elo entre o termo A e o termo B: ser passível **de** punição, ter interesse **em/por** antiguidades, incumbir alguém **de** uma tarefa. Algumas dessas preposições são previsíveis graças à relação de sentido que explicitam, mas o mais comum é que elas ocorram associadas ao verbo, ao adjetivo ou ao substantivo (consistir **em**, independente **de**, preferência **por**), aos quais se agregam como uma espécie de apêndice. Por isso, nossas gramáticas normativas optam por listar esses verbos, adjetivos e substantivos seguidos das respectivas preposições.

São bastante comuns listas de *regências* do tipo exemplificado por Azeredo (2013), não apenas no contexto de obras de referência, como gramáticas e dicionários, mas também dispersas, na internet, por exemplo. Muito provavelmente, ao ouvir essa palavra, inúmeros falantes imediatamente se lembrem das *regências* como uma espécie de série repetitiva: *aspirar a, assistir a, chegar em, interceder por, visar a*, etc. Trata-se de um tema recorrentemente alvo de dúvidas por parte dos falantes em relação ao qual se trava o já conhecido embate entre certo e errado que, senso comum no Brasil, subjaz tudo o que seja referente à orientação idiomática.

³⁷ Os complementos oblíquos (ou relativos) englobam aqueles casos em que verbo e preposição formam um “amálgama”, uma “unidade lexicogramatical” (BAGNO, 2011, p. 518), como, por exemplo, o verbo *gostar* e a preposição *de*, em que, na verdade, o que existe é a unidade *gostar de*.

Na mão contrária dessa postura, entretanto, algumas gramáticas estudadas neste trabalho (BAGNO, 2011; BECHARA, 2009; CUNHA; CINTRA, 2001; NEVES, 2011), cada uma a sua maneira, trazem uma abordagem interessante para o tema da *regência*. Em primeiro lugar, atrelam a alteração do significado dos verbos ao seu comportamento sintático, ou seja, o significado do verbo na relação com seus complementos (por meio da preposição ou não). A esse respeito, apesar de oferecer apenas uma lista de *regências*, em nota de rodapé, Bechara (2009, p. 572) ressalta que

a (...) lista não dispensa a consulta a um dicionário, o de *regência*, uma vez que o emprego do verbo como transitivo (com ou sem preposição) ou intransitivo depende de sua significação.

A propósito desse tópico, Cunha e Cintra (2001, p. 517) afirmam que “em geral, a diversidade de *regência* corresponde a uma variação significativa do verbo”. Entretanto, mencionam a possibilidade de manutenção do significado concomitante à alteração da *regência* e, por último, a mudança apenas do significado do verbo, mantendo-se a *regência*:

(a) mudança do significado e da *regência*: *Aspirar [=sorver, respirar] o ar da montanha. / Aspirar [=desejar, pretender] a um alto cargo.*

(b) mudança apenas da *regência* (sem alteração do significado): *Meditar num assunto. / Meditar sobre um assunto.*

(c) mudança apenas do significado (sem alteração de *regência*): *Carecer [=não ter] de dinheiro. / Carecer [=precisar] de dinheiro.*

Excetuando o caso (c), em que se trata de um verbo polissêmico, (a) e (b) exemplificam situações opostas nas quais a alternância da preposição, de um lado, parece estar ligada à distinção semântica do verbo (a) e, de outro, não interfere no significado deste (b), parecendo estar relacionada tão somente com uma maior “liberdade” seletiva. Sobre esse particular, Bechara (2009) defende que “depende da norma estabelecida pela tradição, tradição que pode permitir, às vezes, o emprego variado e indiferente de mais de uma preposição” (BECHARA, 2009, p. 420). Nessa mesma esteira, Azeredo explica que

as preposições contribuem de forma mais ou menos relevante para o significado das construções de que participam. Essa maior ou menor relevância está relacionada aos graus de liberdade do enunciador da seleção da preposição. Em muitos casos, a preposição não é escolhida pelo que significa, mas imposta ao usuário da língua pelo contexto sintático; isto é, ela é selecionada pela palavra que a precede, seja um

verbo, um substantivo, um adjetivo ou um advérbio (...) (AZEREDO, 2013, p. 197).

(...) a preposição não contribui decisivamente para a relação de sentido entre o verbo e seu complemento. Obrigatória, mas geralmente esvaziada de significado, esta preposição se tornou arbitrária e é acionada mecanicamente na presença do complemento, razão por que as gramáticas – sobretudo as normativas, mediante listagem – e muitos dicionários informam como se fosse um apêndice do verbo (...) (AZEREDO, 2013, p. 221).

De todas as maneiras, lembrando Azeredo (2013), as diversas *regências* listadas em obras gramaticais correspondem ao que algumas gramáticas de cunho linguístico chamam de *complemento relativo* (cf. AZEREDO, 2013; BAGNO, 2011; BECHARA, 2009; ROCHA LIMA, 2011) ou *complemento oblíquo* (cf. CASTILHO, 2010), ou seja, aqueles casos em que verbos, nomes e preposições formam “amálgamas”, uma “unidade lexicogramatical” (BAGNO, 2011, p. 518), como, por exemplo, o verbo *gostar* e a preposição *de*, que formam a unidade *gostar de*, tal qual *concordar com*, *confiar em*, entre outras. Embora haja diversos casos na língua portuguesa em que as preposições constituem predicados semânticos (tais como *a*, *de* e *sobre* em *Vou a Paris*, *Voltei de Roma*, *O livro está sobre a mesa*, por exemplo), chamadas, por esse motivo, de preposições lexicais, no caso dos complementos oblíquos, as preposições seriam apenas operadores sintáticos (preposições funcionais), sem motivação semântica, configurando-se como uma extensão de palavras lexicais, entre elas o verbo:

A preposição que introduz o complemento relativo constitui uma extensão do signo léxico verbal como parece indicar o fato de que cada verbo se acompanha de sua própria preposição, por servidão gramatical³⁸ (BECHARA, 2009, p. 420).

Das gramáticas analisadas, Bagno (2011), Bechara (2009), Cunha e Cintra (2001) e Rocha Lima (2011) se dedicam a arrolar a “*regência* de alguns verbos” (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 519; ROCHA LIMA, 2011, p. 508). Como dissemos anteriormente, Bechara (2009) traz apenas uma lista. Os demais, entretanto, oferecem mais subsídios para nossa finalidade de compreender o significado atribuído ao termo *regência*, que, como também já vimos, talvez possa ser equivalente ao termo *transitividade*.

³⁸ “SERVIDÃO – termo que se aplica a fatos gramaticais meramente mórficos, sem correspondência com uma noção ou categoria gramatical” (CÂMARA JR., 1984 *apud* BAGNO, 2011, p. 518).

A exposição de Bagno (2011) se caracteriza por explicitar a variação e a mudança de *regência* no português brasileiro ao longo do tempo com base nas listas de Bechara (2009) e Borba (1990). Nessa parte de sua obra, o linguista explicita com maior detalhamento o que nas gramáticas de Cunha e Cintra (2001) e Rocha Lima (2009) encontra-se exposto como uma sorte de “observação”, como no excerto “Advirta-se, porém, que, embora invariavelmente condenado pelos gramáticos, o regime direto se insinua, vez por outra, na pena de escritores brasileiros” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 519). Apesar das diferenças de abordagem do tema da variação e da mudança das *regências* em comparação à obra de Bagno (2011), as gramáticas de Cunha e Cintra (2001) e Rocha Lima (2011), por meio da forma de apresentação do tema, nos mostram que *regência* e *transitividade* podem não ser vistas como equivalentes conceituais, conforme já havíamos mencionado nas palavras de Perini (2010). Dizemos que é a maneira como apresentam o conteúdo que nos dá uma informação mais precisa e não propriamente a definição do termo, posto que esta é um pouco vaga ou genérica em Cunha e Cintra (2001) e ausente em Rocha Lima (2011).

Tomemos como exemplo o verbo *aspirar*. O procedimento de exposição das *regências* depende da distinção entre os verbos transitivos (diretos e indiretos). A partir disso, a forma dos complementos em dependência do significado do verbo é exposta de duas maneiras diferentes: na gramática de Cunha e Cintra (2001), ao contrário da de Rocha Lima (2011), em que é preciso inferi-la dos exemplos, ela está mais explícita.

Quadro 6: Exemplo de regência do verbo *aspirar*

Aspirar	Aspirar
1.º) É transitivo direto quando significa “sorver”, “respirar”.	1) Equivalendo a <i>respirar, sorver</i> : “Egas <i>aspirava o perfume</i> de seus cabelos” (ALEXANDRE HERCULANO) (...)
2.º) É transitivo indireto na acepção de “pretender”, “desejar”. Neste caso, o objeto indireto vem introduzido pela preposição <i>a</i> (ou <i>por</i>), não admitindo a substituição pela forma pronominal <i>lhe</i> (ou <i>lhes</i>), mas somente por <i>a ele</i> (<i>s</i>).	2) Com a significação de <i>pretender, desejar muito</i> : “Não penso que ela <i>aspirasse a algum legado</i> ” (CAMILO CASTELO BRANCO) (...)
(CUNHA; CINTRA, 2001, p. 519)	(ROCHA LIMA, 2011, p. 511)

Fonte: A autora, com base em Cunha e Cintra (2001) e Rocha Lima (2011).

Ao dizerem que *aspirar* é transitivo direto quando significa *sorver, respirar*, os gramáticos se referem ao fato de que, com esse significado, esse verbo não rege complemento preposicionado. A maior explicação, porém, se encontra nos transitivos indiretos, pois, como se pode perceber, há a subcategorização da preposição a ser usada

com esse significado específico de *aspirar*. Note-se que os complementos são descritos em termos de sua sintaxe. A parte semântica fica restrita ao significado do verbo. Essa relação descrita, entretanto, segundo o mencionado anteriormente, faz parecer que a preposição tem alguma influência no significado do verbo, quando, na verdade, é apenas um elo formal que estabelece a relação sintático-semântica com os complementos, cujos possíveis comportamentos semânticos (i.é. os papéis temáticos) não são abordados em ambas as obras.

Diante dessas questões, a *transitividade* está baseada na noção da completude semântica, demonstrando se há ou não a necessidade do uso de complementos para que verbos e nomes possam “fazer sentido” em uma oração, apenas informando se esses complementos são ou não preposicionados. Já quanto à *regência*, conforme propõem Andrade (2009), Bagno (2011), Borba (1996) e Câmara Jr. (1981), ocorre a subcategorização da preposição, característica que fundamenta a diferença da *transitividade*.

A conclusão a que se chega no tocante aos conceitos de *transitividade* e *regência* é que, em sentido amplo, o termo *regência* engloba o termo *transitividade*, já que esta é um tipo de relação de *regência*, uma vez que verbos e nomes regem complementos, na estrutura dos quais a *regência* também opera (em (4), por exemplo, no complemento *a porta*, o substantivo rege o artigo). Por outro lado, numa concepção restrita de *regência*, é a *transitividade* que a engloba.

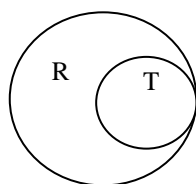


Figura 3: Regência em sentido amplo.

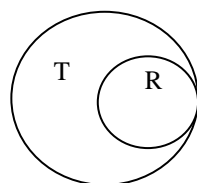


Figura 4: Regência em sentido estrito.

De qualquer maneira, em sentido amplo ou restrito, acreditamos que não se tratam de equivalentes conceituais, mas de subcategorias empregadas para dar conta do âmbito sintático-semântico do mesmo fenômeno, ou seja, o da predicação verbal e

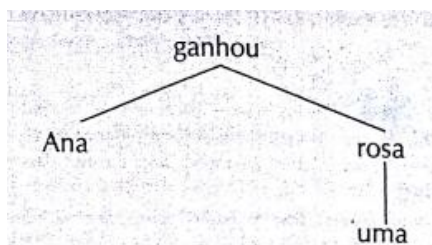
nominal. Conforme veremos na próxima subseção, ambas as noções são representadas (e aprofundadas) pelo termo *valência*.

2.2.3 Valência

Tomando como empréstimo da química, área em que *valência* significa a propriedade que os átomos dos elementos químicos têm de se combinar com outros átomos, na linguística, esse termo é empregado em referência à propriedade que os verbos têm de ligar-se com outros elementos da oração³⁹.

Conforme Bagno (2011), Borba (1996), Busse e Vilela (1986) e Perini (2010), o termo *valência* foi empregado na linguística pela primeira vez por Lucien Tesnière na obra *Éléments de syntaxe structurale* (1959), que deu origem à teoria denominada gramática de valências. Em seu texto, o linguista fundamenta uma proposta de descrição gramatical que parte do verbo como constituinte de maior grau hierárquico na oração, sendo o responsável pela seleção dos demais elementos (que dele se tornam dependentes) por meio de exigências quanto ao comportamento sintático e semântico destes. Na gramática de valências, portanto, a representação gráfica da predicação é diferente daquelas apresentadas anteriormente, assim como mostram as figuras abaixo:

Apesar da diferença quanto à representação oracional, podemos dizer que a noção de *regência* em sentido amplo se aplica nesse caso, pois continua havendo uma relação hierárquica entre os constituintes, que dependem uns dos outros. Nessa teoria, entretanto, o verbo não apenas rege seus complementos, mas todos os demais termos oracionais, incluindo-se aí o sujeito, o que é tido como a principal diferença em relação à abordagem tradicional da predicação:



³⁹ Borba (1996) e Busse e Vilela (1986) afirmam que a teoria das *valências* se aplica também aos nomes, o que significa que eles também possuem *valência*. No entanto, os verbos são a classe gramatical prototípica da teoria. Por esse motivo é que, frequentemente, nos referiremos apenas aos verbos, muito embora não nos esqueçamos que a análise também serve aos constituintes nominais (embora não seja apenas uma mera transposição, conforme pode ser visto em Borba (1996)).

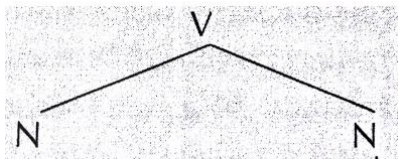


Figura 5: Representação do esquema oracional no nível léxico- extraída de Borba (1996, p. 17).

Figura 6: Representação do esquema oracional - extraída de Borba (1996, p. 18).

a teoria da valência estendeu o campo antes reservado à transitividade, incluindo aí também o argumento externo, ou seja, o sujeito (...). A teoria da *valência* repôs na ordem do dia a percepção da Gramática clássica sobre a dupla direção do movimento predador: para a esquerda, predicando o sujeito, para a direita, predicando os argumentos internos (CASTILHO, 2010, p. 262-263).

Retomemos o exemplo dado no início do capítulo:

(6) *Maria cortou o pão.*

Na ocasião, havíamos dito que o verbo *cortar* não teria realização sintático-semântica plena em uma oração do tipo **Maria cortou*. Ainda, estaria tampouco bem realizado em **cortou o pão* ou, em último caso, **cortou*. Dessa perspectiva, então, o significado do verbo *cortar* não apenas prevê a relação com algum complemento do tipo expresso pelo sintagma [*o pão*] ou, na ausência desse complemento, a relação com algum modificador (*Essa faca corta bem*), mas também requer a presença de algum constituinte que desempenhe a função sintática de sujeito e, no caso de nosso exemplo, um sujeito cujo papel temático seja o de agente. Mas, como já salientamos, essa visão mais ampla não é contemplada pela abordagem lógico-filosófica do termo *transitividade*, ficando apenas implícita, como, por exemplo, no caso do sujeito, que costuma ser considerado *termo essencial da oração* não obstante seja deixado de lado quando do tratamento da predicação verbal, em que são descritos apenas os complementos verbais em relação a sua presença ou ausência (de acordo com a *transitividade* dos verbos). Nessa abordagem, o sujeito é um termo essencial da oração, mas o verbo rege apenas seus complementos, o que não é correto do ponto de vista da gramática de *valências*, já que o verbo ocupa o topo da hierarquia:

(...) a teoria de *valências* distingue-se, entre outras coisas, da gramática tradicional (escolar) e também da gramática generativa, pelo facto de considerar o sujeito como um actante do mesmo nível dos complementos do verbo. A gramática tradicional exprime a ideia que nós atribuímos à *valência* por *transitividade*, com que distingue os verbos *transitivos* com complemento (s) e *intransitivos* sem complemento, e estabelece uma terceira categoria, a dos verbos impessoais (sem sujeito). Estas expressões referem-se evidentemente ao número de actantes do verbo (...) (BUSSE; VILELA, 1986, p. 15).

O verbo é uma classe complexa que estabelece a perspectiva a partir da qual se descreve um estado de coisas⁴⁰, o que envolve “um complexo conjunto de informações” (AZEREDO, 2013, p. 200), a saber, o tempo, o modo, o aspecto e a voz com que ele é descrito. Nesse sentido, Bagno (2011) defende que a análise valencial do verbo permite ter uma visão mais clara e, adicionamos, mais completa, do fenómeno predicativo:

a análise do verbo em termos de sua *valência* oferece uma riqueza de possibilidades de compreensão do papel fundamental dessa classe de palavras no funcionamento da língua. Um de seus principais benefícios é permitir uma apreensão mais clara da semântica do verbo (BAGNO, 2011, p. 516)

A complexidade à qual se refere Bagno (2011) fica extremamente clara nos três diferentes âmbitos aos quais o termo *valência* se refere na abordagem de Borba (1996), linguista que, assim como Busse e Vilela (1986), tratou de aplicar a gramática de *valências* à língua portuguesa. Em linhas gerais, Borba (1996) define *valência* como a

(...) propriedade que tem uma classe de elementos, de poder ligar-se com classes específicas de outros elementos sendo que esta mesma propriedade faz que esta classe se distinga de outras classes do mesmo nível sintagmático (BORBA, 1996, p. 20)

O linguista especifica o significado do termo, distinguindo três tipos de *valência*: quantitativa, sintática e semântica:

Quadro 7: Tipos de *valência*

<p>“Valência quantitativa, valência lógica ou lógico-semântica – (...) diz respeito ao número de argumentos que um predicado pode ter (...)” (BORBA, 1996, p. 20).</p>	<p>“Valência qualitativa, valência sintática ou morfossintática – Trata das características dos actantes, do preenchimento das casas vazias por determinadas classes com determinadas propriedades morfológicas (...)” (BORBA, 1996, p. 20)</p>	<p>“Valência semântica – (...). Diz respeito às características categoriais (...), às funções temáticas (...) e às restrições seletivas que determinam quais classes/subclasses de itens que, funcionando como P, coocorrem ou se excluem com tais classes/subclasses de itens</p>
--	---	--

⁴⁰ Entendemos *estado de coisas* como “algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou mental), e, assim, está sujeito a determinadas operações, isto é: pode ser localizado no espaço e no tempo, pode ter uma certa duração, pode ser visto, ouvido ou, de algum modo, percebido” (NEVES, 2011, p. 23).

		que, por sua vez, preenchem os argumentos (...)” (BORBA, 1996, p. 21).
--	--	--

Fonte: A autora, com base em Borba (1996).

Por *valência quantitativa*, Borba (1996) entende o número de “casas vazias” que pode ter um verbo, variando de zero a quatro, ou seja, os verbos podem ser aivalentes, monovalentes, bivalentes, trivalentes ou tetravalentes⁴¹:

Cada verbo tem, assim, um número limitado (0 a 4) de lugares a serem preenchidos por constituintes que se relacionam com o núcleo verbal em escalas variáveis de distâncias (=grau de coesão) e de dependência (=grau de subordinação) (BORBA, 1996, p. 19)

Num primeiro momento, a *valência* é sempre entendida como uma propriedade quantitativa. Porém, é também uma propriedade relacional, conforme mostram as definições de *valência sintática* e *valência semântica*. Para preencher as “casas vazias” (BORBA, 1996, p. 20) de um verbo, os constituintes devem atender a algumas exigências de ordem sintática e semântica. Portanto, a *valência sintática* se refere às exigências que o verbo faz quanto à função sintática, às propriedades sintáticas (pronominalização, ordem, etc.), às classes gramaticais que preencherão as casas vazias e, finalmente, quanto às propriedades morfossintáticas dos constituintes (N, prep + N; -Prep + N). A *valência semântica*, por sua vez, trata das exigências feitas em relação aos traços de cada uma das categorias requeridas (+ *animado*, + *humano*, etc.), bem como dos papéis temáticos e das restrições de seleção “que determinam quais classes/subclasses de itens que (...) coocorrem ou se excluem com tais argumentos” (BORBA, 1996, p. 21). Sobre esse particular voltaremos a falar no capítulo seguinte.

Retomando a distinção entre *transitividade* e *regência*, quando esta é concebida em sentido amplo, pode ser considerada equivalente à *valência*. Entretanto, quando está em sentido restrito não. No primeiro caso, *regência e valência*, como equivalentes (designando relações de dependência em geral), abrangeriam o termo *transitividade*. No segundo caso, o termo *valência* abarca não apenas a concepção restrita de *regência*, como também o que é designado pelo termo *transitividade*:

⁴¹ Bagno (2011, p. 512 e 515) encaixa nessa categoria os verbos *transportar* (“(i) quem transporta (ii) o quê (iii) de onde (iv) para onde”) e *levar* (“Ana levou Valéria da escola para o cinema”). Já Borba (1996, p. 47) explica que “Têm *valência* quatro os verbos de quatro lugares como os de transferência de localização (transferir, passar, levar, arrastar), os de transposição (traduzir, verter, transpor)”. Busse e Vilela (1986), por outro lado, não mencionam os verbos de quatro argumentos, sem, no entanto, justificar essa opção. A categoria dos tetravalentes não é unânime entre os linguistas, uma vez que alguns constituintes não seriam necessários para o significado do verbo, como em *João traduziu um livro*, em que se omite os complementos preposicionados que explicitam as línguas envolvidas no processo (*João traduziu um livro do alemão para o espanhol*).

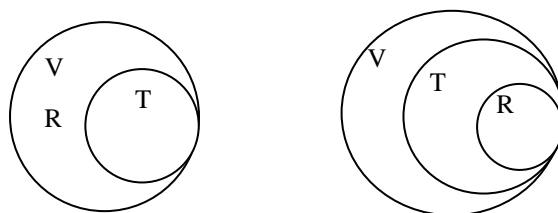


Figura 7: Representações da relação entre *valência*, *regência* e *transitividade*.

2.2.4 Diátese

Perini (2008; 2010) é o único linguista brasileiro a empregar o termo *diátese*. Entretanto, antes de qualquer coisa, é importante salientar que, segundo o próprio autor, esse termo encontra equivalentes mais “comuns”: “a noção de *diátese* é comum em gramática e lexicologia (frequentemente tratada sob os rótulos de **voz**, **transitividade** ou **regência**)” (PERINI, 2008, p. 236, grifos do autor). Por esse motivo decidimos incluir esse termo em nossa análise.

Perini (2010, p. 135) afirma que *valência* é o “conjunto de construções” nas quais um verbo pode ocorrer, construções essas chamadas pelo autor de *diáteses*. Portanto, para Perini (2008; 2010) a *valência* é “o conjunto das *diáteses* de um verbo” (PERINI, 2008, p. 236). Fica evidente, então, que para saber exatamente o que o autor entende por *valência*, é preciso antes compreender os conceitos de *construção* e *diátese*.

Segundo Perini (2008), a *construção* é uma representação esquemática realizada concretamente na forma de frases ou sintagmas, de maneira que “boa parte da gramática de uma língua pode ser expressa como uma lista de construções, enumeradas uma a uma ou reduzidas a um conjunto de regras de estrutura” (PERINI, 2008, p. 235). A título de exemplo, o linguista compara os verbos *beliscar* e *aparecer*, que ocorrem em *diáteses* (construções) diferentes, possuindo, por isso, *valências* distintas. Enquanto *beliscar* apenas se realiza numa construção de tipo SN [agente] + V + SN [paciente], como em *João beliscou o irmão*, *aparecer* somente se realiza na construção SN [paciente] + V, como em *João apareceu*. Por outro lado, há verbos que podem ocorrer em diferentes *diáteses*, como é o caso de *furar*, por exemplo, que ocorre em ambas as *diáteses*

mencionadas, como em *João furou o balão* e *O balão furou*. Nesse caso, a *valência* do verbo *furar* é representada por duas *diáteses*.

Diante dessas observações, entende-se que o termo *diátese* é empregado para designar a subcategorização dos verbos tanto do ponto de vista sintático quanto do ponto de vista semântico da relação com os seus argumentos, equivalendo ao termo *construção*. Além disso, a *valência* de um verbo pode ser composta de uma ou mais *diáteses*, o que implica que engloba o termo *diátese*.

Quanto à *equivalência* aos termos *voz*, *transitividade* e *regência*, Perini (2008) certamente se refere, tal qual tentamos deixar claro neste capítulo, ao emprego desses termos para designar propriedades extremamente semelhantes no que toca à predicação, podendo ser tidos como equivalentes conceituais dependendo da maneira como são definidos. Sendo assim, e pelo modo como o autor explicita sua abordagem do tema, a *equivalência* sugerida por ele provavelmente diz respeito à concepção linguística desses termos, que, como vimos salientando em diversos momentos do texto, é descritivamente mais abrangente, explicitando a complexidade do tema da predicação (sobretudo a verbal).

2.2.5 Para concluir

A diferença entre a abordagem dos termos aqui investigados é por vezes tão sutil que chega ao ponto de esses termos serem equiparados conceitualmente. Por isso, abaixo propusemos um quadro resumo.

Quadro 8: Síntese dos conceitos designados pelos termos investigados

<i>Transitividade</i>	Propriedade de verbos e nomes quanto à exigência, recusa ou livre aceitação de complementos.
<i>Regência</i>	Em sentido amplo: relação de dependência entre termos da oração e entre orações. Em sentido estrito: subcategorização da preposição dos complementos de verbos e nomes.
<i>Valência</i>	Em sentido amplo: propriedade que uma classe de palavras tem de ligar-se com outras, estabelecendo com elas relações de dependência. Em sentido estrito: propriedade de verbos e nomes de exigir ao seu redor itens lexicais de comportamento sintático-semântico específicos.
<i>Diátese</i>	A forma da relação a qual um verbo pode apresentar na oração.

Fonte: A autora.

Gostaríamos de ressaltar que a argumentação aqui proposta partiu dos dados obtidos na seleção de obras consideradas adequadas, tanto em número quanto em temática, à proposta do capítulo, não sendo, porém, uma análise exaustiva da questão terminológica.

Por fim, tendo em vista que esta dissertação se refere à avaliação da aplicação da *gramática de valências* ao DUPB, consideramos pertinente, a partir de agora, optar pelo emprego do termo *valência*, não obstante estejamos cientes de seu vínculo conceitual com os demais termos aqui expostos.

3

A GRAMÁTICA DE VALÊNCIAS

Toda a teoria deve ser feita para poder ser posta em prática, e toda a prática deve obedecer a uma teoria. Só os espíritos superficiais desligam a teoria da prática, não olhando a que a teoria não é senão uma teoria da prática, e a prática não é senão a prática de uma teoria (...)

Fernando Pessoa (1926).

De acordo com Perini (2006, p. 67), “uma língua é um sistema de relacionamentos entre formas e significados”. Assim, é tarefa da linguística explicitar a relação existente entre as formas e os significados dessa língua a partir de hipóteses e modelos sobre nosso conhecimento implícito sobre ela, o que pode ser feito de diferentes pontos de vista, muito embora deva estar sempre presente em qualquer forma de estudo linguístico o princípio básico de que

Qualquer teoria gramatical terá que se preocupar com a relação expressão/conteúdo (significante/significado em termos saussurianos) ou som/sentido, que está no cerne da própria natureza da linguagem (BORBA, 1996, p. 10).

(...) o primeiro objetivo da teoria gramatical é montar um conjunto de regras que permitem explicitar (ou construir) todas as combinações semânticas possíveis, ilocutória e textualmente marcadas, e associá-las a uma forma linguística (...) (BORBA, 1996, p. 16).

Diante disso, este capítulo está dedicado a demonstrar como a gramática de valências opera a vinculação forma/conteúdo em relação à língua portuguesa a partir dos princípios e conceitos básicos de descrição gramatical (valencial) propostos por Borba (1996) e Busse e Vilela (1986).

3.1 Princípios e conceitos operadores básicos de uma teoria gramatical centrada no verbo⁴²

Conforme Bagno (2011), as gramáticas ou compêndios gramaticais de cunho lógico-filosófico sempre começam sua explanação a respeito das classes de palavras pelo substantivo, visto que, filosoficamente, essa era considerada a classe que representava “a substância das coisas” (BAGNO, 2011, p. 507). Uma notável diferença entre essas gramáticas e muitas gramáticas de cunho linguístico é que estas oferecem uma caracterização muito mais complexa do verbo⁴³, não apenas no âmbito morfológico (bastante desenvolvido nas gramáticas lógico-filosóficas). Nas próprias gramáticas de cunho lógico-filosófico, é possível perceber a grande representatividade do verbo para a estrutura linguística. Basta notar, conforme salienta Bagno (2011), que, nessas obras, se fala em *oração sem sujeito*, mas não em *oração sem verbo*. Aliás, é o verbo que define a existência de uma oração, sendo, portanto, o seu “eixo estrutural” (AZEREDO, 2013, p. 200). Portanto, “o verbo é tão poderoso que, sozinho, dá conta de expressar todo um estado de coisas⁴⁴ ou uma intenção comunicativa” (BAGNO, 2011, p. 508), pois, em línguas como o português, reúne um conjunto complexo e integrado de “propriedades sintático-semântico-pragmáticas” (BAGNO, 2011, p. 512), quais sejam, a *valência*, as características de pessoa, tempo, modo e aspecto, a perspectiva sobre o estado de coisas e a voz.

Na gramática de *valências*, o verbo configura uma espécie de “matriz” na qual há espaços vazios que potencialmente podem ser preenchidos por determinados sintagmas. Na concepção de Busse e Vilela (1986) e Borba (1996) sobre as *valências* verbais, é o significado do verbo que determinará tanto o número de espaços vazios quanto as características (sintáticas e semânticas) dos sintagmas capazes de preenchê-los. Essa não é uma visão consensual a respeito das valências verbais. No entanto, cabe destacar que a visão de Busse e Vilela (1986) e de Borba (1996) vincula-se à semântica lexical denominada por Cançado (2013) de “neoestrutural”, posto que (a) “(...) coloca a semântica, em vez da sintaxe, como a base da arquitetura do modelo formal de

⁴² Busse e Vilela (1986) e Borba (1996) deixam bastante claro em suas obras que a gramática de valências é uma teoria aplicável a todas as classes de palavras lexicais (verbos, substantivos, adjetivos e alguns advérbios). Entretanto, a classe mais “prototípica” do fenômeno da *valência* é o verbo. Disso trataremos com mais detalhe na subseção 3.1.1.

⁴³ A gramática do próprio Bagno (2011), assim como as de Castilho (2010) e Neves (2011), são exemplos disso. Além do mais, dicionários de verbos, tais como os de Borba (1990), Fernandes (2005 [1942]) e Luft (2009a), são também bons exemplos da “força” e complexidade dessa classe gramatical.

⁴⁴ Ver nota 40 para uma definição do termo.

gramática” (CANÇADO, 2013, p. 127); (b) “(...) assume que a semântica do verbo não é unitária, mas composta por subpartes e componentes, primitivos e semânticos” (CANÇADO, 2013, p. 127); (c) se preocupa com “(...) a relação entre a estrutura argumental dos verbos e a estruturação e propriedades sintáticas das sentenças” (CANÇADO, 2013, p. 128); e (d) se preocupa com “(...) a interação entre o léxico e a cognição” (CANÇADO, 2013, p. 128). Sobre esse particular, Borba (1996) afirma que

supondo que as duas funções da linguagem são a cognitiva e a de interação social, o modelo pretende privilegiar a primeira porque um modelo da segunda teria que incluir variáveis sociais que complicariam uma descrição que pretende ser de fatos linguísticos em si mesmos considerados (BORBA, 1996, p. 8).

Nesse sentido, Borba (1996) propõe uma teoria sobre a língua e assume certo compromisso com a representação mental da *valência*, em virtude da incorporação dos papéis temáticos à sua abordagem da gramática de valências:

À análise valencial não compete somente identificar (ou construir) matrizes ou descrever a estrutura externa dos constituintes. Deve também, ou ainda, determinar as relações sintático-semânticas (...) (funções ou papéis temáticos) que fazem parte da estrutura conceitual dos itens léxicos. Entenda-se uma estrutura conceitual como sendo a forma pela qual se expressa o pensamento (BORBA, 1996, p. 28).

A perspectiva de *valência* que trazemos neste trabalho estuda as condições de possibilidade do preenchimento argumental, tomando o verbo como eixo organizacional da sentença, tanto no âmbito sintático quanto no semântico, delimitando “um conjunto de frases-modelo ou frases nucleares da língua” (BORBA, 1996, p. 24)⁴⁵:

Se o verbo constitui o núcleo oracional e se ele mantém com os actantes uma determinada escala de dependência, então é esse esquema abstrato que fornecerá os modelos oracionais da língua (BORBA, 1996, p. 19)

Segundo Chierchia (2003, p. 219), “qualquer teoria científica moderna pode ser formulada em termos axiomático-dedutivos”, de modo que é estabelecido um conjunto de princípios básicos (ou axiomas) a partir dos quais se deduz uma série de consequências. Em relação à abordagem aqui apresentada, podemos identificar quatro princípios básicos e interligados, os quais serão expostos à continuação.

⁴⁵ Em última instância, o modelo será válido se “apresentar (alguma) evidência empírica ou conteúdo observacionalmente testável” (BORBA, 1996, p. 9). No caso do DUPB, esse nível observável é representado pelos exemplos registrados em cada verbete.

3.1.1 Princípio básico um: a gramática de valências é uma teoria centrada no verbo

Esse é um princípio transversal a todos os demais. O verbo é uma classe de palavras que frequentemente demonstra a necessidade de vincular-se a outras para adquirir plenitude significativa. Diz-se, por isso, que possui uma *estrutura relacional*. Em ‘*João morreu*, por exemplo, o verbo necessita combinar-se com outra palavra para tornar-se semanticamente pleno. O mesmo acontece com *querer*. Porém, esse verbo necessita estabelecer relação com duas palavras, como em *Maria quer uma boneca*. Ao longo do capítulo, essas relações serão especificadas em termos semânticos e sintáticos. Por agora, para começar, é necessário considerar basicamente que as relações de dependência entre o verbo e os demais itens oracionais descrevem estados de coisas. Portanto, na abordagem da gramática de valências a qual exporemos à continuação, é o verbo que

determina a estrutura frásica de base, quer do ponto de vista sintático, quer semântico. O verbo como predicado é o quadro vazio de representação semântica em que se organiza o ‘estado de coisas’ já configurado; é portanto um quadro virtual aberto, actualizado na frase, pela inserção das expressões actanciais, de que resulta um conteúdo configurado em funções relacionais (semânticas) (BUSSE; VILELA, 1986, p. 17).

Não obstante tome o verbo como o ponto central da teoria, a gramática de valências se aplica também às demais classes lexicais⁴⁶, ou seja, aos nomes, aos adjetivos e a alguns advérbios segundo seu significado seja relacional ou não. Neste caso, seriam avalentes, enquanto que naquele seriam valenciais.

Porém, apesar de poder ser aplicada a quaisquer classes lexicais, a gramática de valências “é uma gramática da frase, que toma o verbo como ponto de partida (...)” (BORBA, 1996, p. 24), tomando como noção fundamental a estrutura básica da oração, formada por sujeito e predicado. Segundo Borba (1996, p. 13), “o predicado é a própria reação linguística a um estímulo, sendo, portanto, o núcleo da comunicação e o objetivo central do falante”, motivo pelo qual afirma que “a centralidade do predicado e sua conexão com os argumentos pressupõem que se tome a oração como unidade ou ponto de partida da análise” (BORBA, 1996, p. 14).

⁴⁶ As demais classes, tais como “os *determinantes*, os *pronomes*, os *relacionantes* não têm peso semântico absoluto/relativo: são, antes, instrumento de realização dos lexicais” (BORBA, 1996, p. 18). Nessa perspectiva, portanto, não se poderia falar na *valência* do artigo *o*, por exemplo, ou ainda na *valência algum*.

Levando em conta que a presença de um verbo é uma *conditio sine qua non* para a existência de uma oração, logo, a gramática de *valências*, ao aplicar-se à oração, acaba tendo o verbo como o “predicado por excelência”, motivo pelo qual se pode afirmar que se trata de uma teoria centrada no verbo, sendo ele o expoente mais significativo do fenômeno da *valência*. Entretanto, como a gramática de *valências* estuda as relações de dependência entre os constituintes (cf. item 3.1.3), é natural que também possa ser aplicada àqueles nomes que estabelecem uma relação de dependência com outros. Por isso, afirmamos tratar-se de uma teoria centrada no verbo, mas não exclusivamente nele.

Neste e nos próximos capítulos, restringiremos nossas considerações aos verbos⁴⁷ por alguns motivos. Em primeiro lugar, a complexidade do tema da *valência* praticamente exige que seja feito um recorte nesse sentido. Em segundo lugar, nosso interesse centra-se no sistema de relações ativadas pelo verbo como item lexical de maior grau hierárquico da estrutura e, em última instância, como isso se reflete em informações lexicográficas, já que o DUPB é um dicionário que se distingue dos demais principalmente pelo modo como apresenta o verbo. Finalmente, a questão da *valência nominal*, conforme ressalta Perini (2009a, p. 173), não é tão pesquisada quanto a *valência verbal*, não havendo subsídios para ir muito mais além do que a transposição dos princípios aplicados também ao verbo. Borba (1996), porém, em um intento de conferir à gramática de *valências* o estatuto de “teoria integral”, divide sua obra em duas partes: a primeira metade está voltada ao verbo e a outra aos nomes, divididos em abstratos, concretos e adjetivos. De fato, a transposição da noção de *valência* é possível de ser aplicada aos nomes. Porém, a fundamentação teórica para a constituição da metodologia descritiva não é exatamente a mesma que a proposta para os verbos. Assim, Borba (1996) descreve algumas características particulares à *valência nominal*, a começar pela discussão a respeito das noções relativas a “concreto” e a “abstrato”. Por outro lado, apresenta uma série de similitudes com o verbo que de certa forma põe em xeque a existência de uma *valência nominal* propriamente dita. Portanto, a complexidade que se coloca no estudo de Borba (1996) implicaria que fosse realizado um trabalho voltado exclusivamente para a *valência nominal*, testando, tal qual faremos aqui, com os verbos, a aplicabilidade de sua proposta ao DUPB. Sendo assim, fazemos nossas as palavras de Perini (2008, p. 238) ao afirmarmos que “esses recortes são

⁴⁷ Essa foi a opção adotada também por Busse e Vilela (1986), que dedicam apenas uma pequena parte de sua obra a explicar brevemente a *valência nominal*, sem, no entanto, explicar os motivos de tal decisão.

impostos pela amplitude do problema geral da *valência* e pela necessidade de manter a pesquisa em dimensões controláveis”.

3.1.2 Princípio básico dois: A gramática de valências é uma teoria relacional

Segundo Borba (1996, p. 18), “uma gramática de valências se constrói a partir da observação de que os itens lexicais da língua têm valor absoluto ou relativo”. Assim, há palavras que “incluem no seu significado uma estrutura de relação” (BUSSE; VILELA, 1986, p. 13) com outras palavras. Em outros termos, o léxico apresenta diferenças no plano do conteúdo. Enquanto algumas palavras possuem certa independência semântica, outras, por sua vez, precisam estabelecer uma relação com diferentes itens léxicos para adquirir plenitude significativa:

Uma palavra como *pedra* vale por si mesma por ter um peso semântico específico; já uma palavra como *sogra* implica outra que completa a expressão *sogra de*. Diz-se, então, que o item *sogra* (como *pai, filho, genro, vizinho*) é semanticamente incompleto na medida em que contém uma *casa vazia* destinada a ser preenchida por outro elemento (BORBA, 1996, p. 18)

Comparando os lexemas *pai* e *mesa*, vemos que o primeiro contém o que podemos designar por *lugar vazio*, destinado a ser preenchido por uma expressão que aponta para a pessoa de quem o pai é ‘pai’, podendo-se dizer então que ‘ser pai’ implica ‘ser-pai-de-alguém’. O mesmo não se pode dizer da palavra *mesa*, que em si mesma não implica uma estrutura relacional, isto é, não se refere a um outro termo (BUSSE; VILELA, 1986, p. 13).

Com esses exemplos, os linguistas se referem ao significado anterior àquele constituído sintagmaticamente, ou seja, ao significado tal qual está registrado no léxico mental do falante, como uma estrutura semântica subjacente do léxico, a “matriz” de cada palavra. *João é um bom pai* implica imediatamente que João é pai. E, segundo o ponto de vista desses autores, subjaz a *pai* a noção “ser-pai-de-alguém”, mesmo que esse alguém não esteja mencionado na sentença, por isso dizer que a natureza da palavra *pai* (assim como *mãe, sogra, irmão*, etc.) é relacional⁴⁸.

É importante notar que essa questão da estrutura relacional fica mais clara se aplicada aos verbos. Poucos são os verbos semanticamente plenos. Os meteorológicos talvez sejam os únicos, ou seja, verbos como *chover* contêm em si mesmos todo o significado, de maneira que ativam uma estrutura conceitual não relacional, ao contrário

⁴⁸ Essa é uma visão sensivelmente diferente daquela apresentada pelas gramáticas, que considerariam palavras como *sogra* ou *pai* palavras tão intransitivas quanto *pedra* ou *mesa*.

de verbos como *correr*, cuja estrutura conceitual incluirá a relação do verbo com uma entidade nominal. Entretanto, o fato de os verbos meteorológicos serem semanticamente plenos não impede que possam expandir-se semanticamente, passando a representar uma estrutura relacional que permitirá construções como *Pedidos de entrevista choviam para Severina* (BORBA, 2003, p. 219), construções essas bastante frequentes em português⁴⁹. Obviamente, o surgimento da estrutura relacional implica alterações no significado (*chover* passa a significar “existir em abundância” (BORBA, 2003, p. 219)), motivo pelo qual se diz que o verbo se expande semanticamente.

Essa noção é fundamental no raciocínio de Busse e Vilela (1986) e Borba (1996) porque eles desenvolvem todo seu aparato descritivo da gramática de valências baseados naquelas palavras de valor relacional, em especial o verbo, o eixo estruturante da oração com o qual os demais itens estabelecem relações de ordem sintático-semântica. E, no caso do DUPB (assim como de qualquer dicionário), a expansão semântica é o eixo coordenador da descrição dos verbos.

3.1.3 Princípio básico três a gramática de valências é uma teoria da dependência

Para Borba (1996, p. 16), “(...) uma gramática de valência procura detectar relações de dependência entre categorias (básicas) que (co)ocorrem num contexto (ex.: A depende de B, se a presença de A pressupõe B)”, motivo por que dissemos que é uma teoria relacional e dependencial. Segundo Busse e Vilela (1986, p. 10), na oração *Uma empresa muito conhecida apresenta novos computadores*, o advérbio *muito* só pode ocorrer nessa posição porque o adjetivo *conhecida* permite isso. Sendo assim, nesse caso, existe uma relação de dependência entre adjetivo e advérbio, o que não é uma constatação exclusiva da gramática de *valências*, já que, como vimos no capítulo anterior, o termo *regência*, em seu significado mais amplo, abrange as relações de dependência desse tipo. Porém, um diferencial importante da gramática de valências no que toca à conformação da dependência é o foco de suas reflexões no verbo como eixo das relações de dependência, sendo ele “o elemento de que dependem todos os restantes elementos da frase” (BUSSE; VILELA, 1986, p. 11). Portanto, na oração citada por Busse e Vilela, todos os elementos oracionais dependem do verbo *apresentar*, conforme representação abaixo.

⁴⁹ Borba (2003, p. 219) afirma que *nevar* é o único verbo meteorológico que não apresenta expansão semântica, sendo, por isso, monossêmico.

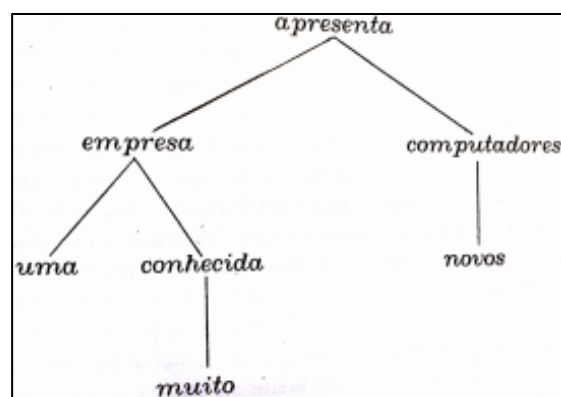


Figura 8: Representação das relações de dependência entre o verbo e demais constituintes oracionais – extraída de Busse e Vilela (1986, p. 11).

3.1.4 Princípio básico quatro: a gramática de valências é uma teoria sintático-semântica

No esquema ilustrado acima, é possível perceber diferentes graus de dependência em relação ao verbo, expressos, literalmente, pela distância entre os itens na representação. Então, *empresa* e *computadores* são os itens imediatamente dependentes de *apresentar*. No nível seguinte, *uma* e *conhecida*, assim como *novos*, por sua vez, dependem, respectivamente, de *empresa* e *computadores*. Finalmente, tal qual explicado anteriormente, *muito* depende de *conhecida*. Como a ilustração nos permite ver, todos os itens léxicos dependem do verbo. As palavras *empresa* e *computadores* ocorrem em um nível acima de *uma*, *conhecida* e *novos* (e dois acima de *muito*) porque são os constituintes mínimos para que o verbo se efetive semanticamente:

O número de pontos (casas vazias) que tem um verbo, e, conseqüentemente, o número de actantes que ele pode reger, é que constitui sua valência, que vem a ser, portanto, uma rede de dependências contraídas pelos actantes com relação ao verbo (BORBA, 1996, p. 19)

Segundo Borba (1996), identificar a *valência* verbal requer a distinção entre *actantes*⁵⁰ e *participantes*⁵¹, isto é, o reconhecimento daqueles itens cuja relação com o

⁵⁰ Conforme veremos no decorrer do capítulo, a proposta de Borba está dedicada a descrever apenas os actantes.

⁵¹ Essa distinção não é exclusividade da gramática de valências. Nas gramáticas em geral, ela equivale à diferenciação entre os chamados “termos da oração”. Normalmente, as gramáticas de cunho lógico-filosófico dividem esses termos em *essenciais*, *integrantes* e *acessórios*, como é o caso de Cunha e Cintra (2001), por exemplo. Já Bechara (2009) divide-os em termos *nucleares* e *marginais*, *argumentais* e *não argumentais*, *opcionais* e *não opcionais* e *integráveis* e *não integráveis*. Por sua vez, Busse e Vilela (1986) distinguem entre *actantes* e *circunstantes* e Dik (1981) faz a mesma distinção ao opor *argumentos* e *satélites*.

verbo é necessária para o significado descrito em contraposição àqueles que não são essencialmente necessários para esse fim. Nesse sentido, os *actantes* são aqueles itens léxicos que preenchem os argumentos do verbo. Os *argumentos* correspondem, portanto, aos lugares vazios ao redor dos verbos relacionais. Encontram-se no esquema subjacente da *valência*, podendo ou não ser realizados, na superfície, na forma de *actantes* (as palavras ou sintagmas)⁵².

Borba (1996) reparte os *actantes* entre *sujeito* e *complementos*. Já aqueles constituintes que, em nível mais profundo, não fazem parte desse esquema, são chamados *participantes*, dividindo-se em *especificadores*⁵³, *adjuntos*⁵⁴ e *circunstantes*⁵⁵. De acordo com Borba (1996, p. 22), “os argumentos (...) são necessários à composição da matriz valencial (...). Já os participantes localizam, identificam ou acrescentam dados para a compreensão da mensagem, mas não alteram em nada as relações básicas entre o predicado e o argumento”. Em *Uma empresa muito conhecida apresenta novos computadores*, superficialmente, isto é, no nível do enunciado, *uma empresa muito conhecida* é o sujeito, ao passo que *novos computadores* é o complemento. Contudo, e, novamente, a imagem é bastante elucidativa, em um nível mais profundo, *empresa* e *computadores* são estritamente o sujeito e o complemento, respectivamente. Os demais itens são especificadores (*uma*) e adjuntos (*conhecida* e *novos*) do sujeito e circunstante (*muito*) do complemento.

Além do número de argumentos, o significado do verbo “determina também as propriedades morfo-sintáticas e semânticas dos actantes que realizam, na frase, esses lugares vazios” (BUSSE; VILELA, 1986, p. 18). Isso quer dizer que os itens que se organizam ao redor do verbo são classificados entre *actantes* e *participantes* a partir de uma sorte de traços de ordem sintática e semântica que venham a apresentar em relação ao verbo, motivo pelo qual é extremamente pertinente falar-se no conceito de *valência*

⁵² A esse respeito, Borba (1996, p. 22) afirma que “Os argumentos (S/C) são necessários à composição da matriz valencial e podem ou não realizar-se nas sequências, dados os inúmeros acidentes e expedientes que operam na organização das orações efetivas”. Já os participantes se realizam apenas em nível superficial. Como veremos no próximo capítulo, esse modo de concepção da *valência* encontra respaldo parcial no DUPB, que, excluindo a descrição do sujeito, apenas descreve a *valência* sintático-semântica dos complementos.

⁵³ Borba (1996) define os especificadores como constituintes que explicitam um conceito nominal implicado pelo verbo/nome/adjetivo (comer [comida] → comer frango assado).

⁵⁴ Para Borba (1996), os adjuntos acrescentam ou reforçam traços relacionados com os núcleos nominais (casa *de pedra*; neve *fria e branca*).

⁵⁵ De acordo com Borba (1996), os circunstantes identificam em que condições ou circunstâncias ocorre aquilo que a relação entre um SN e um SV indica (Lina dança *bem* (modo); Lina dançou *ontem* (tempo) *no Municipal* (lugar)).

em três níveis, tal qual mencionamos no capítulo anterior. No primeiro e mais imediato, o da *valência quantitativa*, como dissemos, o significado do verbo determina o número necessário de argumentos (em número máximo de quatro⁵⁶) com os quais constituirá um todo significativo, já que a estrutura verbal é relacional. *Apresentar*, portanto, possui a estrutura argumental “apresentar (x,y)” (BUSSE; VILELA, 1986, p. 14) ou “P (A): P (A₁, A₂)” (BORBA, 1996, p. 20), na qual as variáveis, quando realizadas no enunciado, se materializam na forma de actantes que pertencem, necessariamente, também por exigência do significado verbal, a determinadas classes, que possuem determinadas características.

Na *valência sintática* (chamada também de morfossintática ou qualitativa), além da classe propriamente dita (nome, adjetivo, advérbio, oração, etc.), as condições de preenchimento argumental são evidenciadas pela *função sintática* desempenhada por essas classes (sujeito, complemento, especificador, adjunto e circunstante), e, por fim, por suas propriedades morfossintáticas (N, Prep + N). É importante salientar a esse respeito que, apesar de ser possível determinar as funções sintáticas (e semânticas) dos *participantes*, a proposta de Borba (1996) está dedicada a descrever apenas os *actantes*.

Finalmente, o significado do verbo também faz exigências de ordem semântica. Assim, sua *valência semântica* determina as características categoriais que devem ter os *actantes* (N+anim; +hum; +cont), bem como os papéis semânticos que devem desempenhar em relação ao verbo (agente, causador, beneficiário, etc.) e as restrições seletivas que operam entre os constituintes (“ex.: um verbo da subclasse X combina-se com um argumento: Ag/B, e seleciona o traço Y” (BORBA, 1996, p. 21))⁵⁷.

O exposto até agora demonstra o princípio de que a gramática de valências é uma teoria sintático-semântica porque permite ver que

A dimensão sintática abrange não apenas os níveis das relações de dependência (propriedade e/ou função sintática ou morfossintática) como ainda o tipo de condicionamento que identifica as condições de coocorrência no preenchimento das casas vazias por determinadas classes morfológicas. A dimensão semântica compreende o estudo das funções semânticas (ou papéis temáticos) (BORBA, 1996, p. 19).

⁵⁶ Ver nota 41.

⁵⁷ No capítulo seguinte, veremos quais informações sobre a *valência* em seus três níveis aparecem no DUPB e de que forma elas estão organizadas.

3.2 A gramática de valências aplicada ao português

Muitos linguistas se dedicaram a estudar as *valências verbais* desde a primeira abordagem do tema por Tesnière (1959). Ao longo do tempo, a gramática de valências foi sendo incorporada a modelos de Semântica Lexical. No atual estado da arte dessa área, apesar de não conservar o nome gramática de valências, a noção de *valência* permanece bastante presente em abordagens cujo objetivo é a representação lexical dos verbos por decomposição de predicados (não mais baseada na noção de papéis semânticos), como é o caso de Dowty (1979) e Jackendoff (1990). No Brasil, Perini (2008, 2010), Menuzzi e Ribeiro (2011) e Cançado e Godoy (2012), por exemplo, trabalham nesse sentido, procurando correlacionar a semântica dos verbos da língua portuguesa e a realização sintática de seus argumentos.

Poderíamos fazer uma revisão bibliográfica que buscasse oferecer um panorama sobre como as *valências verbais* vêm sendo abordadas ao longo do tempo e quais as diferenças entre uma e outra proposta⁵⁸. Porém, como este trabalho deve contemplar o campo da lexicografia, ao avaliar um dos modos de aplicação da gramática de valências (aquele sugerido por BORBA, 1996) a um objeto bastante específico, o dicionário, que será nossa fonte de dados, optamos por, neste momento, dar ênfase à proposta do autor do DUPB.

3.2.1 A importância dos papéis temáticos para a definição de classes de verbos na proposta de Borba (1996)

Na gramática de valências, o verbo é o responsável por estabelecer com as demais palavras que se colocam ao seu redor uma espécie de “cena”, representada pela oração⁵⁹. Conforme Perini (2008, p. 183), Tesnière (1959) afirmava que a oração expressa um “pequeno drama”, cujos participantes desempenham determinados papéis ou exercem determinadas funções; no caso de *O professor apagou o quadro*, agente (*o professor*) e paciente (*o quadro*). Por isso, esse fenômeno é chamado de *papéis temáticos*, *papéis semânticos*, *funções semânticas* ou *funções temáticas*.

A “cena” à qual nos referimos acima corresponde à noção denominada *frame*, nos estudos de Charles Fillmore. Em seu trabalho de 1982, *Frame semantics*, o linguista explica que *frame* se refere a qualquer sistema de conceitos relacionados de tal forma

⁵⁸ Para um panorama a esse respeito, cf. Levin e Rappaport Hovav (2005).

⁵⁹ Em um nível macro, o conjunto de cenas constituiria uma cena maior, o texto. Aqui, no entanto, abordaremos apenas a oração.

que, para entender qualquer um deles, é preciso entender toda a estrutura na qual eles se encaixam. Quando um dos elementos dessa estrutura é introduzido no texto ou na conversação, todos os demais que com ele se relacionam se tornam automaticamente disponíveis. Nesse mesmo artigo, afirma ter se dado conta de que

(...) certos tipos de grupos de verbos e classificações de tipos de frases poderiam ser estabelecidos mais significativamente se as estruturas com as quais os verbos foram inicialmente associados fossem descritas em termos das funções semânticas dos seus argumentos associados⁶⁰ (FILLMORE, 1982, p. 114, tradução nossa).

Fillmore (1982) afirmava conhecer o trabalho de Tesnière (1959), mas buscava um tipo de descrição da qual essa teoria ainda não dava conta, a saber, uma descrição sintático-semântica do léxico. Assim, a proposta de Fillmore era a de que os verbos possuiriam dois tipos de subcategorização relevantes quando se trata da sua distribuição em sentenças:

- a) a estrutura profunda da descrição da *valência* (para compreender suas propriedades, era necessário compreender a semântica do verbo).
- b) as regras que determinam a subcategorização sintática do verbo.

A mistura desses axiomas gerava regras tais como:

tal e tal verbo ocorrem em expressões contendo três valores, um designando o ator que pratica a ação expressa pelo verbo, outro designando o objeto sobre o qual a ação do ator tem uma influência na mudança de estado e um designando o objeto através do qual o ator manipula essa tal mudança de estado⁶¹ (FILLMORE, 1982, p.114, tradução nossa).

Essas “regras” descreveriam o quadro (ou a cena) semântico verbal, chamado por Fillmore de *case frame*. A partir daí é que se começa a falar em *Case Grammar*, ou Gramática de Casos, um sistema de noções de papéis semânticos que, em conjunto com as regras sintáticas de subcategorização, dava condições para entender as formas através

⁶⁰ [(...) certain kinds of groupings of verbs and classifications of clause types could be stated more meaningfully if the structures with which verbs were initially associated were described in terms of the semantic roles of their associated arguments].

⁶¹ [Such-and-such a verb occurs in expressions containing three nominals, one designating an actors who performs the act designated by the verb, one designating an object on which the actor’s act has a state-changing influence, and one designating an object through the manipulation of wich the actor brings about the mentioned state change].

das quais línguas diferentes moldam distintamente as suas sentenças não apenas no âmbito sintático, mas também no âmbito semântico⁶²:

Os casos são universais linguísticos: a gramática de casos pretende atingir um componente de base aplicável a todas as línguas naturais, transportável, por meio de uma parte transformacional, para a estrutura superficial das diferentes línguas particulares (BUSSE; VILELA, 1986, p. 95).

O que estava por trás dessa busca por uma estrutura semântica subjacente dos verbos era a ideia de que, ao produzir e compreender linguagem, o ser humano evoca sua habilidade de atribuir esquematizações às frases ou componentes do “mundo” que o texto (falado ou escrito) caracteriza de alguma maneira e também a sua habilidade de esquematizar a situação na qual esse fragmento linguístico está sendo produzido. O que Fillmore tentava descrever eram as relações semânticas entre grupos de verbos (do inglês) que “apontavam” para uma mesma “cena cognitiva” (*case frame*)⁶³.

Essa noção é muito cara à linguística contemporânea. A própria gramática de valências pode ser ampliada graças a ela, uma vez que, segundo Borba (1996, p. 27), Tesnière (1959) apenas havia esboçado esse tema em sua proposta, sem chegar a desenvolvê-lo. Embora não tenha sido Fillmore (1982) o primeiro a trabalhar com papéis semânticos (Perini (2008) menciona Gruber (1965) e Jackendoff (1972) como precursores da ideia), Busse e Vilella (1986) e Borba (1996) utilizam os subsídios oferecidos pela gramática de casos como um dos elementos para elaborar suas respectivas aplicações da gramática de valências ao português, motivo pelo qual nos detivemos na abordagem de Fillmore.

Apesar de representar um avanço no que diz respeito à descrição do modo como representamos o mundo pela língua que usamos, o grande problema em relação aos papéis semânticos é que, até hoje, não se chegou a um consenso a respeito de quantos⁶⁴ ou quais são os principais e, antes disso, quais devem ser os critérios de identificação,

⁶² Na mesma época, Dik (1981) propunha a teoria funcionalista, postulando que essas diferenças construcionais também se davam no âmbito pragmático, baseando suas reflexões, além das funções sintáticas e semânticas, nas funções pragmáticas *tema*, *apêndice*, *tópico* e *foco*.

⁶³ Os estudos de Fillmore culminaram na construção do *FrameNet*, um banco de dados da língua inglesa que ilustra as relações entre os *frames* por meio de um sofisticado mecanismo de anotações (cf. <https://framenet.icsi.berkeley.edu/fndrupal/about>). Atualmente, no Brasil, a Universidade Federal de Juiz de Fora desenvolve o *FrameNet Brasil* (<http://www.ufjf.br/framenetbr>), realizado em parceria com a *FrameNet*. Já o espanhol conta com o projeto Adesse (cf. <http://adesse.uvigo.es/data/>), realizado na Universidade de Vigo.

⁶⁴ O próprio Borba (1996) reconhece que “o número de casos varia muito de proposta a proposta (Aqui estou seguindo Fillmore basicamente)” (BORBA, 1996, p. 30).

classificação e diferenciação dessas funções, motivo pelo qual essa noção vem sendo abandonada atualmente pela Semântica Lexical (CANÇADO, 2013). Essa dificuldade de delimitação é atribuída por Perini (2010) à característica que os papéis semânticos têm de estabelecer uma “interface entre a língua e o nosso conhecimento de mundo” (PERINI, 2010, p. 151), já que os esquemas conceituais que armazenamos em nossa mente são motivados por esse conhecimento. Os papéis semânticos, portanto, estão na interface da cognição humana com sua representação concreta, dada na língua. Nesse sentido, qualquer classificação que se faça sempre beira o subjetivo, podendo ser contraposta por uma interpretação diferente do estado de coisas descrito e, conseqüentemente, dos papéis desempenhados, o que, evidentemente, torna a questão bastante complexa em termos descritivos.

No tocante ao modo como as estruturas relacionais se organizam, a concepção de Borba (1996) baseia-se na ideia de que “há um mecanismo de compatibilidade/incompatibilidade que aproxima ou afasta os itens” (BORBA, 1996, p. 49). Abaixo⁶⁵, vemos que as palavras *água* e *macaco*, mesmo aparentemente não apresentando traços semânticos comuns, ocorrem combinadas com o verbo *subir*.

(7) O macaco subiu na árvore.

(8) As águas subiram.

Numa primeira análise, (7) se distingue claramente de (8) em razão do traço [+animado], que pertence ao sujeito [o macaco]. Além disso, o traço [+movimento] do verbo, em (7), não é da mesma natureza do movimento denotado em (8) “por causa da relação entre os nomes e o verbo: em (7) a atividade se liga a algo que N faz; em (8) a algo que acontece com N; em (7), N é um participante ativo (...); em (8), N é um paciente ou suporte de um evento” (BORBA, 1996, p. 50). Nos exemplos dados, portanto, o verbo *subir* estabelece relações diferentes com seus actantes, que, por sua vez, desempenham papéis diferentes nesse esquema cognitivo. Então, em (7), *subir* pode ser considerado verbo de ação; já em (8), verbo de processo. No entanto, para delimitar quais classes de verbos existem em uma língua, é preciso também identificar quais os papéis semânticos que vão ajudar o verbo a compor os esquemas conceituais, uma vez que, como vimos dizendo em diversos momentos do texto, o verbo é o responsável por configurar estados de coisas a partir das relações que estabelece com os

⁶⁵ Exemplos retirados de Borba (1996).

demais itens léxicos que vão se colocando ao seu redor (*i.e.* seus argumentos). A gramática de valências se propõe a descrever essa cena tanto em relação à sua forma (sintaxe) quanto ao seu conteúdo (semântica). A respeito do âmbito semântico, a noção dos papéis temáticos é fundamental para a descrição pretendida, tanto que Borba (1996, p. 52) defende que “pela identificação das funções temáticas, se consegue estabelecer um sistema de casos para os nomes e uma taxonomia sintático-semântica para os verbos”. Assim, baseado em Fillmore, o linguista propõe os seguintes papéis temáticos⁶⁶ como suficientes para caracterizar a *valência*:

Quadro 9: Papéis temáticos.

Agentivo (Ag): é o que por si mesmo desencadeia uma atividade (física ou não) sendo origem dela e seu controlador: <i>O garoto brinca.</i>	Objetivo (Ob): caso semanticamente mais neutro, é a entidade em relação à qual se verifica uma situação, ou seja, é o afetado por aquilo que o verbo indica: <i>Apagaram a luz. A cortiça bóia.</i>	Causativo (Ca): É o que provoca um efeito ou o que desencadeia algo. Expressam uma atividade ligada a um estímulo: <i>A geada matou as plantas. O muro caiu com o vento. Caqui mancha.</i>	Resultativo (R): é um efetuado. Liga-se principalmente a (...) verbos cujo complemento expressa algo que passa a existir: <i>Carlos escreveu três sonetos.</i>
Experimentador (Ex): traduz uma experiência ou uma disposição mental: <i>Pedro ouviu música.</i>	Locativo (L): marca o lugar onde: <i>Léo está na igreja.</i> Tem valor direcional (movimento para): <i>Vou a Santos.</i> E de percurso (movimento através de): <i>A princesa passeia pelo bosque.</i>	Meta (M): Tem os traços <i>afetado</i> e <i>transição</i> . Expressa o ponto de chegada: <i>Os torcedores invadiram o campo.</i>	Temporal (Tp): localização no tempo: <i>Decorreram três meses.</i>
Beneficiário (B): é um afetado que marca o destinatário da posse (simples posse, perda ou ganho de posse)/benefício: <i>Gina tem um gato.</i>	Instrumental (I): exprime uma causa indireta tendo como traços básicos: a <i>atividade</i> e o fato de ser <i>controlado</i> : <i>Cortou a mão com o alicate. As mãos escondiam o rosto aflito.</i>	Origem (Or): Tem os traços <i>afetado</i> e <i>transição</i> . Expressa o ponto de partida: <i>Vim de São Carlos.</i>	Comitativo (Co): a principal característica é a associação; é sempre um afetado, mas pode ainda ter traços como <i>atividade</i> e <i>causa</i> : <i>Lina saiu com o noivo; Romeu morreu com Julieta.</i>

Fonte: Borba (1996).

O lexicógrafo divide esses papéis entre os casos que são exclusivamente profundos (Ag, Ex e Ca), aqueles que são exclusivamente superficiais (M e I) e aqueles que, dependendo do significado do verbo, podem ser tanto profundos quanto superficiais (B, Ob, Or, R, L, Tp). Por exemplo, L é um caso profundo na sentença *A velha pôs o gato no colo*, mas não na sentença *O anel caiu no ralo* (BORBA, 1996).

⁶⁶ Busse e Vilela (1986) não apresentam uma proposta própria, elencando as propostas de Fillmore (1971), Helbig (1982) e Helbig e Buscha (1984).

O caso acima é de fácil interpretação. Entretanto, há casos em que a atribuição do papel temático esbarra no caráter genérico ou muito vago de suas definições (PERINI, 2009a, p. 261). Na lista acima, por exemplo, não está claro se a entidade caracterizada como *instrumento* é inanimada ou não. Essa informação é inferida nos exemplos oferecidos a partir do conhecimento de mundo do falante. Quanto ao *agente*, não se pode saber, pelas definições oferecidas, se este causa a ação intencionalmente ou não, de forma que em *João furou o balão* e *O balão furou*, [João] e [O balão] poderiam ser considerados igualmente agentes, o que sabemos, por nosso conhecimento de mundo, que não é um fato. Ainda, nem sempre é fácil distinguir um *experimentador* de um *objetivo*. Por exemplo, em *Pedro foi assaltado*, as definições oferecidas por Borba (1996) autorizam que se possa caracterizar Pedro tanto como *experimentador* (do fato de ter sofrido um assalto) quanto como *Objetivo* (da situação que o afetou ou que se verificou em relação a ele). Fica claro, portanto, que se se quer objetivar esse conhecimento de mundo e incorporá-lo em teorias linguísticas, “uma das tarefas (e um dos desafios) que a linguística precisa enfrentar urgentemente é a de conceituar os papéis semânticos com mais rigor” (PERINI, 2009a, p. 261).

Para defender-se da vagueza conceitual dos papéis temáticos, Borba (1996) afirma que a sutileza em identificar e diferenciar os casos se dá porque muitos deles compartilham traços. O lexicógrafo propõe que a identificação dos traços constitutivos de cada caso seria facilitada pelo agrupamento das funções semânticas em traços “mais definitórios” (BORBA, 1996, p. 31). Dessa forma, identifica cinco grupos de traços definitórios gerais e os casos que englobam:

- 1) Realizador: Ag, Ca, I, Co.
- 2) Instigador: Ag, Co.
- 3) Transição: L, Or, M, Tp.
- 4) Controle: Ag, I.
- 5) Afetado: Ob, B, Ex, M, Or, R, Co.

Borba (1996) enfatiza que esses grupos, no entanto, podem ser rearranjados conforme outros traços, tais como [+atividade: Ag, Ca, I, Co] e [-atividade: L, Or, M, Tp, Ob, B, Ex, R, Co], tudo em favor da individualização de cada caso. Para distinguir-se, por exemplo, entre Ag e Ca, ambos classificados como realizadores e dotados do traço [+atividade], o traço *volição* ou *intencionalidade*, presente em Ag e ausente em

Ca, deve ser considerado. Então, à semelhança da fonologia, a classificação dos papéis semânticos, conforme sugere Borba (1996), deve ser feita através de uma matriz de traços na qual os traços distintivos opõem os casos entre si. No entanto, o estabelecimento dessa matriz não é muito regular na literatura (o próprio Borba não chega a propor uma), sendo também bastante subjetivo, já que cada autor pode subcategorizar os traços de acordo com sua interpretação dos possíveis estados de coisas designados na relação do verbo com seus actantes.

3.2.2 As classes de verbos e sua “fluidez” distribucional

Entendido como são definidos os casos em Borba (1996) e o principal problema relacionado à questão dos papéis semânticos, é possível, então, compreender como se estabelece a taxonomia para os verbos conforme o entendimento desse autor, que baseia sua proposta na utilização de alguns verbos “genéricos” para identificar determinados estados de coisas (igualmente genéricos)⁶⁷.

Na língua portuguesa, *fazer* designa a classe de estados de coisas correspondentes a *atividades*, enquanto o verbo *acontecer* designa a classe dos *processos*. E aqueles estados de coisas que não correspondem nem a um fazer, nem a um acontecer, são denominados *estados*. Daí surge a divisão dos verbos em verbos de *ação*, *processo* e *estado*, à qual Borba (1996) adiciona a classe *ação-processo*. Vale ressaltar que esse caráter dos verbos se evidencia na relação com seus actantes, ou seja, apenas quando os argumentos, na superfície, são preenchidos. Por isso que, *a priori*, não se pode encaixar os verbos nessas categorias. Dessa forma, um verbo só poderá ser classificado como verbo de ação, por exemplo, caso se relacione com um sujeito agente.

(i) Traços de substância semântica constituem um ponto de partida ou de referência para a descrição sintático-semântica de um item; (ii) é fundamental verificar como os traços de um item se combinam com outro(s) (...); (iii) dessa combinatória surge um conjunto de valores para o item (...) (iv) esses valores semânticos se associam a outros itens formando uma rede de superposição parcial, isto é, as *equivalências* progridem em várias direções e escalas segundo as propriedades distribucionais de cada item (BORBA, 1996, p. 51).

Por esse motivo é que Borba (1996, p. 57) afirma que “da associação entre um verbo e um nome resulta um caso para o nome e uma classe para o verbo”. A respeito dessas classes, Borba (1996) as divide em quatro, resumindo-as da seguinte maneira:

⁶⁷ Busse e Vilela (1986) também procedem dessa maneira.

A natureza das relações estabelecidas entre predicado e argumento (s) é responsável pelo estatuto sintático-semântico dos verbos. Todo verbo tem até quatro argumentos. Desses, se o A₁ (superficialmente na função de sujeito) for *ativo* (=Ag), o verbo será de *ação*; se for *afetado*, será de *processo*; se for um *ativo/causativo*, implicando um A₂ *afetado/efetuado*, será de *ação-processo*; se for um *inativo*, isto é, não for nem *ativo* nem *afetado*, nem *causativo*, o verbo será de *estado* (BORBA, 1990, p. XII).

A seguir, sistematizamos as informações em relação à caracterização dessas quatro classes a partir de Borba (1990; 1996; 2002):

Tabela 1: Classes de verbos – definição, número de argumentos, características, observações e exemplos.

VERBO	ACÃO	PROCESSO	ACÃO-PROCESSO	ESTADO
DEFINIÇÃO	Expressa um fazer, ou uma atividade, do sujeito agente (que controla intencionalmente a atividade).	Expressa um evento cujo suporte está num sujeito: a) paciente ou afetado por aquilo que o predicado indica; b) experimentador de uma disposição mental, de uma sensação ou emoção; c) beneficiário ou que é sede da transferência de posse ou destinatário de um benefício.	Expressa uma mudança de estado, de condição ou de posição levada a efeito por um sujeito Ag, Ca ou I, atingindo um complemento que é, então, afetado ou efetuado (porque passa a existir)	Expressa uma propriedade, condição ou situação localizada no sujeito, que é mero suporte ou experimentador dessas propriedades.
NÚMERO DE ARGUMENTOS	No mínimo um. No caso de haver um segundo ou terceiro argumentos, estes serão complementos que não experimentam mudança de nenhum tipo (de estado físico ou moral, de condição ou de localização no tempo e no espaço).	No mínimo um, podendo ter até três.	No mínimo dois.	No mínimo dois, em que um deles deve ser obrigatoriamente um inativo, na medida em que não é agentivo, nem causativo, nem paciente.
CARACTERÍSTICAS SINTÁTICAS	PRONOMINALIZAÇÃO	Facultativa	Facultativa	Facultativa
	MODALIZAÇÃO IMPERATIVA	Possível	Não se aplica	Não se aplica
	COMPATIBILIDADE COM I (instrumento)	Possível	Não se aplica	Não se aplica
OBSERVAÇÕES	Pode ocorrer com especificadores.	I. Pode ocorrer com especificadores; II. Alguns predicados processuais são expressos por um SN auxiliado por um verbo suporte.	Quando há compatibilidade com I, este pode ser alçado à posição de sujeito (o que não ocorre com verbos de ação).	Com alguns verbos, a pronominalização é obrigatória.
EXEMPLOS	<i>O garoto brinca. / Maria não come carne. / Ada sentou (-se) na mesa. / Desça daí, menino! / A mulher gritava desaforos.</i>	<i>A planta cresce. / Marina lembra-se com saudade da infância. / O cururu viu a cobra. / Lia sente a morte da avó. / Lúcia herdou da avó um gato siamês. / De repente, a porta abriu (-se). / A criança dormia um sono leve. / Lina ficou triste</i>	<i>Ana abriu a porta. / O raio partiu a árvore. / Uma velha tesoura cortou o umbigo do nenê. / Costure minha calça. / Gina lava roupa com OMO. / OMO lava melhor sua roupa.</i>	<i>Mario permaneceu em silêncio. / Meu vizinho tem fazendas em Goiás. / João ama Maria. / Ida trajava (-se) (de) negro. / A Igreja situa-se na praça. /</i>

Fonte: A autora, com base em Borba (1990; 1996; 2002).

Segundo Borba (1996), os verbos não se encaixam *a priori* nessas categorias. A classificação somente se aplicará a partir da observação das relações entre os verbos e demais itens léxicos em sentenças reais, conforme vimos no exemplo de *subir* e como nos mostram também as frases abaixo – extraídas de Borba (1996, p. 63):

(9) *O velho era encarregado de badalar o sino da capela.* (= ação-processo)

(10) *O sino badala.* (= processo)

(11) *Todos badalam Aurélio.* (= ação)

Essa é uma questão cabal para quem deseja abordar o tema das *valências* verbais. Nas orações acima, *badalar* ocorre em três diferentes classes porque estabelece relações diferentes com seus actantes, descrevendo, por isso, estados de coisas distintos. Além disso, em termos estruturais, temos também algumas alterações, como, por exemplo, o número de actantes envolvidos em cada cena. Diante de situações como essa, costuma-se falar em “variação da *valência*”.

Busse e Vilela (1986) definem a variação de *valência* como “o fato de o significado dos verbos poder apresentar diferentes estruturas relacionais: a que corresponde, naturalmente, diferente número de lugares vazios” (BUSSE; VILELA, 1986, p. 61). Vejamos as orações seguintes (adaptadas dos exemplos oferecidos pelos autores):

(12) *Maria chora.*

(13) *Maria chora a morte de seu namorado.*

(14) *Maria está comendo.*

(15) *Maria está comendo uvas.*

Os autores postulam que enquanto (15) demonstra a realização de um espaço vazio representado em (14), o mesmo não ocorre entre (12) e (13). Em (12), *chorar* configura-se como verbo monovalente; em (13), como verbo bivalente. Em (12), significa, literalmente, *derramar lágrimas*; em (13), equivale a *lamentar*. Vê-se, portanto, dois fenômenos distintos. Nos pares (12) – (13) e (14) – (15), há diferenças quanto à estrutura relacional. O significado do verbo em (12) não é exatamente o mesmo que em (13), ao contrário do que se vê em (14) e (15), nos quais o verbo não apresenta alterações em seu significado. A partir daí emerge a questão: haveria alguma estrutura relacional básica ou primária para os verbos? Segundo Busse e Vilela (1986),

sim. Para os autores, operariam nas sentenças alguns processos de ampliação e redução de *valências* supostamente primárias. Assim, *a fonte secou* seria uma redução de, por exemplo, *o calor secou a fonte*. Teoricamente, [x secar y] seria a estrutura básica para o verbo *secar*. De acordo com os autores, a redução da *valência* deu-se no âmbito lexical, com a omissão do sujeito e o alçamento do complemento a essa posição. Há verbos ainda que admitem a redução por meio da pronominalização (com *se*), tal como acontece com *partir* em *Pedro partiu o vaso* e *O vaso partiu-se*.

Os linguistas seguem a exposição afirmando que “a mudança pode verificar-se tanto no número quanto na forma dos actantes” (BUSSE; VILELA, 1986, p. 64), como se pode notar em *o calor secou a fonte* e *a fonte secou*, em que há mudança quanto ao número de actantes, além de casos como *Ele espera alguém / por alguém* e *Os trabalhadores se beneficiaram com as / das diuturnidades*, em que há mudança quanto à forma dos actantes. Contudo, Busse e Vilela (1986) parecem não evidenciar o fato de que, em alguns verbos, o fenômeno não é exclusivamente sintático, mas sim semântico com efeitos sintáticos, o que é muito diferente. É o caso, por exemplo, do verbo *afogar*. Vejamos as frases oferecidas pelos autores:

- (16) *A criança afogou o gato.*
- (17) *O motor afogou.*
- (18) *O Luís afogou os problemas no álcool.*

Embora os linguistas abordem a questão como se (17) e (18) fossem reduções da estrutura verificada em (16), usando para evidenciar isso a introdução de *fazer* (*A chuva fez afogar o motor; O Luís faz com que os problemas se afoguem no álcool*), o fenômeno aqui é diferente dos explicitados anteriormente e muito semelhante ao ilustrado pelos verbos *chorar* e *badalar*, mencionados acima, casos em que os autores apenas afirmam não poder ser interpretados segundo o modelo de ampliação e redução, sem, no entanto, entrar em detalhes sobre qual seria a interpretação mais adequada para eles. Acreditamos que, nesses casos, não há como plantear o problema apenas em termos de redução ou ampliação de *valências* conforme Busse e Vilela (1986) as categorizam, isto é, como processos sintáticos ou lexicais, visto que há uma correlação entre o significado dos verbos, a quantidade e as características dos actantes. No caso de *afogar*, embora se possa dizer que há um significado primário compartilhado entre (16),

(17) e (18), nas sentenças, o verbo adquire significados diferentes, indo do mais literal (16) até o menos literal (18).

Muitos autores, tais como Levin, Jackendoff e Rappaport, defendem, no entanto, que só há diferença semântica entre os verbos se houver diferença em sua representação sintática. Essa hipótese, no entanto, não parece fazer sentido para casos de polissemia, como em *afogar* ou *roubar*. Em *Maria roubou a blusa de Pedro* e *Maria roubou o coração de Pedro*, apesar de *roubar* ter a mesma *valência* quantitativa e o mesmo comportamento sintático em ambos os exemplos, possuindo, além disso, estrutura de tipo [SN + V + SN + Sprep], definitivamente, não apresenta a mesma natureza em ambas as sentenças. Como dissemos ao início do capítulo, Borba (1996) ancora sua abordagem da gramática de valências na semântica. Essa decisão pode ter lá seus pontos frágeis, entretanto, do ponto de vista de um lexicógrafo, como é o caso dele, faz mais sentido apostar na especificidade semântica de cada item lexical, pois, como dissemos, a expansão semântica é o “motor” de uma obra lexicográfica. Portanto, tendo em vista o objeto ao qual a teoria se destina⁶⁸, essa parece ser uma decisão coerente, que será refletida nas matrizes valenciais propostas por esse autor.

3.2.3 Matrizes valenciais em português

A noção de *matriz valencial* é definida como “o esquema que explicita a *valência* do verbo. Implica não só o número de lugares vazios que ele admite, mas também as relações sintáticas e propriedades semânticas” (BORBA, 1996, p. 66). Em outros termos, para o autor, as matrizes seriam um modelo explicativo e integrado da *valência* que, em última instância, descreveria as orações nucleares da língua, objetivo último de sua abordagem. Baseado na ideia da variação da *valência*, Borba (1996) identificou quatro matrizes que podem ser verificadas nos verbos da língua portuguesa, conforme ilustra a seguinte tabela:

⁶⁸ Borba (1996, p. 15) é bem claro ao afirmar que a construção de sua teoria “norteará a montagem do dicionário de usos do português contemporâneo (do Brasil)”.

Tabela 2: Matrizes dos verbos da língua portuguesa identificadas por Borba (1996).

	TIPOS	MATRIZES	EXEMPLOS ⁶⁹
UMA CLASSE	<ul style="list-style-type: none"> Apenas uma matriz 	<i>assobiar</i> : ação (Ag) <i>abdicar</i> : ação (Ag + Ob) <i>abjurar</i> : ação (Ag + Ob) <i>amar, odiar, desejar</i> : estado (Ex + Ob) <i>chulear</i> : ação-processo (Ag + Ob)	<i>A molecada grita, assobia, joga pedras.</i> <i>Não pode a sociedade abdicar uma só qualidade de seus filhos.</i> <i>Marchamos (...) sem abjurar a vocação pacífica que nos distingue.</i> <i>Amélia amava Humberto.</i> <i>Antes de sair, Lia chuleou a barra da saia.</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Mais de 1 matriz Diferentes números de argumentos Diferentes esquemas de caso 	<i>chorar</i> ₁ (=derramar lágrimas): ação (Ag) <i>chorar</i> ₂ (=lamentar, prantear): ação (Ag + Ob) <i>lidar</i> ₁ (=trabalhar; labutar): ação (Ag) <i>lidar</i> ₂ (=enfrentar): ação (Ag + Ob)	<i>Mas não chore que um rei não chora.</i> <i>As negras choraram a mãe dos cangaceiros.</i> <i>Lidam na horta e racham lenha.</i> <i>Ele lida com todas as mazelas humanas.</i>
MAIS DE UMA CLASSE	<ul style="list-style-type: none"> Mais de 1 matriz Mesmo número de argumentos Diferentes esquemas de caso 	<i>abençoar</i> ₁ (=benzer, proteger): ação-processo (Ag + Ob) <i>abençoar</i> ₂ (=constituir proteção para): estado (Ob + L) <i>morar</i> ₁ (=habitar): estado (Ob + L) <i>morar</i> ₂ (=entender; instalar-se): processo (Ex + Ob) <i>morar</i> ₃ (=frequentar assiduamente): ação (Ag + L)	<i>Eu abenção a escolha de vocês.</i> <i>A estátua de Anchieta abençoa esta praça.</i> <i>Meu pai morava em cima da loja.</i> <i>Eu já morava no seu namorinho com Jean.</i> <i>Você agora mora na casa desse amigo.</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Mais de 1 matriz Número diferente de argumentos Diferentes esquemas de caso 	<i>aborrecer</i> ₁ (=importunar; enfadar): ação-processo (Ag/Ca + Ob) <i>aborrecer</i> ₂ (=ficar enfasiado): processo (Ex) <i>aborrecer</i> ₃ (=detestar; estar em desacordo com): estado (Ex + Ob) <i>adejar</i> ₁ (=fazer mover-se): ação-processo (Ag/Ca + Ob) <i>adejar</i> ₂ (=agitar-se; aflorar): processo (Ob) (Ob + L) <i>adejar</i> ₃ (=esvoaçar; mover-se como em vôo): ação (Ag) <i>acudir</i> ₁ (=socorrer): ação-processo (Ag + B) <i>acudir</i> ₂ (=surgir): processo (Ob + Or) <i>acudir</i> ₃ (=atender; encaminhar-se; afluir): ação (Ag + Ob) <i>acudir</i> ₄ (= ser conhecido por): estado (Ob + M)	<i>O rapaz aborrecia o gato com uma cordinha.</i> <i>Tenório, não vá se aborrecer.</i> <i>Seres que ela, por princípio, aborrecia.</i> <i>Silvéria veio adejando as saia estampada.</i> <i>As folhas das embaúbas adejavam na floresta.</i> <i>Um beija-flor adeja.</i> <i>Felipe acudiu a velha, que gemia muito.</i> <i>Os pensamentos podem acudir-nos em sonhos.</i> <i>Geraldo ministrava aulas como quem acode a uma necessidade.</i> <i>O filho mais velho acudia pelo nome de Albino.</i>

Fonte: A autora, baseada em Borba (1996, p. 67).

⁶⁹ Adaptados do DGV e do DUPB.

A respeito de sua proposta, Borba afirma que

Essas matrizes, por representarem esquemas profundos, apresentam valores semânticos básicos regulares. A observação do uso, entretanto, mostra, primeiro, que é muito difícil encontrar sempre uma mesma realização (única e monossêmica). O próprio jogo metafórico e metonímico dá, para cada verbo, pelo menos mais uma possibilidade (cf. ontem choveu/choveram aplausos ao orador; o bebê chora/o tronco da seringueira chora (=verte) um leite grosso e pegajoso). Dada a variedade de expedientes que a língua utiliza na organização das sequências reais é natural que cada item adquira valor semântico contextual específico. Assim, cada matriz valencial fornece um resultado semântico fundamental que pode realizar-se como tal ou especializar-se segundo um jogo de elementos contextuais (propriedades e funções sintático-semânticas de cada item léxico) (BORBA, 1996, p. 68).

Como se pode notar, as matrizes propostas refletem a taxonomia de verbos elaborada com base na identificação e na classificação dos papéis semânticos. Aliás, podemos considerar que são matrizes valenciais quantitativas e semânticas porque a contraparte sintática não está descrita (embora conste em outro momento da obra). Em sua definição para *valência* semântica⁷⁰, Borba (1996) incluía, além dos papéis temáticos, as “características categoriais” e as “restrições seletivas”. Estas são contempladas (embora não com muitos detalhes) na classificação dos verbos (cf. Tabela 1). Já quanto àquelas, por outro lado, Borba (1996) oferece uma boa fundamentação teórica. Entretanto, não oferece uma taxonomia de características categoriais, fazendo-o apenas em Borba (2003).

Com relação às características categoriais, Borba (1996) divide os nomes entre concretos e abstratos. Os concretos são aqueles nomes que possuem referentes no mundo dos objetos e os abstratos “aqueles que, não tendo referente, constituem-se em atos, eventos, estados relacionados a seres, coisas ou a estados de coisas (corrida, crença, lerdeza)” (BORBA, 1996, p. 84). Porém, ele faz uma ressalva interessante, mais ou menos na mesma toada da que fez quanto às matrizes valenciais: as noções de abstrato e concreto não são constantes, já que

⁷⁰ “*Valência* semântica – (...) diz respeito às características categoriais (traços que compõem cada uma das categorias: N+anim; +hum; +cont, etc.); às funções temáticas (...) e às restrições seletivas que determinam quais classes/subclasses de itens que, funcionando como P, coocorrem ou se excluem com tais classes/subclasses de itens que, por sua vez, preenchem os argumentos (ex.: um verbo da subclasse X combina-se com um argumento: Ag/B, e seleciona o traço Y)” (BORBA, 1996, p. 21).

(...) pode ser uma questão de enfoque (Cf. São Paulo tem muitos *cinemas* (con) / Norma é atriz de *cinema* (abs)), ou de grau (Cf. A transmissão da corrida estará regularmente no *ar* (mais para concreto) / Esta garota tem um *ar* (mais para o abstrato) esquisito). Essa questão de escala vai desde a nuance com diferença semântica (Cf. *humanidade* significando o conjunto dos seres humanos é menos abstrato do que significando qualidade humana) até a completa abstratização, em ambos os casos regulada pelo contexto (BORBA, 1996, p. 84).

Justamente por não serem categorias estáveis, fala-se em processos de abstratização e concretização. Por isso que faz muito sentido, em alguns casos, classificar um nome como [+concreto] ou [+abstrato] e não apenas [concreto] ou [abstrato]. Conforme o autor, a abstratização ocorre em locuções prepositivas e adverbiais, como em *ao pé de* (junto) e *em pé* (= em posição vertical), e com “sintagmas automatizados” (BORBA, 1996, p. 84), como *dar ouvidos* (= ouvir) e *tirar o corpo fora*, caracterizando-se como um processo semântico extremamente comum no uso da língua (cp. *Pão aumenta 33%* > *O preço do pão aumenta 33%* / *A beleza é fruto da harmonia* (fruto = resultado)), assim como a concretização, processo de retração que acarreta especialização semântica. Ao analisar os exemplos *O enchimento das mangas do vestido durou duas horas* e *O enchimento da manga esquerda caiu logo*, Borba (1996, p. 85) mostra que “a ação de *encher* se retrai, especializando-se em *ação de aplicar estofa*, concretizando-se em *estofa*”. Assim, conclui que “quando um derivado abstrato se especializa e se concretiza, é comum outro item do mesmo conjunto morfológico tomar-lhe o lugar primitivo: (...) *plantar* > *planta* (con) > *plantação* (abs/con) > *plantio* (abs) (...)” (BORBA, 1996, p. 85). De Borba (2003) podemos elaborar o seguinte esquema de características categoriais:

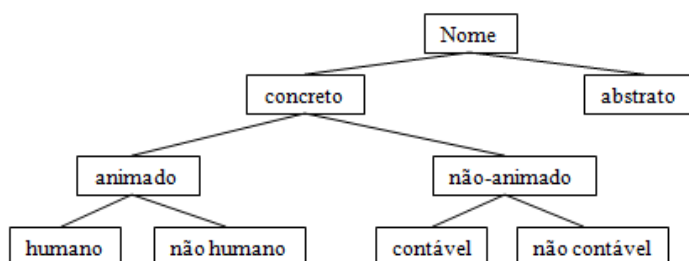


Figura 9: Taxonomia de características categoriais– a autora, com base em Borba (2003, p. 176).

As relações evidenciadas por Borba (1996) através da taxonomia de verbos e das matrizes valenciais e, no caso das características categoriais, por Borba (2003), como vimos, privilegiam uma descrição prioritariamente de ordem semântica. A descrição da

contraparte sintática do fenômeno valencial se encontra em outros momentos da obra de Borba (1996). Como um dos objetivos de sua proposta é encontrar os modelos oracionais básicos para a língua portuguesa, o autor afirma que

Se um sintagma preposicional se compõe de Prep+SN/O, e se um sintagma nominal pode comportar não só o sintagma preposicional ou sintagma ocasional, mas também sintagma adjetival, então, se estudarmos a composição de sintagma adjetival e de sintagma nominal, teremos condições de compreender até a mais complexa organização oracional (BORBA, 1996, p. 41).

A partir dessa premissa, Borba (1996) sistematiza a estrutura sintagmática da oração em português, descrevendo também as possibilidades de estruturação interna de SN e Sadj (em que “()” indica facultatividade e “*” indica recorrência):

Tabela 3: Estrutura sintagmática da oração em português.

ESTRUTURA SINTAGMÁTICA DA ORAÇÃO EM PORTUGUÊS	O = (SN) + SV SN = N + (Sprep) + (SO) + (Sadj) SV = V + (SN) Sprep = prep + SN SO = qu + O/Oinf Sadj = Adj + (Sprep) + (Sadv) + (SO) Sadv = Adv/Sprep
ESTRUTURA INTERNA DE SN	SN → (Quant) ⁷¹ (Det) ⁷² (Poss) (Sadj)* N (Sadj)* (Sprep)* (Sadj)* (SO)*
ESTRUTURA INTERNA DE Sadj	Sadj → (Adv) Adj (Adv) (Sprep)* (SO)*

Fonte: A autora, com base em Borba (1996).

Conforme explicação de Borba (1996), a estrutura básica da oração em português é SN + SV, sendo que pode reduzir-se em alguns casos a SV, como em *Chove* e *Neva*. O SN pode realizar-se apenas por seu núcleo (*Cerveja engorda*) ou pode ter uma estrutura mais complexa quando combinada com outras classes nominais ou sintagmas (adjetivos, preposicionais e oracionais).

Em relação ao Sadj, que possui uma posição bastante variável em relação ao SN, ele comporta duas camadas associadas ao seu núcleo. A primeira é formada por Sprep, em número máximo de três, como em *carga transportável do navio para o porto por guindastes*. A segunda, por sua vez, é constituída pelos modificadores, isto é, os advérbios (*muito frio*), normalmente intensificadores do tipo *muito*, *pouco*,

⁷¹ Na concepção de Borba (1996), os itens léxicos *todos* e *ambos*, assim como os indefinidos e os numerais, são quantificadores.

⁷² Borba (1996) inclui os artigos e os demonstrativos na categoria dos determinantes.

suficientemente (mas também advérbios de tempo e lugar), que podem ocorrer à esquerda ou à direita do núcleo adjetivo. Os *Sprep*, além de complementos do adjetivo, como em *conhecedor de arte* e *útil à pátria*, segundo Borba (1996), podem funcionar apenas como modificadores (*esticado ao máximo, escrito a lápis, nu em pêlo*), equivalendo, por isso, aos advérbios. Já quanto às orações associadas ao núcleo adjetivo, elas são de três tipos: completivas (*convicto de que está com a razão*), consecutivas (*(tão) brilhante que ofusca a vista*) e comparativas (*mais esperto (do) que inteligente*). Em comum, todas são introduzidas pela conjunção *que*.

A partir desse esquema sintagmático básico, o linguista aponta quatro estruturas oracionais para os verbos de um a quatro argumentos as quais poderíamos classificar, embora o autor não o tenha dito assim, como matrizes valenciais sintáticas (em complementação às matrizes semânticas expostas acima):

(...) os actantes constituem os sintagmas nominais, os sintagmas adverbiais e os sintagmas oracionais. Com exceção dos sintagmas adverbiais que funcionam sempre como complemento (na verdade, complemento adverbial de modo), os outros dois se distribuem por quatro funções superficiais – S e C (C₁, C₂, C₃) (BORBA, 1996, p. 48).

Além de identificar as funções sujeito e complemento como elementos da matriz, o autor também incorpora no esquema a *regência*, isto é, “o mecanismo que atua no esquema superficial controlando o uso, a distribuição e o estatuto das preposições com relação aos verbos da língua” (BORBA, 1996, p. 48)⁷³. Em relação à *valência* sintática, vale lembrar, como o próprio Borba (1996, p. 68) deixa claro acerca das matrizes valenciais, que a descrição proposta diz respeito apenas aos termos que fazem parte do esquema subjacente da *valência*, isto é, sujeito e complementos. Os *participantes*, por ocorrerem na estrutura superficial do esquema verbal, não são contemplados pela descrição. Dessa forma, tem-se as seguintes estruturas oracionais ou matrizes valenciais sintáticas:

⁷³ Essa definição corrobora nossa constatação do capítulo 2.2.3 *Valência* de que o conceito de *valência* engloba o de *regência*.

Tabela 4: Matrizes valenciais sintáticas.

VERBOS	ESTRUTURA ORACIONAL	EXEMPLOS ⁷⁴
V ₁	SN + V	<i>O boi <u>morreu</u>.</i> <i>Maria <u>pariu</u>.</i> <i>Um rei não <u>chora</u>.</i>
V ₂	SN ₁ + V + SN ₂ /Sprep (C ₁)	<i>Tibéria <u>desistira</u> de adotar a criança.</i> <i>Foi à cozinha <u>buscar</u> um copo d'água.</i> <i><u>Confiamos</u> no povo.</i> <i>Não <u>obedecia</u> a ninguém.</i> <i>Os senhores <u>conspiram</u> contra o governo.</i>
V ₃	SN ₁ + V + SN ₂ (C ₁) + Sprep (C ₂)	<i><u>Deu</u> ao governo um engenho.</i> <i>O rapaz <u>contou</u> a história a quem quis ouvi-la.</i> <i>A UNICEF <u>envia</u> telegramas às principais autoridades.</i>
V ₄	SN ₁ + V + SN ₂ (C ₁) + Sprep (C ₂) + Sprep (C ₃)	<i><u>Traduzir</u> o novo testamento do latim para o alemão.</i>

Fonte: A autora, baseada em Borba (1996, p. 48)

Tendo em vista que, conforme Borba (1996, p. 19), o objetivo central da gramática de valências é oferecer os “modelos oracionais” de uma língua, a proposta desse autor para a *valência* verbal na língua portuguesa, após passar por matrizes quantitativas, semânticas e sintáticas, culmina justamente em uma *tipologia oracional*: “conhecida a natureza da relação P(A) e determinando-se as classes de verbos e as matrizes valenciais, pode-se, então, propor uma tipologia oracional (BORBA, 1996, p. 69)”.

O linguista divide as orações em dois grandes grupos⁷⁵: a) o das *estativas*, que “traduzem uma visão estática do universo” (BORBA, 1996, p. 69), mostrando a relação P(A) como um *estado*; b) o das *não estativas*, que “traduzem uma visão dinâmica do universo” (BORBA, 1996, p. 69), estabelecendo diferentes modalidades de atividade dos argumentos com relação ao predicado. As estativas abrangem três subconjuntos:

1. orações cujo núcleo do predicado é um verbo que seleciona dois argumentos, um para sujeito e outro para complemento (apagável), tais como *amar, crer, saber, compreender, medir, custar, etc.* (*Creio em Deus; A verdade não sei*);
2. orações cujo núcleo é um predicado de existência que apresenta apenas um argumento (realizado como sujeito ou como complemento). São os casos dos verbos *ser, existir, haver, ter e dar*, por exemplo (*Deus existe; Há pessoas sem escrúpulos*);

⁷⁴ Adaptados de DUPB.

⁷⁵ Todos os exemplos listados são de Borba (1996).

3. orações de um só argumento cujo núcleo do predicado é expresso por um adjetivo ou um nome (predicativo) introduzido por um verbo copulativo (*ser estar, parecer*) que atua como verbo suporte. Dividem-se em *equativas, atributivas, locativas e possessivas*:

3.1. equativas: caracterizam-se pela associação de dois SN que podem ser permutáveis entre si em casos como *Diana é a pianista / A pianista é Diana*. Na estrutura sintática, o segundo SN funciona como aposto do primeiro (*Canário é pássaro de gaiola > Canário, pássaro de gaiola*), estabelecendo também relações de correferência (*Paris é a capital da França > Paris = capital da França*).

3.2. atributivas: “incorporam uma nota ou atributo ao sintagma nominal sujeito” (BORBA, 1996, p. 70), como em *Oscar é rico* ou *Pedro é muito homem para enfrentar essa parada*.

3.3. locativas: expressam uma relação estática de localização, no espaço e no tempo, tal como em *A farmácia é/fica na esquina* e *Nossas férias são em julho*.

3.4. possessivas: indicam posse ou propriedade, associando um termo possuidor e outro possuído, como em *Este brinco é de Lúcia* ou *Lúcia tem este brinco*⁷⁶.

As orações não estativas, por sua vez, englobam as *ativas*, as *causativas* e as *processivas*, o que implica que se realizam com verbos de ação, processo e ação-processo, segundo a taxonomia de Borba (1996). As ativas, expressas por verbos de ação, podem realizar-se com um ou dois argumentos através das seguintes estruturas:

a) com um argumento: Sag + V + (Esp) → *O pássaro canta.* / *A criança chorava (um choro sentido).* / *Pedro bebe (cerveja).*

b) Com dois argumentos: Sag + V + C → *Manuela foi para Jales.* / *A cobra olha, espreita, espia o sapo.*

As orações causativas têm como núcleo um verbo de ação-processo e, conseqüentemente, um sujeito Ag/Ca e um complemento afetado/efetuado (apagável

⁷⁶ A respeito das construções com *ser* e *ter*, a ordem é possuído/ possuidor com *ser* e possuidor/possuído com *ter*.

quando o que se quer indicar é uma causalidade genérica ou potencial), conforme podemos ver em *O cachorrinho quebrou o vaso* e *Cerveja embriaga*.

Finalmente, as orações processivas são construídas com verbos de processo, pronominais ou não, e com sujeito paciente (Ob), experimentador ou beneficiário, podendo haver complemento ou especificador (*Meu casaco rasgou / Ana ganhou uma boneca*). É possível ainda que esse tipo de oração seja constituído pela união de um verbo-suporte processual (*ficar, tornar-se, virar*) com um predicativo expresso por nome ou adjetivo e um sujeito experimentador ou paciente (*Ana ficou triste / Ana virou escrava do marido*).

Considerando as concepções de Borba (1996) a respeito da *valência* em seus três níveis e unindo o que foi proposto por ele em termos de sintaxe e semântica, temos a seguinte representação⁷⁷:

Tabela 5: Representação da *valência* em seus três níveis

I	Verbo		ENCOLHER
	Classe		[Ação]
	Significado		fazer diminuir
	Oração		<i>Cassiano encolheu a barriga</i>
II	Tipologia oracional		não estativa (ativa)
III	Identificação dos actantes valenciais		A ₁ [Cassiano] A ₂ [a barriga]
	Valência quantitativa		V ₂
	Estrutura oracional nuclear		SN ₁ + V + SN ₂ (C ₁)
	Valência sintática	função sintática dos actantes	A ₁ [S] A ₂ [C]
		estrutura dos actantes	A ₁ = SN A ₂ = SN [Det + N]
	Valência semântica	função semântica dos actantes	A ₁ [Ag] A ₂ [Ob]
características categoriais dos actantes (nominais ou de núcleo nominal)		A ₁ [humano] A ₂ [concreto]	

Fonte: A autora, com base em Borba (1996).

No capítulo seguinte, abordaremos como essa concepção integrada a respeito da *valência verbal* foi convertida em informações lexicográficas no DUPB. E, na sequência, faremos uma avaliação mais crítica dessa abordagem.

⁷⁷ Introduzimos também a noção de características categoriais conforme apresentadas por Busse e Vilela (1986).

4

A DESCRIÇÃO DA VALÊNCIA VERBAL NO DUPB

Si el diccionario se limitara —como ocurrió con muchos diccionarios en el pasado— a ser un simple catálogo de palabras sueltas y la gramática, por su parte, fuera esencialmente un catálogo de reglas combinatorias, quedaría una dilatada tierra de nadie entre gramática y diccionario (HAENSCH, 1985, p. 237).

Em consonância com a opinião de Haensch (1985), Borba (2003) afirma que gramática⁷⁸ e dicionário são obras que se completam porque “o dicionário é o lugar do particular, do tópico e a gramática é do genérico, das regras” (BORBA, 2003, p. 301). Para o lexicógrafo, sendo a gramática uma obra que reúne um conjunto de regras que demonstram o funcionamento de uma língua em seus diversos níveis, não competiria a ela dizer como se usa uma palavra em específico, tarefa essa que pertenceria ao dicionário. Como as regras explicitadas na gramática se referem a classes de palavras, caberia ao dicionário, portanto, explicitar a aplicação dessas regras, palavra a palavra.

Por aí se pode perceber que dicionário e gramática não são entidades separadas, mas complementares: uma regra de estruturação ou de uso se procura na gramática, um determinado resultado estrutural ou um determinado uso se procura no dicionário (BORBA, 2003, p. 302).

Na concepção de Borba (2003), a lexicografia deve ser vista não apenas como a técnica de elaboração de dicionários, que estabelece os critérios de seleção, ordenação e estruturação lexicográfica e que define uma taxonomia de paráfrases explanatórias, mas também como uma teoria que estabelece uma série de princípios que permitirão a descrição do léxico a partir dessa técnica. Trata-se, portanto, de uma visão integrada da lexicografia, que demanda o emprego de uma teoria gramatical subsidiária à técnica lexicográfica. No caso desse autor, a teoria eleita foi a gramática de valências, fato que coloca o DUPB em uma posição diferenciada na lexicografia brasileira, uma vez que “os dicionários monolíngües que circulam no país têm em comum o fato de serem acervos de palavras recolhidas ao longo dos anos (...) (BORBA, 2003, p. 303)”, sendo que “o mais comum entre os lexicógrafos é descrever o vocabulário com apoio numa

⁷⁸ Aqui nos referimos à gramática como a obra que explicita o conjunto de regras referentes à estruturação de uma língua, e não à gramática como o conhecimento linguístico implícito que todo falante tem sobre sua língua materna, concepção utilizada no capítulo anterior.

teoria que permita dar conta dos vários tipos de relações que entram os lemas ou unidades lexicais. Poucos vinculam essa descrição a uma teoria gramatical (...)” (BORBA, 2003, p. 15). A esse respeito, Biderman (2000; 2002; 2003; 2004; 2006) faz inúmeras críticas, sobretudo ao Aurélio (Au, 2009) e ao Houaiss (Hou, 2009), ao questionar seu status de obras canônicas de referência, ou seja, como “sinônimos” de dicionário. Entre a mais severa delas, está a que “de modo geral, tanto o AURÉLIO como o HOUAISS revelam desconhecimento da Teoria Lexical, Gramatical e Linguística” (BIDERMAN, 2004, p. 186).

O modo de concepção e estruturação de dicionários semasiológicos gerais, representados, no Brasil, por Au (2009), Hou (2009), Michaelis (Mi, 2009)⁷⁹, já constitui uma verdadeira tradição lexicográfica. Nesse contexto, em que as obras se parecem muito, as informações sobre a sintagmaticidade não chegam a explicitar satisfatoriamente essa característica. O mais explícito que se percebe a esse respeito são as informações sobre a *regência* e o registro das combinatórias fixas de palavras⁸⁰, tradicionalmente arroladas ao final de cada verbete. Essa postura se deve ao fato de que esse eixo de organização da língua não se configura propriamente como uma necessidade premente na lexicografia de língua portuguesa, ao contrário do que ocorre na lexicografia de línguas como o alemão ou o latim, por exemplo, em que o sistema de casos exige que o dicionário forneça informações de ordem morfossintática. Nesse sentido, se pode dizer que o DUPB se diferencia dos demais dicionários de porte semelhante, já que “os dicionários de língua não devem apresentar as palavras isoladas, mas, antes, em função da combinação com outras palavras e estruturas” (DUPB, 2002, p. VI).

⁷⁹ Esses dicionários são denominados por Welker (2004) de G3 (gerais 3) em função de serem legitimados como os três expoentes “canônicos” da categoria na tradição lexicográfica brasileira. Mais recentemente, Luiz Antônio Sacconi publicou a primeira edição do *Grande Dicionário Sacconi da Língua Portuguesa* (Sac, 2010) com uma proposta arrojada (cf. http://www.istoe.com.br/reportagens/67410_O+DICIONARIO+QUE+FALA+UMA+NOVA+LINGUA). Porém, ainda não houve tempo suficiente para que tenha atingido a mesma legitimação perante a comunidade linguística que seus já tradicionais antecessores.

⁸⁰ Apesar de terem um espaço reservado nos dicionários, as combinatórias fixas representam um problema lexicográfico importante. Para uma discussão a respeito, cf. ALVES (2014).

4.1 Algumas considerações sobre o DUPB e seu antecessor, o *Dicionário Gramatical de Verbos* (DGV).

Ainda que o DUPB tenha algumas semelhanças com os G3 (possui caráter linguístico, é semasiológico e monolíngue) que o façam ser considerado por alguns linguistas – como Biderman (2003) e Welker (2004), por exemplo – como um dicionário geral, há algumas características que o tornam um *genótipo lexicográfico* (BUGUEÑO MIRANDA, 2014) à parte. Primeiramente, o DUPB não apresenta uma tentativa de descrição exaustiva do léxico da língua portuguesa. Uma das provas disso é a considerável diferença entre as densidades macroestruturais dos dicionários gerais e dos dicionários de uso brasileiros⁸¹. Enquanto o Aurélio, o Houaiss, o Michaelis e o Sacconi ultrapassam os 200 mil lemas, o DUPB e o DUPC não chegam aos 70 mil. O DUPB é, portanto, o que se poderia chamar de um “dicionário diassistemicamente restritivo” (BUGUEÑO MIRANDA, 2014), uma vez que a seleção do léxico se restringe a um período de tempo determinado (entre as décadas de 1950 e 1990⁸²) e ao meio escrito:

O *Dicionário de Usos do Português do Brasil* se apresenta como um dicionário da língua escrita no Brasil na segunda metade do século XX. A preocupação de registrar o uso efetivo do sistema linguístico, num período e local bem determinados, torna-o, em vários aspectos, diferente das outras obras do gênero (DUPB, 2002, p. V).

Em segundo lugar, o uso de *corpus* informatizado é também uma característica que distingue o DUPB dos G3, não obstante deva ser feita a ressalva de que isso não garante, *a priori*, a qualidade de um dicionário, seja ele qual for. A grande diferença encontra-se no tocante ao tratamento mais ágil e uniforme de um grande volume de dados.

O que, de fato, pode auxiliar na concepção de um produto lexicográfico de qualidade são os subsídios oferecidos por teorias gramaticais que orientem o lexicógrafo a lidar com o conjunto de dados disponível no *corpus* compilado de forma a convertê-los em informações lexicográficas que estejam alinhadas com a função a que se propõe

⁸¹ Junto ao DUPB, há o *Dicionário Unesp do Português Contemporâneo* (DUPC, 2004), também feito pela equipe coordenada por Borba a partir do *corpus* (ampliado) que originou o seu antecessor. Para um estudo comparativo entre essas obras, cf. ALVES (2012).

⁸² Algumas obras são anteriores a 1950, como é o caso de *Contos Gauchescos*, cuja primeira edição é de 1912, mas que teve sua 5ª edição (1957) registrada no *corpus* que originou o DUPB, o que é bastante questionável em termos da representatividade da sincronia à qual esta obra pretende abranger.

o dicionário e ao perfil de usuário delimitado. Sobre esse particular, a proposta do DUPB (2002, p. VI) é

- I. prover os usuários da língua escrita de um instrumento eficiente de agilização do uso escrito tanto na recepção como na criação do texto;
- II. estimular a pesquisa vocabular e a reflexão sobre o próprio uso da língua;
- III. fornecer elementos de avaliação das propriedades sintático-semânticas do léxico.

Como se pode notar, foram estabelecidas três funções para o dicionário, todas elas em favor dos “usuários da língua escrita”, já que se trata de um dicionário de língua escrita. Porém, já adiantamos que consideramos esse perfil de usuário demasiadamente genérico em face da sofisticação do aparato descritivo das propriedades sintático-semânticas do léxico oferecido pela obra⁸³, tanto no que diz respeito à forma que adquire dentro do dicionário como (e principalmente), pelos inúmeros conceitos teóricos que estão implícitos nessas informações, conforme veremos mais adiante. O grupo “usuários da língua escrita” pode ser extremamente heterogêneo no que diz respeito aos conhecimentos que esses usuários venham a ter sobre o código escrito do idioma, o que acarreta diferenças quanto às necessidades de orientação de seu uso, às condições de reflexão sobre esse uso e de avaliação das propriedades sintático-semânticas do léxico. Assim, opinamos que, naquilo que o DUPB se diferencia dos demais, isto é, na atenção ao âmbito sintagmático, os usuários da língua escrita que mais poderiam tirar proveito das informações a esse respeito seriam aqueles com alguma instrução em linguística, sobretudo no tocante à gramática de valências. Por outro lado, se pensarmos nas dimensões físicas da obra, assim como no contexto em que foi gestada (a saber, como um projeto acadêmico de muitos anos) e no lugar que ocupa em comparação os G3, talvez seja esse o perfil de usuário que, na realidade, acabe por utilizar o DUPB.

Um dos principais efeitos de nossa análise e, acreditamos, uma contribuição para o campo dos estudos metalexográficos, é identificar quais avanços o DUPB de fato representa em relação aos demais dicionários de porte semelhante, como os G3. A esse

⁸³ Essa foi uma das conclusões a que se chegou em Alves (2012), na mesma esteira de Biderman (2003, p. 62), que considerou que “o enfoque sintático-semântico não foi uma decisão muito acertada, sobretudo porque os usuários comuns não têm tais conhecimentos linguísticos”. A esse respeito, acreditamos que não se trata exatamente da escolha da teoria, já que ela serve muito bem para a descrição dos verbos, mas sim do modo como ela foi convertida em informações dentro da obra.

respeito, consideramos que o grande ganho que um dicionário baseado na teoria valencial pode promover, não apenas para a descrição linguística, mas também, e, sobretudo, pensando no dicionário como ferramenta de orientação idiomática, para os consulentes de uma obra desse tipo, é oferecer uma descrição mais explícita da predicação verbal, favorecendo a orientação quanto ao nível sintagmático. Obviamente, o êxito dessa orientação dependerá em grande parte de como a teoria será convertida em informações lexicográficas, o que vale também para a aplicação de outras teorias gramaticais no dicionário.

Em Borba (1996, p. 15), diz-se que a gramática de valências subsidiará a confecção do DUPB, informação confirmada pelo *front matter*⁸⁴ desse dicionário. Entretanto, o DUPB não foi a primeira obra lexicográfica baseada na gramática de valências, mas sim o *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo* (DGV), também um projeto coordenado pelo professor Borba. Apesar de esses dois dicionários terem sido feitos a partir do mesmo *corpus* (mais expandido, no caso do DUPB) e com base na mesma teoria, eles apresentam diferenças importantes quanto à conversão da gramática de valências em informações lexicográficas.

Originalmente pensado para ser um dicionário de *regências* (tal qual o *Dicionário de Verbos e Regimes*, de Francisco Fernandes), o DGV teve esse objetivo inicial ampliado e foi elaborado para oferecer uma “descrição completa da estrutura e do funcionamento dos sintagmas verbais⁸⁵” (DGV, 1990, p. VII). Assim, os verbetes foram estruturados da seguinte maneira:

⁸⁴ O *Front matter* é o componente canônico introdutório das obras lexicográficas. Segundo Fornari (2008, p. 3), ele “esquematiza, organiza e explica os conteúdos do dicionário, o que só é possível na medida em que se têm parâmetros, princípios ou regras que garantam coerência aos componentes do dicionário”, servindo como “um ponto de comunicação entre o consulente, o lexicógrafo e o próprio dicionário” (FORNARI e BUGUEÑO MIRANDA, 2006, p. 248).

⁸⁵ É importante salientar que, ao contrário do que afirma o autor, a descrição da estrutura e do funcionamento dos sintagmas verbais, do ponto de vista do que propõe Borba (1996), não é completa, pois prescinde da descrição de algumas características da contraparte sintática das *valências* verbais, o que ocorre também no DUPB.

DESPENCAR - I. Indica ação-processo com sujeito **agente/causativo** e com complemento de origem, apagável. 1. Com complemento expresso por nome **concreto animado**, significa *arrancar, desprender*: *Despenquei o quadro da parede; O vento despencou os varais*. 2. Com complemento expresso por nome designativo de **frutos, grãos ou outras peças presas (como) em pencas ou cachos**, significa *separar, arrancar (da penca ou do cacho)*: *O feirante ficou furioso com as freguesas que despencavam as frutas; O gato aprendeu a despencar as bananas maduras; O calor despenca as uvas*. II. Indica processo, na forma pronominal ou não, com complemento de origem. 1. Com sujeito **paciente** expresso por nome **concreto não animado** e com complemento de origem, apagável, significa *cair desastrosamente de grande altura*: *Uma preguiça em chamas despencou do galho (RA, 77); Os cartazes pregados nos muros foram despencados (SRB, 5); E não tardou que o macho caprêpe se despencasse da bandeira (SD, 136); Não consegui dormir com medo que ela [Joana] despencasse (GLA, 83)*. 2. Com sujeito **paciente** expresso por nome designativo de **frutos, grãos ou outras peças (como) em pencas ou cachos**, significa *cair ou sair (da penca ou do cacho)*: *As bananas iam-se despencando com o calor*. III. Indica ação, com sujeito **agente**. 1. Na forma pronominal ou não, com complemento da forma **com + nome abstrato**, significa *surgir, aparecer*: *Um dia () padre Estevão se despencou com a novidade; O bispo da Bahia cederá à pressão política (MAC, 12)*. 2. Com locativo, significa *chegar intempestivamente*: *Como você despencou aqui hoje?*

Figura 10: DGV (1990, s.v. *despencar*).

Como se pode notar no lema acima, foram registradas as diferentes classes de verbos nas quais *despencar* pode realizar-se em língua portuguesa (ação-processo, processo e ação). Dentro de cada uma dessas classes são descritos os significados adquiridos mediante a relação que o verbo estabelece com os actantes ao seu redor. Se pensarmos em termos das matrizes valenciais propostas por Borba (1996), *despencar* é um verbo que pode pertencer a mais de uma classe e, conseqüentemente, apresentar matrizes com número diferentes de argumentos e diferentes esquemas de caso (ver Tabela 2). No entanto, nota-se que, em relação aos complementos, ao contrário do que ocorre com o sujeito, os casos não estão explicitados, ficando a cargo de o consulente intuí-los. No entanto, “a Teoria dos Casos prevê a indicação para todos os argumentos” (WELKER, 2005, p. 86). Como a concepção de Borba (1996) sobre a gramática de valências apoiou-se na teoria casual (cf. BORBA, 1996, p. 10), é curioso que não tenham sido explicitados (tal qual como no sujeito) os papéis semânticos dos complementos, mas apenas suas características categoriais⁸⁶. Por outro lado, nem sempre o sujeito é caracterizado em termos de suas características categoriais, ao

⁸⁶ Ver capítulo 3 para uma definição do termo.

contrário do que ocorre com alguns dos complementos. Essa escolha, porém, não é justificada na obra.

A respeito dos papéis temáticos e das classes de verbos, em um artigo que compara brevemente o tratamento lexicográfico da *valência* em três dicionários brasileiros (O DGV, o DUPB e o DVAP⁸⁷), Welker (2005) afirma que o registro dessas informações em um dicionário (tal qual foi feito no DGV) é desnecessário, defendendo a ideia de que o consulente pode inferi-las a partir do significado do verbo e de seu conhecimento sobre a teoria dos casos:

O usuário que conhece a teoria dos casos pode, entendendo o significado de determinada acepção do verbo, ele mesmo estabelecer o quadro de casos (...) um dicionário que indique os casos profundos⁸⁸ apenas facilita as coisas (para aquele que tiver interessado nesses casos), mas não fornece nenhuma informação que o usuário não possa deduzir ele próprio do significado do verbo (WELKER, 2005, p. 80).

(...) se sei a definição dos casos *agente, paciente e experimentador*, sei também que, nas seguintes acepções de cheirar: a) *tomar o cheiro de, aplicar o sentido do olfato a*; b) *exalar cheiro*; c) *pressentir, perceber*, o caso do sujeito é *agente, paciente e experimentador*, respectivamente (WELKER, 2005, p. 81)

Como acontece com os casos profundos, a informação sobre a classe é desnecessária, pois, tendo compreendido a conceituação das quatro classes⁸⁹, o usuário do dicionário pode, ele próprio, atribuir as classes a partir do significado do verbo. Por exemplo, se, em uma acepção, *escutar* significa ‘perceber e entender os sons pelo sentido da audição, ouvir’, e, em outra, ‘prestar atenção em’, ele vai saber que se trata de verbo de processo e de verbo de ação, respectivamente (WELKER, 2005, p. 87).

Essa é uma opinião um tanto quanto controversa não por defender que as informações sobre papéis semânticos e classes verbais não devam estar no dicionário, opinião esta que partilhamos, aliás (conforme explicaremos melhor posteriormente), mas sim por atrelar o sucesso da orientação quanto aos papéis desempenhados em relação aos significados dos verbos ao conhecimento que o usuário eventualmente tenha sobre a teoria dos casos ou, minimamente, sobre a definição de cada um deles, o que está longe de ser uma realidade para a maioria dos consulentes de dicionários. Poderíamos atribuir ao *front matter* a função de dar a conhecer as definições das classes

⁸⁷ *Dicionário de Verbos Alemão-português*, da autoria do próprio Welker, projeto ainda não concluído.

⁸⁸ Por casos profundos, o autor se refere àqueles pertencentes ao esquema subjacente da *valência*.

⁸⁹ Aqui o autor se refere às quatro classes de verbos utilizadas pelo DGV (e que também estão no DUPB).

de verbos e dos papéis semânticos, que é o que faz o DGV. Entretanto, esse componente canônico “esquematisa, organiza e explica os conteúdos do dicionário” (FORNARI, 2008, p. 3), o que pressupõe que isso deva ser feito para os conteúdos que estão, explicitamente, presentes na obra. Do contrário, o *front matter* perderia sua função, já que não faria sentido definir certas categorias que não estão marcadas na obra. Além disso, a consulta ao dicionário é sempre motivada por alguma dúvida e, apesar de haver um público alvo estimado para a obra, o lexicógrafo não tem o controle absoluto sobre as intuições e conhecimentos que o consulente venha a ter sobre determinada língua, mesmo ele sendo um falante nativo dela. Um falante, ao abrir um dicionário, deve tirar o máximo proveito que uma teoria pode oferecer sem precisar deduzir quaisquer informações ou ter a necessidade de conhecê-la para isso.

A avaliação de Welker (2005) a respeito do DUPB considera positiva a supressão das informações sobre os papéis semânticos, assim como a diagramação mais clara e concisa das informações sobre as classes dos verbos e sobre os complementos (que estão entre colchetes). De fato, comparando os verbetes do DGV com os do DUPB, imediatamente se pode perceber que os verbetes deste são mais enxutos⁹⁰. Apesar de não haver uma justificativa explícita, é plausível pensar que isso se deveu principalmente ao fato de que as demais classes de palavras além do verbo foram incluídas no DUPB, o que acarreta uma necessidade de aproveitamento de espaço muito maior para a execução de uma obra viável não apenas em termos teórico-metodológicos, como também em termos editoriais, cuja dimensão física é um fator importantíssimo⁹¹. Além disso, são duas obras genotipicamente diferentes, o que certamente contribuiu para a “arquitetura” de cada uma.

⁹⁰ É importante ressaltar que, enquanto o DGV, como seu próprio nome diz, está dedicado a tratar apenas dos verbos (num total de 6 mil), o DUPB, além dos verbos, inclui as demais classes gramaticais, somando 62 mil entradas. Calculando-se o número de palavras por coluna em ambas as obras, percebe-se que o DUPB possui uma densidade aproximada de 12,50 palavras/coluna, ao passo que o DGV apresenta uma densidade aproximada de 2,196 palavras/coluna, o que significa, corroborando a discrepância entre as densidades macroestruturais dos dicionários, que o antecessor do DUPB possui verbetes mais extensos.

⁹¹ Nos referimos a essa questão em virtude de que, enquanto o DGV foi publicado pela própria UNESP, onde foi gestado, o DUPB foi um projeto “editorial”, por assim dizer.

despençar V ★ [Ação-processo] [Compl: nome concreto]
 1 fazer cair; derrubar: *As plantas em flor devem ser vistas [...] mesmo quando a chuva as despenca* (B); *Um tiro desses aqui despenca tudo* (SAR) ★ [Ação] [Compl de lugar] 2 lançar-se; deixar-se cair: *Nogueira despençou no sofá* (CL); *à medida que os fatos despençavam sobre a mesa, o chefe de reportagem ia chamando quem estava mais perto* (PRA) ★ [Processo] [±Compl de origem] 3 cair do alto: *Uma preguiça despenca do galho* (R); *a água despenca das gárgulas* (B) [±Compl₁: de origem. ±Compl₂: de direção] 4 cair ou perder posição repentinamente: *O faturamento despençou de 500 milhões de dólares para 400 milhões* (EX); *o dólar despençou para 42 cruzeiros* (VEJ); *A produtividade da soja despençou* (AGF)

Figura 11: DUPB (2002, s.v. *despençar*).

Analisando mais a fundo as informações contidas no verbete do DUPB, em comparação com o mesmo verbete no DGV, podemos constatar que, apesar de o verbete do DUPB também apresentar o verbo *despençar* como realizável em três diferentes classes de verbos (as mesmas identificadas no DGV), houve o apagamento das informações referentes aos papéis semânticos que o sujeito pode ter, informação que passa a ficar subentendida nas classes de verbos. Por exemplo, retomando a definição de Borba (1996; 2002; 2003) para os verbos de ação-processo, temos que essa classe expressa uma mudança de estado, de condição ou de posição levada a efeito por um sujeito Ag, Ca ou I e que atinge um complemento (que é afetado ou efetuado). Nesse sentido, portanto, na primeira acepção do DUPB (2002, s.v. *despençar*), [*a chuva*] e [*um tiro desses*] desempenham a função de sujeito Ca (de acordo com a definição que Borba (1996) oferece para o papel temático *causativo*) de uma mudança que afeta [*as plantas em flor*] e [*tudo*]⁹². Porém, como dissemos, se trata de um implícito teórico, de maneira que só conseguirá tirar o devido proveito dessa informação “oculta” um usuário que tenha conhecimento sobre a gramática de valências de Borba (1996), o que legitima nossa opinião de que há uma inconsistência entre o público alvo da obra e as informações que ela oferece.

⁹² A realização do verbo com sujeito Ag não consta na acepção 1 do DUPB (que descreve apenas o sujeito Ca), ao contrário do que vemos nas acepções 1 e 2 do DGV. Já a realização do sujeito como I não aparece em nenhuma das obras. A esse respeito, vale lembrar que o corpus que originou o DUPB é uma expansão do que foi utilizado na elaboração do DGV, de forma que, justamente pelo *corpus* ter aumentado, mudaram as frequências e muito provavelmente por isso tenha havido essa supressão, pois a informação não atingiu frequência suficiente para entrar na obra. Essa é uma limitação do trabalho com *corpus*, já que, fazer parte do volume total de dados não necessariamente implica o registro no dicionário.

Contudo, o que mais prejudica a descrição dos dados e, conseqüentemente, a orientação ao usuário, é a completa ausência das características categoriais⁹³ em relação ao sujeito, que constam no DUPB apenas nos complementos:

Mais grave, entretanto, é a falta de informação sobre o sujeito. Se é óbvio, em muitos casos, que o sujeito só pode ter o traço semântico *humano* e que, em outros, as paráfrases e/ou abonações evidenciam que o sujeito pode ser uma pessoa ou uma coisa, em diversos casos isso não é tão evidente. Assim, a falta de restrições seletivas em relação ao sujeito é uma falha importante num dicionário que pretende ‘prover os usuários da língua escrita de um instrumento eficiente de agilização do uso escrito’ (p. VI) e trazer informações que ‘esclarecem o uso da palavra’ (p. XI)’” (WELKER, 2005, p. 90).

Welker (2005) ilustra alguns casos em que as paráfrases explanatórias do DUPB não permitem que o consulente saiba qual é o traço que categoriza o sujeito. Para ilustrar, citamos aqui o exemplo do verbo *elitizar*:

elitizar V ★ [Ação-processo] [± Compl: nome humano ou abstrato] 1 transformar em elite; diferenciar do comum: *Elitizar não é só cobrar caro, mas pensar melhor e de maneira mais educada, mais culta em termos de moda* (FSP) ★ [Ação. Pronominal] 2 diferenciar-se: *Por que a medicina insiste cegamente em se elitizar no plano biológico, quando se sabe que quase oitenta por cento das queixas ambulatoriais são puramente funcionais, comumente devidas a desconpensões na área profissional?* (HOM)

Figura 12: DUPB (2002, s.v. *elitizar*).

Da classe verbal [Ação-processo], infere-se que é preciso haver um sujeito, posto que, para ser um verbo desse tipo, é necessária a existência de um. Porém, o único exemplo registrado para essa acepção atesta a ocorrência de *elitizar* sem o sujeito, o que, de fato, é possível, já que o infinitivo é uma das classes nominais do verbo e, por isso, seu comportamento em muito se assemelha ao do substantivo. Aliás, outro grande problema em não oferecer informações sobre o sujeito, prejudicando a descrição dos dados e o potencial de orientação do dicionário, é que as propriedades sintáticas de omissão do sujeito, incluindo as próprias orações sem sujeito, não são descritas. No exemplo oferecido, poderíamos substituir a forma nominal do verbo por [*a elitização*], sem prejuízo para o significado da sentença. Por outro lado, entretanto, não há exemplos que atestem o fato de que, nessa mesma acepção, seria possível construir frases como *O*

⁹³ No DGV há casos em que essa informação está presente com o sujeito, porém não de maneira sistemática.

diretor da empresa elitiza seus funcionários, com sujeito humano e *O uso de roupas de grife elitiza as pessoas*, com sujeito abstrato (que poderia ser concreto caso a frase fosse *Roupas de grife elitizam as pessoas*), possibilidades não registradas no dicionário provavelmente em função do critério de frequência estipulado. Em relação à acepção 2, o exemplo atesta um sujeito abstrato (*a medicina*), que poderia ter sido marcado como tal, caso houvesse um segmento informativo dedicado ao sujeito.

Se o DUPB excluiu todas as informações que o DGV elencava sobre o sujeito, no que toca aos complementos, ele apresenta um sistema semiótico descritivo mais compacto e “visual” do que seu antecessor, representando entre colchetes⁹⁴ informações sobre a categoria gramatical (nome, oração, etc.) do complemento, suas características categoriais (humano, concreto, etc.) e seu tipo (de lugar, de origem, etc.), conforme mostra o verbete acima, em que, além dessas informações, o signo “±” é empregado para todos aqueles complementos que podem ser omitidos na sentença sem prejuízo para o significado. Há casos, ainda, em que é descrita a *regência* dos verbos. A esse respeito, quando o uso da preposição é opcional, esta se encontra entre parênteses, conforme podemos ver no comentário de forma do verbete *namorar*: “**namorar** V [Ação] [\pm Compl: (com+) nome humano] (...)” (DUPB, 2002 s.v. *namorar*, grifos do autor).

Segundo Welker (2005), além das informações sintáticas, “há uma informação que o bom dicionário deveria fornecer, a saber, sobre a categoria semântica à qual devem ou podem pertencer os diversos actantes” (WELKER, 2005, p. 83). Com isso, o linguista se refere ao que chama de *restrições seletivas*, as quais Borba (1996) chamou *características categoriais* e Busse e Vilela (1986) chamaram *restrições categoriais*, ou seja, traços do tipo [humano], [concreto] [abstrato], etc. Porém, para o autor, as características categoriais atribuídas aos complementos no DUPB nem sempre dão conta de atender “quem quer não somente compreender as diversas acepções como também empregá-las” (WELKER, 2005, p. 91), de maneira que seria necessário incluir restrições mais específicas, as restrições semânticas, opinião compartilhada também por Busse e Vilela (1986):

⁹⁴ Segundo consta no *Front Matter* do DUPB, o que está entre colchetes é “informação relacionada ao sistema da língua” (DUPB, 2002, p. VII).

Às vezes, as informações semânticas são mais precisas (...). Chamo essas restrições de restrições semânticas, em oposição às restrições seletivas (as quais também são semânticas, porém mais gerais) (WELKER, 2005, p. 86).

As chamadas restrições de seleção não esgotam os fatos linguísticos. Assim, por exemplo, o verbo *arrulhar* apenas admite na posição A1 nomes que designam ‘pombo’. Isto é, verbos como *arrulhar* contêm em si a informação de que se trata de um ‘grito específico de pombo’. É evidente que esse fato não pode ser atingido pelas chamadas restrições de seleção. E. Coseriu (*Lexikalische Solidaritäten*, in *Poetica*, 1: 1967, 293-303) chama a esta espécie de restrição de ocorrência, *implicação* (BUSSE; VILELA, 1986, p. 93).

A esse respeito, sobre os significados de *carregar* listados abaixo, o autor indaga se não atuariam restrições semânticas quanto à escolha dos lexemas que poderiam ser complemento do verbo:

- a) carregar: pôr carga;
- b) carregar: fazer funcionar;
- c) carregar: prover de munição necessária;

A resposta à pergunta de Welker (2005) é sim. No caso de *carregar*, por exemplo, numa oração como *Eu carreguei o ventilador*, o verbo não teria nenhum dos significados expressos em (a), (b) ou (c), mas sim um quarto significado, equivalente a *transportar*, para o qual a restrição arrolada no DUPB é suficiente para informar que, significando *transportar*, o complemento de *carregar* deve ser um nome concreto. Por outro lado, essa mesma restrição não serve para as demais acepções, pois mesmo *ventilador* sendo um nome concreto, quando ocorre com *carregar*, não significa (a), (b) ou (c). Os exemplos registrados no dicionário para cada uma dessas acepções mostram as restrições semânticas existentes, muito embora elas não estejam marcadas no comentário de forma:

- a) carregar: pôr carga: *ajudando a carregar caminhões quando encontrava trabalho; os europeus carregavam os navios e retornavam à Europa.*
- b) carregar: fazer funcionar: *Carreguei essa revista sozinho durante três meses.*
- c) carregar: prover de munição necessária: *Missunga carregou a espingarda.*

Como se vê, *caminhões*, *revista* e *espingarda* são nomes concretos. Porém, quando o verbo possui os significados acima, há mais especificidades a registrar, como o fato de que o complemento de *carregar* na acepção (a) seja algum meio de transporte e que o complemento da acepção (c) seja alguma espécie de armamento. Problemática é a acepção (b), pois, para que o significado do verbo seja o descrito (*fazer funcionar*), o complemento não pode ser concreto, já que assim equivaleria a *transportar* (como em *Eu carreguei o ventilador*). Porém, no verbete *carregar* do DUPB, essa acepção encontra-se sob a restrição [nome concreto], um evidente equívoco de registro, já que deveria estar registrada mais abaixo, quando a restrição muda para [nome abstrato], já que, nesse caso, *revista* não significa o objeto material propriamente dito:

carregar V ★ [Ação-processo] [Compl: nome concreto] 1 levar; transportar; conduzir: *Antenor e Amélia saem do quarto carregando valises* (ES); *Acho que um Jumbo carrega quase quinhentas pessoas* (SC) 2 pôr carga: *ajudando a carregar caminhões quando encontrava trabalho* (CV); *os europeus [...] carregavam os navios e retornavam à Europa* (HB) 3 fazer funcionar: *Carreguei esta revista sozinho durante três meses* (RE) 4 prover da munição necessária: *Missunga carregou a espingarda* (MA); *clavinote de carregar pelas duas bocas* (J) 5 roubar; surrupiar: *Acusado de carregar uma bicicleta* (CV); *E não duvido que me carreguem até as crianças* (P) [Compl: nome abstrato] 6 sobrecarregar: *Para não divagar e não carregar o discurso com o que não lhe é indispensável* (CR) 7 levar; passar; divulgar: *você pára de carregar boato pra lá e pra cá* (GA)

Figura 13: DUPB (2002, s.v. *carregar*)

A título de comparação, o DGV registra as restrições semânticas, suprimidas, portanto, no DUPB:

CARREGAR (...) 1.2. Com complemento expresso por **nome concreto** designativo de **meio de transporte**, significa *pôr carga em*: *os estivadores carregam o navio* (...) 1.3. Com complemento expresso por nome designativo de **instituição ou atividade**, significa *fazer funcionar, fazer andar*: *Carreguei esta revista sozinho durante três meses* (...). 1.6. Com complemento expresso por nome designativo de **artefato que necessita de carga**, significa *prover de carga necessária, coloca a carga necessária*: *[Missunga] carregou a espingarda* (...) (DGV, 1990, s.v. *carregar*⁹⁵)

Diante do exposto até aqui, é pertinente dizer que, numa obra lexicográfica, a interpretação dos dados e sua descrição através dos subsídios que determinada teoria

⁹⁵ O verbete não está na íntegra.

oferece estão condicionadas pelo caráter discreto e discriminante⁹⁶ que as informações devem ter para o consulente. Embora não concordemos com os motivos por que Welker (2005) considera não discriminantes as informações sobre classe de verbos e papéis semânticos, concordamos que, para efeitos de orientação idiomática, de fato, não o são. Isso porque, como já argumentamos no capítulo anterior, a classificação dos papéis semânticos tem como principal empecilho o fato de encontrar-se no limiar entre a cognição humana e a realidade linguística. Assim, um dicionário que aborde a questão (como faz o DGV), necessariamente, deverá apresentar a sua lista de papéis semânticos no *front matter* (com as respectivas definições e exemplos), praticamente vinculado o estudo e entendimento dessas categorias à obtenção da informação registrada nos verbetes. Nesse sentido, o DUPB acertou ao eliminar esse tipo de informação, mas não ao manter as classes dos verbos, uma vez que, estando elas baseadas na noção de papéis temáticos, também terminam por apresentar certo grau de subjetividade, resultando no mesmo processo complexo de acesso e assimilação da informação teórica e aproveitamento da informação metodológica. Além do mais, como a proposta de Borba para a gramática de valências se restringe à descrição de seu esquema subjacente, os casos profundos, que são aqueles com os quais ele trabalha (ver capítulo 3), teoricamente, seriam intuitivos, funcionando como universais (*i.é.*, todas as línguas têm a noção de agente, paciente, experimentador, etc.), tal qual ocorre com as classes verbais, posto que descrevem estados de coisas nucleares, também universais, como fazer, acontecer, haver, etc. (cf. BUSSE; VILELA, 1986, p. 100).

As características categoriais e sintáticas, por sua vez, em nossa opinião, assim como na de Welker (2005), deveriam estar presentes num dicionário como o DUPB, que, infelizmente, faz isso apenas para os complementos. Defendemos inclusive que serviriam para ilustrar o sistema de casos evolvido em cada acepção do verbo. Por exemplo, ao informar que com o verbo *correr* na acepção de ‘deslocar-se rapidamente’ ocorre um sujeito de tipo animado (*João* [humano] *corre todos os dias na Redenção.* / *O guepardo* [animal] *corre muito rápido.*) e que, por outro lado, na acepção ‘fluir’, ocorre um sujeito inanimado (com a restrição semântica ‘líquido’) e um complemento

⁹⁶ Conforme Bugueño Miranda e Farias (2006), uma informação discreta é aquela “efetivamente relevante ao consulente” (BUGUEÑO E FARIAS, 2006, p. 118), já uma informação discriminante é aquela que permite “ao leitor tirar algum proveito em relação ao uso ou ao conhecimento da língua” (BUGUEÑO E FARIAS, 2006, p. 120). Para que as informações presentes em um artigo léxico sejam funcionais, devem ser, concomitantemente, discretas e discriminantes.

locativo, apagável (*O sangue corre pelas veias e artérias. / O sangue corre depressa.*), já se estaria oferecendo o sistema de casos (uma vez que os nomes conteriam os traços de agentividade, no primeiro caso, e de causatividade, no segundo) sem que, no entanto, o consulente devesse conhecer a teoria ou estudar a categoria dos papéis semânticos na introdução do dicionário antes de realizar sua consulta. Além disso, ao contrário de Welker (2005), consideramos pertinente a inclusão da informação a respeito da *valência* quantitativa, pois a consideramos mais ilustrativa do que as tradicionais marcas *td* (transitivo direto) / *ti* (transitivo indireto), que também acarretam a noção quantitativa (além da semântica e da sintática), porém de forma implícita.

Pensando na função de produção linguística, um dos diferenciais do DUPB, efetivamente são essas informações, ou seja, sobre a *valência quantitativa*, sintaxe e restrições categoriais (e semânticas, quando for o caso) que importam, assim como as possibilidades de apagamento de sujeito, complementos e preposições, as duas últimas feitas pelo DUPB.

Além da análise da pertinência de determinadas informações em um dicionário, outra questão importante é compreender como a teoria foi utilizada para elucidar essas informações. Na seção seguinte, mostramos como a gramática de valências foi aplicada no DUPB, tecendo algumas considerações que complementam as feitas até aqui e que nos auxiliarão a justificar a metodologia da dissertação.

4.1.1 Sistematizando como a *valência verbal* em seus três níveis é descrita no DUPB

Para identificar com mais clareza como a *valência verbal* em seus três níveis aparece no DUPB, relembremos quais são os itens componentes de cada nível segundo a proposta de Borba (1996):

Tabela 6: *Valência* em três níveis.

<i>Valência quantitativa</i>	<ul style="list-style-type: none"> o número de argumentos (de 0 a 4)
<i>Valência sintática</i>	<ul style="list-style-type: none"> função sintática (sujeito, complemento, especificadores, adjuntos e circunstâncias); propriedades sintáticas (pronominalização e ordem); classes que preenchem os argumentos (nome, adjetivo, advérbio, oração) propriedades morfossintáticas dos itens que preenchem os argumentos (N, prep + N, -prep + N)
<i>Valência semântica</i>	<ul style="list-style-type: none"> características categoriais ([animado], [humano], [contável]) papéis semânticos restrições seletivas

Fonte: Borba (1996, p. 20 e 21)

A respeito da *valência quantitativa*, não há um segmento informativo específico para explicitar essa informação ao consulente, diferentemente do segmento informativo dedicado a expor as classes de verbos, por exemplo. No entanto, é possível depreender parcialmente esse tipo de *valência* do dicionário. Parcialmente porque, primeiramente, o sujeito não é marcado. Por conseguinte, e em segundo lugar, identificamos esse tipo de *valência* apenas quando há a marcação da existência de complemento(s). Dessa forma, a *valência quantitativa* pode ser depreendida (parcialmente) da informação sintático-semântica referente ao complemento. Porém, quando se trata de verbo avalente ou monovalente, não há como recuperar essa informação, a menos que o consulente conheça a categorização para os verbos proposta por Borba (1996), de maneira que saiba, por exemplo, que verbos de *ação* e *processo* devem ter, no mínimo, um argumento (no caso, o sujeito) e verbos de *ação-processo* e *estado* no mínimo dois (o sujeito e pelo menos um complemento). Sabendo isso, o consulente conseguiria inferir a *valência quantitativa* do segmento informativo sobre as categorias verbais. Do contrário, verbos avalentes e monovalentes estariam no mesmo patamar. Mas essa é apenas uma possibilidade de inferência. E como dissemos anteriormente, não se deve valer-se de informações implícitas como garantia de orientação idiomática.

Para visualizarmos melhor o que foi explicado, voltemos ao verbete *despencar*:

despençar V ★ [Ação-processo] [Compl: nome concreto]
 1 fazer cair; derrubar: *As plantas em flor devem ser vistas [...] mesmo quando a chuva as despenca* (B); *Um tiro desses aqui despenca tudo* (SAR) ★ [Ação] [Compl de lugar] 2 lançar-se; deixar-se cair: *Nogueira despençou no sofá* (CL); *à medida que os fatos despençavam sobre a mesa, o chefe de reportagem ia chamando quem estava mais perto* (PRA) ★ [Processo] [±Compl de origem] 3 cair do alto: *Uma preguiça despenca do galho* (R); *a água despenca das gárgulas* (B) [±Compl₁; de origem. ±Compl₂; de direção] 4 cair ou perder posição repentinamente: *O faturamento despençou de 500 milhões de dólares para 400 milhões* (EX); *o dólar despençou para 42 cruzeiros* (VEJ); *A produtividade da soja despençou* (AGF)

Figura 14: DUPB (2002, s.v. *despençar* – ac. 4).

Primeiramente, vemos que, em todas as suas acepções, há pelo menos um complemento. A acepção 4, por exemplo, faz parte da categoria [Processo] e tem dois complementos, ambos apagáveis, como mostra o segmento informativo através do sinal “±”. Assim, com o significado de “cair ou perder posição repentinamente”, *despençar*, como verbo de processo, pode variar sua *valência* entre 3 (quando os dois complementos estão expressos, caso do primeiro exemplo), 2 (caso do segundo exemplo, que atesta a realização de C₂) e 1 (quando os complementos não se realizam, como acontece no terceiro exemplo). Entretanto, considerando apenas a informação dada, obtemos a *valência quantitativa* somente quando os verbos apresentam *valência* maior que 1. E isso de modo parcial, ainda, pois o sujeito não está explícito.

Em relação à *valência sintática*, não são todas as informações que aparecem no DUPB. Em primeiro lugar, o dicionário descreve explicitamente apenas a função sintática *complemento*, não obstante a proposta de Borba (1996) se refira ao esquema subjacente da *valência*, o que inclui o sujeito e exclui os adjuntos, circunstanciais e especificadores. Portanto, todas as informações sintáticas presentes no dicionário (exceto a propriedade sintática de pronominalização) se referem aos complementos, que, no que toca às classes que podem preencher argumentos, são “preenchidos pelos nomes precedidos ou não de preposição, ou por advérbios” (BORBA, 1996, p. 21), bem como por orações. Porém, as propriedades morfossintáticas são descritas apenas para os complementos preposicionados (os complementos oracionais, de lugar (apesar de preposicionados) e predicativos não são classificados em termos sintático-semânticos). Complementos formados por um SN são descritos apenas quanto à classe (nome, advérbio, oração) e características categoriais (parte da *valência semântica*). Com relação à descrição dos complementos preposicionados, ela é feita no mesmo segmento

informativo que mostra a classe de palavras que preenche o argumento e suas características categoriais. Quando é possível a omissão da preposição, essa vem marcada entre parênteses:

jurar V[Ação] 1 proferir juramento: *Jure — ela insistiu* (TA); *não jure tão depressa* (SER); *juro pela minha Nossa Senhora que eu daria de bom grado meu braço direito e meu olho esquerdo* (TC); *nunca dei um tiro contra o Sobrado, juro por esta luz que me alumia* (TV) [Compl: nome abstrato ou oração] 2 declarar sob juramento: *e se eu jurar que sou inocente?* (PD) 3 declarar; prometer: *não adiantaria jurar inocência* (TS); *o Príncipe devia jurar obediência* (DC); *tempo de firmar propósito e de jurar vida nova* (ME-O) [Compl: (de+)oração. ±Compl₂: a+nome humano] 4 prometer solenemente: *juraria a si mesma não voltar ao brinquedo infantil* (CC); *este fará o aprendiz jurar de guardar os usos e costumes do ofício* (AQT) [Compl: nome animado] 5 invocar: *Não jurar o seu Santo nome* (DM) [Compl: a+nome humano] 6 (Coloq) garantir estar dizendo a verdade: *um instrumento [...] que, às vezes, eu te juro, Clio, tocava com o roçar do vento* (OC) [Compl: por+nome] 7 conduzir-se; pautar-se: *mestres que só juravam pela cartilha aristotélica* (REF) 8 dar garantia; assegurar: *bernardistas juravam pela falsificação* (BPN) ► **jurar bandeira** prestar juramento solene à bandeira da pátria, em cerimônia militar: *aueremos jurar bandeira com o ruivo* (CG)

Figura 15: DUPB (2002, s.v. jurar – ac. 4).

Por fim, temos ainda como pertencente à *valência sintática* as propriedades de pronominalização e ordem. Em relação à ordem, ou “modalização imperativa” (BORBA, 1996), o dicionário não a marca como possível nos verbos de ação. Já sobre a pronominalização, essa informação fica restrita apenas aos verbos, em um segmento informativo específico, assim como “funções gramaticais⁹⁷ como auxiliaridade⁹⁸, modalização⁹⁹ e suporte¹⁰⁰” (DUPB, 2002, p. VII). Os verbetes a seguir ilustram essa marcação¹⁰¹:

⁹⁷ Há verbos que, em determinados contextos, já não mais possuem conteúdo semântico, preservando apenas suas propriedades gramaticais, motivo pelo qual diz-se que são gramaticalizados. É o caso dos verbos auxiliares, modais e suporte.

⁹⁸ Verbo auxiliar é aquele que “integra um complexo de valor unitário, onde o verbo principal é o núcleo do predicado e ao auxiliar compete expressar categorias de tempo, modo, aspecto e voz”: *Teresa tinha saído; O trem vem chegando* (...)” (DUPB, 2002, p. VII).

⁹⁹ Um verbo modalizador é um “predicado que rege outro predicado para expressar uma modificação da relação entre o sujeito e o enunciado, traduzindo assim uma atitude subjetiva do falante em relação ao que ele comunica: *João é bom > João deve ser bom*” (DUPB, 2002, p. VII).

¹⁰⁰ Suporte “é o verbo que participa de uma construção complexa como mero suporte de categorias verbais (tempo, modo, número e pessoa), uma vez que o núcleo do predicado está num nome (comumente abstrato): *ter medo [=temer]; causar dano [danificar]* (...)” (DUPB, 2002, p. VII).

¹⁰¹ Por não possuírem conteúdo semântico quando em função gramatical, a paráfrase explanatória dos verbos auxiliares e modais é dada em metalinguagem do signo. No caso dos modalizadores, isso se relaciona com o significado da modalização, mas não propriamente do verbo. Já quanto aos verbos auxiliares, a paráfrase explanatória os categoriza quanto ao aspecto. Finalmente, sobre os verbos

Quadro 10: Verbos pronominais e verbos de função gramatical no DUPB.

<p>dedicar V (...) [Ação. Pronominal] [Compl: <u>a</u> + nome ou oração infinitiva] 3 aplicar-se; ocupar-se: <i>Dediquei-me inteiramente ao exercício das funções que ele me confiara</i> (...); <i>Todos os trabalhadores rurais dessa comunidade dedicam-se a plantar trigo.</i></p>	<p>vir V (...) [Auxiliar] [~+ verbo no gerúndio] 19 indica aspecto progressivo ou cursivo: <i>O dia vinha clareando</i> (...) [~+ verbo no infinitivo] 20 indica aspecto resultativo: <i>Se viesse a beber da tua decisão, passaria por um golpe medonho</i> [~+de+verbo no infinitivo] 21 indica aspecto terminativo: <i>Seu Meireles vinha de romper a amizade com o filho</i> (G); [Lore] <i>vinha de descobrir dentro da vida um novo sentido</i> (RIR) (...)</p>
<p>dever V (...) [Modalizador] [~+ verbo no infinitivo] 6 expressa obrigatoriedade: <i>Dona Leonor já determinou tudo o que o menino deve aprender</i> (...) 7 expressa necessidade: <i>Deve ficar claro que estas análises [...] têm custos de execução elevados</i> (...) 8 indica possibilidade: <i>Esse Lafaiete deve ser muito patife</i> (...)</p>	<p>ter V (...) [Suporte] [~+medo] 24 temer: <i>E tenho medo que vá ser pior</i> (...) [~+conversa] 25 conversar: <i>Queremos ter uma conversinha com você</i> (...) 26 [~+desejo] desejar: <i>Tinha um vago desejo de visitar a prima.</i> (...) [~+confiança] 27 confiar: <i>Ninguém pode mais ter confiança em ninguém</i> (...) [~+reação] 28 reagir: <i>A vaca [...] não teve nenhuma reação estranha</i> (...)</p>

Fonte: DUPB (2002, s.v. *dever, ter, vir* - adaptados).

Por fim, a maior parte das informações pertencentes à *valência semântica* encontra-se implícita nas categorias verbais. Conforme explicávamos em parágrafos anteriores deste capítulo, embora os papéis semânticos não estejam explicitamente marcados na obra, é possível dizer que estão implícitos nas categorias verbais pelo modo como elas são definidas, a saber, baseadas na noção de papéis semânticos¹⁰². Além dos papéis semânticos, essas classes verbais englobam as restrições de seleção, ou seja, operação em que, por exemplo, “um verbo da subclasse X combina-se com um argumento: Ag/B, e seleciona o traço Y” (BORBA, 1996, p. 21), o que também implica dependência à noção de papéis semânticos, conforme nos mostra a definição para os verbos de ação-processo, que ocorrem com sujeito Ag ou Ca e selecionam os traços [afetação] e [efetuação]¹⁰³:

Os verbos de ação-processo expressam uma ação realizada por um sujeito Ag ou uma causação levada a efeito por um sujeito Ca, que afetam o complemento. A ação-processo sempre atinge um

suporte, uma das principais provas de sua “dessemantização” é o fato de poder ser substituído por um verbo pleno, que no dicionário funciona como uma paráfrase explanatória sinonímica. Como a gramática de valências não se aplica os verbos em função gramatical (cf. BUSSE; VILELA, 1986, p. 76-82; BORBA, 1996, p. 75), não os abordaremos neste trabalho, apesar da questão do aspecto, por exemplo, em muitos casos, interferir na variação da *valência*, conforme mostramos brevemente no capítulo 2.

¹⁰² Para a explicação mais detalhada a esse respeito, ver capítulo 3 (seções 3.2.1 e 3.2.2).

¹⁰³ *Afetar algo* e *efetuar algo* são ações. Porém, a afetação está relacionada à causação, já que o sujeito causativo não possui controle sobre a ação, não efetuando, propriamente, alguma coisa, mas sim a afetando e causando mudança de algum tipo (*Osmar derrubou a cadeira*). Por sua vez, o sujeito agente tem esse controle, efetuando, de fato, algo (*Clara fez um bolo*).

complemento que expressa uma mudança de estado, de condição ou de posição, ou, então, algo que passa a existir. No primeiro caso é um afetado e no segundo, um efetuado (BORBA, 1996, p. 59)

Ainda quanto à *valência semântica*, o único item que está explícito no DUPB são as características categoriais, também registradas apenas quanto aos complementos. No capítulo 3, trouxemos a proposta de Borba (2003) para a descrição das características categoriais dos nomes.

Sendo o DUPB um dicionário que categoriza os nomes conforme os traços *concreto* (ao qual pertencem os traços [animado] e [não animado], [humano] e [não humano] e [contável] e [não contável]) e *abstrato*, essas questões também devem ser levadas em consideração no momento da análise dos dados. Nos verbetes, a informação sobre a característica categorial é expressa apenas em relação aos nomes (preposicionados ou não), como mostra o verbete *comprar* (DUPB, 2002, s.v).

comprar V [Ação-processo] [±Compl₁: nome concreto. ±Compl₂: a/de+nome humano] 1 adquirir por dinheiro: da última vez que estive aqui, comprei um canário a um brasileiro (AM); comprei o Mimoso do seu Neusico (IC); Compra a televisão para tua mulher (BO); Edu comprou um banjo por vinte e um mil cruzados (PLA) [Compl: nome humano] 2 subornar; peitar: Essa gente comprou um juiz para assinar um mandado de despejo (IN); Não há automóveis, café, nylon, estanho e outras marmeladas que possam comprar repórteres que se prezam (CRU) [Compl: nome abstrato] 3 resgatar: D. Maria Aparecida Gomide lançou-se em campanha, para conseguir um milhão de dólares e comprar a liberdade do marido (MAN) ► comprar briga/barulho meter-se em complicações: a patroa teme que eu compre barulho (S); Merência comprava briga (TG) comprar gato por lebre enganar-se; ludibriar-se: O consumidor está comprando gato por lebre (AGF)

Figura 16: DUPB (2002, s.v. comprar).

Sintagmas oracionais não são categorizados, como podemos ver no verbete *acostumar* (DUPB, 2002, s.v).

acostumar V ★ [Ação-processo] [Compl₁: nome. ±Compl₂: a/com/em+nome ou a+oração] 1 habituar: a outra proposta foi para acostumar os padres a viverem juntos (AP); não soubemos acostumar o povo ao amor do sacrificio (MA-O); essas maravilhas acostumam o interesse humano (CT) ★ [Estado. Pronominal] [±Compl: a/de/com+nome ou a+oração] 2 habituar-se; afazer-se: Salomão já se acostumava com aquelas brincadeiras de Jovêncio (VI); será que a experiência se acostuma de tanto fracasso? (RC); há anos se acostumara ao velho entrando na sala (DE)

Figura 17: DUPB (2002, s.v. acostumar).

Há casos também em que se prescinde da especificação da característica categorial, como mostram a primeira e a segunda acepção do verbo *pensar*, em que o segmento informativo apenas registra que, nas acepções 1 e 2, o complemento é apenas um “nome”, não especificando se se trata de nome concreto, abstrato, etc.

pensar, *V* ★ [Ação] [±Compl: em/sobre+nome] 1 raciocinar; refletir: *todo bom cozinheiro jamais pensa em tomates quando prepara um faisão (ACM); ninguém mais pensa sobre o que está fazendo dentro da área (PLA); Por que pensar, imaginar? A máquina o fará por nós (CAR-O)* 2 dirigir o pensamento: *Eu também pensei em você (FIG); Jandira só vive pensando nos namorados (PL)*

Figura 18: DUPB (2002, s.v. *pensar* – verbete não apresentado na íntegra).

Analisando os exemplos, facilmente encontramos uma justificativa, a saber, a variabilidade categorial dos complementos. Note-se que [*em tomates*] é concreto e [*em você*] é humano, assim como [*nos namorados*], de forma que não “valeria à pena” elencar todas essas características categoriais (ocupando certo espaço útil dentro do verbete) se apenas a classe *nome*, sozinha, englobaria todas essas possibilidades. Porém, trata-se de uma postura questionável uma vez que o *front matter* do dicionário, apesar de listar as características categoriais que utiliza, não informa como elas se organizam hierarquicamente. Nesse sentido, se trataria de mais uma informação obtida por inferência, ou seja, a ausência da informação tem um significado importante.

Entender a proposta de Borba para a gramática de valências, percurso feito no capítulo 3, assim como identificar como a teoria foi convertida em informações lexicográficas, intento deste capítulo, são fundamentais para o estabelecimento da metodologia do trabalho, conforme discutiremos na seção seguinte.

4.2 A Metodologia

Segundo Borba (1996), uma língua natural pode ser descrita por um sistema abstrato capaz de interpretá-la. Esse sistema abstrato é um modelo, ou seja, “uma configuração idealizada (...) que contém os aspectos relevantes daquilo que representa” (BORBA, 1996, p. 10).

Avaliar um dicionário cuja elaboração está explicitamente vinculada não apenas à teoria lexicográfica, mas também a uma teoria gramatical específica, implica, primeiramente, avaliar o potencial e a adequação descritiva do modelo teórico escolhido

em relação ao(s) fenômeno(s) que pretende descrever. A esse respeito, conforme vimos no capítulo 3, o potencial de uma teoria de *valências* encontra-se em descrever as propriedades sintático-semânticas do léxico, justificando

uma gramática que dê conta da rede de dependências contraídas pelos argumentos com relação ao predicado (=gramática de valências), e que esteja acoplada a uma gramática de casos. E este aparato teórico (mais ou menos eclético) servirá para mostrar as relações sintático-semânticas no léxico, ou melhor, é um modelo centrado no léxico e, idealmente, tentará descrevê-lo por meio de regras de combinação (...) (BORBA, 1996, p, 11)

Sendo um modelo centrado no léxico, a gramática de valências, portanto, representa um potencial descritivo promissor em relação à representação linguística que se faz em um dicionário.

Borba (1996, p. 37) caracteriza sua proposta como sendo uma “gramática de estruturas frásicas ou gramática sintagmática”, já que procura estabelecer as estruturas oracionais básicas da língua portuguesa. Para tanto, faz uma análise que parte do nível mais concreto (o da realização linguística, representado pelas estruturas sintáticas) e chega ao nível mais abstrato (o da *valência* semântica, relacionado à estrutura conceitual):

À análise valencial não compete somente identificar (ou construir) matrizes ou descrever a estrutura externa dos constituintes. Deve, também, ou ainda, determinar as relações sintático-semânticas ou temáticas (...) que fazem parte da estrutura conceitual dos itens léxicos. Entenda-se uma estrutura conceitual como sendo a forma pela qual se expressa o pensamento (BORBA, 1996, p. 28)

Como, em nível observacional, a descrição vai do esquema superficial para o esquema profundo, ou seja, do mais concreto e particularizante para o mais abstrato e genérico, convém, numa primeira instância, propor uma análise e um esquema para a estrutura sintagmática das orações da língua (BORBA, 1996, p. 36 e 37).

Como vimos anteriormente, dessa estrutura sintagmática das orações em português derivam as matrizes valenciais sintáticas ou estruturas frasais nucleares (ver Tabela 4), que dão condições para (a) identificar as classes lexicais que expressam os argumentos, (b) descrever a combinatória léxica em cada casa estrutural e (c) arrolar os esquemas funcionais¹⁰⁴ das estruturas (cf. BORBA, 1996, p. 37), identificando as

¹⁰⁴ Entendemos esquemas funcionais como sendo “uma classificação funcional (e não categorial) que permite perceber a função sintática na diversidade de realizações morfológicas. Essa classificação distingue, de partida, entre constituintes com função primária, que são obrigatórios por realizarem os

funções sintáticas e semânticas valenciais ou não, ou seja, aquelas funções que são necessárias e suficientes para que o verbo se efetive semanticamente. Como já foi dito, o modelo centra-se no *sujeito* e no *complemento* como funções sintáticas valenciais e nos papéis semânticos de *agentivo*, *experimentador* e *causativo* como funções semânticas exclusivamente profundas, além dos papéis de *beneficiário*, *objetivo*, *locativo*, *causativo*, *origem*, *resultativo*, *temporal* e *comitativo* como funções semânticas que podem realizar-se profundamente¹⁰⁵. Por isso é que dissemos que almeja descrever o esquema profundo da *valência*, partindo, como o próprio autor menciona, da análise do nível superficial, mais concreto e, por isso, observável.

Nos parágrafos iniciais dessa subseção, afirmamos que a avaliação de um dicionário subsidiado por uma teoria gramatical envolve a avaliação do potencial e da adequação descritiva dessa teoria com respeito ao(s) fenômeno(s) que se deseja descrever. Acabamos de mostrar que, para a descrição do léxico em um dicionário, a gramática de valências é muito potente. Cabe, no entanto, testar essa potencialidade com o propósito de medir a adequação descritiva dessa teoria à *valência verbal* no português brasileiro. Para tanto, selecionamos os seguintes verbos para a análise¹⁰⁶:

Quadro 11: Verbos selecionados para a análise.

(1) <i>acostumar</i>	(2) <i>assistir</i>	(3) <i>beber</i>	(4) <i>comer</i>	(5) <i>conspirar</i>
(6) <i>determinar</i>	(7) <i>encontrar</i>	(8) <i>fechar</i>	(9) <i>insinuar</i>	(10) <i>ligar</i>

Fonte: A autora.

As escolhas foram feitas aleatoriamente e o número total de verbetes foi limitado a 10 em função do volume do conjunto de informações que deveríamos analisar tanto em relação à teoria quanto em relação à sua aplicação na obra. Juntos, esses verbetes somam 144 exemplos, que constituíram o nosso *corpus* de análise¹⁰⁷. Decidimos usar os

argumentos, e constituintes com função secundária, que são facultativos por serem oracionais” (BORBA, 1996, p. 24).

¹⁰⁵ As únicas funções semânticas que Borba (1996) afirma ser exclusivamente superficiais são as funções Meta e Instrumental.

¹⁰⁶ Os verbetes correspondentes a cada um deles encontram-se no anexo 2.

¹⁰⁷ Foram excluídas do *corpus* as combinatórias léxicas formadas por esses verbos, uma vez que a proposta de Borba (1996), assim como as propostas valenciais em geral, não oferece subsídios suficientes para o tratamento das *valências* das combinatórias. A grande dúvida é se deveriam ser consideradas para apenas uma unidade lexical ou se, por outro lado, a *valência* pudesse ser depreendida da relação sintática entre seus componentes. A esse respeito, Perini (2008) afirma que esse tipo de item léxico é sintaticamente inflexível, de forma que analisar as combinatórias “em termos de sintagmas mais gerais (SN, Sprep etc.) é deixar escapar seu aspecto parcialmente, mas crucialmente, lexical” (PERINI, 2008, p. 241).

próprios exemplos do dicionário porque são frases retiradas de contextos reais de comunicação (escrita), atestando, portanto, modos de uso que, para os padrões sincrônicos e frequenciais estipulados para o DUPB, são representativos da norma real do português brasileiro. Isso nos garantiu a possibilidade de testar a teoria em exemplos que não foram criados ou pensados para ilustrar o que a ela propõe. São exemplos aleatórios e, por isso, sua análise permitiu ver o grau de adequação descritiva da teoria aos fatos de norma. Além disso, a análise dos exemplos foi fundamental para avaliar o potencial descritivo do dicionário em si no que toca à aplicação da teoria na obra (concretizada nos segmentos informativos), e ao poder de orientação idiomática a partir das informações oferecidas. Foram, feitos, portanto, dois movimentos avaliativos:

- I. Saber se a gramática de valências, de fato, oferece subsídios que permitam descrever fatos de norma em relação à *valência verbal* no português brasileiro;
- II. Verificar se o dicionário logra uma orientação idiomática adequada com os subsídios oferecidos pela gramática de valências.

Para realizar o primeiro movimento, empregamos o quadro a seguir¹⁰⁸ para cada um dos verbos selecionados¹⁰⁹:

¹⁰⁸ Ver capítulo 3 para a fundamentação teórica desse quadro avaliativo.

¹⁰⁹ Cf. anexo 4.

Quadro 12: Quadro avaliativo – exemplo de aplicação.

I	Verbo	ENCOLHER		
	Classe	[Ação]		
	Significado	fazer diminuir		
	Oração	<i>Cassiano encolheu a barriga</i>		
II	Tipologia oracional	não estativa (ativa)		
III	Identificação dos actantes valenciais		A ₁ [Cassiano] A ₂ [a barriga]	
	Valência quantitativa		V ₂	
	Estrutura oracional nuclear		SN ₁ + V + SN ₂ (C ₁)	
	Valência sintática	função sintática dos actantes	A ₁ [S] A ₂ [C]	
		estrutura dos actantes	A ₁ = SN A ₂ = SN [Det + N]	
	Valência semântica	função semântica dos actantes	A ₁ [Ag] A ₂ [Ob]	
características categoriais dos actantes (nominais ou de núcleo nominal)		A ₁ [humano] A ₂ [concreto]		

Fonte: A autora, com base em Borba (1996).

Na parte I do quadro, são registra-se as informações oferecidas pelo DUPB que contribuem para a identificação da *valência* do verbo, isto é, sua classe, o significado (as paráfrases explanatórias¹¹⁰) e o exemplo. Na parte II, identifica-se a que tipologia oracional pertence o exemplo em questão. Por fim, a parte III abarca a *valência* em seus três níveis, do mais concreto, representado pelas estruturas oracionais dos exemplos extraídos do dicionário, até o mais abstrato, ou seja, a caracterização semântica dos actantes identificados nos exemplos.

Além de ter permitido avaliar a adequação descritiva da teoria, o encaixe das informações no quadro também nos permitiu identificar as propriedades sintático-semânticas do sujeito (informação que o dicionário, como já dissemos, não oferece) e contrastar os resultados obtidos na parte III do quadro com as informações que estão registradas explicitamente pelo dicionário, as quais, como se sabe, dizem respeito à categorização sintático-semântica dos complementos. No capítulo seguinte, dividiremos a discussão dos resultados nessas duas partes, ou seja, a primeira referente à análise da

¹¹⁰ Para os verbos plenos, as paráfrases são sinônimas, elencando verbos que possuem valores sintático-semânticos em comum com o lema em questão. Assim, no caso do modo como Borba concebe as relações que se dão no léxico, a escolha por esse tipo de paráfrase implica a crença de que “esses valores vão levando ao cruzamento com outros itens de tal forma que o léxico, no todo, surge como uma rede de inter-relações sintático-semânticas, ou melhor dizendo, o léxico se apresenta como um tecido gramatical pronto para a comunicação linguística” (BORBA, 1996, p. 51).

adequação descritiva da teoria e a segunda referente à comparação da parte III do quadro com as informações do dicionário.

5

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segundo Perini (2008), uma limitação importante dos estudos de *valência* como um todo é que eles não oferecem subsídios para tratar as relações de dependência valencial em nível oracional, de forma que

fica excluído todo o sistema de complementação, com suas grandes complexidades – classe da oração subordinada (nominais, adjetivas, adverbiais), tipos de complementizadores, modo da oração subordinada (indicativo, subjuntivo, infinitivo), sistema de correferência de SNs, omissão de sujeito etc. (...) (PERINI, 2008, p. 238)

Sendo assim, a gramática de valências ainda não consegue, por exemplo, explicitar a relação de dependência que existe entre as orações [*Eu vi*] e [*a Maria comprando doces na padaria*] na sentença *Eu vi a Maria comprando doces na padaria*. Porém, é inevitável que essas relações existam em qualquer *corpus*, já que se trata de uma compilação de textos (orais ou escritos). E, como se sabe, a organização de um texto está baseada em todas as relações existentes entre os períodos, desde o nível fonológico (no caso dos textos orais) até o nível pragmático.

O primeiro fato que se colocou diante de nós logo no início da compilação dos dados foi o de que grande parte dos exemplos parecia apresentar irregularidades que impediriam sua análise a partir do modelo teórico de Borba (1996), que sempre trazia exemplos correspondentes a períodos simples, enquanto os exemplos retirados do dicionário, muitas vezes, representavam períodos compostos.

Para superar esse limite teórico-metodológico e ter condições de descrever dados obtidos a partir do nível superficial, observável, Borba (1996) define sua teoria como “(...) um expediente (...) que caracteriza conjuntos de enunciados decompondo-os em orações elementares (e daí em construções menores)” (BORBA, 1996, p. 15). Dessa forma, se o que se quer delimitar na oração acima é a *valência* do verbo *comprar*, a decomposição deve atuar sobre a subordinada [*a Maria comprando doces na padaria*]. Assim, se obtém a oração [*Maria compra doces*], que representa a estrutura P-A elementar de tipo X *comprar* Y, da qual se exclui o circunstante [*na padaria*] por não ser necessário para determinar a relação entre o predicado comprar e seus argumentos.

Segundo o autor do DUPB, de fato, as sequências linguísticas “reais” por vezes apresentam uma série de modificações na estrutura elementar das orações, conferindo uma “aparência de irregularidade” aos enunciados. Isso porque,

Em primeiro lugar, há os especificadores (Circ, Adt) que, mesmo não fazendo parte do esquema profundo, esclarecem, especificam, situam o conteúdo objetivo que se quer comunicar. Em segundo lugar, um conjunto de expedientes controla o modo de realização das orações. Aliás, são esses expedientes que dão diversidade e aparência de irregularidade aos enunciados. (BORBA, 1996, p. 53).

Esses “expedientes” aos quais Borba (1996) se refere são processos identificáveis nos dados linguísticos e também permitem realizar a decomposição de unidades maiores para delimitar-se a *valência* específica de um verbo em um contexto unioracional¹¹¹. Foi necessário aplicar muitos desses processos em nossos dados¹¹², já que, como dissemos, grande parte deles eram períodos compostos. Identificamos 12 casos principais em que foi necessário reduzir a oração até chegar à sua estrutura nuclear¹¹³, para os quais oferecemos uma breve explicação¹¹⁴:

I. *Adjuntos e circunstantes*¹¹⁵ (cf. itens 4, 11, 25, 32, 92, 100, 122)

Segundo Borba (1996), adjuntos, circunstantes e especificadores integram o grupo dos participantes, ou seja, são constituintes oracionais que não fazem parte do esquema subjacente da *valência*. Sendo assim, para se chegar às estruturas nucleares propostas pelo autor, necessitamos eliminar esses itens léxicos, conforme mostra o seguinte exemplo:

- Salomão já se acostumava com aquelas brincadeiras ~~de Jovênio~~. (adt)
- ~~Durante toda a manhã~~ assistiu o desenrolar da tragédia. (circ)

¹¹¹ Cf. Borba (1996, p. 25-27 e 53-57) para a definição dos expedientes sintáticos.

¹¹² Os itens os quais indicaremos entre parênteses em cada uma das considerações a seguir referem-se às frases analisadas e dispostas no Anexo 3.

¹¹³ Para efetuar essas transformações como forma de descrever a *valência* subjacente, usamos nossa intuição de falantes de português para conseguir atingir a estrutura mínima possível. Embora a introspecção por vezes seja criticada como critério de avaliação de propriedades linguísticas, no caso do trabalho que estamos realizando, isso se legitima porque “(...) é preciso verificar se o falante nativo aceita ou não os enunciados construídos a partir de tais regras” (BORBA, 1996, p. 9).

¹¹⁴ Não raramente foi necessário lidar com mais de um desses contextos num só exemplo.

¹¹⁵ Ver notas 54 e 55 para as definições desses termos.

II. *Elipses de núcleos nominais* (cf. itens 65, 67, 143, 144)

Esses casos foram importantes para o estabelecimento da matriz sintática, já que na estrutura original, havia uma elipse de núcleo nominal em que o SN ficava apenas com o determinante. Como isso não é sintaticamente possível, já que todo SN deve ter um núcleo nominal, para realizar a matriz sintática, recuperamos o núcleo e o inserimos na oração:

- Seus olhos ~~de tapuia~~ se encontraram com os (olhos) da feiticeira.

SN [Poss + N] + V + Sprep [prep + SN [Det + N + Sprep [prep + N]]]

III. *Elipses do sujeito*

a. *Sujeito desinencial* (cf. itens 11, 13, 32 e 60)

A estrutura subjacente dos verbos relacionais prevê sempre a posição e a função do sujeito, que podem não estar preenchidas na superfície. No caso do sujeito desinencial, ele não ocupa sua posição “canônica”, mas está incrustado na desinência número-pessoa do verbo. Sendo assim, foi necessário repetir o sujeito em sua posição:

- (Eu) assisti a filmes ~~aqui no Metro~~.

b. *Sujeito nulo controlado*¹¹⁶ (cf. itens 2, 16, 19, 28, 114, 127, 130)

Segundo Rabelo (2010), ao contrário das orações finitas, nas infinitivas, o sujeito não é lexicalizado por um morfema de natureza nominal, de forma que o que se tem é

Uma posição argumental aberta (uma variável) cuja interpretação deve ser fornecida por um sintagma nominal presente no contexto sintático ou por um operador genérico (nos casos de o argumento externo do verbo infinitivo receber uma interpretação arbitrária (RABELO, 2010, p. 5).

Na oração *Não soubemos acostumar o povo ao amor do sacrifício*, o verbo que se quer descobrir a estrutura valencial é *acostumar*. Ele, porém, é verbo principal da subordinada [*acostumar o povo ao amor do sacrifício*], que funciona como objeto direto da oração principal (OP) [*Não soubemos*]. Uma análise sintática tradicional caracterizaria essa subordinada como uma oração sem sujeito, já que as formas nominais do verbo, além de não possuir marcas de número e pessoa que possam fazer a

¹¹⁶ Azeredo (2013, p. 225) chama essa categoria de *sujeito cancelado*, definindo-o como aquele que “já não conta sequer com as pistas desinenciais do verbo, mas pode ser recuperado no contexto”.

concordância com o sujeito, têm traços nominais. Porém, dificilmente um falante nativo de português não reconheça que o sujeito dessa oração é *nós*. No entanto, para efeitos de análise, é preciso justificar esse reconhecimento. Nesse caso, nossa intuição é explicada pela noção de *sujeito nulo controlado*, que significa que o sujeito da oração principal será o mesmo da subordinada. O teste que permite identificar esse fenômeno consiste em tentar preencher a posição vazia do sujeito da subordinada por outro SN qualquer. Quando esse movimento torna a oração agramatical, é porque se trata de um caso de *sujeito nulo controlado*, que é o que acontece se reescrevermos a oração acima da seguinte forma: * *Não soubemos João acostumar o povo ao amor do sacrifício*. Podemos inferir, portanto, que o verbo acostumar tem a estrutura X acostumar Y a Z (*João acostuma o povo ao amor do sacrifício*).

c. *Sujeito indeterminado* (cf. itens 48, 56, 81, 110)

Se inserir um SN na posição vazia do sujeito da reduzida de infinitivo torna a frase agramatical em certos casos, indicando a existência de um sujeito nulo controlado (recuperado na oração principal), em outros, por outro lado, esse mesmo processo resulta em uma sentença bem formada, de maneira que se diz tratar-se apenas de um sujeito indeterminado. Como exemplo, temos a sentença *É muito difícil determinar a causas que contribuíram para isso*. Fazendo a inserção de um SN qualquer na posição vazia do sujeito da subordinada temos *É muito difícil o João determinar as causas que contribuíram para isso*. Assim, podemos estipular que, para o verbo determinar, a estrutura nuclear é X determina Y, ou seja, *Alguém (João) determina as causas que contribuíram para isso*.

d. *Partícula se apassivadora* (cf. item 47)

A fim de reconhecer o sujeito da sentença *É preciso que se determine bem o termo pesquisa*, foi necessário colocá-la na voz passiva: *É preciso que o termo pesquisa seja bem determinado*. Assim, vê-se que o agente da passiva está oculto. Entretanto, ao construir a frase *É preciso que o termo pesquisa seja bem determinado pelos linguistas*, podemos gerar a estrutura básica *Alguém determina o termo*, correspondendo à estrutura argumental X determina Y, assim como no item (b).

IV. *Partícula se reflexiva, recíproca e a voz média* (cf. itens 4, 64, 95, 121)

Segundo Azeredo (2013, p. 277), “as construções reflexivas padrão seriam (...) aquelas cujo sujeito acumulasse o papel de agente e o de paciente conferidos pelo pronome reflexivo”, como em *Pedro cortou-se*. Há também aqueles casos em que a pronome é chamado *recíproco*, pois estabelece uma relação de co-referência como em *Pedro e João se encontraram* (um com o outro). Casos de pronome reflexivo “padrão” ocorrem quando o sujeito é deflagrador da ação e, concomitantemente, afetado por ela. No entanto,

(...) nos demais casos, em que o sujeito não deflagra o processo – e portanto não é agente – a construção pronominal realiza o que muitos linguistas chamam de ‘voz média’. Esta designação tem a vantagem de caracterizar a construção pronominal como um meio termo entre a voz ativa e a voz passiva (...) (AZEREDO, 2013, p. 278)

O gramático cita como exemplo desses outros casos as sentenças *Ela não se incomoda*, *As crianças se divertem com as piruetas do macaco*, *A praia estende-se por vários quilômetros*, *A cortina rasgou-se de velha*, etc. Em nosso *corpus*, boa parte dos exemplos se enquadrava nos casos de voz média, tais com *Salomão já se acostumava com aquelas brincadeiras de Jovêncio*. Houve casos também de reflexivo recíproco, como *Branca de neve continua a encontrar-se com o Príncipe*. Com reflexivo, temos *Fechei-me em meu quarto*. Em termos da obtenção da estrutura oracional nuclear, consideramos todas essas construções como um amálgama entre o verbo e o pronome, já que “a classe dos verbos pronominais representa a cristalização de estruturas originalmente constituídas como voz média” (AZEREDO, 2013, p. 279). Portanto, na matriz sintática, o pronome ficaria junto ao verbo na posição de V: [SN + V (*acostumar-se*) + Sprep], [SN + V (*frechar-se*) + Sprep], [SN + V (*encontrar-se*) + Sprep].

V. *Negação* (cf. item 23, 59, 118)

A ocorrência de negação nos exemplos recolhidos em todos os casos teve escopo sobre a sentença, de maneira que por redução a eliminamos a fim de estabelecer a matriz oracional: *Esses frangotes de hoje ~~não~~ sabem beber*. Obviamente, o conteúdo proposicional da sentença foi alterado. Entretanto, nesse nível de análise importa a estrutura mínima necessária para que o significado do verbo se efetive. A negação, assim como a elipse do sujeito, a inserção de participantes, entre outros expedientes, ocorrem superficialmente, como bem se pode ver pelos exemplos, que estão no mais alto grau da estrutura superficial, isto é, são a realização propriamente tal.

VI. *Ordem inversa complemento-sujeito* (cf. item 17, 20, 30)

Canonicamente, o sujeito está sempre à esquerda do verbo e os complementos à direita. Entretanto, o deslocamento é um expediente sintático bastante comum no qual o complemento ocupa a posição do sujeito e vice-versa. É o caso de *Por aquela época vinha assistir em Serras Azuis uma família americana*, que na ordem canônica se escreve *Uma família americana vinha assistir em Serras Azuis por aquela época*. Fazendo as devidas elisões dos constituintes não valenciais, temos *Uma família americana vinha assistir em Serras Azuis*, de estrutura argumental *X assiste em Y* e matriz sintática [SN + V + Sprep].

VII. *Perífrases verbais* (cf. item 15, 49, 136)

Segundo Borba (1996, p. 75), “a *valência* verbal atinge especificamente o que se poderia chamar de *verbos plenos*, isto é, verbos que semanticamente têm significação lexical e sintaticamente ocupam o núcleo do predicado em um sintagma verbal”. Isso não inclui, portanto, os verbos chamados funcionais (auxiliares e suporte), já que têm uma significação apenas gramatical, sendo suporte das propriedades gramaticais do verbo. Assim, em termos da estrutura subjacente da *valência*, já que esses verbos são semanticamente vazios, pode-se considerar que formam com o verbo pleno um amálgama que não interfere no estabelecimento da *valência*, já que funcionam como apenas um verbo (*Você não vai ligar pra mim*). De qualquer forma, podemos também substituir essas construções por verbos plenos (*Você não ligará pra mim*).

VIII. *Pronome relativo “que” nas orações adjetivas restritivas* (cf. item 8, 103, 141)

Em alguns exemplos extraídos do dicionário, os verbos para os quais se queria determinar a estrutura valencial básica ocorreram em orações adjetivas restritivas: *Os outros médicos da junta que assiste o presidente foram indicados pelo Dr. Mário*, *Filme descoberto nos porões de um cinema que fechou por falta de público, ele inclinou-se para acariciar a gata que se insinuara por entre suas pernas*. O pronome *que* relativo possui três funções concomitantes: “anafórica (retoma ou reitera o antecedente), conectiva (insere a oração transposta na oração maior) e sintática (é sujeito, complemento ou adjunto na oração transposta)” (AZEREDO, 2013, p. 316). Dessa

forma, a sentença *Filme descoberto nos porões de um cinema que fechou por falta de público* é resultado da combinatória entre *O filme foi descoberto nos porões de um cinema* e *O cinema fechou por falta de público*. Nesse caso, o *que* retoma o antecedente *cinema* e insere a segunda oração na primeira. Na construção relativa, então, ele funciona como sujeito. Assim, chegamos à estrutura básica *O cinema fechou*, ou, cuja matriz sintática é [SN+ V].

5.1 Os quadros de *valência*

No capítulo anterior explicamos como dividimos as análises realizadas. Relembrando, a primeira foi feita com o objetivo de determinar a adequação descritiva da teoria, ou seja, uma avaliação que se centra nos subsídios que a gramática de valências oferece para a descrição do português brasileiro. Em segundo lugar, contrastamos parte dos resultados obtidos com os quadros avaliativos com as informações explicitamente oferecidas pelo dicionário, de forma a verificar se, com os subsídios oriundos da teoria, o DUPB descreve adequadamente os dados, oferecendo uma orientação idiomática adequada e atingindo seu objetivo de “prover os usuários da língua escrita de um instrumento eficiente de agilização do uso escrito tanto na recepção como na criação do texto” (DUPB, 2002, p. VI).

Seguindo a ordem do quadro avaliativo que criamos a partir de Borba (1996), começamos a análise classificando cada um dos exemplos de acordo com a *tipologia oracional* (BORBA, 1996, p. 69-74) a que pertencem. Em segundo lugar, transformamos os exemplos do dicionário em estruturas unioracionais para assim poder começar a testar a teoria. Após a etapa de identificação dos actantes valenciais, delimitamos a *estrutura oracional nuclear* (BORBA, 1996, p. 48) de cada um dos exemplos. Com esses dois primeiros movimentos, portanto, foi possível identificar o primeiro nível da *valência*, o quantitativo. Nos exemplos recolhidos, o número máximo de actantes chegou a três. No segundo nível, o da *valência sintática*, delimitamos a função sintática dos actantes. Como se trata de estabelecer o nível subjacente da *valência*, as únicas funções envolvidas categorizadas foram *sujeito* e *complemento (s)*. Em seguida, representamos a *estrutura interna dos actantes* (BORBA, 1996, p. 37-43) e, conseqüentemente, a estrutura interna das orações nucleares. Na *valência semântica*, tentamos identificar as funções semânticas de cada actante (BORBA, 1996, p. 30-35) e, por fim, suas características categoriais.

Baseadas na noção de papéis semânticos, as subclasses de verbos que Borba (1996) propôs e, conseqüentemente, a tipologia oracional que dela deriva, tal qual a própria noção de papéis temáticos, possuem um alto grau de subjetividade e sua classificação depende muito da interpretação do analista. Vejamos o porquê.

Nos exemplos avaliados, a classificação de alguns verbos no dicionário é questionável se comparamos a definição da subclasse a que foi vinculado com o significado da sentença. Por exemplo, segundo marca o DUPB, o verbo *assistir* pode pertencer às classes *ação*, *processo* e *estado*. Como mencionamos em mais de uma oportunidade, isso ocorre em virtude de que os verbos se organizam de maneiras distintas, expandindo-se sintática e semanticamente. Todavia, nem sempre a classificação proposta parece ser representativa de todos os exemplos registrados para ilustrar, entre outros aspectos da *valência*, a pertença à determinada subclasse de verbos e, por conseguinte, a relação do verbo com seus argumentos como determinante de um significado em específico. No caso de *assistir* como verbo de processo, que, por definição, deve ter um sujeito de tipo *beneficiário*, *experimentador* ou *paciente*¹¹⁷, na sentença *O grupo brasileiro foi assistir a uma manifestação em Nazaré*, o sujeito não parece encaixar-se em nenhum desses papéis semânticos, mas sim no de *agente*, já que tem o controle do processo verbal¹¹⁸. Por outro lado, note-se a diferença desse exemplo comparado com *Ubatuba assiste a um verdadeiro boom de procura por seus imóveis*, em que, claramente, o sujeito é paciente. Ambos os casos, porém, estão registrados juntos. Para se ter uma noção de como a classificação depende da interpretação do analista, o que o DUPB classifica como processo, para *assistir*, o DGV registra como ação, o que faz mais sentido em relação ao primeiro exemplo, mas não em relação ao segundo.

Caso semelhante acontece com a oração *Noé falava com dificuldade, comendo sílabas*, registrada no verbo *comer* como verbo de ação-processo. A definição dessa categoria de verbos diz que a relação de predicação se dá com um sujeito (agentivo, causativo ou instrumental) e um complemento afetado ou efetuado, que passa a apresentar alguma mudança de estado, condição ou posição. No caso do exemplo acima, não há mudança, mas há um fato, um estado de Noé, uma condição (a de falar comendo

¹¹⁷ Ver Tabela 1

¹¹⁸ Acreditamos que isso se deve ao aspecto conferido pelo emprego do verbo auxiliar, já que, se conjugássemos o verbo no pretérito perfeito, a relação temática se alteraria, ou seja, o sujeito seria paciente ou até mesmo um experimentador (dependendo do ponto de vista) e, nesse caso, o verbo seria de processo: *O grupo brasileiro assistiu a uma manifestação em Nazaré*.

sílabas), de maneira que esse exemplo estaria mais bem alocado sob a classe do verbo *comer* como verbo de estado, que, aliás, não está arrolada no DUPB.

Essa imprecisão em delimitar critérios mais precisos de análise e classificação interfere também na tipologia oracional. *O grupo brasileiro foi assistir a uma manifestação em Nazaré*, portanto, não seria uma oração processiva, mas sim uma ativa. De igual forma, *Noé falava com dificuldade, comendo sílabas* seria uma estativa e não uma ativa.

Quanto à *valência sintática*, no tocante ao estabelecimento da estrutura oracional a partir da identificação dos actantes nucleares, pode-se dizer que a gramática de valências oferece elementos descritivos mais precisos. No entanto, tivemos os problemas de resolver como representar as elipses e o pronome *se* nessa estrutura básica, assim como explicamos no início do capítulo. Além disso, alguns casos que fugiram da estrutura oracional proposta para verbos de *valência 3* (SN1 + V + SN2+Sprep) em Borba (1996). O primeiro deles foi a sentença *O governador Abreu Sodré determinou ao Inesp que acabasse com a fila da Carteira Predial*, cuja matriz valencial sintática é [SN+V+Sprep+SO]. O grande problema é que esse caso, mesmo único em nosso *corpus*, representa outros verbos como *pedir, contar, dizer, etc.*, que também podem ocorrer com essa estrutura: *Alexandre pediu ao filho que guardasse segredo, Camila contou (disse) ao marido que estava grávida*. Sem sombra de dúvida, isso prejudica a adequação descritiva da teoria, muito embora o complemento oracional tenha sido classificado no DUPB (cf. *determinar*, ac. 2). Outro caso se trata das orações com complemento predicativo. Assim, em *Chegou e encontrou a luz apagada, João Alphonsus se encontrava doente e O cascalho já se encontrava liberto de grande parte da areia*, as matrizes sintáticas, respectivamente, [SN1 + V + SN2 + Sadj], [SN + V + Sadj] e [SN + V + Sadj + Sprep], fogem ao previsto em Borba (1996) para verbos de *valência 2 e 3*, não obstante esses complementos estejam assinalados no DUPB. Ainda, para os verbos de *valência 2*, houve um caso (item 31) cujo complemento é um Sadv, também não previsto como complemento em Borba (1996).

Ainda sobre esse aspecto, a proposta de Borba (1996) não aborda a estrutura interna de SN coordenados (itens 60, 68 e 126), tampouco da possibilidade do SN poder ser constituído apenas por um pronome (aparentemente, pela Tabela 3, um núcleo nominal é obrigatório). Isso acarretou um prejuízo no que diz respeito aos subsídios oferecidos para a realização da representação da estrutura oracional. Como

consequência, houve incompatibilidade entre a estrutura de nossa análise com a estrutura proposta na Tabela 3.

Além das funções sintáticas e da estrutura dos actantes valenciais (classes e propriedades morfossintáticas), Borba (1996) inclui também na valência sintática as propriedades de compatibilidade com o instrumental, pronominalização e modalização imperativa (BORBA, 1996, p.61) dos verbos. Sobre esse particular, no entanto, a proposta do lexicógrafo não vai mais além do que dar alguns exemplos, sem mostrar se há algum efeito disso para a estrutura frasal. Exceto a pronominalização, as demais propriedades não são marcadas no dicionário. Sobre as funções sintáticas, já dissemos que elas apenas dividem-se entre sujeito e complemento, logo, as matrizes oracionais variavam apenas quanto ao número de complementos. Em relação à estrutura interna dos actantes, a proposta de Borba (1996) também oferece recursos adequados para a descrição da predicação em língua portuguesa. Cabe observar que, em se tratando de uma representação da estrutura subjacente, todos os processos superficiais foram excluídos (conforme explicação acima) e, no caso das elipses, essa exclusão interferiu na estrutura nuclear porque tivemos que recuperar o item elíptico e representá-lo (ex: *Seus olhos de tapuia se encontraram com os meus* > *Seus olhos se encontraram com os meus olhos* > SN + V + Sprep > SN [Poss + N] + V + Sprep [prep + SN [Det + Poss + N]).

Para terminar a análise, chegamos à parte mais profunda, na qual se estabelecem as relações básicas entre predicados e argumentos. Essas informações remetem ao início do quadro, onde estão registradas as classes em que determinado verbo pode ocorrer (com seus respectivos significados e exemplos) conforme constam no DUPB. Tal qual dizíamos a respeito da classificação dos verbos, um limite importante da proposta de Borba (1996) e, na verdade, das propostas baseadas em papéis semânticos em geral, é que a generalidade e vagueza das definições para as funções semânticas e a falta de critérios que auxiliem a descrição linguística conferem certa imprecisão à teoria. Em nossa análise, muitas vezes foi difícil classificar especialmente o sujeito, tendo em vista que, segundo o que explicamos anteriormente, muitos exemplos representavam outros estados de coisas que não eram aquele sob o qual haviam sido classificados. As características categoriais, entretanto, parecem não apresentar tanta controvérsia, até mesmo porque são menos categorias e as noções de concreto/abstrato, animado/não animado não são tão subjetivas quanto a noção de papéis semânticos, motivo por que

defendemos, no capítulo 4, que um dicionário poderia descrever os actantes do verbo por meio de características categoriais.

5.2. Cotejo dos quadros avaliativos com as informações do dicionário

Em dicionários semasiológicos, normalmente se confere à paráfrase explanatória o papel de explicitar a informação semântica. No entanto, de acordo com Pontes (2010), o verbete lexicográfico se constitui de informações semânticas e pragmáticas que se integram e complementam na construção do significado, não sendo nem o exemplo, nem a paráfrase explanatória, isoladamente, responsáveis por dar a entender os significados das palavras. Nessa mesma esteira, Gelpí e Castillo (2004) afirmam que:

a transmissão do significado da unidade contida no dicionário é responsabilidade do artigo lexicográfico e não só da definição (...), opção lexicograficamente muito produtiva, porque o peso da transmissão do conhecimento fica integrado a todo artigo. (GELPÍ; CASTILLO, 2004, P. 131)

Como vimos no capítulo anterior, as relações entre predicados e argumentos, marcadas pela atribuição de funções semânticas e sintáticas, estão diretamente implicadas no significado do verbo, de sorte que a polissemia verbal está condicionada pela variabilidade sintático-semântica dessas relações. Dissemos também que essa multiplicidade de significados é o que move qualquer dicionário. No DUPB (2002), o segmento informativo referente à classe de verbos compreende a maior parte das informações sobre a *valência* semântica, abrangendo o sistema de casos e as restrições categoriais. Além disso, no segmento informativo dedicado a descrever os complementos, encontram-se as características categoriais (também integrantes da *valência* semântica) e, no caso dos complementos preposicionados, a descrição de sua estrutura (informação pertencente à *valência* sintática). Reunidas, essas informações descrevem o significado apresentado pela paráfrase explanatória. Nesse contexto, os exemplos também têm um papel muito importante na elucidação do significado, especialmente quando se tratam de dicionários de uso, obras que têm um compromisso com a representatividade das informações que apresentam em relação ao conjunto dos fatos de norma de uma língua.

Além de ilustrar o significado de uma palavra, os exemplos ilustram os modos de organização de uma língua, contemplando o âmbito sintagmático. Nesse sentido, segundo Weinrich (1979, p.325), “a descrição do uso de uma palavra deve apresentar as

regras gramaticais de tal uso, dando conta de tentar trazer o valor heurístico da sintaxe”. Assim, “os exemplos se comportam como modelos concretos, que servem ao usuário do dicionário para repeti-los ou para formar enunciados paralelos com o aval de um modelo de construção” (PONTES, 2010, p. 354), contribuindo para a função de produção linguística.

O que se espera do programa constante de informações (PCI) de um dicionário, portanto, é que se estabeleça uma relação de recursividade entre as informações, desde o registro da forma léxica até a culminância no exemplo, que vai ilustrar como as informações contidas no comentário de forma e na paráfrase explanatória se realizam em determinada língua.

Conforme explicamos anteriormente, dedicamos esta parte da análise a contrastar as informações que o dicionário oferece acerca do sistema de complementação dos verbos com os resultados obtidos da aplicação dos quadros avaliativos aos exemplos do dicionário. As informações contrastadas foram apenas aquelas efetivamente registradas no segmento informativo dos complementos, ou seja, a *regência*, as características categoriais e a possibilidade de apagamento das preposições e dos complementos. A análise dos verbetes mostrou que, em geral, os exemplos refletem o significado e a descrição dos complementos, oferecendo subsídios adequados para o cálculo dos complementos no português brasileiro. No entanto, apresentaremos alguns casos cuja recorrência acreditamos que pode comprometer a função dos exemplos e o objetivo do dicionário de “prover os usuários da língua escrita de um instrumento eficiente de agilização do uso escrito tanto na recepção como na criação do texto” (DUPB, 2002, p. V):

I. Propriedade sintática não marcada: a pronominalização dos complementos

O emprego de pronomes com a função sintática de complemento (cf. *assistir* – ac. 6; *comer* – ac. 8; *insinuar* – ac. 2) não é marcado no dicionário. Alguns exemplos correspondentes aos seguintes verbos atestam a pronominalização dos complementos. Nos casos analisados, houve a ocorrência de *me* (com *assistir* e *insinuar*) e de *a* (com *comer*). Apesar de os exemplos representarem, sem sombra de dúvidas, um fato de norma na língua portuguesa (o de que pronomes podem exercer a função sintática de complemento), há uma incoerência estrutural entre o registro da forma dos complementos no segmento informativo, marcada como [a+nome humano], para *assistir* e *insistir*, e a forma dos complementos conforme constam nos exemplos (com o

pronome *me*). No entanto, *a mim* é uma estrutura que equivale a *me*, correspondendo à forma do complemento descrita pelo DUPB. Assim, poderíamos reescrever os exemplos: *A mim não assistem razões para imitar aqueles penitentes da Idade Média; Chorar é o bem que a mim assiste*, entendendo *a mim* como uma estrutura estendida (e equivalente) de *me*. Porém, é de se questionar o potencial de orientação de uma informação como essa, já que esses “ajustes” dos exemplos extraídos do *corpus* põem em xeque o quão representativos do uso “real” eles, de fato, são. Em relação ao verbo *comer*, como o complemento não é preposicionado, há apenas a característica categorial [nome humano]. De fato, tal qual nos casos de *assistir* e *insinuar*, é o pronome (*a*) que representa a entidade humana. E, novamente, a possibilidade de que o complemento possa ser realizado sintaticamente por um pronome não é marcada.

II. Parte da descrição do complemento não é respaldada pelos exemplos

Esse é o aspecto que mais recorrência apresenta na obra, já que não são registrados exemplos para todas as possibilidades de ocorrência dos complementos marcadas no segmento informativo correspondente. Vejamos os casos:

a. Ausência de exemplos para o uso de preposições (cf. encontrar, ac.1)

No caso de *encontrar*, marca-se que o C₂ pode realizar-se com as preposições *a/com/em* junto a um nome ou com a preposição *a* introduzindo uma oração. No entanto, para a combinatória [C₂ = prep + N] há somente um exemplo, que registra o uso da preposição *a* apenas: *Não soubemos acostumar o povo ao amor do sacrifício*. Como as preposições estão entre barras, pode parecer que sua substituição umas pelas outras é livre. Fazendo o teste, vemos que, de fato, isso é possível: *Não soubemos acostumar o povo com o amor do sacrifício / Não soubemos acostumar o povo no amor do sacrifício*. Porém, na aceção dois do verbo (exceto no segundo exemplo), o mesmo não acontece, muito embora as preposições também estejam entre barras: (?) *Salomão se acostumara àquelas brincadeiras de Jovêncio / (?) Salomão se acostumara daquelas brincadeiras de Jovêncio. (?) Há anos se acostumara do velho entrando na sala. / Há anos se acostumara com o velho entrando na sala*. Portanto, a marcação de preposições entre barras não necessariamente implica na alternância livre entre elas numa sentença. Assim, se no *corpus* houve recorrência da alternância entre essas preposições (motivando, por isso, o registro das três no segmento informativo) quando o significado do verbo equivale a *habituat* / *habituat-se*, seria pertinente abonar cada uma delas,

como, aliás, foi feito na segunda acepção, justamente por essa alternância ser menos livre.

b. Ausência de exemplos para as diversas possibilidades dos complementos descritos:

i. O tipo de complemento (cf. conspirar, ac. 4; determinar, ac. 7)

Significando “estar unido; concorrer”, *conspirar* pode ter um complemento de núcleo nominal ou um complemento oracional, ambos obrigatórios e introduzidos pela preposição *para*. Porém, apenas o complemento de núcleo nominal é registrado. A acepção 7 de *determinar* também ilustra a existência de dois complementos. Obrigatório, o primeiro pode ser um nome abstrato ou uma oração conjuncional. Já o segundo, facultativo, é um nome introduzido por *a* ou *para*. Temos, portanto, 6 possibilidades de combinatória das informações. No entanto, apenas uma delas é atestada (C₁ com nome abstrato e C₂, em presença, com nome introduzido pela preposição *para*).

ii. A opcionalidade dos complementos (cf. acostumar, ac. 2; conspirar, ac. 1; encontrar, ac. 9; fechar, ac. 12, 14 e 16)

O verbo *acostumar* pode ter até dois complementos. Segundo o DUPB, o C2 (preposicionado) pode ser omitido. Porém, na segunda acepção desse verbo, cuja realização se dá na forma pronominal (*acostumar-se*), ao contrário do que acontece nos exemplos da primeira acepção, a possibilidade de que o C2 seja elidido não é atestada por nenhum exemplo.

No caso de *conspirar*, o dicionário também informa que o complemento pode ser elidido, fato atestado pelo exemplo correspondente. Porém, não há um exemplo que ilustre a presença do complemento. De igual forma, o segmento informativo da acepção 12 de *fechar* marca a possibilidade de omissão dos complementos 1 e 2. Entretanto, ao contrário de *conspirar*, com apenas um exemplo, somente a realização de ambos os complementos é atestada, tal qual ocorre no exemplo da acepção 14. Sobre esse particular, parece lógico que, se há uma dupla possibilidade (usar ou não usar complementos), deve haver, pelo menos, dois exemplos para cada verbo cujo complemento tenha a marca de opcionalidade. Ainda, no caso de verbos com dois

complementos, ambos marcados como opcionais, caso da acepção 12 de *fechar*, há uma terceira possibilidade, que é a realização de apenas um dos complementos, de forma que seriam necessários, portanto, quatro exemplos, no mínimo, para refletir a informação oferecida a respeito do sistema de complementação (a) ambos os complementos ocorrendo juntos; b) ambos não ocorrendo, c) C1 ocorrendo sozinho ou d) C2 ocorrendo sozinho). Do contrário, a descrição dos dados fica prejudicada. Porém, essa lógica nem sempre é empregada. Aliás, apesar de todas as palavras registradas no DUPB serem abonadas, o número de exemplos registrados para cada acepção parece não obedecer a nenhum critério.

ii.1. O teste de opcionalidade dos complementos não funciona nos exemplos

Quando, no DUPB, se vê a marca “±”, se espera que os exemplos mostrem essa dupla possibilidade de realização. No entanto, como vimos, nem sempre isso acontece, restando ao usuário fazer o teste da opcionalidade marcada usando os próprios exemplos que o dicionário oferece. O que ocorre, contudo, é que há casos em que, nos exemplos oferecidos, o teste não funciona. Na acepções 1, 9 e 14 de *acostumar*, *fechar* e *encontrar*, respectivamente, a omissão gera enunciados anômalos, assim como no primeiro exemplo da acepção 4 de *encontrar*, em que a omissão do predicativo acarreta alteração no significado da frase. Entretanto, note-se que na acepção 9 do verbo *encontrar*, um dos exemplos atesta a omissão do complemento, gerando uma sentença plenamente aceitável e que mantém o mesmo significado das demais (que não aceitam a omissão), o que pode significar que o apagamento dos complementos esteja condicionado por contextos sintáticos. Nesse sentido, mais um grande desafio para a descrição linguística ancorada na gramática de valências seria determinar quais são os contextos que condicionam a possibilidade de omissão dos complementos para alguns enunciados e não para outros.

Ainda sobre o teste de opcionalidade, gostaríamos de comentar o caso da acepção 16 do verbo *fechar*. Com o significado de *pôr-se a favor ou em acordo com*, informa-se a possibilidade de omissão do complemento cuja forma é [*com+nome humano*]. Porém, ao fazer o teste de omitir o complemento, vemos que o exemplo fica anômalo: (?) *Ainda não fechei*. Nesse caso, diríamos, então, que a marca de opcionalidade deveria ser retirada do segmento informativo, já que não corresponde a

um fato linguístico. Porém, é importante salientar que, nesse caso, não se trata tão somente de uma opcionalidade que não funciona, mas de uma opcionalidade que não funciona porque a acepção 16 do verbo *fechar* corresponde à combinatória léxica *fechar com* (algo/alguém), de forma que não é possível prescindir de um dos itens que compõem a estrutura, já que, ela toda, abarca o significado. Assim, como ainda não há subsídios para a abordagem valencial das combinações léxicas, excluímos esse exemplo da análise¹¹⁹.

Um ponto bastante interessante a respeito do teste de opcionalidade é que, na acepção 12 de *fechar*, segundo o modo como se construiu a descrição dos complementos, temos quatro possibilidades de uso desse verbo quando significa “prender, encerrar”:

- a) C1 e C2 estão presentes (caso do exemplo da referida acepção);
- b) C1 e C2 estão ausentes;
- c) Apenas C1 está presente;
- d) Apenas C2 está presente.

Aplicando o teste, no entanto, vê-se que o exemplo não permite nenhuma alteração, de forma que não representa o que o sinal “±” designa. Mudando um pouco a estrutura da oração, já que o exemplo se trata de um período composto, temos algo como *Ele/ela fechou Lígia dentro de seu coração*. Façamos agora os testes com as possibilidades (b), (c) e (d):

- **Ele/ela fechou.*
- *Ele/ela fechou Lígia.*
- **Ele/ela fechou dentro do coração.*

Vê-se, portanto, que, além da possibilidade de que os dois complementos ocorram juntos, apenas a possibilidade da ocorrência de C1 isolado é permitida no caso do exemplo da acepção 12.

III. Exemplos atestam usos que deveriam estar marcados na descrição dos complementos

¹¹⁹ Ver nota 107.

a. *Opcionalidade do complemento não descrita (cf. comer, ac. 6)*

Dos dois exemplos correspondentes a essa acepção, o segundo deles ocorre sem complemento: *Todo mundo come depressinha, depois corre pro banheiro*. Porém, o modo como se apresenta o segmento informativo (i.e., sem o símbolo “±”) não descreve a possibilidade de omissão do complemento.

b. *Verbos pronominais (cf. fechar, ac. 17-24 (exceto 19)); insinuar – ac. 5 e 6)*

Quando os verbos podem realizar-se na forma pronominal, o DUPB (2002) insere a marcação junto ao segmento da classe de verbos (ex.: [Ação. Pronominal]), forma essa empregada para quando o verbo só ocorre pronominalizado, ou, por outro lado, quando em apenas algumas acepções ele é pronominal, obtendo a forma [Pronominal]. Em relação ao verbo *fechar*, os exemplos pertencentes às acepções 17 a 24 (exceto 19) apresentam a forma pronominal desse verbo sem que, no entanto, ela tenha sido descrita anteriormente. Nas acepções 5 e 6 de *insinuar* ocorre o mesmo nos dois exemplos registrados.

IV. *As propriedades morfossintáticas dos complementos de lugar (cf. assistir, ac. 5; encontrar, ac. 11; fechar, ac. 12 e 14; e insinuar, ac. 3 e 5) e complementos predicativos não seguem o padrão canônico (cf. encontrar, ac. 4 e 10)*

A estrutura do segmento informativo referente aos complementos é bastante regular no dicionário. Entretanto, os complementos designativos de lugar e os de função predicativa não seguem o padrão estrutural proposto, de forma que suas propriedades sintáticas e semânticas aparecem apenas nos exemplos. Isso é bastante curioso particularmente no caso dos complementos de lugar, já que são Sprep (*Negro Barbetto assiste na rampa do Chico Anastácio / Severino Cavalcanti se encontra em Maceió / Pensou em Lígia e, fechando-a dentro de seu coração, desceu tranquilamente para o cruzeiro / A ponta rosada do seio insinuara-se pelo gargalo do vidro), cuja descrição é contemplada pelo dicionário.*

Quanto ao predicativo, por trata-se de um Sadj, não teria essa propriedade assinala, já que o dicionário só descreve os Sprep. Porém, seria pertinente informar

quais tipos de sintagmas realizam o complemento predicativo, já que nem sempre se sabe o conceito desse termo.

V. *Características categoriais são mais abrangentes do que atestam os exemplos (cf. comer, ac. 6; conspirar, ac. 2; determinar, ac. 2; fechar, ac. 12; ligar, ac. 2, 3, 5 e 8)*

No tocante à comparação entre os quadros de *valência* que elaboramos e o dicionário, o único ponto possível de contraste foi o das características categoriais, uma vez que são as únicas informações de cunho semântico (além do significado) explícitas no dicionário. Além dessas, teríamos também como comparar a informação sintática. Porém, como ela se restringe à *regência*, isto é, informa a estrutura sintática apenas dos Sprep, não teríamos subsídios para contrastar, já que os Sprep são de fácil identificação e categorização e coincidiram entre os quadros e os verbetes preposicionados.

Após categorizarmos os exemplos provenientes dos 10 verbos selecionados, do nível superficial (representado pelos exemplos em si) até o nível subjacente (o da *valência* semântica), contrastamos os resultados a que chegamos com a marcação das características categoriais no dicionário.

Com isso, conseguimos reconhecer¹²⁰ um padrão coerente de que, quando o complemento é semanticamente muito variado, o dicionário o classifica apenas sob a categoria *nome*, a de maior grau na hierarquia de características categoriais, já que abrange todas as demais (humano, concreto, animado, etc.). É o caso, por exemplo, de *fechar* (ac. 1-11), cujos exemplos atestam usos dos complementos como nomes concretos e também como abstratos, justificando a classificação mais genérica. Dessa forma, em vez de colocar essas duas categorias como possíveis, ocupando um espaço desnecessário, ambas são registradas sob essa categoria geral. Contudo, notamos que há casos em que a característica categorial registrada é mais abrangente do que as características categoriais que os exemplos atestam ou, em outras palavras, não há exemplos que atestem uma possível variabilidade semântica que tenha motivado o registro dos complementos a partir de uma classificação geral.

Em *comer* (ac. 6), o complemento é um nome concreto, categoria que engloba os nomes animados/inanimados e suas respectivas subcategorias (humano/não-humano e

¹²⁰ Falamos em reconhecimento porque o *front matter* do dicionário não informa os critérios que usou para delimitar as características categoriais.

contável/não-contável). O exemplo (*Agora preciso comer ovos de chocolate*) é um nome concreto inanimado contável. Então, em princípio, a classificação deveria ser mais restrita, já que não há mais exemplos atestando outros usos.

Em *conspirar* (ac. 2), por sua vez, descreve-se o complemento como um nome humano ou abstrato introduzido pela preposição *contra*, mas os exemplos mostram apenas a realização de nomes abstratos. Assim como nos demais casos, conclui-se que faltaram exemplos para ilustrar a informação semântica.

Não menos diferente ocorre com *determinar* (ac. 2), cujo complemento é caracterizado apenas como *nome* e o único exemplo de complemento é um *nome concreto*. O mesmo também acontece com *fechar* (ac. 12), que, apesar de o complemento expresso no exemplo ser um *nome humano*, a característica categorial registrada é *nome concreto*, o que inclui não apenas a característica *humano*, como também a característica *não-humano*, não atestada pelos exemplos.

Nas acepções 2, 3, e 8 do verbo *ligar*, a característica categorial marcada é sempre *nome* em todas elas, mas os exemplos atestam sempre características mais específicas (nomes *concretos* para as acepções 2 e 3 e *abstratos* para as acepções 5 e 8).

Todos esses casos que explicamos não expõem um erro em caracterizar os complementos semanticamente, mas expõem a falta de exemplos que atestem a possibilidade de realização dos verbos com as demais categorias abrangidas por uma categoria mais genérica. Fazendo isso, portanto, o DUPB opera no nível da possibilidade: “A preocupação do analista com a produção linguística, na verdade, não se desvincula de sua preocupação com a produtividade, ou seja, ele está sempre cotejando o realizado com o realizável, o real com o potencial (BORBA, 2003, p. 122). O “realizado” é o que motivou a descrição tal como foi feita no segmento informativo. Porém, ao prescindir de exemplos que comprovem (todas) essas realizações verificadas, o dicionário converte a informação sobre a característica categorial dos complementos para o nível do “realizável”, ficando facultado ao consulente entender que, sob uma categoria mais abrangente, há outras que também se realizam e, a partir disso, calcular essas possibilidades conforme seja a sua necessidade de sabê-las ou produzi-las, o que, voltamos a afirmar, é uma solução de compromisso um tanto quanto arriscada.

VI. O caso do verbo *beber*:

A possibilidade de realização do verbo com complemento não está descrita no segmento informativo canônico usado para isso, ausente no verbete. No entanto, essa possibilidade aparece na paráfrase explanatória da acepção 1 (*beber água*) e também na acepção 3 e seus exemplos. Já a possibilidade do emprego do verbo sem complemento, acarretando, por isso, a restrição “bebida alcoólica”, encontra-se na acepção 2. Entretanto, como se vê, o primeiro exemplo da acepção 1, por sua realização sem o complemento, deveria ter sido registrado sob a acepção 2. Convenhamos, contudo, que esse exemplo é, no mínimo, curioso, já que o sujeito é uma entidade animal. O que pode ter acontecido é que, num contexto maior, “água” já poderia ter sido explicitada como complemento, permitindo esse apagamento. Porém, fora de contexto, o exemplo perdeu seu potencial de refletir o significado da paráfrase. Outro ponto a ressaltar é que, por mais que tenha havido uma frequência relevante de ocorrências de *beber* com o complemento específico “água” que tenha motivado uma acepção específica para essa ocorrência, não haveria prejuízo para a descrição dos fatos do português brasileiro se essa informação tivesse sido registrada na acepção três, que, com a devida marcação do uso de *beber* com um complemento poderia abarcar essa ocorrência. Propomos, assim, um re-ordenamento do verbete:

beber V [Ação] [Compl: nome designativo de líquidos] 1 engolir; ingerir: O corretor bebia de um a três chopes (EM); Mãe, beba água, então (J); Aquela conversa de beber arnica em vez de pinga (J) 2 ingerir bebidas alcoólicas: Esses frangotes de hoje não sabem beber (GTT). // O uso do verbo sem seu complemento implica, obrigatoriamente, o significado **ingerir bebidas alcoólicas**. (verbo adaptado)

Além de estruturar o complemento de acordo com a proposta geralmente utilizada pelo dicionário, propomos também que na acepção dois, quando *beber* significa ingestão de bebidas alcoólicas, a paráfrase seja reforçada por um pós-comentário semântico que esclareça que o uso desse verbo em estado absoluto implica, necessariamente, nesse significado específico.

5.3 Subsídios da gramática de valências para a descrição do português brasileiro

Nos capítulos 3 e 4 explicitamos como a gramática de valências opera a relação forma-contéudo para que, por meio das análises descritas neste capítulo, pudéssemos delimitar se ela oferece subsídios para a descrição do português brasileiro.

Conforme Borba (1996), todas as propriedades de uma língua natural podem ser descritas por uma teoria, modelo cuja característica principal deve ser a de conter o máximo possível “regras” que permitam explicar os mais diversos fenômenos linguísticos:

Além de coerente, a descrição procurará ser exaustiva e generalizante. Assim, será melhor a descrição que abranger o maior número de fatos, o que significa que ela levará em conta traços em hierarquia, indo dos mais concretos ou mais particulares para os mais abstratos ou mais gerais. (BORBA, 1996, p. 10)

Diante de todas as considerações feitas até aqui sobre como a teoria concebe e explica as *valências* verbais, bem como das análises que fizemos a partir dos exemplos do DUPB, podemos dizer que a gramática de valências não se aplica a uma descrição completa da sintaxe do PB porque, em primeiro lugar, é uma teoria que se volta a explicar especificamente a predicação verbal. Em segundo lugar, porque é uma abordagem que se aplica apenas aos verbos (plenos) que ocorrem em contextos unioracionais (PERINI, 2008). E, finalmente, porque opera a vinculação forma-conteúdo apenas no nível subjacente. Sendo assim, uma série de processos que ocorrem na superfície não são explicados por essa teoria. Por esses motivos, não se pode considerá-la capaz de descrever integralmente a sintaxe da língua.

Por outro lado, a gramática de valências é um modelo que permite visualizar e compreender melhor como a predicação ocorre e se estrutura. Isso porque, por meio de um par de noções semânticas gerais e intuitivas, como a das casas vazias, actantes *versus* participantes, papéis semânticos e estados de coisas nucleares, tem-se condições de, a partir dos dados observáveis, identificar o nível semântico subjacente e suas estruturas sintáticas. O maior problema, como já enfatizamos, é que o grau de subjetividade que essas noções semânticas apresentam impedem o estabelecimento de critérios mais sólidos para a aplicação da teoria. Ainda assim, a gramática de valências é uma excelente alternativa para a descrição mais tradicional da predicação, baseada nas noções de *transitividade* e *regência*, já que, conforme explicamos no capítulo 2, a noção de *valência* abrange essas duas outras.

A grande vantagem de se estudar a predicação verbal pela gramática de valências é que os valores dos verbos não são dados aprioristicamente. O que há são categorias gerais entre as quais os verbos podem realizar-se dependendo das relações que estabelecem com seus actantes. Dessa forma, a gramática de valências oferece um

arcabouço sintático-semântico que permite “mapear” a polissemia dos verbos de maneira funcional, ou seja, a partir da observação de como funcionam dentro da frase. Como bem disseram Busse e Vilela (1986, p. 5), a gramática de valências é “uma visão geral da sintaxe e da semântica do verbo dentro de uma concepção de gramática que, sem ser nova, sistematiza de modo novo os fatos da língua”.

O modo como a teoria das *valências* foi proposta por Borba (1996) a torna especialmente potente para ser empregada em dicionários. No entanto, vimos que o DUPB apresenta uma série de informações implícitas no que diz respeito ao nível semântico e que, ao prescindir da descrição do sujeito, abre mão de oferecer uma orientação quanto ao uso da língua mais completa, descrevendo, portanto, apenas parcialmente a predicação verbal. Além disso, apresenta com certa recorrência a incompatibilidade entre as informações apresentadas sobre os complementos e os exemplos, que não ilustram a totalidade dessas informações, o que também prejudica a orientação do potencial usuário e sua qualidade como instrumento de descrição da língua. Ainda assim, é inegável que o DUPB é um dicionário diferenciado. Não obstante a descrição das *valências* tenha sido feita de maneira incompleta, o dicionário apresenta um segmento informativo que cujo potencial de auxílio à produção é muito maior que nos demais dicionários, cuja preocupação não está sobre a sintagmaticidade, tampouco na produção linguística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Borba (1996, p. 9) afirma que seu modelo será válido se “apresentar (alguma) evidência empírica ou conteúdo observacionalmente testável”. Nesta dissertação, esse conteúdo foi representado pelos exemplos registrados em cada verbete selecionado no DUPB. Foram eles que subsidiaram toda nossa análise. Gostaríamos de esclarecer que não faremos dos resultados obtidos uma generalização estendida a todo o dicionário, tampouco uma generalização cujo objetivo seja desmerecê-lo. Temos consciência que nossos dados não são numericamente representativos em comparação ao número de verbos que o DUPB registra. Porém, como já foi dito, apontamos alguns pequenos problemas que recorrentemente se apresentaram, de forma que todas as considerações realizadas visam a contribuir para os estudos no campo da (meta)lexicografia.

Ao longo de boa parte do trabalho, vimos que a gramática de valências é uma teoria que se aplica muito bem ao léxico, em especial aos verbos. Apesar de apresentar uma dificuldade no que diz respeito à identificação dos papéis temáticos em dados de língua “real” (e, conseqüentemente, a identificação da subclasse verbal e da tipologia oracional), conforme mostrou a análise, no que toca à representação sintática, em geral, as estruturas oracionais nucleares tiveram uma aplicação satisfatória aos dados. Porém, a gramática de valências é uma teoria cujas limitações têm um reflexo importante no DUPB.

Em primeiro lugar, como a proposta de Borba (1996) se atém exclusivamente à representação da valência em nível subjacente, não há subsídios que contemplem uma descrição sintático-semântica dos constituintes periféricos.

Em segundo lugar, como se trata de uma teoria que não se aplica às relações entre períodos, foi necessário “reduzir” muitos dos exemplos a estruturas unioracionais para fazer a análise. E assim o tivemos que fazer neste trabalho também. A grande questão que se coloca a esse respeito é que, no fim das contas, os exemplos apresentados no dicionário apresentam muito mais informações de uso da língua do que o que foi informado. Contudo, não se pode cobrar de uma teoria que descreva aquilo que ainda não tem condições. Logo, isso se aplica também ao dicionário. É necessário, portanto, pensar em modos de expansão da teoria para uma descrição que dê conta do nível superficial da valência e das relações de valência entre períodos. Isso também

demandaria a necessidade por estudos que investigassem os potenciais ganhos que essa expansão representaria para a descrição das valências num dicionário.

A principal conclusão a que chegamos com a análise é que a gramática de valências foi parcialmente aplicada no DUPB porque boa parte da valência semântica está implícita no segmento informativo correspondente à classe verbal, o que inclui, sobretudo, as informações sobre o sujeito, função sintática não descrita nesse dicionário. Esses implícitos, para quem não conhece a teoria, têm o mesmo efeito da ausência da descrição do sujeito que ocorre nos demais dicionários. Tendo em vista que o sujeito é descrito semanticamente no DGV (quanto aos papéis semânticos e, eventualmente, quanto às características categoriais), antecessor do DUPB, não conseguimos pensar em outro motivo para que no DUPB se tenha optado por eliminar a descrição dessa função sintática a não ser a questão do espaço físico. A limitação do espaço é um problema para a lexicografia, já que os dicionários em papel precisam, em grande medida, ser portáteis. Seguramente, se o DUPB descrevesse o sujeito e, além disso, oferecesse exemplos para todas as informações que apresenta, seria um dicionário em dois tomos, o que muito provavelmente seria inviável em termos editoriais e em termos da “usabilidade” e praticidade de um dicionário assim. Porém, isso não exclui o fato de que a supressão de informações acarretou prejuízos quanto à representação das valências do PB no DUPB e também quanto à orientação ao consulente.

Esse problema poderia ser solucionado caso o DUPB tivesse suporte on-line. Assim, poderia dar conta de registrar todo o esquema subjacente da valência, além de poder, inclusive, oferecer representações gráficas da valência, como no *FrameNet*. Ademais, poderia registrar exemplos suficientes para ilustrar todas as informações sobre ela. Poderia também elaborar um sistema de remissões de maneira que, caso o usuário quisesse, pudesse clicar sob a palavra desejada e ver como se classifica de acordo sua valência. Sem dúvida alguma, para dicionários cuja ênfase está no âmbito sintagmático, o que demanda uma maior densidade de informações, esse parece ser um caminho plausível.

Concluimos também com este trabalho que a gramática de valências pode ser extremamente útil para o ensino da predicação verbal, tradicionalmente baseado na noção de *transitividade*. O grande ganho que essa abordagem representa em relação a uma abordagem mais “tradicional”, é oferecer a possibilidade de trabalhar com uma classificação mais “maleável”, tendo em vista que as categorias de verbos e actantes não

são dadas *a priori*, mas através da análise de suas funções e relações dentro da oração. Assim, a partir de noções semânticas básicas e intuitivas, como a dos papéis semânticos, características categoriais e itens necessários ou não para a plenitude significativa do verbo, é possível levar o aluno, a partir do foco na polissemia e no uso em contextos reais de comunicação (oral ou escrita), a conhecer as estruturas oracionais básicas em língua portuguesa, assim como estrutura interna de cada um de seus constituintes. Não se trata de explicar em aula a teoria dos casos, mas de usar essas “noções” para introduzir o tema. Dessa forma, será oferecida uma perspectiva mais integrada da valência, uma vez que, conforme explicitamos no capítulo dois, a predicação verbal, do modo como é abordada nas gramáticas de cunho lógico-filosófico (e, devemos dizer, também no ensino de língua portuguesa no Brasil), possui muitos implícitos, principalmente de ordem semântica. Pensar na aplicabilidade da gramática de valências no ensino escolar da predicação verbal oportuniza também que se estude a representação da valência em dicionários escolares, já que, como defendemos, o DUPB seria muito sofisticado para um usuário “comum”, e também para um usuário escolar.

Finalmente, não obstante consideremos que a decisão de omitir as informações sobre o sujeito tenha prejudicado a descrição da valência no DUPB assim como o seu potencial de orientação idiomática, ainda assim, ele está bastante à frente dos demais dicionários, primeiramente por estar baseado (embora parcialmente) em uma teoria gramatical e, em segundo lugar, pela descrição dos complementos. Sem dúvida é um avanço louvável no que diz respeito ao tratamento lexicográfico da predicação verbal.

Como dissemos na introdução deste trabalho, não pretendíamos trazer aqui uma verdade incontestável. Esperamos, isso sim, que a discussão realizada, capítulo a capítulo, possa contribuir de alguma forma para os estudos (meta)lexicográficos que se voltam às propriedades sintagmáticas do léxico bem como para os estudos lexicológicos, sobretudo aqueles que abordam o tema das valências verbais.

REFERÊNCIAS

- ADESSE. **Base de dados sintáticos do espanhol atual**. Disponível em: <http://adesse.uvigo.es/data/>. Acesso em: 06/10/14.
- ALVES, Carolina F. Inclusão e tratamento de unidades fraseológicas no Dicionário de Usos do Português do Brasil. **Domínios de linguagem**, 2014 [no prelo].
- _____. **Os dicionários de uso no Brasil: o caso do DUPB e do DUPC (2004)**. 109f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Letras). Instituto de Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- ANDRADE, Maria M. **Dicionário de termos gramaticais**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ATKINS; Sue RUNDELL, Michel. **The Oxford Guide to Practical Lexicography**. Londres: Oxford University Press, 2008.
- AURÉLIO. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio do Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2013.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola editorial, 2011.
- _____. **Não é errado falar assim!** Em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola editorial, 2009.
- _____. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola editorial, 2003.
- _____. **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social**. São Paulo: Loyola, 2000.
- _____. **Preconceito Linguístico: o que é e como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BARROS, Lúcia A. **Curso básico de Terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- _____. **Ainda outra vez: o que se entende por correção idiomática – 2**. Na ponta da Língua, vol. 7. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português/Lucerna, p. 147-149, 2005.
- BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. Um dicionário para o português do Brasil. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade. (org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p.174-183.
- _____. Análise de dois dicionários gerais do português brasileiro contemporâneo: O Aurélio e o Houaiss. In: ISQUERDO, Ana Negri; KRIEGER, Maria da Graça (org.). **As ciências do léxico II**. Cuiabá: EFMS, p.185-200, 2004.

_____. Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade. **Alfa**, São Paulo, v. 47, n.1, p. 59-69, 2003.

_____. Análise de dois dicionários gerais do português brasileiro contemporâneo: O Aurélio e o Houaiss. **Filol. lingüíst. port.**, n. 5, p. 85-116, 2002.

_____. Aurélio: Sinônimo de dicionário? **Alfa**, São Paulo, v.44, p. 27-55, 2000.

BORBA, Francisco S. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. **Dicionário de Usos do Português do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

_____. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

_____. **Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 1990.

BRASIL. **NGB. Nomenclatura Gramatical Brasileira**. 1959. Portal da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=ngbras>>. Acesso em: 23/06/13.

_____. **Anteprojeto de simplificação e unificação na Nomenclatura Gramatical Brasileira – MEC – Rio de Janeiro**, 1957.

BRITO, Célia. A *transitividade* verbal: uma trajetória no tempo. **Revista Fibra & Ciência**, n. 7, 2012, p. 37-49.

BUGUEÑO MIRANDA, Félix Valentin. Da classificação de obras lexicográficas e seus problemas: proposta de uma taxonomia. **Alfa**, São Paulo, v., n. 58, p. 215-231, 2014.

BUGUEÑO MIRANDA, Félix ; FARIAS, Virginia Sita. . Informações discretas e discriminantes no artigo léxico. **Cadernos de Tradução (UFSC)**, v. 18, p. 115-135, 2006.

BUSSE, Winfried; VILELA, Mario. **Gramática de valências**. Coimbra: Livraria Almedina, 1986.

CAMACHO, Roberto Gomes. Norma, ideologia e teoria da linguagem. **Alfa**, São Paulo, n. 25, p.19-30, 1981.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. Nomenclatura Gramatical Brasileira..In: UCHOA, Carlos Eduardo (org.). **DISPERSOS**. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

CANÇADO, Márcia. Semântica Lexical: uma entrevista com Márcia Cançado. **ReVEL**, vol. 11, n. 20, 2013.

CANÇADO, Márcia; GODOY, Luísa. Representação Lexical de Classes Verbais do PB. **Alfa**, v. 56, n. 1, p. 109-135, 2012.

CASTILHO, Ataliba T. **Nova gramática do português brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CHIERCHIA, Gennaro. **Semântica**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

COSERIU, Eugenio. **Lições de Linguística Geral**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1980.

_____. **El hombre y su lenguaje: estudios de teoría y metodología lingüística.** Madrid: Gredos, 1977

CRISTEA, Simion Doru. **O conceito de energueia na filosofia da language de Eugenio Coseriu.** 295f. Tese de doutorado (Doutorado em filosofia). Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

CROCCE, Benedetto. **Estética.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1969.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Felipe L. **Nova gramática do português contemporâneo.** 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Maria Angélica F.; SOUZA, Maria Medianeira S. **Transitividade e seus contextos de uso.** São Paulo: Cortez, 2011.

DIK, Simon. Von. **Gramática Funcional.** Madrid: Sociedad Española de Librería, 1981.

DOWTY, David. **Word Meaning and Montague Grammar.** Dordrecht: D. Reidel, 1979.

DRYSDALE, Paul. *The role of examples in a learner's dictionary.* In: COWIE, Anthony (org.). **The Dictionary and the language learner.** Tübingen: Niemeyer, p. 213-223, 1987.

DUBOIS, Jean. **Dicionário de linguística.** São Paulo: Cultrix, 1993.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de verbos e regimes.** Globo editora, 2005[1942].

FERRATER MORA, José. **Dicionário de Filosofia.** Tomo II. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FILLMORE, Charles. **Frame Semantics.** Linguistics in the Morning Calm. Seoul: Hanshing Publishing Co., 1982.

_____. Some problems for case Grammar. In: R. J. O'Brien (ed.). **Linguistics: Development of the sixties – viewpoints for the seventies.** Washington D.C., p. 35-56, 1971.

FORNARI, Michele Kuhn. Concepção e desenho do front matter do dicionário de falsos amigos espanhol-português. **Revista Voz das Letras**, n.9, p. 1-15, 2008. Disponível em: <<http://www.nead.uncnet.br/2009/revistas/letras/9/95.pdf>>.

FORNARI, Michele Kuhn.; BUGUEÑO, Félix Bugueño. Análise do dicionário de usos do português do Brasil. **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, v.4, n.4, 2006.

FRAMENET. **Banco de dados da língua inglesa.** Coordenado por Charles Fillmore. Disponível em: <https://framenet.icsi.berkeley.edu/fndrupal/about>. Acesso em: 06/10/14.

FRAMENET BRASIL. **Banco de dados da língua portuguesa.** Coordenado por Maria Margarida Salomão e Tiago Torrent. Disponível em: <http://www.ufjf.br/framenetbr>. Acesso em: 06/10/14.

GELPÍ, Cristina; CASTILLO, Núria. As definições de conceitos especializados em dicionários monolíngues. **Cadernos de Tradução: A terminologia em Foco**, n. 17, p. 129-36, 2004b.

GHELLI, Kelma G. M. A nomenclatura (terminologia) gramatical brasileira. **Cadernos da Fucamp**, v.5, n.5, 2006.

GRUBER, Jeffrey. S. **Studies in Lexical Relations.** Tese de doutorado, MIT, 1965.

- HAENSCH, Gunther. La selección del material léxico para diccionarios descriptivos. In: **Philologica Hispaniensa in honorem Manuel Alvar**, II, Madrid: Gredos, 227-254, 1985.
- HACKER, Peter. **Wittgenstein**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- HELBIG, Gerhard. **Valenz Satzglieder, semantische Kasus, Satzmodelle**. Leipzig: Verlag Enzyklopadie, 1982.
- HELBIG, Gerhard; BUSCHA, Joachim. **Deutsche Grammatik**. Leipzig, 1984.
- HENRIQUES, Cláudio César. A nomenclatura gramatical brasileira fez 50 anos: e daí? In: BARROS, Lídia A.; ISQUERDO, Neri A. (orgs.). **O léxico em foco: múltiplos olhares [online]**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 365 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/946ch/07>>. Acesso em: 04/05/2014.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Saller. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- HUMBLÉ, Philippe. **Dictionaries and language learners**. Frankfurt am Main: Haag und Herchen., 2001.
- HUMBOLDT, Whilhelm von. **Linguagem, Literatura e Bildung**. Florianópolis: UFSC, 2006 [1836].
- JACKENDOFF, Ray. S. **Semantic Structures**. Cambridge: MIT Press, 1990.
- _____. **Semantic Interpretation in Generative Grammar**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1972.
- JOTA, Zélio S. **Dicionário de Linguística**. Rio de Janeiro: Presença, 1981.
- KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José B. **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- LANDAU, Sidney. **Dictionaries**. The art and craft of Lexicography. Cambridge: ZIP, 2001.
- LARA, Luis Fernando. O dicionário e suas disciplinas. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça. (orgs.). **As ciências do léxico II**. Campo Grande: Ed. UFSM, 2004, p. 133-152.
- _____. **Teorías del Diccionario monolingüe**. México: El Colégio de México, 1996.
- LEVIN, Beth; RAPPAPORT HOVAV, Malka. **Argument Structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociológica do português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, n. 12, p. 17-28, 1994.
- LUFT, Celso Pedro. **Dicionário prático de regência verbal**. São Paulo: Ática, 2009a.
- _____. **Dicionário prático de regência nominal**. São Paulo: Ática, 2009b.
- _____. **Moderna Gramática Brasileira**. São Paulo: Globo Livros, 2002.
- MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de linguagem: de Platão à Foucault**. São Paulo: Zahar, 2010.

- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas.** São Paulo: Parábola, 2004.
- MENUZZI, Sérgio de Moura. ; RIBEIRO, Pablo Nunes. A Representação Léxico-Semântica de Alguns Tipos de Verbos Monoargumentais. **Cadernos do IL**, v. 41, p. 23-45, 2011.
- MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos, 2009. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>.
- NEVES, Maria Helena M. **Gramática de usos do português.** São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. **Manual de Terminologia.** Canadá: Translation Bureau, 2002.
- PERINI, Mário A. **Gramática do Português Brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2010.
- _____. **Gramática descritiva do português.** São Paulo: Ática, 2009a.
- _____. **Sofrendo a gramática.** São Paulo: Ática, 2009b.
- _____. **Estudos de gramática descritiva: as valências verbais.** São Paulo: Parábola editorial, 2008.
- _____. **Para uma (nova) gramática do português.** São Paulo: Ática, 2007.
- _____. **Fundamentos de linguística descritiva.** São Paulo: Parábola editorial, 2006.
- PESSOA, Fernando. Palavras iniciais. **Revista de Comércio e Contabilidade**, n. 1. Lisboa, 1926.
- PONTES, Antônio Luciano. Exemplo lexicográfico em dicionários escolares brasileiros. **Filologia linguística do português**, v.2, n. 12, p. 351-370, 2010.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática.** Campinas: Mercado das Letras, 2000.
- RABELO, Poliana Camargo. **Argumentos (EPP) nulos no português do Brasil em contextos oracionais finitos e infinitos.** 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística.** Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2004.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa.** 49ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- SACCONI, Luiz Antônio. **Grande Dicionário Sacconi da Língua Portuguesa.** São Paulo: Editora Nova geração, 2010.
- SAPIR, Edward. **Language: an introduction to the study of speech.** Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company, 1921.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].
- SPERBER, Dan; WILSON, Deidre. **Relevance, Communication and Cognition.** Oxford : Basil Blackwell, 1986.
- TESNIÈRE, Lucien. **Eléments de syntaxe structurale.** Paris: Klincksieck, 1959.

WEINRICH, Harald. A verdade dos dicionários. In: VILELA, Mário. (org.). **Problemas de lexicologia e lexicografia**. Porto: Livraria Civilização, 1979, p. 314-337.

WELKER, Herbert A. A *valência* verbal em três dicionários brasileiros. **Linguagem & Ensino**, v. 8, n. 1, p. 73-100, 2005.

_____. **Dicionários**: uma introdução à lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

WHORF, Benjamin L. **Language, Thought and Reality**. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1956.

WÜSTER, Eugen. "**Internationale Sprachnorming in der Technik**" (A Normalização Internacional da Terminologia Técnica). tese de doutorado. Univ. de Viena, 1931.

XAVIER, Maria Francisca; MATHEUS, Maria Helena. **Dicionário de termos linguísticos**. 1992. Disponível em:
<<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology>>.

ANEXOS

Anexo 1: Conceitos de *transitividade*, *regência*, *valência* e *diátese*¹²¹.

TRANSITIVIDADE	
CÂMARA JR. (1981)	<p>“necessidade , que há em muitos verbos, de se acompanharem de um objeto direto que complemente a sua predicação” (CÂMARA JR., 1981, s.v. <i>transitividade</i>).</p> <p>“é sinônimo de predicação incompleta, aplicando-se quer aos verbos de objeto direto (transitivos diretos), quer aos de objeto indireto (transitivos indiretos)” (CÂMARA JR., 1981, s.v. <i>transitividade</i>).</p>
CASTILHO (2009)	<p>“Propriedade das classes predicadoras (verbos, adjetivos, advérbios e preposições) de <i>exigir/demandar/articular/subcategorizar</i> determinados <i>termos/actantes/argumentos</i> que lhes <i>completem/determinem/especifiquem</i> o sentido, constituindo juntamente com eles o predicado sentencial” (CASTILHO, 2010, p. 262)</p>
CUNHA E SOUZA (2011)	<p>“<i>transitividade</i> (do latim <i>transitivus</i> = que vai além, que se transmite), em seu sentido original, denota a transferência de uma atividade de um agente para um paciente” (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 31).</p>
DUBOIS (1993)	<p>“a propriedade de um verbo transitivo, isto é, de um verbo seguido por um sintagma nominal complemento de objeto não precedido de uma preposição” (DUBOIS, 1993, s.v. <i>transitividade</i>).</p>
JOTA (1981)	<p>“Caráter dos nomes e verbos que exigem algo para lhes integrar o sentido (...)” (JOTA, 1981, s.v. <i>transitividade</i>).</p> <p>“(...) admite graus, indo do zero (<i>intransitividade</i>) à necessidade absoluta (...)” (JOTA, 1981, s.v. <i>transitividade</i>).</p>
PERINI (2009a)	<p>“Os verbos fazem exigências quanto à presença de certos termos em sua oração [...]. Há também verbos que ‘recusam’ certos termos [...]. E há, naturalmente, muitos verbos que aceitam livremente a presença ou ausência de certos termos [...]. Este tipo particular de <i>regência</i> se denomina <i>transitividade</i> verbal” (PERINI, 2009a , p. 160).</p>

REGÊNCIA	
ANDRADE (2009)	<p>“Função subordinativa entre palavras ou orações. A <i>regência</i> pode ser nominal ou verbal. O objeto é regido pelo verbo; o complemento nominal e o adjunto adnominal, pelos nomes, o adjetivo, pelo substantivo, o verbo, pelo sujeito. A <i>regência</i> acha-se estreitamente vinculada ao emprego das preposições e estabelece a concordância entre termo regente e termo regido” (ANDRADE, 2009, s.v. <i>regência</i>).</p>

¹²¹ Das obras consultadas, Bechara (2009), Neves (2011) e Rocha Lima (2011) não apresentaram definições explícitas para nenhum dos termos.

	<p>“é aquela estabelecida entre o nome e seu complemento ou adjunto [...]. A <i>regência</i> nominal ocupa-se da relação entre os nomes, ou seja, substantivos, adjetivos, pronomes, artigos e numerais e da concordância entre eles” (ANDRADE, 2009, s.v. <i>regência nominal</i>).</p> <p>“é a que se estabelece entre o verbo e seus complementos adjuntos. A <i>regência</i> verbal acha-se ligada à noção de <i>transitividade</i>” (ANDRADE, 2009, s.v. <i>regência verbal</i>).</p>
AZEREDO (2013)	<p>“Em sentido estrito, ocorre <i>regência</i> quando A requer a anexação de B, de sorte que B exerce o papel sintático de complemento de A. se A é um verbo, temos <i>regência</i> verbal, e o verbo se chama transitivo; se A é um substantivo, um adjetivo ou um advérbio, temos <i>regência</i> nominal” (AZEREDO, 2013, p. 150).</p>
BAGNO (2011)	<p>“A relação dos verbos com a preposição que introduz os complementos oblíquos¹²² [...]” (BAGNO, 2011, p. 519).</p>
CÂMARA JR. (1981)	<p>“Em sentido lato, a marca de subordinação de um vocábulo determinante ao seu vocábulo determinado num sintagma” (CÂMARA JR., 1981, s.v. <i>regência</i>).</p> <p>“Nas construções analíticas em que a marca da subordinação é a preposição [...], a <i>regência</i> em sentido estrito se refere ao valor relacional das preposições, dentro da língua, e às caracterizações dos determinantes que por meio de cada uma delas se estabelecem” (CÂMARA JR., 1981, s.v. <i>regência</i>).</p>
CUNHA E CINTRA (2001)	<p>“Relação de interdependência entre as palavras de uma oração, onde uma das quais serve de complemento a outra” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 516).</p> <p>“a ligação de um verbo com o seu complemento, i.é., a <i>regência</i> verbal” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 517).</p> <p>“A ‘<i>regência</i>’ é o movimento lógico irreversível de um termo regente a um regido. Reconhece-se o termo regido por ser aquele que é necessariamente exigido pelo outro” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 517).</p>
CUNHA E SOUZA (2011)	<p>“[...] é a relação de dependência que se dá entre um termo regente (verbo) e um termo regido (complemento). A <i>regência</i> é um fenômeno formal que apenas informa se o verbo pede um objeto (direto ou indireto)” (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 31).</p>
DUBOIS (1993)	<p>“O termo <i>regência</i> indica o fato pelo qual uma palavra ou sequência de palavras (substantivo ou pronome) depende gramaticalmente de outra palavra na frase” (DUBOIS, 1993, s.v. <i>regência</i>).</p>
JOTA (1981)	<p>“Função subordinativa entre palavras e orações [...]” (JOTA, 1981, s.v. <i>regência</i>).</p> <p>“a que se estabelece entre o nome, de um lado, e seu complemento ou</p>

¹²² Os complementos oblíquos (ou relativos) englobam aqueles casos em que verbo e preposição formam um “amalgama”, uma “unidade lexicogramatical” (p. 518), como, por exemplo, o verbo *gostar* e a preposição *de*, em que, na verdade, o que existe é o verbo *gostar de*.

	<p>adjunto, de outro [...]” (JOTA, 1981, s.v. <i>regência nominal</i>).</p> <p>“a que se estabelece entre o verbo, de um lado, e seu complemento ou adjunto, de outro [...]” (JOTA, 1981, s.v. <i>regência verbal</i>).</p>
LUFT (2002; 2009)	<p>“o resultado da conexão entre sujeito e verbo, verbo e complemento [...] é a predicação ou <i>regência verbal</i>” (LUFT, 2002, p. 60).</p> <p>“Em sentido restrito, e mais habitual, o termo <i>regência</i> serve para designar a subordinação peculiar de certas estruturas a palavras que as requerem ou prevêm na sua significação ou em seus traços semânticos. Essas estruturas compõem, com palavras que as requerem (i.é. ‘regem’), um complexo significativo [...]. Temos assim <i>regência</i> como exigência ou previsão de complementação – traço de palavras semanticamente não autossuficientes” (LUFT, 2009, p. 5).</p>
XAVIER E MATHEUS (1992)	<p>“Em gramática generativa esta noção é extensível a todos os núcleos lexicais (categorias X-zero) que seleccionam complementos e que regem canonicamente o seu complemento adjacente à direita, ou à esquerda, conforme o parâmetro de direccionalidade de <i>regência</i> fixado em cada língua. <i>Regência</i> formalmente implica comando de constituinte (comando-c ou comando-m) e é uma relação estrutural entre constituintes” (XAVIER; MATHEUS, 1991, s.v. <i>regência</i>).</p>

VALÊNCIA	
BORBA (1990; 1996)	<p>“Conjunto de relações estabelecidas entre o verbo e seus argumentos ou constituintes indispensáveis; esquema subjacente ou matriz responsável pelo valor sintático-semântico do verbo” (BORBA, 1990, p. XXI).</p> <p>“O termo <i>valência</i> recobre o termo mais tradicional <i>transitividade</i> [...]” (BORBA, 1996, p. 18).</p> <p>“[...] propriedade que tem uma classe de elementos, de poder ligar-se com classes específicas de outros elementos sendo que esta mesma propriedade faz que esta classe se distinga de outras classes do mesmo nível sintagmático. Isso amplia o sentido da expressão gramática de valências abrangendo também o regime dos nomes, dos adjetivos e de alguns verbos” (BORBA, 1996, p. 20).</p> <p>“<i>Valência</i> quantitativa, <i>valência</i> lógica ou lógico-semântica – [...] diz respeito ao número de argumentos que um predicado pode ter [...]” (BORBA, 1996, p. 20).</p> <p>“<i>Valência</i> qualitativa, <i>valência</i> sintática ou morfossintática – trata das características dos actantes, do preenchimento das casas vazias por determinadas classes com determinadas propriedades morfológicas (...)” (BORBA, 1996, p. 20).</p> <p>“<i>Valência</i> semântica – [...] diz respeito às características categoriais</p>

	[...], às funções temáticas [...] e às restrições seletivas que determinam quais classes/subclasses de itens que, funcionando como P, coocorrem ou se excluem com tais classes/subclasses de itens que, por sua vez, preenchem os argumentos [...]" (BORBA, 1996, p. 21).
BUSSE E VILELA (1986)	“Chamamos <i>valência</i> ao número de lugares vazios previstos e implicados pelo (significado do) lexema” (BUSSE; VILELA, 1986, p. 13).
CUNHA E SOUZA (2011)	“[...] pode indicar o número de argumentos que um verbo seleciona (<i>valência</i> quantitativa), suas funções sintáticas (<i>valência</i> sintática) e seus papéis semânticos (<i>valência</i> semântica)” (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 31).
PERINI (2008; 2010)	<p>“O conjunto das <i>diáteses</i> de um verbo [...]" (PERINI, 2008, p. 236).</p> <p>“[...] vou fazer uma breve crítica do tratamento das <i>valências</i> (<i>regência</i> verbal’) em gramáticas tradicionais e dicionários” (PERINI, 2008, p. 165).</p> <p>“Cada verbo pode ocorrer em um conjunto bem delimitado de construções, e esse conjunto de construções é o que chamamos a <i>valência</i> do verbo” (PERINI, 2010, p. 135).</p>

<i>DIÁTESE</i>	
PERINI (2008; 2010)	<p>“[...] uma construção definida em termos simbólicos, considerada como entorno possível de ocorrência de um verbo” (PERINI, 2008, p. 237).</p> <p>“[...] <i>diátese</i> é um tipo de construção. Cada <i>diátese</i> divide os verbos da língua em duas classes: os que podem e os que não podem ocorrer nela” (PERINI, 2010, p. 139).</p>

Anexo 2: Verbetes selecionados para a análise¹²³.

1) Acostumar

acostumar V ★ [Ação-processo] [Compl₁; nome. ±Compl₂: a/com/em+nome ou a+oração] **1** habituar: *a outra proposta foi para acostumar os padres a viverem juntos* (AP); *não soubemos acostumar o povo ao amor do sacrificio* (MA-O); *essas maravilhas acostumam o interesse humano* (CT) ★ [Estado. Pronominal] [±Compl: a/de/com+nome ou a+oração] **2** habituar-se; afazer-se: *Salomão já se acostumava com aquelas brincadeiras de Jovêncio* (VI); *será que a experiência se acostuma de tanto fracasso?* (RC); *há anos se acostumara ao velho entrando na sala* (DE)

¹²³ Com o fim de caracterizar a estética do dicionário, bem como as simbologias e organização empregadas, utilizaram-se as imagens digitalizadas dos verbetes ao invés de sua transcrição.

2) Assistir

assistir V ★ [Ação] [Compl: nome humano] 1 prestar auxílio ou assistência; ajudar: *Os outros médicos da junta que assiste o presidente foram indicados pelo Dr. Mário* (JT); *a Escola Colibri, que assiste 53 alunos portadores da síndrome de Down* (GLO) ★ [Processo] [Compl: (a+)nome abstrato] 2 presenciar: *As crianças assistiam emudecidas àquele grande acontecimento* (DE); *Ubatuba assiste a um verdadeiro boom de procura por seus imóveis* (VEJ); *durante toda a manhã assistiu o desenrolar da tragédia* (FSP); *assistir a passagem do enterro de vários religiosos* (EMB) 3 ver: *Assisti a filmes aqui no Metro* (L); *o grupo brasileiro foi assistir a uma manifestação em Nazaré* (FSP); *Você vai ler, assistir televisão* (VIS) 4 ouvir: *Collor foi convidado para assistir a uma palestra do candidato do PRN* (ESP) ★ [Estado] [Compl de lugar] 5 morar; residir em: *Por aquela época vinha assistir em Serras Azuis uma família americana* (S); *Negro Barbeto assiste na rampa do Chico Anastácio* (R) [Compl: a+nome humano] 6 ter direito a; caber; pertencer: *Não me assistem razões para imitar aqueles penitentes da Idade Média* (MON-O); *Chorar é o bem que me assiste* (GCC)

3) Beber

beber V [Ação] **1** ingerir água: *Ver a nímia maciez com que um cabrito bebe (AVE); Mãe, beba água, então (J)* **2** ingerir bebidas alcoólicas: *Esses frangotes de hoje não sabem beber (GTT); O homem não fuma, não bebe, não tem vícios (SE)* **3** engolir; ingerir: *O corretor bebia de um a três chopes (EM); Aquela conversa de beber arnica em vez de pinga (J)*

4) Comer

comer V ★ [Ação-processo] [Compl: nome concreto não-animado] **1** gastar; dilapidar: *Ela ia comendo o dinheiro de Aparício* (CA) **2** eliminar; omitir: *Noé falava com dificuldade, comendo sílabas* (FAN) **3** danificar: *As rajadas de metralhadoras comeram a fachada do edifício* (DE) **4** destruir; eliminar: *funcionava aqui um porto de areia que a água comeu* (PRA) ★ [Ação] **5** alimentar-se: *Ninguém pode ser atleta no Brasil, trabalhando como uma besta e comendo mal* (IN) [Compl: nome concreto] **6** mastigar e engolir; ingerir: *Agora preciso comer ovos de chocolate* (VID); *Todo mundo come depressinha, depois corre pro banheiro* (SE) [Compl: nome humano] **7** (Ch) possuir sexualmente; copular: *será que nunca comi uma mulher como Gê?* (OM); *Vai dar pra quem te come, mas me deixa em paz* (AB) **8** olhar com cobiça: *Ela cruzou o corredor, homens a comiam com o olhar* (DE) ★ [Processo] **9** funcionar ininterruptamente: *A metralhadora está comendo* (MEC) [Compl: nome locativo] **10** vencer o espaço: *As buzinas comem o ar com precipitação* (MPB) |

5) Conspirar

conspirar V ★ [Ação] [*±Compl; nome abstrato*] **1** maqui-
nar; urdir; tramar: *As mulheres estão conspirando* (MAN)
[*Compl: contra+nome humano ou abstrato*] **2** preparar
uma conspiração ou dela participar; projetar em comum
coisa contrária aos interesses de outra pessoa: *Conspirasse*
eu contra o regime, e estaria bem arranjado (PH); *Os senho-*
res conspiraram contra o governo (BOI) ★ [Estado] [*Compl:*
contra+nome humano] **3** estar em conluio; estar em com-
binação: *No oitavo dia sentimos que tudo conspirava contra*
nós (B) [*Compl: para+nome abstrato ou oração*] **4** estar
unido; concorrer: *Tudo assim conspirava para a fabricação*
de uma realidade artificiosa e livresca (RB)

6) Determinar

determinar V ★ [Ação-processo] [Compl: nome abstrato]
 1 causar; provocar: *A necessidade que sentiram os fenícios de fazer apontamentos [...] e que determinou o surgimento da contabilidade (CTB); Determinados antimicrobianos são extremamente tóxicos, podendo determinar alterações estruturais em diversos órgãos do paciente (ANT)* ★ [Ação] [Compl₁: oração conjuncional. Compl₂: a+nome] 2 prescrever; ordenar: *O governador Abreu Sodré determinou ao Ipesp que acabasse com a fila da Carteira Predial (JT)* [Compl: nome não-animado ou oração conjuncional] 3 definir; precisar; especificar: *É muito difícil determinar as causas que contribuíram para isso (VEJ); Todos estavam visitando os cômodos e determinando para quem seriam os quartos (PL)* [Pronominal] [Compl: a+oração infinitiva] 4 decidir: *Quando me determinava a fechar os olhos, os restos de personalidade fugiam (MEC)* 5 conquistar autonomia: *O imperativo do desenvolvimento exprime a pretensão do país de determinar-se a si próprio (RS)* ★ [Estado] [Compl: nome não-animado] 6 ser determinante ou diretriz: *A cabeça determina a posição da coluna (NOL); O tipo de solo determina o arado (AGF); O passado determina o futuro, via presente (EC)* [Compl₁: nome abstrato ou oração conjuncional. ±Compl₂: a/para+nome] 7 estar determinado; conter a determinação: *Zeno Veloso leu o que determina para o Estado o Artigo 10 da Carta Política Nacional (AP)*

7) Encontrar

encontrar V ★ [Ação] [Compl: nome abstrato] 1 descobrir: *Reconheço que é difícil encontrar uma solução que atenda a todos* (OI) [Pronominal] [Compl: com+nome humano] 2 ir ao encontro: *Lá fui eu me encontrar com Paulo* (FI); *Branca de Neve continua a encontrar-se com o Príncipe* (BN) ★ [Processo] [Compl: nome concreto] 3 achar: *Só restou Jesuíno que, voltando a si, não mais encontrou a sua bagagem* (ACT); *Foi até a mesa. Encontrou um bilhete e uma carta* (AF) [Compl: nome (+predicativo)] 4 achar ocasionalmente; deparar: *Chegou e encontrou a luz apagada* (A); *Ulisses encontra Circe* (SPI); *Ao voltar, vitorioso, encontra uma tragédia* (ESP) [Pronominal] [Compl: com+nome concreto] 5 deparar; defrontar: *O brasileiro aprende a apertar a mão sempre que se encontra com amigos* (CNS); *Seus olhos de tapuia se encontraram com os da feiticeira* (RIR) 6 dar de cara; topar: *voltou ao palco, encontrando-se novamente com Tatiana* (BB) 7 dar: *O seu olhar baço encontrou-se com o meu* (ROM) // Os constituintes simétricos podem coordenar-se ou condensar-se numa forma de plural: *Juarez e o moço louro se encontraram* (FA); *os dois se despediram e nunca mais se encontraram* (HA) // 8 perceber-se a si mesmo; achar-se: *Geraldo encontrou-se, afinal* (BH) ★ [Estado] [Compl₁: nome abstrato. ±Compl₂: em+nome] 9 ter como fundamento: *[isso] encontra amparo no Código Tributário Nacional* (OLI); *a guerra encontra justificativa na própria comunidade* (GUE); *ainda encontra energias para as suas noitadas* (TER) [Pronominal] [Compl predicativo] 10 estar; apresentar-se: *João Alphonsus se encontrava doente* (TPR); *O cascalho já se encontra liberto de grande parte de areia* (CAS) [Compl de lugar] 11 estar; localizar-se: *Severino Cavalcanti se encontra em Maceió* (DP); *O mundo não é um objeto que se encontra diante de nós* (RS)

8) Fechar

fechar V ★ [Ação-processo] [Compl: nome] 1 cerrar: *ru-dre Mateus fechou a porta* (DM); *O vento fecha as janelas* (ML) 2 aproximar; unir: *Fechei as pálpebras* (L); *ensaiava abrir e fechar os dedos* (TS) 3 obstruir: *socalcos de pedra fechavam a rua* (TS) 4 desligar: *fechei o rádio* (BP); *Tibúrcio fecha a luz* (SE) 5 impedir ou suspender o funcionamento: *O comando da Polícia Militar resolveu fechar o posto policial* (CB); *O Conselho Estadual de Educação fechou a Escola Normal de Encruzilhada do Sul* (CP) 6 tornar imune: *Vosmecê quer fechar seu corpo?* (R) 7 comprimir; apertar: *Sem se despedir de Carolino e Nenezinho, fechou o burro nas esporas e saiu em disparada* (ALE) 8 estreitar; apertar: *E já com os outros negros do quilombo fechando o cerco em redor dos desconhecidos* (TS) 9 impedir: *O responsável pela sinalização informou que a estação não lhe comunicara a passagem do trem, deixando por isso de fechar o trânsito para os veículos* (EM) 10 concluir; encerrar; arrematar: *Neste sentido, o AI-5 fecha uma página da vida cultural brasileira* (VEJ); *Pascoalina fechou logo o negócio, nem piscou* (ALF) 11 carregar (aproximando as sobranceiras): *Logo, porém, tornou a fechar o semblante* (A) [±Compl₁: nome concreto. ±Compl₂: de lugar] 12 prender; encerrar: *Pensou em Lígia e, fechando-a dentro de seu coração, desceu tranquilamente para o cruzeiro* (S) ★ [Ação. Pronominal] 13 retrair-se: *O mestre se fechou, sem uma palavra* (CA) [±Compl de lugar] 14 trancar-se: *Fechei-me em meu quarto* (TE); *Levanta e se fecha no banheiro* (CH) 15 (Coloq) calar-se: — *O que o Freud diria tu não ia entender mesmo. Ou tu sabe alemão?/ — Não./ — Então te fecha. E olha os pés no meu pelego* (ANB) [±Compl: com+nome humano] 16 pôr-se a favor ou em acordo com: *“Ainda não fechei com ninguém”, afirma e repete Loducca* (FSP) ★ [Processo] 17 cerrar-se: *A porta se fechou macia* (DM) 18 unir-se; juntar-se: *A mão enorme, osuda, que só se fecha fácil até o ponto de abarcar cabo de enxada* (R) 19 encerrar atividades: *Se fechar a universidade é uma vergonha para o país* (AP); *filme descoberto nos porões de um cinema que fechou por falta de público* (AF) 20 encerrar-se; trancar-se: *Religião que se fecha dentro das quatro paredes de seus templos é religião alienada* (LE-O) 21 estreitar-se; comprimir-se: *A estrada fechava-se, invadida pelo mato* (ED) 22 extinguir-se; acabar: *Descia o silêncio. A penumbra fechava-se novamente* (JT) 23 cicatrizar: *Eu vi Vos-sas mãos sobre os leprosos e as chagas se fechando* (VE) 24 adensar-se: *Matagal rasteiro fechava-se em torno da casa* (PV) [Compl: em+nome abstrato] 25 encerrar-se; concluir-se: *o mercado de ações fechou em baixa ontem* (FSP) ► fe-

9) Insinuar

insinuar V ★ [Ação-processo] [Compl₁: nome abstrato. Compl₂: em+nome humano] 1 fazer penetrar sutilmente: *Inquirindo o oficial, pretendia insinuar-me coragem* (MEC) ★ [Ação] [Compl₁: nome abstrato ou oração. Compl₂: a+nome humano] 2 dar a entender; sugerir: *a inscrição me insinuou duas idéias* (MEC); *havia quem insinuasse ser ele casado* (CAS); *a oposição aproveita [...] para insinuar à nação a existência de corrupção* (FSP) [Pronominal] [Compl: de lugar] 3 introduzir-se com sutileza; tentar passar: *Ela inclinou-se para acariciar a gata que se insinuara por entre suas pernas* (CP); *insinuava-me por entre as árvores, à espera de algum sinal* (CE); *em pensamentos sua mão aflita já andava a insinuar-se pelo vértice daquele decote, à procura da nudez dos seios* (N) [Compl: em/entre+nome abstrato] 4 tentar ser admitido; introduzir-se habilmente: *jamais me insinuei em sua intimidade* (OL); *entre os membros dessa aristocracia discente insinuavam-se sempre uns espertalhões* (CF); *insinuar-se metodicamente em todos os setores da ação eclesiástica* (SI-O) ★ [Processo] [Compl de lugar] 5 irromper sutilmente; mostrar-se aos poucos: *O sol ia baixando, as sombras já se insinuavam de mansinho por entre os jazigos de feitio diverso* (MAR); *a ponta rosada do seio insinuara-se pelo gargalo do vidro* (MP) [Compl: a+nome abstrato] 6 surgir; aparecer: *certas coisas se insinuam pela primeira vez ao nosso modo de percepção* (VB)

10) Ligar

ligar V ★ [Ação-processo] [Compl₁; nome. Compl₂; a+nome > Compl: nomes coordenados ou nome no plural] 1 unir; atar; relacionar: *A construção de Brasília não é [...] a satisfação da vaidade tola de um governante que desejasse, simplesmente, ligar seu nome ao de uma empreitada gigantesca* (JK-O); *É próprio do engajamento ontológico ligar uma pessoa a outra pessoa* (NE-O); *O que significa ligar um sujeito e um predicado?* (PLE); *agora eu começo a ligar as coisas que ela disse* (RE) [Compl: nome] 2 acionar; pôr em funcionamento: *Procura ligar o motor* (DES); *E eu não sei ligar nem fogão* (INT) ★ [Ação] [±Compl: para+nome] 3 telefonar: *Canssei de ligar para seu apartamento* (CH); *Se deixar recado, eles ligam de volta* (AMI) [Pronominal] [Compl: a/com+nome humano ou abstrato] 4 relacionar-se com; unir-se: *Ele acabou por ligar-se mais ao pai* (OLG); *Por esses sinais nos ligamos à Cruz e recebemos as graças* (MAN) [Compl: em/a+nome] 5 envolver-se: *Esta geração que dá tudo para curtir um som [...] não se ligando nos valores tradicionais* (PFI); *Correr é uma forma de [...] viver todas as experiências e não ligar a nenhuma* (OV) ★ [Processo] [±Compl: a/para+nome ou oração] 6 dar atenção; dar importância: *Você não vai ligar para mim* (DE); *Não ligo a essas coisas* (BH); *Eu não estou ligando se tu e a outra piranha não receberam educação quando eram pequenas* (AB); *Evidentemente não me ligava importância* (MEC) ★ [Estado] [Compl₁; nome. Compl₂; a/com+nome > Compl: nomes coordenados ou nome no plural] 7 servir de ligação a: *O partido é, pois, a organização que liga a teoria com a prática operária* (SIN); *O soberano rompia efetivamente todos os laços que ligavam o Brasil à sua metrópole* (H); *Precária e estreita ponte liga as duas calçadas* (GTT) [Pronominal] [Compl: a+nome] 8 ter relação; relacionar-se: *A esse fato óbvio liga-se outro não tão evidente* (ES1); *Essa indagação liga-se imediatamente a outra* (RCT)

Anexo 3: Corpus

As linhas que cortam a tabela correspondem aos verbos analisados. A primeira coluna de cada verbo indica o número atribuído à oração analisada. Já a segunda coluna contém o exemplo retirado do dicionário (integralmente), enquanto a terceira coluna apresenta o exemplo modificado para a aplicação da teoria.

ACOSTUMAR		
1	A outra proposta foi para acostumar os padres a viverem juntos.	(N) acostuma os padres a viverem juntos
2	Não soubemos acostumar o povo ao amor do sacrifício.	Nós (não) acostumamos o povo ao amor do sacrifício.
3	Essas maravilhas acostumam o interesse humano.	Essas maravilhas acostumam o interesse.
4	Salomão já se acostumava com aquelas brincadeiras de Jovêncio.	Salomão já se acostumava com aquelas brincadeiras
5	Será que a experiência se acostuma de tanto fracasso?	
6	Há anos se acostumara ao velho entrando na sala.	
ASSISTIR		
7	Os outros médicos da junta que assiste o presidente foram indicados pelo Dr. Mário.	A junta assiste o presidente.
8	A escola Colibri, que assiste 53 alunos portadores da síndrome de Down.	A Escola assiste 53 alunos.
9	As crianças assistiam emudecidas àquele grande acontecimento.	As crianças assistiam àquele acontecimento
10	Ubatuba assiste a um verdadeiro boom de procura por seus imóveis.	Ubatuba assiste a um boom de procura por seus imóveis.
11	Durante toda a manhã assistiu o desenrolar da tragédia.	Ele/a assistiu o desenrolar da tragédia.
12	Assistir a passagem do enterro de vários religiosos.	(N) assiste a passagem do enterro
13	Assisti a filmes aqui no Metro.	Eu assisti a filmes
14	O grupo brasileiro foi assistir a uma manifestação em Nazaré.	O grupo assistiu a uma manifestação.
15	Você vai ler, assistir televisão.	Você assistirá televisão.
16	Collor foi convidado para assistir a uma palestra do candidato do PRN.	Collor foi convidado para assistir a uma palestra.
17	Por aquela época vinha assistir em Serras Azuis uma família americana.	Uma família americana assistia em Serras Azuis.
18	Negro Barbeto assiste na rampa do Chico Anastácio.	
19	Não me assistem razões para imitar aqueles penitentes da Idade Média.	Razões para imitar aqueles penitentes (não) me assistem
20	Chorar é o bem que me assiste.	O bem que me assiste é chorar.
BEBER		
21	Ver a nímia maciez com que um cabrito bebe.	Um cabrito bebe.
22	Mãe, beba água, então.	Mãe bebe água.

23	Esses frangotes de hoje não sabem beber.	Esses frangotes sabem (não) beber.
24	O homem não fuma, não bebe, não tem vícios.	O homem (não) bebe.
25	O corretor bebia de um a três chopes.	O corretor bebia chopes.
26	Aquela conversa de beber arnica em vez de pinga.	(N) beber arnica.
COMER		
27	Ela ia comendo o dinheiro de Aparício.	Ela comia o dinheiro.
28	Noé falava com dificuldade, comendo sílabas.	Noé comia sílabas.
29	As rajadas de metralhadoras comeram a fachada do edifício.	
30	Funcionava aqui um porto de areia que a água comeu.	Um porto de areia que a água comeu funcionava aqui. > A água comeu um porto de areia que funcionava aqui A água comeu um porto de areia.
31	Ninguém pode ser atleta no Brasil, trabalhando como uma besta e comendo mal.	Ninguém pode ser atleta no Brasil se se trabalha como uma besta e se come mal > Ninguém pode ser atleta no Brasil se as pessoas trabalham como umas bestas e comem mal> A pessoas comem mal> (N) come mal.
32	Agora preciso comer ovos de chocolate.	Preciso comer ovos.
33	Todo mundo come depressinha, depois corre pro banheiro.	Todo mundo come.
34	Será que nunca comi uma mulher como Gê?	(Nunca) comi uma mulher.
35	Vai dar pra quem te come, mas me deixa em paz.	Quem te come
36	Ela cruzou o corredor, homens a comiam com o olhar.	Homens a comiam com o olhar.
37	A metralhadora está comendo.	
38	As buzinas comem o ar com precipitação.	A buzinas comem o ar.
CONSPIRAR		
39	As mulheres estão conspirando.	As mulheres conspiram.
40	Conspirasse eu contra o regime, e estaria bem arranjado.	Se eu conspirasse contra o regime, estaria bem arranjado. > Eu conspiro contra o regime
41	Os senhores conspiram contra o governo.	
42	No oitavo dia sentimos que tudo conspirava contra nós.	Tudo conspirava contra nós.
43	Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca.	Tudo conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca.
DETERMINAR		
44	A necessidade que sentiram os fenícios de fazerem apontamentos [...] e que determinou o surgimento da contabilidade.	A necessidade que sentiram os fenícios de fazerem apontamentos determinou o surgimento da contabilidade.
45	Determinados antimicrobianos são extremamente tóxicos, podendo determinar alterações estruturais em diversos órgãos do paciente.	Antimicrobianos podem determinar alterações estruturais.
46	O governador Abreu Sodré determinou ao Ipesp que acabasse com a fila	

	da Carteira Predial.	
47	É preciso que se determine bem o termo pesquisa.	É preciso que alguém determine o termo pesquisa. > Alguém determina o termo pesquisa
48	É muito difícil determinar a causas que contribuíram para isso.	Determinar as causas que contribuíram para isso é muito difícil > Alguém determina as causas
49	Todos estavam visitando os cômodos e determinando para quem seriam os quartos.	Todos determinavam para quem seriam os quartos.
50	Quando me determinava a fechar os olhos, os restos de personalidade fugiam.	Me determinava a fechar os olhos.
51	O imperativo do desenvolvimento exprime a pretensão do país de determinar-se a si próprio.	O país determina a si próprio.
52	A cabeça determina a posição da coluna.	
53	O tipo de solo determina o arado.	O solo determina o arado
54	O passado determina o futuro, via presente.	O passado determina o futuro.
55	Zeno Veloso leu o que determina para o estado o Artigo 10 da Carta Política Nacional.	Zeno Veloso leu o que o Artigo 10 da Carta Política Nacional determina para o estado.
ENCONTRAR		
56	Reconheço que é difícil encontrar uma solução que atenda a todos.	Encontrar uma solução é difícil. > Alguém encontra uma solução
57	Lá fui eu me encontrar com Paulo.	Eu encontrei com Paulo.
58	Branca de neve continua a encontrar-se com o Príncipe.	Branca de neve se encontra com o Príncipe.
59	Só restou Jesuíno que, voltando a si, não mais encontrou a sua bagagem.	Jesuíno (não) encontrou a sua bagagem.
60	Foi até a mesa. Encontrou um bilhete e uma carta.	Encontrou um bilhete e uma carta.
61	Chegou e encontrou a luz apagada.	Ele/a encontrou a luz apagada.
62	Ulisses encontra Circe.	
63	Ao voltar vitorioso, encontra uma tragédia.	
64	O brasileiro aprende a apertar a mão sempre que se encontra com amigos.	O brasileiro se encontra com amigos.
65	Seus olhos de tapuia se encontraram com os da feiticeira.	Seus olhos se encontraram com os (olhos) da feiticeira.
66	Voltou ao palco, encontrando-se novamente com Tatiana.	Ele/a se encontrou com Tatiana
67	O seu olhar baço encontrou-se com o meu.	O seu olhar encontrou-se com o meu (olhar).
68	Juarez e o moço loiro se encontraram.	Juarez e o moço loiro se encontraram.
69	Os dois se despediram e nunca mais se encontraram.	Os dois (nunca mais) se encontraram.
70	Geraldo encontrou-se, afinal.	Geraldo encontrou-se.
71	[isso] encontra amparo no Código Tributário Nacional.	
72	A guerra encontra justificativa na própria comunidade.	A guerra encontra justificativa na comunidade.

73	Ainda encontra energias para as suas noitadas.	Ele/a encontra energias
74	João Alphonsus se encontrava doente.	
75	O cascalho já se encontra liberto de grande parte da areia.	O cascalho já se encontra liberto.
76	Severino Cavalcanti se encontra em Maceió.	
77	O mundo não é um objeto que se encontra diante de nós.	Um objeto se encontra diante de nós.
FECHAR		
78	Padre Mateus fechou a porta.	
79	O vento fecha as janelas.	
80	Fechei as pálpebras.	
81	Ensaiaava abrir e fechar os dedos.	Ele/a ensaiava fechar os dedos.
82	Socalcos de pedra fechavam a rua.	Socalcos fechavam a rua.
83	Fechei o rádio.	
84	Tibúrcio fecha a luz.	
85	O comando da Polícia Militar resolveu fechar o posto policial.	O comando da Polícia Militar fechou o posto policial.
86	O Conselho Estadual de Educação fechou a Escola Normal de Encruzilhada do Sul.	
87	Vosmecê quer fechar seu corpo?	Vosmecê fecha seu corpo.
88	Sem se despedir de Carolino e Nenezinho, fechou o burro nas esporas e saiu em disparada.	Ele/a fechou o burro.
89	E já com os outros negros do quilombo fechando o cerco em redor dos desconhecidos.	Os negros fechavam o cerco.
90	O responsável pela sinalização informou que a estação não lhe comunicara a passagem do trem, deixando por isso de fechar o trânsito para os veículos.	A estação não comunicou a passagem do trem ao responsável pela sinalização, por isso ele não fechou o trânsito > O responsável pela sinalização (não) fechou o trânsito.
91	Neste sentido, o AI-5 fecha uma página da vida cultural brasileira.	O AI-5 fecha uma página da vida cultural brasileira.
92	Pascoalina fechou logo o negócio, nem piscou.	Pascoalina fechou o negócio.
93	Logo, porém, tornou a fechar o semblante.	Ele/a fechou o semblante.
94	Pensou em Lígia e, fechando-a dentro de seu coração, desceu tranquilamente para o cruzeiro.	Ela/a fechou Lígia dentro de seu coração.
95	O mestre se fechou, sem uma palavra.	O mestre se fechou.
96	Fechei-me em meu quarto.	
97	Levanta e se fecha no banheiro.	Ele/a se fecha no banheiro.
98	O que o Freud diria tu não ia entender mesmo. Ou tu sabe alemão? / - Não. / - Então te fecha. E olha os pés no meu pelego.	(N) se fecha
99	“Ainda não fechei com ninguém”, afirma e repete Loducca.	

100	A porta se fechou macia.	A porta se fechou.
101	A mão enorme, ossuda, que só se fecha fácil até o ponto de abarcar cabo de enxada.	A mão se fecha.
102	Se fechar a universidade é uma vergonha para o país.	É uma vergonha para o país se a universidade fechar.
103	Filme descoberto nos porões de um cinema que fechou por falta de público.	Um cinema fechou.
104	Religião que se fecha dentro das quatro paredes de seus templos é religião alienada.	Religião se fecha dentro das quatro paredes
105	A estrada fechava-se invadida pelo mato.	A estrada fechava-se.
106	Descia o silêncio. A penumbra fechava-se novamente.	A penumbra fechava-se.
107	Eu vi Vossas mãos sobre os leprosos e as chagas se fechando.	As chagas se fecham.
108	Matagal rasteiro fechava-se em torno da casa.	Matagal fechava-se.
109	O mercado de ações fechou em baixa ontem.	O mercado de ações fechou em baixa
INSINUAR		
110	Inquirindo o oficial, pretendia insinuar-me coragem.	Ele/a pretendia insinuar-me coragem.
112	A inscrição me insinuou duas ideias.	
113	Havia quem insinuasse ser ele casado.	
114	A oposição aproveita [...] para insinuar à nação a existência de corrupção.	A oposição insinua à nação a existência de corrupção.
115	Ela inclinou-se para acariciar a gata que se insinuara por entre suas pernas.	A gata se insinuara por entre suas pernas.
116	Insinuava-me por entre as árvores, à espera de algum sinal.	Insinuava-me por entre as árvores.
117	Em pensamentos sua mão aflita já andava a insinuar-me pelo vértice daquele decote, à procura da nudez dos seios.	Sua mão me insinuava pelo vértice daquele decote.
118	Jamais me insinuei em sua intimidade.	(Jamais) me insinuei em sua intimidade
119	Entre os membros dessa aristocracia discente insinuavam-se sempre uns espertalhões.	Uns espertalhões insinuavam-se entre os membros dessa aristocracia.
120	Insinuar-se metodicamente em todos os setores da ação eclesiástica.	Insinuar-se em todos os setores da ação eclesiástica.
121	O sol ia baixando, as sombras já se insinuavam de mansinho por entre os jazigos de feitio diverso.	As sombras se insinuavam por entre os jazigos.
122	A ponta rosada do seio insinuara-se pelo gargalo do vidro.	A ponta do seio insinuara-se pelo gargalo do vidro.
123	Certas coisas se insinuem pela primeira vez ao nosso modo de percepção.	Certas coisas se insinuem ao nosso modo de percepção.
LIGAR		
124	A construção de Brasília não é [...] a satisfação de uma vaidade tola de	Um governante liga seu nome ao nome de uma empreitada.

	um governante que desejasse, simplesmente, ligar seu nome ao de uma empreitada gigantesca.	
125	É próprio do engajamento ontológico ligar uma pessoa a outra pessoa.	O engajamento ontológico liga uma pessoa a outra.
126	O que significa ligar um sujeito e um predicado?	(N) liga um sujeito e um predicado.
127	Agora eu começo a ligar as coisas que ela disse.	Eu ligo as coisas.
128	Procura ligar o motor.	Ele/a liga o motor.
129	E eu não sei ligar nem fogão.	Eu (não) ligo fogão.
130	Cansei de ligar para seu apartamento.	Eu ligo para seu apartamento.
131	Se deixar recado, eles ligam de volta.	Eles ligam de volta.
132	Ele acabou por ligar-se mais ao pai.	Ele ligou-se mais ao pai.
133	Por esses sinais nos ligamos à Cruz e recebemos as graças.	Nos ligamos à Cruz.
134	Esta geração que dá tudo para curtir um som [...] não se ligando nos valores tradicionais.	Esta geração (não) se liga nos valores.
135	Correr é uma forma de [...] viver todas as experiências e não ligar a nenhuma.	Correr é uma forma de você viver todas as experiências e não ligar-se a nenhuma experiência. Você (não) se liga à (nenhuma) experiência.
136	Você não vai ligar pra mim.	Você (não) ligará pra mim.
137	Não ligo a essas coisas.	
138	Eu não estou ligando se tu e a outra piranha não receberam educação quando eram pequenas.	Eu (não) ligo se tu e a outra piranha não receberam educação.
139	Evidentemente não me ligava importância.	(Não) me ligava importância.
140	O partido é, pois, a organização que liga a teoria com a prática operária.	A organização / o partido liga a teoria com a prática.
141	O soberano rompia efetivamente todos os laços que ligavam o Brasil à sua metrópole.	Laços ligavam o Brasil à sua metrópole.
142	Precária e estreita ponte liga as duas calçadas.	A ponte liga as calçadas.
143	A esse fato óbvio liga-se outro não tão evidente.	Outro fato liga-se a esse fato óbvio.
144	Essa indagação ligava-se imediatamente a outra.	Essa indagação ligava-se a outra indagação.

Anexo 4: Quadros avaliativos – *valência* em três níveis

Verbo		ACOSTUMAR	
Classe		[Ação-processo]	[Estado. Pronominal]
Significado		1. Habituat	2. Habituat-se; afazer-se
Oração		(1a) a outra proposta foi para acostumar os padres a viverem juntos. (1b) não soubemos acostumar o povo ao amor do sacrificio. (1c) essas maravilhas acostumam o interesse humano.	(2a) Salomão já se acostumava com aquelas brincadeiras de Jovêncio. (2b) será que a experiência se acostuma de tanto fracasso? (2c) há anos se acostumara ao velho entrando na sala.
Tipologia oracional		Não estativas – causativas	Estativas de tipo 1
Identificação dos actantes valenciais		(1a) A1 = [N] A2= [os padres] A3= [a viverem juntos] (1b) A1= [nós] A2= [o povo] A3= [ao amor] (1c) A1= [essas maravilhas] A2= [o interesse]	(2a) A1= [Salomão] / A2= [com aquelas brincadeiras] (2b) A1= [A experiência] / A2= [de tanto fracasso] (2c) A1= [ele/a] / A2= [ao velho entrando na sala]
Estrutura oracional nuclear		(1a) (SN1) + V + SN2 + Sprep (1b) (SN1) + V + SN2 + Sprep (1c) SN1 + V + SN2	(2a) SN + V + Sprep (2b) SN + V + Sprep (2c) (SN) + V + Sprep
Valência quantitativa		V ₂ e V ₃	V ₂
Valência sintática	função sintática dos actantes	A1 [S] A2 [C1] A3 [C2]	A1 [S] A2 [C]
	estrutura dos actantes	(1a) A1 = SN1 A2 = SN2 [Det + N] A3 = Sprep [prep	(2a) A1 = SN [N] A2 = Sprep [prep + SN [Det + N]]

		+ O inf.] (1b) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [Det + N] A3 = Sprep [prep + N] (1c) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Det + N]	(2b) A1 = SN [Det + N] A2 = Sprep [prep + SN [Det + N]] (2c) A1 = SN [pro] A2 = Sprep [prep + SN [N + Oger.]]
Valência semântica	função semântica dos actantes	(1a) A1[Ob] A2 [Ob] (1b) A1 [Ag] A2 [Ag] A3[M] (1c) A1 [Ca] A2 [Ob]	(2a) A1 [Ex] A2 [Co] (2b) A1 [Ex] A2 [Co] (2c) A1 [Ex] A2 [Co]
	características categoriais	(1a) A1 [nome] A2 [humano] (1b) A1 [humano] A2 [humano] A3 [abstrato] (1c) A1 [abstrato] A2 [abstrato]	(2a) A1 [humano] [abstrato] (2b) A1 [abstrato] [abstrato] (2c) A1 [animado] A2 [concreto]

Verbo	ASSISTIR		
Classe	[Ação]	[Processo]	[Estado]
Significado	1. Prestar auxílio ou assistência; ajudar	2. Presenciar 3. Ver 4. Ouvir	5. Morar; residir em; 6. Ter direito a; caber; pertencer
Oração	(1a) Os outros médicos da junta que assistiram o presidente foram indicados pelo Dr. Mário. (1b) A escola Colibri, que assiste 53 alunos portadores da síndrome de Down.	(2a) As crianças assistiam emudecidas a aquele grande acontecimento. (2b) Ubatuba assiste a um verdadeiro boom de procura por seus imóveis. (2c) Durante toda a manhã assistiu o desenrolar da tragédia. (2d) Assistir a passagem do enterro de vários religiosos. (3a) Assisti a filmes aqui no Metro. (3b) O grupo brasileiro foi assistir a uma manifestação em Nazaré. (3c) Você vai ler, assistir televisão. (4a) Collor foi convidado para assistir a uma palestra do candidato do PRN.	(5a) Por aquela época vinha assistir em Serras Azuis uma família americana. (5b) Negro Barbeto assiste na rampa do Chico Anastácio. (6a) Não me assistem razões para imitar aqueles penitentes da Idade Média. (6b) Chorar é o bem que me assiste.
Tipologia oracional	Não estativas – ativas	Não estativas - processivas	Estativas de tipo 1
Identificação dos actantes valenciais	(1a) A1 [a junta] A2 [o presidente] (1b) A1 [a Escola] A2 [53 alunos]	(2a) A1 [as crianças] A2 [aquele acontecimento]	(5a) A1 [uma família] A2 [em Serras Azuis]

		(2b) A1[Ubatuba] A2[a um boom de procura por imóveis] (2c) A1 [ele/a] A2 [o desenrolar da tragédia] (2d) A1 [N] A2 [a passagem do enterro] (3a) A1 [eu] A2 [a filmes] (3b) A1 [o grupo] A2 [a uma manifestação] (3c) A1 [você] A2 [televisão] (4a) A1 [Collor] A2 [a uma palestra]	(5b) A1 [Negro Barreto] A2 [na rampa do Chico Anastácio] (6a) A1[razões para imitar penitentes] A2 [me] (6b) A1 [o bem] A2 [me]	
Estrutura oracional nuclear	(1a) SN1 + V + SN2 (1b) SN1 + V + SN2	(2a) SN + V + Sprep (2b) SN + V + Sprep (2c) (SN1) + V + SN2 (2d) (SN1) + V + SN2 (3a) (SN) + V + Sprep (3b) SN + V + Sprep (3c) SN1 + V + SN2 (4a) SN + V + Sprep	(5a) SN + V + Sprep (5b) SN + V + Sprep (6a) SN1 + V + SN2 (6b) SN1 + V + SN2	
Valência quantitativa	V2	V1 e V2	V2	
Valência sintática	função sintática dos actantes	A1 [S] A2 [C]	A1 [S] A2 [C]	A1 [S] A2 [C]
	estrutura dos actantes	(1a) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Det + N]	(2a) A1 = SN [Det + N] A2= Sprep [prep + SN [Det + N]] (2b) A1 = SN [N] A2= Sprep [prep + SN	(5a) A1 = SN [Det + N] A2 = Sprep [prep +N] (5b) A1 = SN [N] A2 = Sprep [prep + SN

		(1b) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Quant + N]	[Det + N + Sprep [prep + SN [N + Sprep [prep + N]]]] (2c) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [Det + N + Sprep [prep + N]] (2d) A1 = SN1 A2 = SN2 [Det + N + Sprep [prep + N]] (3a) A1= SN [pro] A2 = Sprep [prep + N] (3b) A1= SN [Det + N] A2 = Sprep [prep + SN [Det + N]] (3c) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [N] (4a) A1 = SN [N] A2 = Sprep [prep + SN [Det + N]]	[N + Sprep [prep + N]] (6a) A1 = SN [N + Sprep [prep + Oinf.]] A2 = SN2 [N] (6b) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [N]
	função semântica dos actantes	(1a) A1 [Ag] A2[Ob] (1b) A1 [Ag] A2[Ob]	(2a) A1 [Ob] A2[Ob] (2b) A1 [Ob] A2[Ob] (2c) A1 [Ex] A2[Ob] (2d) A1 [Ob] A2 [Ob] (3a) A1 [Ob] A2 [Ob] (3b) A1 [Ag] A2 [Ob] (3c) A1 [Ag] A2 [Ob] (4a) A1 [Ob] A2 [Ob]	(5a) A1 [Ob] A2 [L] (5b) A1 [Ob] A2 [L] (6a) A1 [Ob] A2 [Ob] (6b) A1 [Ob] A2 [Ob]
	características categoriais	(1a) A1 [humano] A2[humano] (1b) A1 [humano] A2[humano]	(2a) A1 [humano] A2 [abstrato] (2b) A1 [concreto] A2 [abstrato] (2c) A1 [humano] A2 [abstrato] (2d) A1 [nome] A2 [abstrato]	(5a) A1 [humano] A2 [concreto] (5b) A1 [humano] A2 [concreto] (6a) A1 [abstrato] A2 [humano] (6b) A1 [abstrato] A2 [humano]

			(3a) A1 [humano] A2 [abstrato] (3b) A1 [humano] A2 [abstrato] (3c) A1 [humano] A2 [abstrato] (4a) A1 [humano] A2 [abstrato]	
--	--	--	--	--

Verbo	BEBER
Classe	[Ação]
Significado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ingerir água 2. Ingerir bebidas alcoólicas 3. Engolir; ingerir
Oração	<p>(1a) Ver a nímia maciez com que um cabrito bebe.</p> <p>(1b) Mãe, beba água, então.</p> <p>(2a) Esses frangotes de hoje não sabem beber.</p> <p>(2b) O homem não fuma, não bebe, não tem vícios.</p> <p>(3a) O corretor bebia de um a três chopes.</p> <p>(3b) Aquela conversa de beber arnica em vez de pinga.</p>
Tipologia oracional	Não estativa – ativa
Identificação dos actantes valenciais	<p>(1a) A1 [um cabrito]</p> <p>(1b) A1 [mãe] A2 [água]</p> <p>(2a) A1 [esses frangotes]</p> <p>(2b) A1 [o homem]</p> <p>(3a) A1 [o corretor] A2 [chopes]</p> <p>(3b) A1 [N] A2 [arnica]</p>
Estrutura oracional nuclear	<p>(1a) SN + V</p> <p>(1b) SN1 + V + SN2</p> <p>(2a) SN + V</p> <p>(2b) SN + V</p>

		(3a) SN1 + V + SN2 (3b) (SN1) + V + SN2
Valência quantitativa		V1 e V2
Valência sintática	função sintática dos actantes	A1 [S] A2 [C]
	estrutura dos actantes	(1a) A1 = SN [Det + N] (1b) A1 = SN1 [N] A2 = SN2 [N] (2a) A1 = SN [Det + N] (2b) A1 = SN [Det + N] (3a) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [N] (3b) A1 = SN1 [N] A2 = SN2 [N]
Valência semântica	função semântica dos actantes	(1a) A1 [Ag] (1b) A1 [Ag] A2 [Ob] (2a) A1 [Ag] (2b) A1 [Ag] (3a) A1 [Ag] A2 [Ob] (3b) A1 [Ag] A2 [Ob]
	características categoriais	(1a) A1 [não-humano] (1b) A1 [humano] A2 [concreto] (2a) A1 [humano] (2b) A1 [humano] (3a) A1 [humano] A2 [concreto] (3b) A1 [animado] A2 [concreto]

Verbo	COMER		
Classe	[Ação-processo]	[Ação]	[Processo]
Significado	1. Gastar; dilapidar 2. Eliminar; omitir 3. Danificar 4. destruir	5. alimentar-se 6. mastigar e engolir 7. possuir sexualmente; copular 8. olhar com cobiça	9. funcionar ininterruptamente 10. vencer o espaço
Oração	(1) Ela ia comendo o dinheiro de Aparício. (2) Noé falava com dificuldade, comendo sílabas. (3) As rajadas de metralhadoras comeram a fachada do edifício. (4) Funcionava aqui um porto de areia que a água comeu.	(5) Ninguém pode ser atleta no Brasil, trabalhando como uma besta e comendo mal. (6a) Agora preciso comer ovos de chocolate. (6b) Todo mundo come depressinha, depois corre pro banheiro. (7a) Será que nunca comi uma mulher como Gê? (7b) Vai dar pra quem te come, mas me deixa em paz. (8) Ela cruzou o corredor, homens a comiam com o olhar.	(9) A metralhadora está comendo. (10) As buzinas comem o ar com precipitação.
Tipologia oracional	Causativas	Não estativas - ativas	Processivas
Identificação dos actantes valenciais	(1) A1 [Ela] A2 [o dinheiro] (2) A1 [Noé] A2 [sílabas] (3) A1 [As rajadas de metralhadoras] A2 [a fachada do edifício]	(5) A1 [N] A2 [mal] (6a) A1 [eu] A2 [ovos] (6b) A1 [todo mundo] (7a) A1 [eu] A2 [uma mulher]	(9) A1 [A metralhadora] (10) A1 [As buzinas] A2 [o ar]

		(4) A1 [a água] A2 [um porto]	(7b) A1 [quem] A2 [te] (8) A1 [homens] A2 [a] A3 [com o olhar]	
Estrutura oracional nuclear		(1) SN1+ V + SN2 (2) SN1+ V + SN2 (3) SN1+ V + SN2 (4) SN1+ V + SN2	(5) SN + V + Sadv (6a) SN1 + V + SN2 (6b) SN1 + V (7a) SN1 + V + SN2 (7b) SN1 + V + SN2 (8) SN1 + V + SN2 + Sprep	(9) SN1 + V (10) SN1 + V + SN2
Valência quantitativa		V2	V1, V2 e V3	V1 e V2
Valência sintática	função sintática dos actantes	A1 [S] A2 [C]	A1 [S] A2 [C] A3[C2]	A1 [S] A2 [C]
	estrutura dos actantes	(1) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [Det + N] (2) A1 = SN1 [N] A2 = SN2 [N] (3) A1 = SN1 [Det + SN [N + Sprep [prep + N]]] A2 = SN2 [Det + SN [N + Sprep [prep + N]]] (4) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Det + N]	(5) A1 = SN A2 = Sadv [adv] (6a) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [N] (6b) A1 = SN [Quant + N] (7a) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [Det + N] (7b) A1 = SN1 [N] A2 = SN2 [N] (8) A1 = SN1 [N] A2 = SN2 [N] A3 = Sprep [prep + SN [Det + N]]	(9) A1 = SN [Det + N] (10) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Det + N]
Valência semântica	função semântica dos actantes	(1) A1 [Ag] A2 [Ob] (2) A1 [Ob] A2 [Ob] (3) A1 [Ca] A2 [R] (4) A1 [Ca] A2 [Ob]	(5) A1 [Ob] (6a) A1 [Ag] A2 [Ob] (6b) A1 [Ag] (7a) A1 [Ag] A2 [Ob] (7b) A1 [Ag] A2 [Ob] (8) A1 [Ag] A2 [Ob]	(9) A1 [Ob] (10) A1 [Ca] A2 [Ob]

	características categoriais	(1) A1 [humano] A2 [concreto] (2) A1 [humano] A2 [concreto] (3) A1 [concreto] A2 [concreto] (4) A1 [concreto] A2 [concreto]	(5) A1 [animado] (6a) A1 [humano] A2 [concreto] (6b) A1 [humano] (7a) A1 [humano] A2 [humano] (7b) A1 [humano] A2 [humano] (8) A1 [humano] A2 [humano] A3 [abstrato]	(9) A1 [concreto] (10) A1 [concreto] A2 [concreto]
--	--	--	---	--

Verbo		CONSPIRAR	
Classe		[Ação]	[Estado]
Significado		1. Maquinar; urdir; tramar 2. Preparar uma conspiração ou dela participar; projetar em comum coisa contrária aos interesses de outra pessoa.	3. Estar em conluio; estar em combinação 4. Estar unido; concorrer.
Oração		(1) As mulheres estão conspirando. (2a) Conspirasse eu contra o regime, e estaria bem arranjado. (2b) Os senhores conspiram contra o governo.	(3) No oitavo dia sentimos que tudo conspirava contra nós. (4) Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca.
Tipologia oracional		Não estativas - ativas	Estativas de tipo 1
Identificação dos actantes valenciais		(1) A1 [as mulheres] (2a) A1 [eu] A2 [contra o regime] (2b) A1 [os senhores] A2 [contra o governo]	(3) A1 [tudo] A2 [contra nós] (4) A1 [tudo] A2 [para a fabricação de uma realidade]
Estrutura oracional nuclear		(1) SN + V (2a) SN + V + Sprep (2b) SN + V + Sprep	(3) SN + V + Sprep (4) SN + V + Sprep
Valência quantitativa		V1 e V2	V2
Valência sintática	função sintática dos actantes	A1 [S] A2 [C]	A1 [S] A2 [C]
	estrutura dos actantes	(1) A1 = SN [Det + N] (2a) A1 = SN [pro] A2 = Sprep [prep + SN [Det + N]]	(3) A1 [pro] A2 = Sprep [prep + N] (4) A1 [pro] A2 = Sprep [prep + SN [Det + N + Sprep]

		(2b) A1 = SN [Det + N] A2 = Sprep [prep + SN [Det + N]]	[prep + SN [Det + N]]
Valência semântica	função semântica dos actantes	(1) A1 [Ag] (2a) A1 [Ag] A2 [Ob] (2b) A1 [Ag] A2 [Ob]	(3) A1 [Ca] A2 [Ob] (4) A1 [Ca] A2 [Ob]
	características categoriais	(1) A1 [humano] (2a) A1 [humano] A2 [abstrato] (2b) A1 [humano] A2 [abstrato]	(3) A1 [abstrato] A2 [humano] (4) A1 [abstrato] A2 [abstrato]

Verbo	DETERMINAR		
Classe	[Ação-processo]	[Ação] [Pronominal]	[Estado]
Significado	1. Causar; provocar	2. Prescrever; ordenar 3. Definir; precisar; especificar 4. Decidir 5. Conquistar autonomia	6. Ser determinante ou diretriz 7. Estar determinado; conter determinação
Oração	(1a) A necessidade que sentiram os fenícios de fazerem apontamentos [...] e que determinou o surgimento da contabilidade. (1b) Determinados antimicrobianos são extremamente tóxicos, podendo determinar alterações estruturais em diversos órgãos do paciente.	(2) O governador Abreu Sodré determinou ao Ipesp que acabasse com a fila da Carteira Predial. (3a) É preciso que se determine bem o termo pesquisa. (3b) É muito difícil determinar as causas que contribuíram para isso. (3c) Todos estavam visitando os cômodos e determinando para quem seriam os quartos. (4) Quando me determinava a fechar os olhos, os restos de personalidade fugiam. (5) O imperativo do desenvolvimento exprime a pretensão do país de determinar-se a si próprio.	(6a) A cabeça determina a posição da coluna. (6b) O tipo de solo determina o arado. (6c) O passado determina o futuro, via presente. (7) Zeno Veloso leu o que determina para o estado o Artigo 10 da Carta Política Nacional.
Tipologia oracional	Não estativa	Não estativas	Estativas de tipo 1

Identificação dos actantes valenciais		(1a) A1 [A necessidade que sentiram os fenícios de fazerem apontamentos] A2 [o surgimento da contabilidade] (1b) A1 [antimicrobianos] A2 [alterações estruturais]	(2) A1 [O governador Abreu Sodré] A2 [ao Ipesp] A3 [que acabasse com a fila] (3a) [N] A2 [o termo pesquisa] (3b) [N] A2 [as causas que contribuíram para isso] (3c) A1 [todos] A2 [para quem seriam os quartos] (4) A1 [me] A2 [a fechar os olhos] (5) A1 [o país] A2 [a si próprio.]	(6a) A1 [A cabeça] A2 [a posição da coluna] (6b) A1 [O tipo de solo] A2 [o arado] (6c) A1 [o passado] A2 [o futuro] (7) A1 [o Artigo 10 da Carta Política Nacional] A2 [o que] A3 [para o estado]
Estrutura oracional nuclear		(1a) SN1 + V + SN2 (1b) SN1 + V + SN2	(2) SN + V + Sprep + SO (3a) (SN1) + V + SN2 (3b) (SN1) + V + SN2 (3c) SN + V + O (4) SN + V + SO (5) SN1 + V + SN2	(6a) SN1 + V + SN2 (6b) SN1 + V + SN2 (6c) SN1 + V + SN2 (7) SN1 + V + SN2 + Sprep
Valência quantitativa		V2	V1, V2 e V3	V2 e V3
Valência sintática	função sintática dos actantes	A1 [S] A2 [C]	A1 [S] A2 [C1] A3 [C2]	A1 [S] A2 [C1]
	estrutura dos actantes	(1a) A1 = ? A2 = SN [Det + SN [N + Sprep [prep + N]]] (1b) A1 = SN1 [N] A2 = SN2 [N + adj]	(2) A1 = SN [Det + N] A2 = Sprep [prep + N] A3 = SO [que + O] (3a) A1 = SN [Det + N + N] (3b) A2 = O [SN [Det + N] + SV [V + Sprep [prep + N]]] (3c) A1 = SN1 [pro] A2 = O	(6a) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Det + N + Sprep [prep + N]] (6b) A1 = SN1 [Det + N + Sprep [prep + N]] A2 = SN2 [Det + N] (6c) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Det + N]

			(4) A1 = SN [pro] A2 = SO [O.inf] (5) A1 = SN [Det + N] A2 [De	(7) A1 = SN1 [Det + N + Sprep [prep + N]] A2 = [?] A3 = Sprep [prep + SN [Det + N]]
Valência semântica	função semântica dos actantes	(1a) A1 [Ca] A2 [R] (1b) A1 [Ca] A2 [R]	(2) A1 [Ag] A2 [Ob] A3 [Ob] (3a) [Ag] A2 [Ob] (3b) A2 [Ob] (3c) A1 [Ag] A2 [Ob] (4) A1 [Ag] A2 [Ob] (5) A1 [Ag] A2 [Exp]	(6a) A1 [Ca] A2 [Ob] (6b) A1 [Ca] A2 [Ob] (6c) A1 [Ca] A2 [Ob] (7) A1 [Ca] A2 [Ob] A3 [Ob]
	características categoriais	(1a) A2 [asbrato] A2 [asbrato] (1b) A1[concreto] A2 [abstrato]	(2) A1 [humano] A2 [concreto] (3a) A1 [concreto] A2 [abstrato] (3b) A2 [abstrato] (3c) A1 [abstrato] (4) A1 [humano] (5) A1 [abstrato] A2 [abstrato]	(6a) A1 [concreto] A2 [abstrato] (6b) A1 [concreto] A2 [abstrato] (6c) A1 [abstrato] A2 [abstrato] (7) A1 [concreto] A2 [abstrato] A3 [abstrato]

Verbo	ENCONTRAR		
Classe	[Ação] [Pronominal]	[Processo] [Pronominal]	[Estado] [Pronominal]
Significado	1. Descobrir 2. Ir ao encontro	3. Achar 4. Achar ocasionalmente; deparar 5. Deparar; defrontar 6. Dar de cara; topar 7. Dar 8. Perceber-se a si mesmo	9. Ter como fundamento 10. Estar; apresentar-se 11. Estar; localizar-se
Oração	(1) Reconheço que é difícil encontrar uma solução que atenda a todos. (2a) Lá fui eu me encontrar com Paulo. (2b) Branca de neve continua a encontrar-se com o Príncipe.	(3a) Só restou Jesuíno que, voltando a si, não mais encontrou a sua bagagem. (3b) Foi até a mesa. Encontrou um bilhete e uma carta. (4a) Chegou e encontrou a luz apagada. (4b) Ulisses encontra Circe. (4c) Ao voltar vitorioso, encontra uma tragédia. (5a) O brasileiro aprende a apertar a mão sempre que se encontra com amigos. (5b) Seus olhos de tapuia se encontraram com os da feiticeira. (6) Voltou ao palco, encontrando-se novamente com Tatiana.	(9a) [isso] encontra amparo no Código Tributário Nacional. (9b) A guerra encontra justificativa na própria comunidade. (9c) Ainda encontra energias para as suas noites. (10a) João Alphonsus se encontrava doente. (10b) O cascalho já se encontra liberto de grande parte da areia. (11a) Severino Cavalcanti se encontra em Maceió. (11b) O mundo não é um objeto que se encontra diante de nós.

		(7a) O seu olhar baço encontrou-se com o meu. (7b) Juarez e o moço loiro se encontraram. (7c) Os dois se despediram e nunca mais se encontraram. (8) Geraldo encontrou-se, afinal.	
Tipologia oracional	Não estativa - ativa	Processivas	Estativas de tipo 1
Identificação dos actantes valenciais	(1) A1 [alguém] A2 [uma solução] (2a) A1 [eu] A2 [com Paulo] (2b) A1 [Branca de Neve] A2 [com o príncipe]	(3a) A1 [Jesuíno] A2 [sua bagagem] (3b) A1 [ele/a] A2 [um bilhete e uma carta] (4a) A1 [ele/a] A2 [a luz] A3 [apagada] (4b) A1 [Ulisses] A2 [Circe] (4c) A1 [ele] A2 [uma tragédia] (5a) A1 [o brasileiro] A2 [com amigos] (5b) A1 [seus olhos] A2 [com os (olhos) da feiticeira] (6) A1 [Ele/ela] A2 [com Tatiana] (7a) A1 [O seu olhar] A2 [com o meu (olhar)] (7b) A1 [Juarez e o moço] (7c) A1 [os dois] (8) A1 [Geraldo]	(9a) A1 [isso] A2 [amparo] A3 [no código tributário nacional] (9b) A1 [a guerra] A2 [justificativa] A3 [na comunidade] (9c) A1 [ele/a] A2 [energias] (10a) A1 [João Alphonsus] A2 [doente] (10b) A1 [o cascalho] A2 [liberto] A3 [de grande parte da areia] (11a) A1 [Severino Cavalcanti] A2 [em Maceió] (11b) A1 [um objeto] A2 [diante de nós]
Estrutura oracional nuclear	(1) (SN1) + V + SN2 (2a) SN1 + V + Sprep	(3a) SN1 + V + SN2 (3b) (SN1) + V + SN2	(9a) SN1 + V + SN2 + Sprep (9b) SN1 + V + SN2 + Sprep

		(2b) SN1 + V + Sprep	(4a) (SN1) + V + SN2 + Sadj (4b) (SN1) + V + SN2 (4c) SN1 + V + SN2 (5a) SN + V + Sprep (5b) SN + V + Sprep (6) (SN) + V + Sprep (7a) SN + V + Sprep (7b) SN + V (7c) SN + V (8) SN + V	(9c) (SN1) + V + SN2 (10a) SN + V + Sadj (10b) SN + V + Sadj + Sprep (11a) SN + V + Sprep (11b) SN + V + Sprep
Valência quantitativa		V2	V1 e V2	V2 e V3
Valência sintática	função sintática dos actantes	A1 [S] A2 [C]	A1 [S] A2 [C]	A1 [S] A2 [C1] A3 [C2]
	estrutura dos actantes	(1) A1 = SN1 [N] + A2 = SN [Det + N] (2a) A1 = SN [pro] A2 = Sprep [prep + N] (2b) A1 = SN [N] A2 = Sprep [prep + SN [Det + N]]	(3a) A1 = SN1 [N] A2 = SN2 [Det + N] (3b) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [Det + N] (4a) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [Det + N + Sadj [adj]] (4b) A1 = SN1 [N] A2 = SN2 [N] (4c) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [Det + N] (5a) A1 = SN [Det + N] A2 = Sprep [prep + N] (5b) A1 = SN [Det + N] A2 = Sprep [prep + SN [Det + (N) + Sprep [prep + N]]]	(9a) A1 = [N] A2 = SN [N] A3 = Sprep [prep + N] (9b) A1 = SN [Det + N] A2 = SN [N] (9c) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [N] (10a) A1 = SN [N] A2 = Sadj [adj] (10b) A1 = SN [Det + N] A2 = Sadj [adj] (11a) A1 = SN [N] A2 = Sprep [prep + N] (11b) A1 = [Det + N] A2 = Sprep [prep + N]

			(6) A1 = SN [pro] A2 = Sprep [prep + N] (7a) A1 = SN [Det + Poss + N] A2 = Sprep [Sprepp [prep + SN [Det + Poss + (N)]]] (7b) A1 = SN [N] (7c) A1 = SN [Det + Quant + (N)] (8) A1 = SN [N]	
Valência semântica	função semântica dos actantes	(1) A2 [Ob] (2a) A1 [Ag] A2 [Co] (2b) A1 [Ag] A2 [Co]	(3a) A1 [Ob] A2 [Ob] (3b) A1 [Ob] A2 [R] (4a) A1 [Ob] A2 [Ob] (4b) A1 [Ob] A2 [Ob] (4c) A1 [Ob] A2 [Ob] (5a) A1 [Ob] A2 [Co] (5b) A1 [Ob] A2 [Ob] (6) A1 [Ob] A2 [ob] (7a) A1 [Ob] A2 [Ob] (7b) A1 [Ex] (7c) A1 [Ex] (8) A1 [Ex]	(9a) A1 [Ob] A2 [Ob] A3 [L] (9b) A1 [Ob] A2 [Ob] A3 [L] (9c) A1 [Ex] A2 [Ob] (10a) A1 [Ex] (10b) A1 [Ob] (11a) A1 [Ob] A2 [L] (11b) A1 [Ob] A2 [L]
	características categoriais	(1) A2 [abstrato] (2a) A1 [humano] A2 [humano] (2b) A1 [humano] A2 [humano]	(3a) A1 [humano] A2 [concreto] (3b) A1 [humano] A2 [concreto] (4a) A1 [humano] A2 [concreto] (4b) A1 [humano] A2 [humano] (4c) A1 [humano] A2 [abstrato]	(9a) A1 [abstrato] A2 [abstrato] A3 [concreto] (9b) A1 [abstrato] A2 [abstrato] A3 [abstrato] (9c) A1 [humano] A2 [abstrato] A3

			(5a) A1 [abstrato] A2 [humano] (5b) A1 [concreto] A2 [concreto] (6) A2 [humano] (7a) A1 [abstrato] A2 [abstrato] (7b) A1 [humano] (7c) A1 [animado] (8) A1 [humano]	[abstrato] (10a) A1 [humano] A2 [abstrato] (10b) A1 [concreto] A2 [abstrato] (11a) A1 [humano] A2 [concreto] (11b) A1 [abstrato] A2 [concreto]
--	--	--	---	--

Verbo	FECHAR		
Classe	[Ação-processo]	[Ação. Pronominal]	[Estado]
Significado	1. Cerrar 2. Aproximar; unir 3. Obstruir 4. Desligar 5. Impedir ou suspender o funcionando 6. Tornar imune 7. Comprimir; apertar 8. Estreitar; apertar 9. Impedir 10. Concluir; encerrar; arrematar 11. Carregar (aproximando as sobrancelhas) 12. Prender; encerrar	13. Retrair-se 14. Trancar-se 15. Calar-se 16. Pôr-se a favor ou em acordo com	17. Cerrar-se 18. Unir-se; juntar-se 19. Encerrar atividades 20. Encerrar-se; trancar-se 21. Estreitar-se; comprimir-se 22. Extinguir-se; acabar 23. Cicatrizar 24. Adensar-se 25. Encerrar-se; concluir-se
Oração	(1a) Padre Mateus fechou a porta. (1b) O vento fecha as janelas. (2a) Fechei as pálpebras. (2b) Ensaíava abrir e fechar os dedos. (3) Socalcos de pedra fechavam a rua. (4a) Fechei o rádio.	(13) O mestre se fechou, sem uma palavra. (14a) Fechei-me em meu quarto. (14b) Levanta e se fecha no banheiro. (15) O que o Freud diria tu não ia entender mesmo. Ou tu sabe alemão? / - Não. / - Então te fecha. E olha os pés no meu	(17) A porta se fechou macia. (18) A mão enorme, ossuda, que só se fecha fácil até o ponto de abarcar cabo de enxada. (19a) Se fechar a universidade é uma vergonha para o país.

	<p>(4b) Tibúrcio fecha a luz.</p> <p>(5a) O comando da Polícia Militar resolveu fechar o posto policial.</p> <p>(5b) O Conselho Estadual de Educação fechou a Escola Normal de Encruzilhada do Sul.</p> <p>(6) Vosmecê quer fechar seu corpo?</p> <p>(7) Sem se despedir de Carolino e Nenezinho, fechou o burro nas esporas e saiu em disparada.</p> <p>(8) E já com os outros negros do quilombo fechando o cerco em redor dos desconhecidos.</p> <p>(9) O responsável pela sinalização informou que a estação não lhe comunicara a passagem do trem, deixando por isso de fechar o trânsito para os veículos.</p> <p>(10a) Neste sentido, o AI-5 fecha uma página da vida cultural brasileira.</p> <p>(10b) Pascoalina fechou logo o negócio, nem piscou.</p> <p>(11) Logo, porém, tornou a fechar o semblante.</p>	<p>pelego.</p> <p>(16) “Ainda não fechei com ninguém”, afirma e repete Loducca.</p>	<p>(19b) Filme descoberto nos porões de um cinema que fechou por falta de público.</p> <p>(20) Religião que se fecha dentro das quatro paredes de seus templos é religião alienada.</p> <p>(21) A estrada fechava-se invadida pelo mato.</p> <p>(22) Descia o silêncio. A penumbra fechava-se novamente.</p> <p>(23) Eu vi Vossas mãos sobre os leprosos e as chagas se fechando.</p> <p>(24) Matagal rasteiro fechava-se em torno da casa.</p> <p>(25) O mercado de ações fechou em baixa ontem.</p>
--	--	---	---

	(12) Pensou em Lígia e, fechando-a dentro de seu coração, desceu tranquilamente para o cruzeiro.		
Tipologia oracional	Não estativas – causativas	Não estativas - ativas	Estativas
Identificação dos actantes valenciais	<p>(1a) A1 [Padre Mateus] A2 [a porta]</p> <p>(1b) A1 [o vento] A2 [as janelas]</p> <p>(2a) A1 [eu] A2 [as pálpebras]</p> <p>(2b) A1 [eu/ele/a] A2 [os dedos]</p> <p>(3) A1 [socalcos] A2 [a rua]</p> <p>(4a) A1 [eu] A2 [o rádio]</p> <p>(4b) A1 [Tibúrcio] A2 [a luz]</p> <p>(5a) A1 [o comando] A2 [o posto policial]</p> <p>(5b) A1 [O Conselho Estadual de Educação] A2 [a Escola Normal de Encruzilhada do Sul]</p> <p>(6) A1 [vosmecê] A2 [seu corpo]</p> <p>(7) A1 [ele/a] A2 [o burro]</p> <p>(8) A1 [os negros] A2 [o cerco]</p> <p>(9) A1 [o responsável pela sinalização] A2 [o trânsito]</p> <p>(10a) A1 [o AI-5] A2 [uma página]</p> <p>(10b) A1 [Pascoalina] A2 [o negócio]</p> <p>(11) A1 [ele/a] A2 [o semblante]</p>	<p>(13) A1 [o mestre]</p> <p>(14a) A1 [eu] A2 [em meu quarto]</p> <p>(14b) A2 [no banheiro]</p> <p>(15) A1 [te]</p> <p>(16) A1 [eu] A2 [com ninguém]</p>	<p>(17) A1 [a porta]</p> <p>(18) A1 [a mão]</p> <p>(19a) A1 [a universidade]</p> <p>(19b) A1 [cinema]</p> <p>(20) A1 [religião]</p> <p>(21) A1 [a estrada]</p> <p>(22) A1 [a penumbra]</p> <p>(23) A1 [as chagas]</p> <p>(24) A1 [matagal]</p> <p>(25) A1 [o mercado de ações] [em baixa]</p>

		(12) A1 [ele/a] A2 [Lígia] A3 [dentro de seu coração]		
Estrutura oracional nuclear		(1a) SN1 + V +SN2 (1b) (SN1) + V +SN2 (2a) SN1 + V +SN2 (2b) SN1 + V + SN2 (3) SN1 + V +SN2 (4a) SN1 + V +SN2 (4b) SN1 + V +SN2 (5a) SN1 + V +SN2 (5b) SN1 + V +SN2 (6) SN1 + V +SN2 (7) (SN1) + V +SN2 (8) SN1+ V + SN2 (9) SN1 + V + SN2 (10a) SN1 + V + SN2 (10b) SN1 + V +SN2 (11) SN1 + V +SN2 (12) (SN1) + V + SN2 + Sprep	(13) SN + V (14a) SN1 + V + Sprep (14b) V + Sprep (15) SN + V (16) SN1 + V + Sprep	(17) SN + V (18) SN + V (19a) SN + V (19b) SN + V (20) SN + V (21) SN + V (22) SN + V (23) SN + V (24) SN + V (25) SN + V + Sprep
Valência quantitativa		V2 e V3	V1 e V2	V1 e V2
Valência sintática	função sintática dos actantes	A1 [S] A2[C1] A3 [C2]	A1 [S] A2[C]	A1 [S] A2[C]
	estrutura dos	(1a) A1 = SN1 [N] A2 = SN2 [Det +	(13) A1 = SN [Det + N]	(17) A1 = SN [Det + N]

	actantes	<p>N]</p> <p>(1b) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Det + N]</p> <p>(2a) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [Det + N]</p> <p>(2b) A1 [pro] A2 = SN [Det + N]</p> <p>(3) A1 = SN1 [N] A2 = SN2 [Det + N]</p> <p>(4a) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [Det + N]</p> <p>(4b) A1 = SN [N] A2 = SN2 [Det + N]</p> <p>(5a) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Det + SN [N + Sadj [adj]]]</p> <p>(5b) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Det + N]</p> <p>(6) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [Poss + N]</p> <p>(7) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [Det + N]</p> <p>(8) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Det + N]</p> <p>(9) A1 = SN1 [Det + N + Sprep [prep + N]] A2 = SN2 [Det + N]</p> <p>(10a) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Det + N]</p>	<p>(14a) A1 [pro] A2 = Sprep [prep + SN [Det + N]]</p> <p>(14b) A2 = Sprep [prep + N]</p> <p>(15) A1 [pro]</p> <p>(16) A1 [pro] A2 = [com ninguém]</p>	<p>(18) A1 = SN [Det + N]</p> <p>(19a) A2 = SN [Det + N]</p> <p>(19b) A1 = SN [N]</p> <p>(20) A1 = SN [N]</p> <p>(21) A1 = SN [Det + N]</p> <p>(22) A1 = SN [Det + N]</p> <p>(23) A1 = SN [Det + N]</p> <p>(24) A1 = SN [N]</p> <p>(25) A1 = SN [Det + SN [N + Sprep [prep + N]]] A2 = Sprep [prep + N]</p>
--	-----------------	---	--	---

		(10b) A1 = SN1 [N] A2 = SN2 [Det + N] (11) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [Det + N] (12) A1 = SN1 [N] A2 = SN [N] A3 = Sprep [prep + SN [Poss + N]]		
Valência semântica	função semântica dos actantes	(1a) A1 [Ag] A2 [Ob] (1b) A1 [Ca] A2 [Ob] (2a) A1 [Ag] A2 [Ob] (2b) A1 [Ag] A2 [Ob] (3) A1 [Ca] A2 [Ob] (4a) A1 [Ag] A2 [Ob] (4b) A1 [Ag] A2 [Ob] (5a) A1 [Ag] A2 [Ob] (5b) A1 [Ag] A2 [Ob] (6) A1 [Ag] A2 [Ob] (7) A1 [Ag] A2 [Ob] (8) A1 [Ag] A2 [Ob] (9) A1 [Ag] A2 [Ob] (10a) A1 [Ca] A2 [Ob] (10b) A1 [Ag] A2 [Ob] (11) A1 [Ag] A2 [Ob] (12) A1 [Ag] A2 [Ob] A3 [L]	(13) A1 [Ag] (14a) A1 [Ag] A2 [L] (14b) A2 [L] (15) A1 [Ag] (16) A1 [Ag] A2 [Co]	(17) A1 [Ob] (18) A1 [Ob] (19a) A2 [Ob] (19b) A1 [L] (20) A1 [Ob] (21) A1 [Ob] (22) A1 [Ob] (23) A1 [Ob] (24) A1 [Ob] (25) A1 [Ob]
	características	(1a) A1 [humano] A2 [concreto]	(13) A1 [humano]	(17) A1 [concreto]

	categoriais	(1b) A1 [abstrato] A2 [concreto] (2a) A1 [humano] A2 [concreto] (2b) A1 [humano] A2 [concreto] (3) A1 [concreto] A2 [concreto] (4a) A1 [humano] A2 [concreto] (4b) A1 [humano] A2 [concreto] (5a) A1 [concreto] A2 [concreto] (5b) A1 [concreto] A2 [concreto] (6) A1 [humano] A2 [concreto] (7) A1 [humano] A2 [concreto] (8) A1 [humano] A2 [abstrato] (9) A1 [humano] A2 [abstrato] (10a) A1 [concreto] A2 [abstrato] (10b) A1 [humano] A2 [abstrato] (11) A1 [humano] A2 [concreto] (12) A1 [humano] A2 [humano] A3 [abstrato]	(14a) A1 [humano] A2 [concreto] (14b) A2 [concreto] (15) A1 [humano] (16) A1 [humano] A2[humano]	(18) A1 [concreto] (19a) A2 [concreto] (19b) A1 [concreto] (20) A1 [abstrato] (21) A1 [concreto] (22) A1 [abstrato] (23) A1 [concreto] (24) A1 [concreto] (25) A1 [abstrato]
--	--------------------	--	---	--

Verbo	INSINUAR		
Classe	[Ação-processo]	[Ação] [Pronominal]	[Processo]
Significado	1. Fazer penetrar sutilmente	2. Dar a entender; sugerir 3. Introduzir com sutileza 4. Tentar ser admitido; introduzir-se habilmente	5. Irromper 6. Surgir; aparecer
Oração	(1) Inquirindo o oficial, pretendia insinuar-me coragem.	(2a) A inscrição me insinuou duas ideias. (2b) Havia quem insinuasse ser ele casado. (2c) A oposição aproveitava [...] para insinuar à nação a existência de corrupção. (3a) Ela inclinou-se para acariciar a gata que se insinuara por entre suas pernas. (3b) Insinuava-me por entre as árvores, à espera de algum sinal. (3c) Em pensamentos sua mão aflita já andava a insinuar-se pelo vértice daquele decote, à procura da nudez dos seios. (4a) Jamais me insinuei em sua intimidade. (4b) Entre os membros dessa aristocracia discente insinuavam-se sempre uns espertalhões.	(5a) O sol ia baixando, as sombras já se insinuavam de mansinho por entre os jazigos de feitio diverso. (5b) A ponta rosada do seio insinuara-se pelo gargalo do vidro. (6a) Certas coisas se insinuem pela primeira vez ao nosso modo de percepção.

		(4c) Insinuar-se metodicamente em todos os setores da ação eclesiástica.	
Tipologia oracional	Não estativa – causativa	Não estativas – ativas	Processivas
Identificação dos actantes valenciais	(1) A1 [ele/a] A2 [me] A3 [coragem]	(2a) A1 [a inscrição] A2 [me] A3 [duas ideias] (2b) A1 [quem] A2 [ser ele casado] (2c) A1 [a oposição] A2 [a existência de corrupção] A3 [à nação] (3a) A1 [a gata] A2 [por entre suas pernas] (3b) A1 [me] A2 [por entre as árvores] (3c) A1 [sua mão] A2 [pelo vértice daquele decote] (4a) A1 [me] A2 [em sua intimidade] (4b) A1 [uns espertalhões] A2 [entre os membros dessa aristocracia] (4c) A2 [em todos os setores da educação eclesiástica]	(5a) A1 [as sombras] A2 [por entre os jazigos] (5b) A1 [a ponta do seio] A2 [pelo gargalo do vidro] (6) A1 [certas coisas] A2 [ao nosso modo de percepção]
Estrutura oracional nuclear	(1) (SN1) + V + SN2 + SN3	(2a) SN1 + V + SN2 + SN3 (2b) SN + V + SO (2c) SN + V + SN2 + Sprep (3a) SN + V + Sprep (3b) SN + V + Sprep (3c) SN + V + Sprep (4a) SN + V + Sprep	(5a) SN1 + V + Sprep (5b) SN1 + V + Sprep (6) SN1 + V + Sprep

			(4b) SN + V + Sprep (4c) (SN) + V + Sprep	
Valência quantitativa		V3	V2 e V3	V2
Valência sintática	função sintática dos actantes	A1 [S] A2[C1] A3 [C2]	A1 [S] A2[C1] A3 [C2]	A1 [S] A2[C]
	estrutura dos actantes	(1) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [N] A3 = SN3 [N]	(2a) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN [N] A3 = SN3 [Quant + N] (2b) A1 = SN [N] A2 = SO [V + SN [N + Sadj [adj]]] (2c) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Det + N + Sprep [prep + N]] (3a) A1 = SN1 [Det + N] A2 = Sprep [prep + SN [Poss + N]] (3b) A1 = SN [pro] A2 = Sprep [prep + SN [Det + N]] (3c) A1 = SN [Poss + N] A2 = Sprep [prep + SN [N + Sprep [prep + N]]] (4a) A1 = SN [pro] A2 = Sprep [prep + SN [Poss + N]] (4b) A1 = SN [Det + Sadj [adj]] A2 = Sprep [prep + SN [Det + SN [N + Sprep [prep + N]]]] (4c) A2 = Sprep [prep + SN [Quant + Det	(5a) A1 [Det + N] A2 [prep + SN [Det + N]] (5b) A1 [Det + N + Sprep [prep + N]] A2 [prep + SN [N + Sprep [prep + N]]] (6) A1 [Det + N] A2 [prep + SN [poss + N + Sprep [prep + N]]]

			+ N + Sprep [prep + SN [N + Sadj [adj]]]]	
Valência semântica	função semântica dos actantes	(1) A1 [Ag] A2 [Ob] A3 [Ob]	(2a) A1 [Ca] A2 [Ob] A3 [Ob] (2b) A1 [Ag] A2 [Ob] (2c) A1 [Ag] A2 [Ob] A3 [Ob] (3a) A1 [Ag] A2 [L] (3b) A1 [Ag] A2 [L] (3c) A1 [I] A2 [L] (4a) A1 [Ag] A2 [L] (4b) A1 [Ag] A2 [L] (4c) A2 [L]	(5a) A1 [Ob] A2 [L] (5b) A1 [Ob] A2 [L] (6) A1 [Ob] A2 [Ob]
	características categoriais	(1) A1 [humano] A2 [humano] A3 [abstrato]	(2a) A1 [abstrato] A2 [humano] A3 [abstrato] (2b) A1 [humano] (2c) A1 [abstrato] A2 [abstrato] A3 [concreto] (3a) A1 [não-humano] A2 [concreto] (3b) A1 [humano] A2 [concreto] (3c) A1 [concreto] A2 [concreto] (4a) A1 [humano] A2 [abstrato] (4b) A1 [humano] A2 [humano] (4c) A2 [abstrato]	(5a) A1 [concreto] A2 [concreto] (5b) A1 [concreto] A2 [concreto] (6) A1 [abstrato] A2 [abstrato]

Verbo	LIGAR			
Classe	[Ação-processo]	[Ação] [Pronominal]	[Processo]	[Estado] [Pronominal]
Significado	1. Unir; atar; relacionar 2. Acionar; pôr em funcionamento	3. Telefonar 4. Relacionar-se com; unir-se 5. Envolver-se	6. Dar atenção; dar importância	7. Servir de ligação a 8. Ter relação; relacionar-se
Oração	(1a) A construção de Brasília não é [...] a satisfação de uma vaidade tola de um governante que desejasse, simplesmente, ligar seu nome ao de uma empreitada gigantesca. (1b) É próprio do engajamento ontológico ligar uma pessoa a outra pessoa. (1c) O que significa ligar um sujeito e um predicado? (1d) Agora eu começo a ligar as coisas que ela disse. (2a) Procura ligar o motor. (2b) E eu não sei ligar nem fogão.	(3a) Cansei de ligar para seu apartamento. (3b) Se deixar recado, eles ligam de volta. (4a) Ele acabou por ligar-se mais ao pai. (4b) Por esses sinais nos ligamos à Cruz e recebemos as graças. (5a) Esta geração que dá tudo para curtir um som [...] não se ligando nos valores tradicionais. (5b) Correr é uma forma de [...] viver todas as experiências e não ligar a nenhuma.	(6a) Você não vai ligar pra mim. (6b) Não ligo a essas coisas. (6c) Eu não estou ligando se tu e a outra piranha não receberam educação quando eram pequenas. (6d) Evidentemente não me ligava importância.	(7a) O partido é, pois, a organização que liga a teoria com a prática operária. (7b) O soberano rompia efetivamente todos os laços que ligavam o Brasil à sua metrópole. (7c) Precária e estreita ponte liga as duas calçadas. (8a) A esse fato óbvio liga-se outro não tão evidente. (8b) Essa indagação ligava-se imediatamente a outra.

Tipologia oracional		Não estativas – causativas	Não estativas – ativas	Processivas	Estativas
Identificação dos actantes valenciais		(1a) A1 [um governante] A2 [seu nome] A3 [ao (nome) de uma empreitada] (1b) A1 [o engajamento ontológico] A2 [uma pessoa] A3 [a outra pessoa] (1c) A1 [N] A2 [um sujeito e um predicado] (1d) A1 [eu] A2 [as coisas] (2a) A2 [o motor] (2b) A1 [eu] A2 [fogão]	(3a) A1 [eu] A2 [para seu apartamento] (3b) A1 [eles] (4a) A1 [ele] A2 [ao pai] (4b) A1 [Nós] A2 [à Cruz] (5a) A1 [essa geração] A2 [nos valores] (5b) A2 [a nenhuma (emoção)]	(6a) A1 [você] A2 [pra mim] (6b) A1 [eu] A2 [a essas coisas] (6c) A1 [eu] A2 [se tu e a outra piranha não receberam educação] (6d) A1 [eu/ele/a/] A2 [me] A3 = [importância]	(7a) A1 [o partido] A2 [a teoria] A3 [com a prática] (7b) A1 [os laços] A2 [o Brasil] A3 [à metrópole] (7c) A1 [ponte] A2 [as duas calçadas] (8a) A1 [outro (fato)] A2 [a esse fato] (8b) A1 [essa indagação] A2 [a outra indagação]
Estrutura oracional nuclear		(1a) SN1 + V + SN2 + Sprep (1b) SN1 + V + SN2 + Sprep (1c) (SN1) + V + SN2 (1d) SN1 + V + SN2 (2a) (SN1) + V + SN2 (2b) SN1 + V + SN2	(3a) (SN) + V + Sprep (3b) SN + V (4a) SN + V + Sprep (4b) (SN) + V + Sprep (5a) SN + V + Sprep (5b) V + Sprep	(6a) SN + V + Sprep (6b) (SN) + V + Sprep (6c) SN + V + SO (6d) (SN1) + V + SN2 + Sprep	(7a) SN1 + V + SN2 + Sprep (7b) SN1 + V + SN2 + Sprep (7c) SN1 + V + SN2 (8a) SN + V + Sprep (8b) SN + V + Sprep
Valência quantitativa		V2 e V3	V1 e V2	V2 e V3	V2 e V3
Valência sintática	função sintática dos actantes	A1 [S] A2[C1] A3 [C2]	A1 [S] A2[C]	A1 [S] A2[C1] A3 [C2]	A1 [S] A2[C1] A3 [C2]
	estrutura dos actantes	(1a) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Poss + N] A3 = Sprep	(3a) A1 = SN [pro] A2 = Sprep [prep + SN [Poss + N]]	(6a) A1 = SN [pro] A2= Sprep [prep + N]	(7a) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Det + N] A3 = Sprep [prep

		[prep + SN [(N) + Sprep [prep + SN [Det + N]]] (1b) A2 = SN [Det + SN [N + Sadj [adj]]] A3 = Sprep [prep + SN [Det + N]] (1c) A1 = SN1 A2 = SN2 [N] (1d) A1 = N [pro] A2 = SN2 [Det + N] (2a) A2 = SN [Det + N] (2b) A1 = SN1 [pro] A2 = SN2 [N]	(3b) A1 = SN [pro] (4a) A1 = SN [pro] A2 = Sprep [prep + N] (4b) A1 = SN [pro] A2 = Sprep [prep + N] (5a) A1 = SN [Det + N] A2 = Sprep [prep + N] (5b) A2 [prep + SN [Det + (N)]]	(6b) A1 = SN [pro] A2 = Sprep [prep + SN [Det + N]] (6c) A1 = SN [pro] A2 = SO [se tu e a outra piranha não receberam educação] (6d) A1 = SN [pro] A2 = SN [N] A3 = SN [N]	+ SN [Det + N]] (7b) A1 = SN1 [Det + N] A2 = SN2 [Det + N] A3 = Sprep [prep + N] (7c) A1 = SN1 [N] A2 = SN2 [Det + Quant + N] (8a) A1 = SN [Det + (N)] A2 = Sprep [prep + SN [Det + N]] (8b) A1 = SN [Det + N] A2 = Sprep [prep + SN [Det + N]]
Valência semântica	função semântica dos actantes	(1a) A1 [Ag] A2 [Ob] A3 [Ob] (1b) A1 [Ca] A2 [Ob] A3 [Ob] (1c) A1 [Ag] A2 [Ob] (1d) A1 [Ag] A2 [Ob] (2a) A2 [Ob] (2b) A1 [Ag] A2 [Ob]	(3a) A1 [Ag] A2 [M] (3b) A1 [Ag] (4a) A1 [Ag] A2 [Ob] (4b) A1 [Ag] A2 [Ob] (5a) A1 [Ag] A2 [Ob] (5b) A2 [Ob]	(6a) A1 [Ex] A2 [Ob] (6b) A1 [Ex] A2 [Ob] (6c) A1 [Ex] A2 [Ob] (6d) A1 [Ex] A2 [Ob] A3 [Ob]	(7a) A1 [Ob] A2 [Ob] A3 [Ob] (7b) A1 [Ob] A2 [Ob] A3 [Ob] (7c) A1 [Ob] A2 [Ob] (8a) A1 [Ob] A2 [Ob] (8b) A1 [Ob] A2 [Ob]
	características categoriais	(1a) A1 [humano] A2 [abstrato] A3 [abstrato] (1b) A1 [abstrato] A2 [humano] A3 [humano] (1c) A1 [humano] A2	(3a) A1 [humano] A2 [concreto] (3b) A1 [humano] (4a) A1 [humano] A2 [humano] (4b) A1 [humanos] A2 [abstrato] (5a) A1 [concreto] A2 [abstrato]	(6a) A1 [humano] A2 [humano] (6b) A1 [humano] A2 [abstrato] (6c) A1 [humano] (6d) A1 [humano] A2 [humano] A3 [abstrato]	(7a) A1 [abstrato] A2 [abstrato] A3 [abstrato] (7b) A1 [abstrato] A2 [concreto] A3 [concreto] (7c) A1 [concreto] A2 [concreto]

		[abstrato] (1d) A1 [humano] A2 [abstrato] (2a) A2 [concreto] (2b) A1 [humano] A2 [concreto]	(5b) A2 [abstrato]		(8a) A1 [abstrato] A2 [abstrato] (8b) A1 [abstrato] A2 [abstrato]
--	--	--	--------------------	--	--